



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**ETNOGRAFANDO A PITOMBEIRA (VÁRZEA/PB) –
Disputas e divergências entre origens e direitos a [uma]
identidade quilombola**

Jordânia de Araújo Souza

Orientadora: Prof. Dra. Mércia Rejane Rangel Batista

Campina Grande – PB

Outubro de 2011.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**ETNOGRAFANDO A PITOMBEIRA (VÁRZEA/PB) –
Disputas e divergências entre origens e direitos a [uma]
identidade quilombola**

Jordânia de Araújo Souza

Orientadora: Prof. Dra. Mércia Rejane Rangel Batista

Dissertação apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Ciências Sociais; sob a orientação da professora Dr^a. Mércia Rejane Rangel Batista.

Campina Grande/ Paraíba
Outubro de 2011

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

S729e Souza, Jordânia de Araújo.
Etnografando a Pitombeira (Várzea/PB) : disputas e divergências entre
origens e direitos a [uma] identidade quilombola / Jordânia de Araújo Souza.
– Campina Grande, 2011.
225 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de
Campina Grande, Centro de Humanidades.
Orientadora: Prof. Dr. Mércia Rejane Rangel Batista.
Referências.

1. Reconhecimento Quilombola. 2. Identidade Étnica. 3. Pitombeira
(Várzea/PB). I. Título.

CDU 392(043)

BANCA DE EXAMINADORES

PROF^a. Dra. Elizabeth Christina de Andrade Lima
Universidade Federal de Campina Grande/UFCG

PROF. Dr. Edmundo Marcelo Mendes Pereira
Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN

PROF. Dr. José Gabriel Silveira Correa
Universidade Federal de Campina Grande/UFCG

PROF^a. Dra. Mércia Rejane Rangel Batista
(Orientadora)
Universidade Federal de Campina Grande/UFCG

Àqueles que são a minha fortaleza:
Edival, Juberlita, Juliana, Junior, Janielly e Júlio.

Agradecimentos

Primeiramente, agradeço a Deus pela dádiva da vida e inspiração constante.

A todos moradores da Pitombeira, que tão prontamente se disponibilizaram a me ajudar durante todos os momentos de realização da pesquisa e pelos quais possuo um profundo apreço e admiração. Especialmente agradeço a Dona Olívia, Edvaldo, Ceíça, Serafim e seus filhos (Simone e Samuel) que me acolheram no seio de sua família, viabilizando a concretização desta pesquisa. Serei sempre grata pela gentil e cordial acolhida.

Aos meus pais, Edival de Araújo e Juberlita Maria, pelo amor, carinho e auxílio que sempre me concederam durante toda a minha vida e especialmente durante o tempo em que fomos obrigados a conviver com a ausência uns dos outros. A vocês serei eternamente grata.

Aos meus irmãos Juliana, Júnior e Janielly que, de um modo todo especial e cada um a sua maneira, sempre souberam me dar o incentivo necessário para continuar.

Aos meus avós José Sérgio (em memória), José Alcindo, Rita e Maria pelo afeto e carinho. Nossas conversas nos renderam muitas reflexões.

A todos os meus parentes (tios, tias, primos e primas) pela ajuda que me prestaram e pela compreensão frente a minha ausência em momentos importantes.

Ao meu amor Júlio Cezar por todo carinho com que tem cuidado de mim, pelo apoio incondicional que sempre me concedeu; e especialmente pelo auxílio prestado durante a realização deste trabalho, me ajudando em todas as etapas de sua construção; seja ouvindo minhas divagações, lendo meus rascunhos, procurando mapas; dividindo comigo as incertezas dos momentos de transcrição e me suportando nos momentos em que desacreditava na continuação deste trabalho.

Não poderia esquecer de agradecer àqueles que se tornaram meus familiares (Dona Ivone, Dona Izabel, Juliana, Allan, Luziene, João, Ana Júlia e Nathan). Obrigada por terem me acolhido no seio de sua família e me apoiado sempre em que precisei, se preocupando comigo de forma tão atenciosa.

Meus agradecimentos ao colega Aderivaldo e seus familiares que me receberam em sua casa quando precisei estar em Santa Luzia.

Meu agradecimento todo especial a Eulália, pelas experiências compartilhadas durante a pesquisa, nos momentos de incertezas nossas conversas trouxeram esclarecimentos. Obrigada por receber-me em sua casa e suportar-me nos dias difíceis. Mais que uma colega você é uma irmã para mim.

Agradeço a Luiz Rivadávia pela atenção que sempre me concedeu. Obrigada por compartilhar as angustias da pesquisa; pelos questionamentos e reflexões que nossas conversas sempre instauraram. Agradeço ainda a Gal e Aisha pelo apoio e compreensão quando estive em sua casa “roubando” a atenção de Luiz.

Meus agradecimentos a Edilene a quem tive a oportunidade de conhecer melhor durante os momentos finais desta pesquisa. Sou muito grata pela atenção e acolhimento.

Não poderia deixar de agradecer a Janaína, Leonildo, Luan e Agda pelos momentos de descontração instaurados pela minha constante presença no sofá vermelho da sala, a escrever o presente texto.

A professora Elizabeth Christina, gostaria de agradecer por ter prontamente aceito o convite para participar da banca de avaliação do presente trabalho, assim como pela ajuda em outros momentos da minha vida acadêmica.

Agradeço ao professor Gabriel Correa pela atenção com a qual sempre se dirigiu a mim, se disponibilizando a discutir questões referentes a minha pesquisa desde sua participação na qualificação de meu projeto. Obrigada por aceitar compor a banca de avaliação e compartilhar comigo mais este momento

Gostaria de agradecer ao professor Edmundo Pereira por ter gentilmente aceito o convite para participar da banca de avaliação.

Sou profundamente grata a Mércia Batista por ter aceitado ser minha orientadora e enfrentado junto comigo o empreendimento de construção desta pesquisa. Obrigada pela atenção, dedicação e paciência que me concedeste durante todo este processo. Sou eternamente grata pelos aprendizados.

Sou grata também ao professor Rogério Zeferino pela leitura do meu projeto, bem como aos professores Ronaldo Sales e Patrícia Goldfarb (UFPB) pela leitura de meu texto de qualificação. Obrigada pelas sugestões e considerações.

E aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Roberto Véras, Luis Henrique Cunha, Marilda Menezes, Márcio Caniello, Gonzalo Rojas, Ramonildes Gomes e Lemuel Dourado Guerra pelas reflexões e discussões realizadas em sala de aula. Meu muito obrigada.

Agradeço ainda, aos funcionários do Programa de Pós-Graduação, Rinaldo, Jussara e Dani e aos colegas com quem compartilhei a sala de aula e outros espaços de discussão.

Gostaria de agradecer a Ruy Everson que na Unidade Acadêmica de Ciências Sociais sempre me auxiliou.

A CAPES, através do Programa de Bolsas REUNI de Assistência do Ensino, pelo apoio financeiro que ajudou na realização da pesquisa de campo. Também agradeço ao Projeto Casadinho/ CNPq (um projeto de cooperação acadêmica entre a UFCG e Unicamp) por ter tido a oportunidade de compartilhar as experiências e discussões realizadas através durante sua execução.

Meus agradecimentos ainda, àqueles que por ventura deixei de mencionar ou cujos agradecimentos aqui não foram suficientes para representar a importância que desempenharam quando da produção deste trabalho.

Índice de figuras:

FIGURA 01: Croqui da Comunidade da Pitombeira	50
FIGURA 02: Imagens de algumas casas na Pitombeira	51
FIGURA 03: Imagens de um fogão improvisado nos fundos de uma casa e da parte interna e externa de uma cozinha de taipa	52
FIGURA 04: Imagens de roçados e plantações	53
FIGURA 05: Na primeira coluna imagens de uma cacimba; da retirada de água do Açude localizado na Fazenda Quixaba; carroça pequena; na segunda coluna reservatórios de água (caixas d'água e cisterna)	59
FIGURA 06: Imagens do curso preparatório para criação de abelhas, oferecido pelo SENAR	69
FIGURA 07: Imagens dos trechos da entrada da Pitombeira nos quais seus moradores se dirigem quando vão pegar transportes para ir às cidades de Santa Luzia e Várzea	71
FIGURA 08: Distribuição espacial da Escola Herminio Silvano da Silva.....	74
FIGURA 09: Imagens de membros dos Reisados, da Banda Cabaçal e dos Irmãos de Mesa no ano de 2010.....	103
FIGURA 10: Imagens do “Tope do Juiz”	107
FIGURA 11: Imagens de momentos de retreta	111
FIGURA 12: Disposições ocupadas na procissão	122
FIGURA 13: Imagens da procissão de Nossa Senhora do Rosário	122
FIGURA 14: Imagens do momento de entrega dos cargos dos reisados do ano e mirim.....	126
FIGURA 15:Esboço da estrutura da sede da Associação Comunitária Kilombola de Pitombeira no dia da reunião com o representante da Malungus	184

Índice de Mapas

MAPA 01: Mapa das micro-regiões do Estado da Paraíba	25
MAPA 02: Mapa das rodovias do Estado da Paraíba	32
MAPA 03: Mapa de localização da Pitombeira no município de Várzea	33
MAPA 04: Mapa de localização das comunidades quilombolas na Paraíba ..	156

Lista de siglas e abreviaturas

AACADE – Associação de Apoio aos Assentamentos e Comunidades Afro-descendentes
ABA – Associação Brasileira de Antropologia
ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
ADIN – Ação Direta de Inconstitucionalidade
BA – Bahia
CECNEQ/PB – Coordenação Estadual das Comunidades Negras e Quilombolas da Paraíba
CF – Constituição Federal
CONEN – Coordenação Nacional de Entidades Negras
CPT – Comissão Pastoral da Terra
DEM – Partido Democratas
D.O.U. – Diário Oficial da União
EJA – Educação de Jovens e Adultos
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FCP – Fundação Cultural Palmares
Funrural – Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural
FUNASA – Fundação Nacional de Saúde
GCNZP – Grupo de Consciência Negra Zumbi dos Palmares
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MPF – Ministério Público Federal
NEAB-Í/UEPB – Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Universidade Estadual da Paraíba
OIT – Organização Internacional do Trabalho
ONG – Organização Não Governamental
PB – Paraíba
PE – Pernambuco
PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PFL – Partido da Frente Liberal
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
ProPAC – Programa de Promoção de Ação Comunitária da Diocese de Patos
Prorural – Programa de Assistência ao Trabalhador Rural
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSF – Programa de Saúde da Família
PT – Partido dos Trabalhadores
RN – Rio Grande do Norte
RTID – Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SEDES/JP – Secretaria de Desenvolvimento Social de João Pessoa
SENAR/PB – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

Resumo

Considerando o crescente aumento nas demandas pelo reconhecimento de comunidades remanescentes de quilombo desencadeado pela promulgação do Artigo 68 do ADCT da Constituição Federal de 1988, a presente dissertação realizada junto à comunidade da Pitombeira situada no município de Várzea/PB, objetiva apresentar algumas reflexões a respeito do processo de reconhecimento da identidade étnica quilombola daquele grupo. Para tanto, realizamos uma pesquisa na qual buscamos situar a relação entre os assim chamados negros da Pitombeira e os igualmente identificados negros do Talhado. Num primeiro esforço de compreensão nos deparamos com a existência da centenária Festa do Rosário, comemorada em Santa Luzia, e que se viu associada a presença dos negros na região. Ao etnografar a festa percebemos que estávamos diante de uma relação entre negros e a cidade de Santa Luzia, na qual se faz presente uma multiplicidade de identidades negras. A seguir, procuramos entender como se fez o processo de reivindicação da identidade quilombola no caso da Pitombeira e de que modo hoje em dia se faz presente aquilo que chamamos de uma agenda quilombola. Para tanto, trazemos para a construção do texto informações referentes ao cotidiano dos moradores da Pitombeira, enfatizando algumas das articulações de seus moradores não apenas de modo interno, mas também com pessoas externas àquele universo. A realização da pesquisa nos permitiu considerar que existe uma diferenciação entre ser negro da Pitombeira e ser identificado como negro de outra localidade. E que o sentimento de pertencimento daqueles que fazem parte da Pitombeira é marcado pela partilha de uma origem (quer seja ela subjetiva ou real) e costumes, bem como da estigmatização sofrida por eles na região. Sendo com base em tais elementos que o grupo, em 2005, se articulou enquanto sujeitos de direito em busca do seu reconhecimento enquanto remanescente de quilombo.

Palavras-chave: Reconhecimento quilombola; Identidade Étnica; Pitombeira (Várzea/PB).

Résumé

Considérant la croissante demande de reconnaissance de communautés restantes du quilombo déclenchée par la promulgation de l'article 68 du ADCT de la Constitution Fédérale de 1988, ce travail réalisé auprès de la communauté de Pitombeira, située à la ville de Várzea/PB, vise à présenter quelques réflexions sur le processus de reconnaissance de l'identité ethnique quilombola de ce groupe. Pour cela, nous avons fait un sondage dans lequel nous cherchons à situer la relation entre les Noirs de la Pitombeira et les noirs du Talhado. Dans un premier effort de compréhension nous sommes confrontés à l'existence de la fête centenaire du Rosaire, qui s'est tenue à Santa Luzia et qui était associée à la présence des Noirs dans la région. En faisant l'ethnographie de la fête nous nous sommes rendu compte qu'il y avait une relation entre les Noirs et la ville de Santa Luzia, où il y a une multitude d'identités noires. Puis, nous avons essayé de comprendre comment ils ont fait le processus de revendication de l'identité quilombola dans le cas de Pitombeira et comment aujourd'hui se fait présent ce que nous appelons d'une agenda quilombola. Nous apportons à la construction du texte des informations sur la vie quotidienne des habitants de Pitombeira, en soulignant quelques articulations de ses habitants non seulement de mode interne, mais aussi d'autres personnes en dehors de cet univers. La recherche nous a permis de considérer qu'il y a une différence entre être noir de la Pitombeira et être identifié comme noir de la communauté. Et que ce sentiment d'appartenance de ceux qui font partie de la Pitombeira est marqué par le partage d'une origine (que ce soit subjectif ou réel) et des moeurs, ainsi que la stigmatisation subie par eux dans la région. Étant basé sur ces éléments, le groupe s'est articulé, en 2005, en tant que citoyens de droit en cherchant sa reconnaissance comme un vestige du Quilombo.

Mots-clés: La reconnaissance quilombola; l'identité ethnique; Pitombeira (Várzea/PB).

Sumário

Índice de Figuras	ix
Índice de Mapas	ix
Lista de Siglas e Abreviaturas	x
Resumo	xi
Résumé	xii
INTRODUÇÃO	14
A construção do sujeito estudado	15
I – A Pitombeira e seus vínculos históricos e sócio-culturais	24
1.1. A “História Oficial” da região do Sabugi	25
1.2. A “comunidade” negra da Pitombeira	31
1.3. Cotidiano e espaço social	45
1.4. Relações de trabalho e os serviços buscados nas cidades circunvizinhas	60
1.5. A escola e as interações sociais do grupo	73
II – A festa do Rosário – uma festa vivida pelos “negros da Pitombeira” . 85	
2.1. A origem da festa e a relação com a Pitombeira	86
2.2. A “estrutura” da festa	97
2.2.1. Os diversos componentes da festa	99
2.2.2. A Igreja – as novenas, a missa e a procissão	102
2.2.3. O “Tope do Juiz”	104
2.2.4. Entrega dos cargos	108
2.3. Uma festa para um povo	110
2.4. Olhares sobre a festa	128
III – Reconhecimento quilombola: a atuação de entidades na Paraíba e o caso da Pitombeira	137
3.1. O Artigo 68 e os desdobramentos teóricos de sua aplicação	138
3.2. O Reconhecimento de Comunidades Quilombolas no Estado da Paraíba: a atuação da AACADE e CECNEQ	153
3.3. O reconhecimento quilombola da Pitombeira.....	162
3.4. Etnografando discursos	181
Considerações Finais	211
Referências Bibliográficas	218
ANEXOS	225

Introdução

A construção do sujeito estudado

O presente texto busca apresentar algumas reflexões a respeito do processo de reconhecimento quilombola da comunidade negra rural de Pitombeira, situada na zona rural do município de Várzea. Para tanto realizamos uma pesquisa de campo junto a este grupo entre os anos de 2009 e 2011, na qual procuramos acompanhar o cotidiano de seus moradores de modo a refletir como se configura uma demanda pelo reconhecimento do direito de um grupo enquanto uma comunidade de remanescentes de quilombo.

Como já tivemos oportunidade de recuperar em outros trabalhos¹, meu² primeiro contato com a questão quilombola (em termos de exercício etnográfico) se deu, quando da observação da festa de Nossa Senhora do Rosário, realizada na cidade de Santa Luzia no ano de 2004. À época, estudante de Ciências Sociais e bolsista do PET-Antropologia (Programa de Educação Tutorial) MEC/SESu, estava interessada em realizar um pequeno exercício etnográfico para inicialmente elaborar um trabalho a ser apresentado junto a tal programa. Para tal acompanhamos alguns momentos da festa com uma curiosidade antropológica, e pessoal. Antropológica por ser uma aluna que vinha me voltando para um aprendizado mais detido no campo da antropologia e, pessoal porque enquanto uma moradora da região³ já havia ouvido falar muito a respeito de tal festa, embora nunca tenha participado da mesma.

Talvez pudéssemos aqui fazer alusão a algumas reflexões elaboradas por João Pacheco de Oliveira quando ao analisar os aspectos explícitos na imagem da “viagem da volta” o autor ao chamar atenção para a relação entre etnicidade e território, lança mão da expressão “enterrando o umbigo” que segundo o mesmo

¹ Ver SOUZA & LIMA, 2007 e SOUZA, 2008.

² Embora o texto desta dissertação esteja escrito na primeira pessoa do plural, considerando que o mesmo trata-se de uma construção coletiva entre orientadora e orientanda. Em alguns momentos desta introdução lançarei mão da utilização da primeira pessoa do singular por considerar que mencionarei situações que são vividas por mim de modo particular.

³ Sou nascida na cidade de São Mamede, que faz divisa com os municípios de Santa Luzia, Várzea, entre outros. Lá morei até o momento em que vim para Campina Grande cursar a graduação em Ciências Sociais.

traz para os nordestinos uma associação muito particular. Nas áreas rurais há um costume de as mães enterrarem o umbigo dos recém-nascidos para que eles se mantenham emocionalmente ligados a ela e à sua terra de origem. Como é freqüente nessas regiões a migração em busca de melhores oportunidades de trabalho, tal ato mágico (uma “simpatia”) aumentaria as chances de a criança retornar um dia à sua terra natal. (OLIVEIRA, 1999, p. 30-31).

É possível que a minha necessidade de refletir a respeito de cenários tão próximos ao da minha cidade de origem, possa ser explicado por este sentimento, pois embora não tenha residido na zona rural, meus pais vieram deste universo e mantiveram na vida na cidade alguns comportamentos provenientes do mundo rural. Eu e meus irmãos tivemos nossos umbigos enterrados na propriedade onde meus avós maternos moravam. E embora não soubesse, pois foram informações que adquiri durante a realização desta pesquisa, foi em uma região próxima a Pitombeira que meu avô paterno viveu quando ainda era criança. Fato que me trouxe surpresas no decorrer da pesquisa.

Menciono tais questões, pois durante a realização da pesquisa na comunidade da Pitombeira, fui confrontada por alguns moradores daquele lugar a respeito de minhas origens. Assim, ao mencionar o fato de eu ser nascida no município de São Mamede, logo algumas pessoas buscaram me localizar naquele universo, principalmente pelos laços de parentesco.

Como a cidade de Várzea localiza-se próximo a cidade onde residem meus pais⁴, algumas vezes quando fui a campo era levada pelo meu pai, que passou a transitar na Pitombeira de forma bastante interessante, tendo sido convidado, juntamente com minha família⁵, a participar de novenas realizadas na comunidade, bem como receberam convite para jantar na casa da senhora que me hospedou.

Situada basicamente no que seria o meio do caminho que liga a área urbana das cidades de Santa Luzia e Várzea, a Pitombeira passou a apresentar-se para mim como um lugar não apenas de fronteiras territoriais. Através do contato com os moradores que fazem esta comunidade negra rural

⁴ Consultar mapa da Paraíba na página 25.

⁵ É importante mencionar aqui que na Pitombeira encontrei parentes, além de conhecidos dos meus avós. E mais, que descobri tais parentes logo nas primeiras conversas através da curiosidade de alguns moradores de lá, em saber quem era minha família em São Mamede. Esta trata-se de uma das surpresas que mencionei anteriormente.

encontrei relatos de pessoas que conviveram com meus parentes e mesmo alguns que são considerados meus parentes. Estive diante dos inesperados da vida e neste caso não são tão inesperados assim em virtude da proximidade territorial com minha cidade natal.

Conforme mencionei anteriormente a proximidade territorial entre a cidade onde nasci e a cidade de Várzea, lugar no qual se encontra situada a comunidade da Pitombeira, de certo modo nos aproxima, por este motivo não seria remota a possibilidade de neste lugar eu realmente encontrar alguns parentes. Assim sendo, é conveniente ressaltar que na comunidade da Pitombeira fui vista por alguns deles enquanto parente, mesmo que com alguns não tenha um vínculo de parentesco efetivo.

Esta situação de identificação e aceitação por mim vivenciada não é inusitada, lembrando aqui Ellen F. Woortmann (1995, p. 21-22), ao escrever a respeito de colonos do sul do país e sitiantes do nordeste, traz na introdução de seu texto uma referência ao contato com um colono de Morro dos Bugres com o qual teve os laços estabelecidos quando o mesmo perguntou de quem ela era (referindo-se aos laços de parentesco). Ela foi identificada com um de seus avôs, o mesmo era um representante comercial que estivera na região que ela realizara a sua pesquisa muitos anos antes, em virtude do fato de seu avô ser reconhecido como um homem de bem, ela foi aceita pelas relações de parentesco.

Menciono esta referência a Woortmann não com o intuito de comparar as situações ou mesmo considerá-las similares (uma vez que não são), mas apenas para ressaltar que por, vezes, as relações entre o campo de pesquisa e o pesquisador podem ser abertas através do parentesco.

Mas deixando de lado tais questões e nos detendo nas questões mais pontuais, foi através da observação da festa do Rosário bem como da realização de minha pesquisa de fim de curso de graduação, a respeito da identidade quilombola dos moradores do Talhado que residem no bairro São José, que tomamos conhecimento da existência da Pitombeira. Logo, este primeiro contato com a festa do Rosário, adicionado ao fato de que entre os atores que fazem parte de tal ritual estão alguns moradores da Pitombeira nos

instigou a voltar a esta festa de modo a observá-la a partir da participação destes.

O nosso retorno à festa do Rosário demonstrou-se fundamental para pensarmos a construção do presente texto, uma vez que através desta festa tivemos a possibilidade de acompanhar como os moradores da Pitombeira se apresentam e são vistos por aqueles que não pertencem ao grupo, através deste ritual que congrega em sua formação pessoas de cor negra.

Enfim, esclarecidos alguns dos antecedentes da pesquisa é conveniente apresentarmos o lugar no qual desenvolvemos nossa pesquisa. A Pitombeira encontra-se localizada na zona rural da cidade de Várzea, situada no Seridó Ocidental do estado da Paraíba, segundo dados de 2010 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) sua população foi estimada em 2.504 habitantes, encontrando-se na comunidade da Pitombeira em média 167 habitantes⁶.

O município de Várzea dista 277 km da capital do Estado, João Pessoa, limitando-se ao norte com Ouro Branco (RN) e Caicó (RN), ao sul, com São Mamede, ao leste, Santa Luzia e ao oeste com São João do Sabugi (RN) e Ipueira (RN). Antes de elevar-se à categoria de município, o distrito de Várzea pertencia à Santa Luzia, tendo sido desmembrado pela lei estadual nº 2.683, datada de 22 de dezembro de 1961.

A Pitombeira é uma comunidade rural negra que no ano de 2005 recebeu sua Certidão de auto-reconhecimento enquanto comunidade remanescente de quilombo emitida pela Fundação Cultural Palmares (FCP). Este reconhecimento vivido pelo grupo os transforma em sujeitos de direitos garantidos pelo Estado.

Na região do Vale do Sabugi⁷, onde está situada a Pitombeira não encontramos apenas este grupo que solicitou o reconhecimento da identidade quilombola junto a FCP. No ano de 2004 foi reconhecido o quilombo do Talhado, situado no município de Santa Luzia, e no mesmo ano do reconhecimento da Pitombeira (2005) também recebeu sua certidão enquanto

⁶ Número sugerido pela Presidente da Associação da Pitombeira em um mapeamento feito por nós em sua casa em meados do ano de 2010;

⁷ O Vale do Sabugi é composto pelos municípios de Santa Luzia, Várzea, São Mamede, São José do Sabugi e Junco do Seridó.

remanescente de quilombo a Comunidade Urbana de Serra do Talhado. No momento em que desenvolvemos esta pesquisa pudemos acompanhar a emergência de outro grupo que busca o reconhecimento. Trata-se de um grupo de moradores do bairro São Sebastião em Santa Luzia que estão atualmente buscando pelo reconhecimento junto à Fundação Cultural Palmares.

Com isso observamos que a partir de 2004 passa a emergir em parte da região do Sabugi (especificamente nas cidades de Santa Luzia e Várzea) uma demanda pelo reconhecimento de uma identidade específica, e embora algumas pessoas acreditem que a Pitombeira e o Talhado tenham uma origem comum⁸, o encaminhamento das solicitações de reconhecimento destes grupos se estabeleceu de modo separado.

Ao analisarmos este cenário de pesquisa consideramos que o reconhecimento do Talhado parece ter gerado, tanto em Santa Luzia como nas redondezas, um processo de emergência de comunidades que passaram a se enunciar enquanto comunidades quilombolas.

Estamos então diante de um cenário no qual quatro comunidades vão se apresentando (e se legitimando) a partir de retóricas distintas. Referimo-nos aqui aos reconhecimentos da Pitombeira (que reivindica seu reconhecimento com base na informação de que o grupo foi formado a partir da chegada de quatro cativos naquele lugar, ainda que se considere que exista também outra vertente de narrativa da história de origem do grupo que menciona uma possível ligação entre esta localidade e o Talhado, tendo o Talhado surgido com a saída de um dos moradores da Pitombeira para aquele lugar); da comunidade Quilombo de Serra do Talhado (situado na zona rural do município de Santa Luzia); da Comunidade Urbana de Serra do Talhado (localizada na zona urbana do município de Santa Luzia, mais precisamente no bairro São José onde residem pessoas que migraram do Talhado e seus descendentes) e a reivindicação que vem sendo instaurada pelos moradores do bairro São Sebastião (outro bairro do município de Santa Luzia, no qual se encontram mais um relativo número de pessoas advindas do Talhado), tal movimento por

⁸ Abordaremos tais reflexões de modo mais detalhado no decorrer do texto.

reconhecimento do bairro São Sebastião vem sendo instaurado desde o ano de 2009 e vem sendo acompanhado por outros pesquisadores⁹.

Nosso contato com a comunidade da Pitombeira, propriamente, iniciou-se com o nosso ingresso no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, bem como através de nossa inserção no Projeto Casadinho/ CNPq¹⁰.

No nosso esforço de construir um exercício de pesquisa, nos permitimos seguir pistas, indicações e abrir uma rede de contatos. Fomos informadas sobre reuniões que aconteciam no bairro São Sebastião e chegamos a participar de algumas das referidas reuniões¹¹ que congregou os moradores daquela localidade para tratar do encaminhamento do reconhecimento destes enquanto comunidade quilombola.

Em duas destas reuniões que nos fizemos presentes as mesmas contaram com a participação de membros da AACADE (Associação de Apoio aos Assentamentos e Comunidades Afro-descendentes), neste momento tivemos oportunidade de presenciar como esta Associação vem desenvolvendo seus trabalhos para implementação do reconhecimento das comunidades quilombolas no cenário paraibano e sua articulação com os grupos que demandam por tal reconhecimento.

Percebemos que as pessoas estão inseridas em redes e é dentro delas que as questões de demandas por reconhecimento identitário, busca por benefícios, possibilidades de cursos, etc, precisam ser situadas e compreendidas. É claro que nosso esforço é prioritariamente em torno da identidade quilombola, porém, algo que vem se destacando é a maneira pela qual alguns significados vêm sendo veiculados, ou mesmo construídos, ao longo dos últimos anos.

⁹ A colega Eulália Bezerra Araújo vem acompanhando tal movimento em sua pesquisa de mestrado, que será apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFCG.

¹⁰ Através de um Edital de Pesquisa se construiu uma pesquisa aglutinando dois centros de pesquisa (UFCG/PPGCS e UNICAMP) para a investigação de um tema proposto: Reversões agrárias e Reversões Identitárias na Paraíba.

¹¹ Em algum momento podemos também nos referir ao Bairro São Sebastião chamando-o como Monte;

Por exemplo, conforme se pode identificar em estudo anterior sobre o Talhado¹², é recorrente, entre alguns dos moradores daquela localidade, uma dificuldade em lidar com a nova categoria através da qual eles passaram a ser identificados com o reconhecimento quilombola, pois vigora a percepção de que se é quilombola porque se é negro, logo, se foi escravo, e viveu numa senzala. Em alguma medida, ser quilombola teve que se constituir em meio aos processos negociados. Uma questão que se destaca até hoje, e não se trata de uma singularidade de tal grupo, é o fato de se associar de modo quase inseparável quilombo a senzala. Ser quilombola é ter vivido numa senzala. E aí a questão parece indicar um grau de subordinação quase desconstituente, pois cativo é aquele que vive na terra do outro. E estamos diante de duas comunidades – Talhado Rural e a Pitombeira – que obtiveram (não vamos aqui discutir como) uma terra que é reconhecida socialmente como deles. Eles não mais precisa(ra)m viver na terra dos outros. O que os colocam justamente como o contrário do cativo, do morador de uma senzala, eles não são ‘assujeitados’¹³.

É interessante ressaltar que no caso da comunidade de Pitombeira a enunciação identitária não é resultado de uma tensão fundiária, a busca pelo reconhecimento não foi instaurada a partir de uma demanda territorial. Embora o período de realização da pesquisa não tenha nos favorecido algumas reflexões, já no final da pesquisa junto ao grupo, percebemos que a questão territorial poderá, em algum momento, gerar situações conflitantes entre os moradores da Pitombeira.

Durante a pesquisa etnográfica tivemos conhecimento de que as antropólogas do INCRA do Estado da Paraíba realizaram uma incursão a Pitombeira com o objetivo de iniciar o processo de elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID). Em virtude de tal empreendimento buscamos não abordar de modo direto as questões referentes à demanda pelo território do grupo para que nossa pesquisa em alguma

¹² Trabalho monográfico intitulado “A construção da identidade quilombola no bairro São José – Santa Luzia/PB”, realizado sob a orientação da professora Dra. Elizabeth C. de Andrade Lima.

¹³ Entendemos por assujeitado o indivíduo que se encontra ao arbítrio do dono da terra, pois é ele quem disponibiliza a terra de morada e de trabalho. Logo, assujeitado é alguém dominado a partir do local de morada e de trabalho.

medida não viesse a ser associada a do INCRA. Também em virtude de tal empreendimento acabamos intensificando nossa pesquisa em algumas ocasiões, o que acabou instaurando algumas dificuldades para a conciliação entre as disciplinas que estávamos cursando e a realização de nossa pesquisa. Porém durante o período no qual estivemos realizando a coleta de dados não tivemos conhecimento de que outra visita de representantes de tal órgão tenha acontecido.

Consideramos importante tais atitudes, pois lembrando aqui textos hoje clássicos (Foote-White (2005), Berreman (1990), por exemplo) ser percebido enquanto um pesquisador depende dos personagens que são socialmente compreendidos naquela localidade.

Com relação à pesquisa propriamente dita os moradores do lugar estiveram sempre dispostos a ajudar, algumas vezes mesmo acompanhando a lugares que eu precisasse visitar. Não percebendo em tal atitude a caracterização enquanto um mecanismo de controle e sim um cuidar bem. Em alguma medida, mesmo quando não reconheciam o meu pai, a minha aparência favorece tal leitura, pois sendo jovem miúda e com as marcas de uma pessoa frágil, o que gera uma expectativa de não ter capacidade de me mover sozinha em tal ambiência. Sem querer comparar, se não tive um “Doc”, me senti muitas vezes meio “Bill” (Foote-White: 2005)¹⁴. Com o tempo passei a andar sozinha, embora sempre tivesse alguém disposto a me acompanhar. O trânsito na Pitombeira é bastante tranquilo. Considerando à disposição espacial, posso dizer que as casas localizam-se de certo modo próximas, quase que existindo um conglomerado de casas de um lado e do outro, o que de certo modo as aproxima.

¹⁴ No seu clássico texto: “Sociedade de esquina = Street corner society: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada”, William Foote Whyte nos apresenta alguns elementos referentes a sua experiência na pesquisa de campo. Em parte do texto o autor nos mostra como se estabeleceu seu contato com “Doc”, o interlocutor de seu trabalho, e como foi importante para o desenvolvimento de seu estudo estar acompanhado por ele e ser identificado como “o amigo Bill”. “Doc” o acompanhou em muitos momentos da pesquisa e o ajudou a percorrer os ambientes de modo que pudesse entender alguns códigos locais. Na Pitombeira muitas vezes fui levada a algumas casas e apresentada, enquanto pesquisadora, por aqueles que me conduziam.

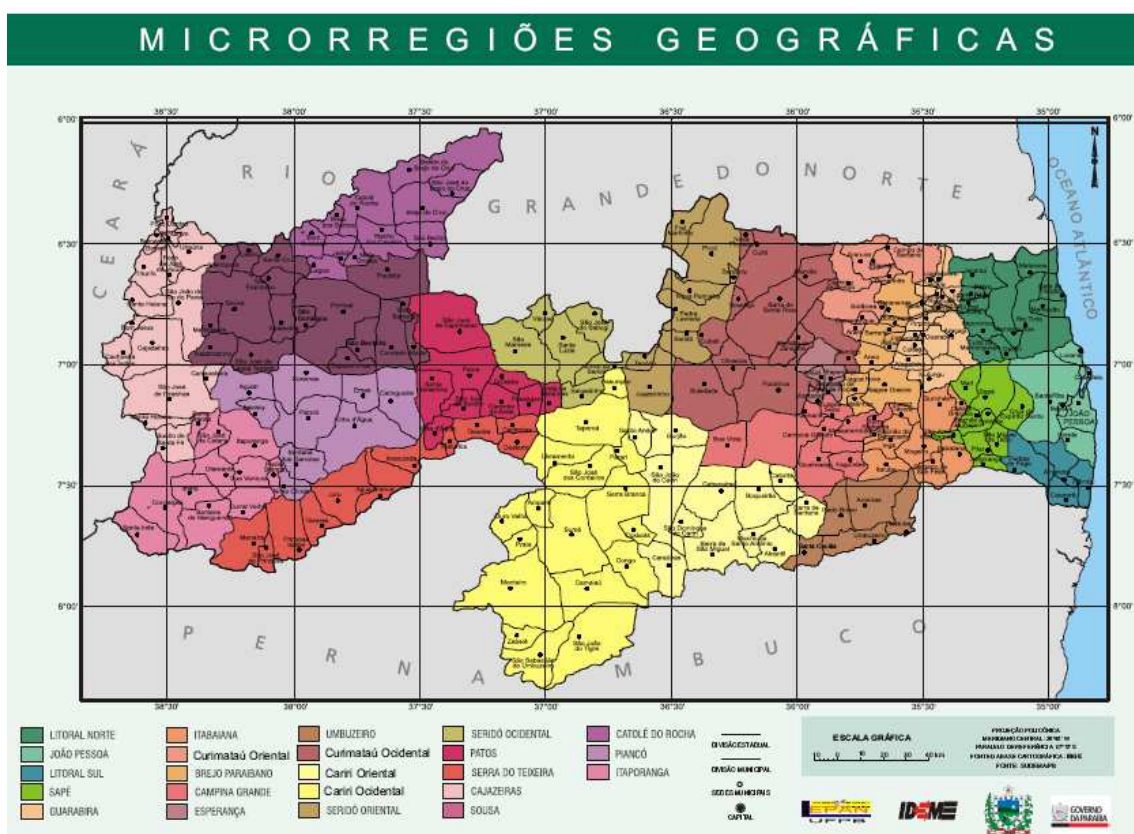
Neste texto apresentaremos algumas reflexões a respeito da comunidade negra rural de Pitombeira e os desdobramentos vivenciados pelo reconhecimento quilombola deste grupo.

Capítulo 1

A Pitombeira e seus vínculos históricos e socioculturais

1.1. A “História Oficial” da ocupação da região do Sabugi

Para a realização desta dissertação empreendemos esforços na elaboração de um estudo etnográfico junto à localidade chamada de Pitombeira, percebendo-a enquanto uma comunidade negra rural que pertence territorialmente ao município de Várzea, este por sua vez fica situado na Micro-Região do Seridó Ocidental paraibano, mais especificamente na região que é conhecida como Vale do Sabugi. A população que aí vive recebeu no ano de 2005 da Fundação Cultural Palmares sua Certidão de Auto-reconhecimento enquanto remanescente de quilombo. É a respeito desta localidade e da população que aí vive que desenvolveremos o presente texto.



Mapa 01: Mapa das Micro-Regiões do Estado da Paraíba

Fonte: http://www.ideme.pb.gov.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=287&Itemid=24

Para chegarmos ao município de Várzea percorremos 263 km saindo da capital do estado, João Pessoa, até a cidade de Santa Luzia através da Rodovia Transamazônica – BR 230. Chegando a Santa Luzia, passamos

através desta BR pelo perímetro urbano deste município e já na saída de tal cidade acessamos à direita, através de uma bifurcação, a PB 233, Rodovia Anísio Marinho, na qual percorremos ainda 14 km para chegarmos ao município de Várzea.

Antes de sua emancipação Várzea pertencia territorialmente ao município de Santa Luzia, sendo que os distritos que neste período faziam parte de Santa Luzia foram emancipados e hoje ocupam juntamente com tal cidade o Vale do Sabugi. Assim para que se possa entender um pouco a respeito da história da Pitombeira e mesmo do município de Várzea, acreditamos ser necessário mencionar tal relação, uma vez que durante a pesquisa foram localizadas mais informações referentes à história de ocupação do município de Santa Luzia do que a respeito de Várzea propriamente.

De acordo com os dados presentes na bibliografia¹⁵ que tivemos acesso, a ocupação do território do Sabugi se deu em virtude da facilidade em se obter sesmarias e por aquela se tratar de uma região propícia para a criação de gado.

Conforme consta no livro “O município de Santa Luzia e sua Evolução”¹⁶ (1939) elaborado de modo a organizar o quadro histórico do município de Santa Luzia, os primeiros “civilizados” a se instalarem na região do Sabugi foram o sargento-mór Matias Vidal de Negreiros, o alferes Marcos Rodrigues Cabral e Manuel Monteiro. De acordo com tais informações em 1702 os mesmos teriam ocupado “pacificamente uma vasta gleba de terra de ‘nove léguas de comprimento por seis de largo’ terra esta cuja extremidade-sul fica no atual município de Santa Luzia” (*Ibid*, p. 3). Neste processo de ocupação estes “civilizados”, enfrentaram alguns indígenas que se concentravam nas redondezas, sendo os últimos dominados pelo capitão-mor Teodosio de Oliveira Lêdo.

¹⁵ Para mais detalhes ver: O Município De Santa Luzia E Sua Evolução(1939); Mobraal (1984); ARAÚJO (1996); MEDEIROS (2007).

¹⁶ De acordo com uma nota publicada no livro, o mesmo foi elaborado sob a inspiração de uma enquete sob o título – Caderno de Informações, através da qual o “dr. Felinto Muller, chefe de polícia do Distrito Federal e diretor do serviço de divulgação da Polícia, dirigiu às 1572 prefeituras do país, na ânsia louvável de fazer o Brasil conhecido dos brasileiros” (O Município de Santa Luzia e sua evolução, 1939, p. 1).

De acordo com os dados presentes no livro “O Município de Santa Luzia e sua evolução” (1939)

Já no limiar do XVIII século, as diversas tribos se haviam acantonado no vasto triângulo formado pelas bacias dos rios Piancó, Peixe e baixo – Piranhas, último reduto onde se preparam para a grande batalha com os guerrilheiros bandeirantes da época, dentre os quais se destaca o citado Teodósio de Oliveira Lêdo, “o principal heróe da conquista e povoamento do sertão paraibano”. Ali, a confederação Tapuia, composta pelos Sucurús, Icós, Pegas, Payacús, Goiacús, Panatys, Arius e Curemas, fez perigar o prestígio do sertanista guerreiro, mas a vinda de Pernambuco, do capitão Luiz Soares, com as credenciais de sucessor de Henrique Dias, no comando do batalhão “dos pretos”, fortaleceu as fileiras do exército de Teodósio, e *os gentios foram batidos, dominados, à exceção dos heróicos e audazes Curemas, que não cederam à violência da artilharia bandeirante*, tornando-se preciso o arranjo diplomático de uma aliança, levada a efeito pelo ponderado e experiente guerreiro Manuel de Araújo, enviado do governador Dr. João Lencastro. (O Município de Santa Luzia e sua evolução, 1939, p. 3, grifos nossos).

Conforme as informações postas neste livro, já na primeira década do século XVIII, o sertão havia entrado “em uma fase de paz com a catequese e aldeamento do indígena e desbravamento das matas” (*op. cit.*, p. 4), com isso percebemos que embora seja enfatizada a informação de que não houve lutas entre os “civilizadores” e os indígenas, a ocupação deste território não foi feita sem prejuízos aos últimos¹⁷.

Neste mesmo período do início do século XVIII também consta que teria se instalado na região Isidoro Ortins de Lima, mais especificamente na Cachoeira do Ingá. Contudo uma figura destacada na maioria dos textos que tratam da história oficial de Santa Luzia pela sua representatividade para a formação da região de Santa Luzia é o português Geraldo Ferreira Neves, pois o mesmo teria se fixado nessa região onde adquiriu grandes porções de terras, tornando-se uma figura conhecida graças à fortuna adquirida. Segundo tais fontes este senhor faleceu solteiro e deixou sua fortuna para seu sobrinho Geraldo Ferreira Neves Sobrinho, este último por sua vez, em 1773 construiu a

¹⁷ Mesmo a história oficial apagando informações referentes à presença de indígenas na região percebemos que as memórias se encarregam de manter os indícios. Existe na região uma memória de antepassados caboclos ou indígenas. Em algumas conversas estabelecias com moradores da Pitombeira observamos a recorrência de histórias contadas pelos mais velhos que fazem menção a antepassados que foram pegos a dentes de cachorro

capela de Santa Luzia, fato de grande importância para o desenvolvimento urbano do município.

Observando os dados fornecidos na bibliografia que tivemos acesso a respeito da história de ocupação do município de Santa Luzia, percebemos que existem algumas divergências nas informações, sejam elas referentes aos nomes das figuras ilustres ou mesmo quanto aos elementos que são descritos enquanto significativos.

Estas informações são usadas por outros autores que escrevem a respeito da história de Santa Luzia e região, e um exemplo que poderíamos destacar no presente momento é o livro intitulado “Fragmentos da história de Várzea¹⁸” (2003) escrito por José Joácio da Nóbrega. O autor à época da escrita do texto era um jovem seminarista, nascido no município de Várzea, e que compila dados a respeito da história de Santa Luzia e acrescenta aqueles referentes à ocupação do município de Várzea. Neste texto após fazer referência ao trecho que destacamos anteriormente, Nóbrega acrescenta a informação de que não houve massacres e que nem lutas foram travadas contra os indígenas.

Mas a ocupação do território, que hoje constitui os municípios de Santa Luzia, Várzea, São Mamede, São José do Sabugi e Junco do Seridó, foi feita pelos desbravadores sem massacres e lutas contra ameríndios, como aconteceu em outras regiões da Paraíba (NÓBREGA, 2003, p. 10).

Porém com a leitura mais cuidadosa do texto destacado anteriormente e considerando que Nóbrega também utiliza no seu texto, o trecho que fizemos referência, no qual as informações postas sugerem a existência de conflitos, apenas para enfatizar, quando o mesmo traz a indicação de que os “gentios foram batidos, dominados” e somente os Curemas “não cederam à violência da artilharia bandeirante”, é perceptível a existência tanto da luta, quanto da resistência dos indígenas.

Quanto à ocupação do território que atualmente pertence ao município de Várzea, conforme dados de Nóbrega (2003), a mesma data dos idos de

¹⁸ É importante destacar que as informações contidas no livro de José Joácio da Nóbrega são, baseadas nos textos mencionados na nota número 15, bem como, segundo o referido autor, em entrevistas realizadas por ele com historiadores locais.

1850. Consta nos escritos sobre a região que seu colonizador foi, propriamente, o português Manoel Tavares da Costa, sendo que tal senhor já havia estabelecido residência em uma propriedade (Sítio Albino) na então Vila de Santa Luzia, segundo as informações postas no livro de José Joácio da Nóbrega, Manoel Tavares deixou sua residência no Sítio Albino por ter sido perseguido por indígenas.

Embora considere que a ocupação do território de Várzea date de 1850, Nóbrega menciona que as primeiras edificações em terras doadas ao patrimônio da Igreja vieram surgir apenas em 1926. É nesta mesma época que o então povoado, realiza a sua primeira feira e recebe seu primeiro nome: *Vila Presidente Pessoa*, que em 1939 passou a ser chamado de *Sabugirana* e em 1944 recebeu o atual nome de *Várzea*.

Através do decreto Lei Nº 2.683 de 22 de dezembro de 1961 foi concedido ao povoado de Várzea sua autonomia política, datando oficialmente a sua emancipação política de 11 de janeiro de 1962, quando o mesmo foi desmembrado do município de Santa Luzia.

Os dados até então apresentados neste capítulo são baseados na história considerada “oficial”, assim sendo é interessante ressaltar que muitas vezes a produção destes dados é encomendada por prefeituras, elemento este que pode apresentar algumas implicações.

Conforme salienta Schenato (2011) esses discursos que se tornam oficiais algumas vezes “apagam da memória” o passado conflituoso, na tentativa de construir uma imagem de uma identidade homogênea e harmônica. O autor ainda acrescenta “É também na memória oficial, que temos a *heroicização* do ‘pioneiro’ em uma identidade formada por ‘gente que faz’, anulando-se a possibilidade de evidenciar outros atores que não compartilham dessa ‘identidade’ regional.” (SCHENATO, 2011, p. 43-44)

Ao apresentar as particularidades da historiografia da região pesquisada (região Oeste do Paraná) Schenato salienta o fato de que

Esta história enviesada a partir de interesses políticos encontra-se também em certos trabalhos acadêmicos sobre a região, que, com a chancela da ciência acaba por fabricar uma “verdade” que só incluiu como agentes da história aqueles que os convém (Ibid, p.44)

O apagamento ou mesmo a pouca visibilidade de alguns sujeitos na construção da “memória oficial” apresenta a imagem de uma origem homogênea que acaba por ser naturalizada.

Com isso gostaríamos de ressaltar que no caso por nós estudado, a imagem construída por estes discursos apresenta a idéia de uma relação tranqüila e sem conflitos quando da chegada dos “desbravadores” à região do Sabugi e aqueles que lá se encontravam. E quando aparece a presença dos índios, eles são vistos como sendo o problema a ser vencido, são eles que colocam fogo nas residências dos “colonizadores” e a figura de herói é dirigida àqueles que conseguiram lhes derrotar.

Enfim, embora exista menção a presença de indígenas na história de formação da região do Sabugi, o modo pelo qual os mesmos são mencionados é muito característico de uma certa maneira de se propor nexos, sempre promovendo a invisibilidade de certos grupos sociais. Neste contexto nos questionamos qual o lugar ocupado pelos negros neste processo?

Considerando a ausência de informações, poderíamos acreditar que os mesmos sequer existiram naquela região, porém, não é necessário muito esforço para que localizemos indícios da existência de negros nesta região.

Durante a realização de nossa pesquisa encontramos no acervo da Igreja Matriz de Santa Luzia, livros de registros de casamentos e batizados de escravos e libertos da região (no caso dos registros de casamentos, o livro abrange um período de 1858-1881, enquanto o dos batismos de ingênuos, o livro nº06 é referente ao período de 1872-1888), o que nos leva a reflexão de que as informações a respeito dos mesmos apenas não foram tomadas como dados, sendo desconsideradas enquanto informações relevantes para o exercício de escrita da história daquele lugar.

Gostaríamos de esclarecer que não é nosso intuito, ao trazer para a construção deste texto tais reflexões de caráter histórico, desenvolver uma versão para contar a história de formação do município de Várzea, mas ressaltar a origem de tais informações e salientar a necessidade de contextualizá-las para não incorrerem em considerações equivocadas.

No Vale do Sabugi encontram-se, atualmente, três comunidades remanescentes de quilombos, quais sejam: Comunidade Quilombo de Serra do

Talhado, Comunidade de Pitombeira e Comunidade Urbana de Serra do Talhado¹⁹. Realizamos nossa pesquisa junto à comunidade rural negra de Pitombeira. Deste modo neste capítulo apresentaremos alguns elementos referentes à história de origem do grupo, bem como informações a respeito do cotidiano das pessoas que fazem esta “comunidade”.

1.2. A “comunidade” negra da Pitombeira

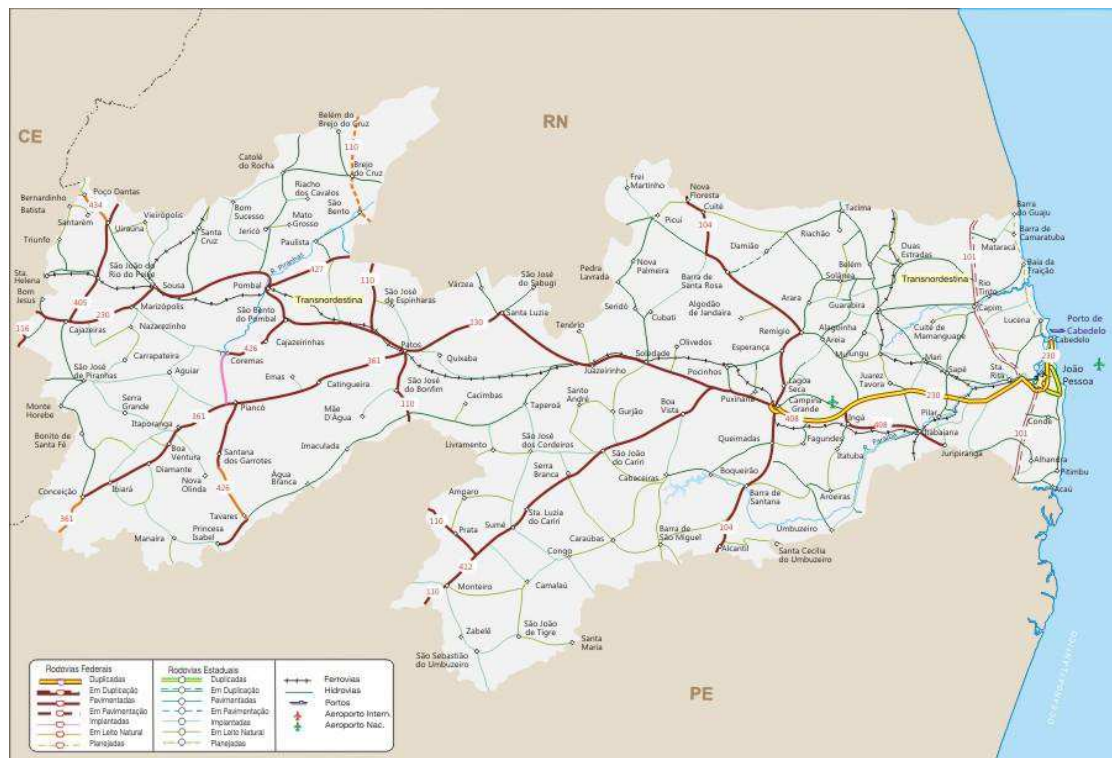
A Pitombeira fica localizada na zona rural do município de Várzea, tratando-se de um povoado²⁰ onde se encontra uma comunidade negra rural que encaminhou uma solicitação de reconhecimento enquanto comunidade remanescente de quilombo à Fundação Cultural Palmares, tendo sua Certidão emitida e publicada no Diário Oficial da União no ano de 2005²¹. É importante destacar que tal reconhecimento faz gerar visões de fora para dentro da existência de uma comunidade, terminologia que é incorporada por muitos do grupo, o que não implica dizer que chegando lá encontremos um grupo homogêneo, como sugere Simmel (1983) “um grupo absolutamente centrípeto e harmonioso, uma ‘união’ pura (*Vereinigung*) não só é empiricamente irreal, como não poderia mostrar um processo de vida real” (SIMMEL, 1983, p. 124).

O acesso a Pitombeira fica aproximadamente ao meio do caminho entre as cidades de Santa Luzia e Várzea (a distância entre estes municípios é de 14 km), ao chegar à Santa Luzia e passar através da BR 230 “dentro” da cidade, já na saída para São Mamede, encontra-se uma bifurcação com uma placa indicando ser aquela a entrada que dá acesso ao município de Várzea. Seguindo por esta entrada a direita chegamos a PB 233 através da qual são percorridos 7 km para chegar à estrada de terra que pela esquerda leva ao destino buscado (Pitombeira).

¹⁹ Podemos localizar tais comunidades no mapa de localização das comunidades quilombolas da Paraíba, na página 155.

²⁰ Utilizamos neste momento o termo povoado, considerando o sentido de pequena localidade.

²¹ Como mencionamos anteriormente além da Pitombeira existem mais dois grupos na região que tiveram suas certidões de auto-reconhecimento enquanto comunidade quilombola expedidas pela FCP. A respeito destes dois grupos, ver detalhes em Almeida (2010).

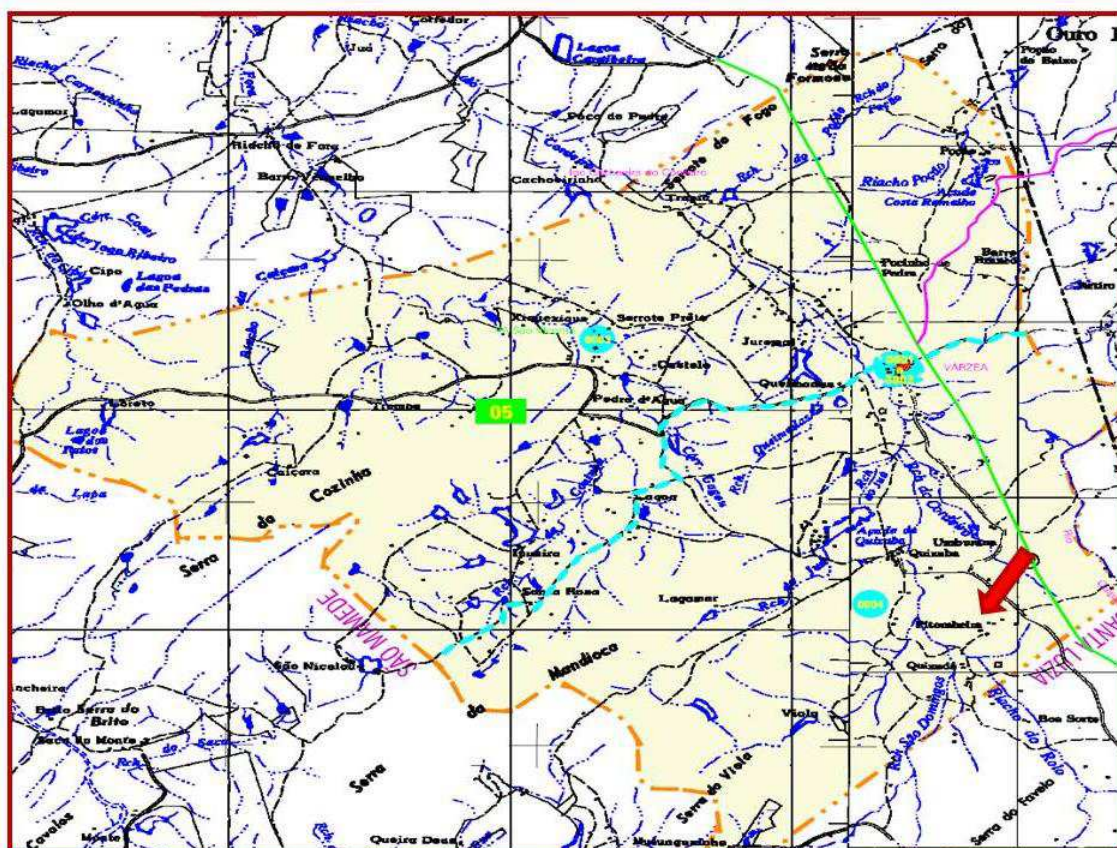


Mapa 02: Mapa das Rodovias do Estado da Paraíba.

Fonte: Banco de Informações e Mapas de Transporte.

<http://www2.transportes.gov.br/Site%20BIT/01-Página%20Inicial/01-Mapa%20Estadual/estados/port/pb.htm>

Através da PB 233 existem duas entradas em estrada de terra que dão acesso a este povoado, estas estradas são bastante movimentadas, tanto na via que o liga à cidade de Santa Luzia, quanto no trecho que dá acesso ao perímetro urbano do município de Várzea. São estes dois municípios os mais buscados pelos moradores da Pitombeira seja para a aquisição de artigos de primeira necessidade, atendimento médico, ou mesmo na busca por trabalho.



Mapa 03: Mapa de localização da Pitombeira no município de Várzea/PB.
A localidade está identificada pela seta em vermelho.

Fonte: <http://geoftp.ibge.gov.br/MME2007/PB/VARZEA.pdf>

A chegada não apresenta dificuldades, trata-se de uma localidade que, diferente da Serra do Talhado²², possui acesso fácil tanto aos municípios já mencionados, quanto a outros pólos como a cidade de Patos. Logo, pensando-os enquanto um “antigo quilombo”, do ponto de vista da historiografia, pode-se considerar que o isolamento ou mesmo a dificuldade de acesso não é uma qualidade distintiva desse grupo.

Embora o acesso a esta localidade não seja complicado, ouvimos, no momento da pesquisa, relatos de pessoas da Pitombeira mencionando conversas com motó-taxistas da cidade de Santa Luzia nos quais estes relataram que quando estiveram na Pitombeira para deixá-los declararam que imaginavam aquele lugar de modo perigoso e pouco habitado, imagem que, imaginamos, pode ter sido difundida na região.

²² A Serra do Talhado fica localizada em um ambiente de difícil acesso, distante 26 km do perímetro urbano do município de Santa Luzia, além desta distância as estradas que dão acesso a este lugar são bastante íngremes. É neste ambiente onde se encontra o Quilombo de Serra do Talhado.

Embora os negros da Pitombeira, como são identificados, sejam vistos na cidade de Santa Luzia de modo diferente, quando em comparação com os identificados como do Talhado, para ser mais clara, são vistos de modo menos preconceituoso, consideramos que também existem situações de discriminação para com eles. Nas conversas com alguns dos moradores do grupo pudemos observar que as situações de preconceito narradas se passaram na maior parte dos casos em Várzea, município ao qual eles pertencem territorialmente. Inclusive em uma conversa informal com uma moradora da Pitombeira que possui filhos estudando em Várzea, a mesma nos contou um episódio passado por seu filho na escola, é conveniente salientar que se trata de uma criança, que em um desentendimento com um colega foi chamado de “negro da Pitombeira” e ele se sentiu constrangido pelo tratamento. Esta situação é apenas uma dentre algumas que ouvimos entre os moradores da Pitombeira, nesta situação em específico, o modo pelo qual eles são vistos na cidade de Várzea pode ser demonstrado quando o colega ao se referir ao outro, o faz ligando-o a localidade onde ele reside e aos traços que a localidade carrega, são negros os que moram na Pitombeira. Observamos que as pessoas que fazem este grupo são vistas e/ou apontadas como diferentes, sendo a cor da pele um elemento de considerável relevância neste tratamento diferenciado.

Tal situação permite fazermos um parêntese. Embora, atualmente exista apenas um trabalho de conclusão de curso elaborado diretamente a respeito da Pitombeira, esta localidade é bastante mencionada nos trabalhos realizados junto aos moradores do Talhado, e nestes trabalhos sempre é aludido o modo diferenciado pelo qual são vistos os negros da Pitombeira em detrimento aos do Talhado. Conforme salienta Cavalcanti (1975)

Nas proximidades da sede do Município há um local denominado “Pitombeira”, cujos elementos (de cor negra) fazem distinção entre eles e os negros do Talhado: “Todo mundo é da mesma família; Nunca fui ao Talhado de visita ou de passeio. São meus parentes, mas são uns negros metidos a valente. Eu não gosto disso, gosto de amizade”. (CAVALCANTI, 1975, p.22)

A pesquisa realizada junto aos moradores da Pitombeira fez com que percebêssemos que embora na cidade de Santa Luzia (lócus de observação da maior parte dos trabalhos elaborados com relação ao Talhado, inclusive o

mencionado trabalho de Cavalcanti) estes sejam vistos de modo mais “respeitoso” que os do Talhado, em Várzea o olhar a eles dirigido é muitas vezes carregado de preconceito, como mostrou a situação vivenciada pelo estudante acima citado.

Mencionamos aqui o modo diferenciado pelo qual os dois grupos são ou foram tratados em Santa Luzia, pois embora durante a pesquisa não tenhamos percebido fortes fluxos familiares entre eles²³ nos dias atuais, uma das histórias contadas a respeito da origem da Pitombeira e do Talhado os liga a um mito original.

De acordo com esta história o fundador mítico da Serra do Talhado, José Bento Carneiro, antes de se instalar nas terras do Talhado teria passado pela Pitombeira.

“O primeiro morador do Talhado foi meu bisavô, por parte de pai, Zé Bento Carneiro era pai da mãe do meu pai, Josefa Carneiro. Ele era comedor de madeira, trabalhava com madeira o lugar dele era a Pitombeira, aí deu a Pitombeira pelo Saco, vendeu e foi embora, subiu a serra, foi morar e lá arrumou o sítio e deixou pra nós...” (Elvira, 94 [anos], in Santos, 1998, p. 45)

A partir de informações presentes no depoimento utilizado por Santos observamos que uma permuta de terras entre as localidades de Pitombeira e Talhado é salientada, existindo ainda outras referências,

“Eu tenho uma orientação que esse nosso terreno do Talhado, não era lá não. Isso era lá na Pitombeira. Lá habitava o finado Zé Bento, morava lá na Pitombeira, nesse tempo ele vivia de caça do mato, de abelha, e trabalhava nesse serviço de madeira, aí o finado Zé Bento foi, pegou essa terra dele lá na Pitombeira e foi pro Talhado e lá assentou esse povo e ficou matando mocó, preá, trabalhando em madeira, essa outra parte trabalhava em louça e nisso o povo ta todinho. Essa parte do povo da Pitombeira e Talhado é uma família

²³ Embora alguns dos moradores de mais idade do grupo reconheçam a existência de uma ligação de parentesco entre estes dois grupos, considerando algumas pessoas do Talhado como parentes da rama velha. A partir das conversas estabelecidas durante a realização desta pesquisa pudemos observar que existe atualmente na Pitombeira apenas um casamento que uniu uma moradora da referida localidade e um morador do Talhado. Para além deste caso, existe um senhor que tem suas origens no Talhado, lá nasceu e viveu durante muitos anos e que residindo no Monte São Sebastião, nos dias atuais, possui uma propriedade na Pitombeira, a qual ele visita com certa frequência (é lá onde ele planta, cria, etc.).

só, tudo misturado...”(Paulino do Talhado, 78 [anos], in Santos, p. 45-46)

Entre os moradores do Talhado esta permuta de terras é retratada quando os mais velhos vão falar a respeito da origem daquele lugar. Na Pitombeira a história é contada de outro modo, embora seja mencionada a ida de um morador daquela localidade para o Talhado, existem algumas distinções no discurso. Dentre os moradores mais idosos da Pitombeira, alguns, quando questionados a respeito da possível ligação dos grupos mencionaram que tinham informações de que os fundadores do Talhado antes de lá se instalarem tinham passado pelas terras da Pitombeira. Em meio a tais recordações uma senhora fez referência à existência de uma ligação de parentesco entre os grupos, segundo a mesma, seu avô era do Talhado, mas ao se casar com sua avó que era da Pitombeira eles fixaram residência nesta última; outro senhor também fez referência ao fato de que o atual chefe do Talhado, seu Guilherme²⁴, era seu parente da “rama velha”. Lembrando aqui que seu Guilherme é o genro que passa a ocupar o lugar dos filhos, quando o patriarca morre.

Embora seja recorrente entre aqueles que residem no Talhado mencionarem a ligação entre estes e a Pitombeira, a história que é contada pelo guardião da memória deste último grupo²⁵ não menciona a existência de Zé Bento, na narrativa de seu Vittor consta a chegada de quatro escravos, dos quais um teria ido para as terras do Talhado.

São muitas as reflexões já elaboradas a respeito das relações entre memória e história²⁶. De acordo com Nora (1993 [1984]) memória e história não são sinônimas, na verdade o autor considera que tudo opõe uma à outra, para este autor

²⁴ É importante destacar que no decorrer deste texto nos utilizaremos de pseudônimos para identificação das pessoas que contribuíram para a construção deste trabalho. Assim sendo, nenhum dos nomes aqui mencionados corresponde a pessoas do contexto pesquisado. No caso de nomes masculinos utilizamos alguns mais comuns nos dias atuais e quanto aos pseudônimos femininos nos utilizamos de nomes de flores, quando nos referimos àquelas que residem na Pitombeira e nomes comuns para as que não moram naquela localidade.

²⁵ Trata-se de um senhor que se encontra hoje com 98 anos, na época da entrevista o mesmo senhor estava com 96 anos.

²⁶ Poderíamos citar aqui Pierre Nora, Maurice Halbwachs, Michael Pollak, etc

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. (NORA, 1993 [1984], p. 09).

Para Nora a memória é, pois, aquilo que fica do passado, “o que nós chamamos de memória é, de fato, a constituição gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar, repertório insondável daquilo que poderíamos ter necessidade de nos lembrar” (*Ibid*, p.15). O autor salienta que a memória deixou de existir porque passou a ser reivindicada pelo discurso histórico, o que temos hoje são “lugares de memória”, que são segundo o autor lugares nos três sentidos do termo

material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o extremo de uma significação simbólica, é, ao mesmo tempo, um corte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, para uma chamada concentrada de lembrança. Os três aspectos coexistem sempre. (NORA, 1993 [1984], p.21-22).

De acordo com Nora um lugar de memória pode ser um monumento, um museu, um personagem, um documento; mas para que o sejam estes precisam possuir “vontade de memória”, ou seja, devem ter em sua origem uma intenção memorialista, sem esta “vontade de memória” os lugares tornam-se lugares de história.

Ao apresentarmos anteriormente as informações a respeito da “história oficial” do município de Várzea destacamos que por vezes elementos são desconsiderados no modo pelo qual se conta a história. E considerando que é através da memória que invocamos elementos do passado, e que ela é viva e

dialoga com o presente e com o futuro, trabalharemos, no presente texto, com as informações de Seu Vittor, um morador da Pitombeira que é considerado o guardião da memória do grupo.

Antes mesmo de apresentarmos as informações referentes à formação histórica do grupo, seria interessante ressaltarmos algumas considerações de Ecléa Bosi (2003), quando a mesma salienta que a lembrança é o que sobrevive do passado, é como o projetamos no presente, deste modo segundo a autora permanece aquilo que possui significado.

Ao nos utilizarmos das informações concedidas por Seu Vittor devemos considerar alguns elementos, é este senhor o mais antigo morador da Pitombeira nos dias atuais. Embora existam outras pessoas no grupo que possam contar a história deles, é a este senhor que a maioria se remete, considerando que o mesmo teria informações mais claras.

Ecléa Bosi ao escrever a respeito da pesquisa em memória social salienta que a memória é um trabalho sobre o tempo, sobre aquele tempo vivido “conotado pela cultura e pelo indivíduo”, devendo se considerar ainda que o tempo não flui de modo uniforme para todos os indivíduos. De acordo com a autora “o conjunto das lembranças é também uma construção social do grupo em que a pessoa vive e onde coexistem elementos da escolha e rejeição em relação ao que será lembrado.” (*Ibid*, p.54)

Considerando o exposto pela autora convém apresentarmos algumas informações a respeito daquele que na Pitombeira é considerado o guardião da memória.

Nascido na Pitombeira em 1913, seu Vittor casou-se com dona Violeta, que também nascera naquela região, juntos tiveram nove filhos e viveram momentos de muita dificuldade, principalmente porque este senhor perdeu a visão ainda jovem, entre os anos de 1958 e 1959, fato que levou seus filhos mais velhos a se iniciarem no mundo do trabalho muito cedo. Nos dias atuais, este senhor encontra-se com 98 anos e embora tenha sido ele aquele que por muitas vezes contou a história do grupo, nos dias atuais ele é auxiliado por uma de suas filhas que rascunhou em forma de texto a história que ele contara em outros momentos. Existem no grupo outras pessoas que contam alguns episódios da história da Pitombeira, mas é o nome deste senhor um dos mais

indicados pelo grupo, quando se trata de falar a respeito da origem daquela localidade.

De acordo com Seu Vittor são reconhecidos enquanto fundadores da Pitombeira os irmãos²⁷ Severino, Inácio Felix, Gonçalo e Simplício. Ao apresentar os nomes de tais personagens o referido senhor salienta que cada um deles possuía um ofício. Gonçalo era curtidor de couro, Inácio Félix fazia louça, Severino era sapateiro e Simplício era carpinteiro.

Assim, com base neste discurso seriam destes irmãos que descendem as famílias que formam a Pitombeira. Segundo seu Vittor este nome foi atribuído àquele lugar por terem estes fundadores encontrado um pé de pitomba naquela região e desta planta “gravado” o nome pelo qual o lugar é conhecido até os dias atuais.

Na fala de seu Vittor, quando da chegada destes “cativos” o Talhado, outra comunidade rural negra já mencionada, ainda não tinha nome, é como se ele quisesse dizer que o Talhado não era conhecido, passando a “ter nome” com a saída de um daqueles cativos para tal localidade. De acordo com as informações do mencionado senhor, teria sido Inácio Félix aquele que se dirigiu ao Talhado em busca de material para trabalho, uma vez que naquela região havia abundância em barro.

Conforme pudemos observar nos depoimentos dos que fazem parte do Talhado, aquele que é reconhecido pelo grupo como seu fundador mítico é Zé Bento. Ao mencionarmos as informações concedidas por seu Vittor não é de nosso interesse inferir a autenticidade desta narrativa, menos ainda julgar se existe uma que seja mais verdadeira em detrimento de outra.

Independente de que tenha sido Zé Bento ou Inácio Felix o fundador do Talhado, o que objetivamos com esta digressão é mostrar como a relação entre estes dois grupos é mencionada por aqueles que contam a história da Pitombeira e que a construção desta “comunidade” é talhada de uma maneira diferenciada por seus moradores²⁸. Contudo, temos que reconhecer que, ao descreverem a origem da Pitombeira, encontramos uma concordância no que

²⁷ Na fala de seu Vittor ele diz “... vieram esses quatro irmão, irmão, posso dizer”, assim sendo ao informar que estes quatro homens eram irmãos, estamos fazendo com base na sua fala.

²⁸ Para mais detalhes a respeito do Talhado ver: Cavalcanti (1975), Santos (1998), Nóbrega (2007), Almeida (2009), entre outros.

se refere à profissão. Trabalhar com louça de barro é uma característica do Talhado, só que nesse caso se associa, em termos de fundação, a esposa de Zé Bento e a seguir, a uma atividade intimamente feminina.

Como veremos mais à frente, o discurso a respeito da origem do grupo é contado e destacado de modos diferenciados de acordo com o cenário. Por mais que os descendentes do Talhado mencionem a passagem de Zé Bento pela Pitombeira, a mesma é vista como uma passagem por eles, sendo no Talhado que ele se instalou. Para alguns dos moradores da Pitombeira a estada daquele que iria se instalar e fundar depois o Talhado deveria atribuir àquela localidade no mínimo o prestígio de ser a primeira, e claro, um merecido destaque, em virtude da visibilidade adquirida pelo Talhado. Porém observamos que sempre se olhou para a Pitombeira através dos olhos de quem via o Talhado.

A realização da pesquisa nos fez perceber que a articulação entre os agentes externos e alguns mediadores destes grupos fez com que uma espécie de atrito fosse instaurado, não queremos com isso dizer que as pessoas destes dois grupos não tenham um bom relacionamento; mas se tratam de pessoas com trajetórias diferentes e com canais de articulação que são também diferenciados, além de se considerar os interesses dos agentes externos em contato com cada um destes grupos.

Logo, não é incomum ouvirmos entre alguns mediadores do grupo questionamentos e comparações, por exemplo, por que o Talhado saiu na frente, se foi a Pitombeira o lugar de onde saíram os que o fundaram? Por que existem tantos filmes, livros e artigos acadêmicos escritos a respeito do Talhado? Como resposta logo vem o fato de que os moradores do Talhado possuem a arte de fabricação de louças e o forró que são consideradas tradição no grupo, sendo estes elementos que identificam o grupo em muitos lugares. Perguntamo-nos se de fato foi à preservação do fabrico da louça ou do forró que atribuíram ao Talhado à visibilidade que ele adquiriu? Pensamos que embora tais traços diacríticos²⁹ sejam importantes na identificação do grupo, a

²⁹ Ver Barth (1998, 2000) a respeito dos sinais diacríticos e sua importância na marcação da existência de um grupo étnico.

atuação e articulação destes agentes externos teve forte influência nesse processo.

Quando do encaminhamento da solicitação do reconhecimento da comunidade rural do Talhado enquanto remanescentes de quilombo, o processo foi encaminhado por uma representante do poder legislativo do município de Santa Luzia, com isso não queremos sugerir que este grupo não tenha estabelecido outros canais de articulação, mas ponderamos que a atuação de tal agente foi bastante representativa em tal situação. No caso da Pitombeira, de acordo com os dados presentes nos livros de ata da Associação Comunitária a mesma senhora esteve presente em um dos primeiros encontros para discussão do reconhecimento quilombola, mas também se fizeram presentes representantes do “Movimento Negro” local, bem como estadual³⁰. Logo, percebemos que existem dinâmicas próprias para tais interlocuções e embora não abordemos as mesmas na construção deste texto, elas se apresentam de modo bastante relevante indicando possibilidades de reflexões futuras.

Mas retornando aos dados relativos à história de formação do grupo, teriam sido daqueles quatro escravos que as famílias da Pitombeira foram formadas, assim sendo, cada um deles deu origem a uma das famílias que se encontram hoje naquele lugar.

De acordo com seu Vittor, de Severino surgiu à família dos Izidros (a sua família e de um dos seus genros seu Gustavo); De Simplício originou-se a família dos Belas (ou Belarmino, ou mesmo Angeca), que é a família dos Hermínio dos dias atuais (desta raiz destacamos seu Felipe, Dona Jasmim, seu Caleb, Dona Ana Júlia e possivelmente de Dona Camélia); De Gonçalo descende a família das Máximas (a linhagem de dona Violeta) e de Inácio Felix vem a família dos Ambrozio (linhagem que não obtivemos informações claras).

Na narrativa fornecida por seu Vittor estes quatro “cativos” eram irmãos, assim esta relação poderia tornar seus descendentes parentes, pensando aqui a noção de parentesco posta por Radcliffe-Brown (1950) entendido enquanto “uma relação de filiação socialmente reconhecida (o que inclui a relação de adoção). Duas pessoas são parentes quando uma descende da outra, ou

³⁰ Apresentaremos mais informações deste processo posteriormente.

quando ambas descendem de um antepassado comum”. (Radcliffe-Brown, 1950, p.19, *apud* Woortmann 1995, p.69). Porém diferente do Talhado que se pensa a partir da descendência de Zé Bento e sua esposa Cecília enquanto uma grande família, a idéia de parentesco não unifica os moradores da Pitombeira que não se vêem como se todos fossem parentes de todos, não se pensam enquanto uma grande família, embora se reconheçam em suas respectivas descendências.

De acordo com seu Vittor, teriam sido aqueles “cativos” com suas respectivas esposas, que não aparecem com seus nomes de modo claro na narrativa, os responsáveis pela fundação daquele grupo, sendo cada casal responsável pela geração de uma família, dado que implica na formação de no mínimo quatro famílias, inferimos que pode ser em virtude deste elemento que os moradores da Pitombeira não se pensam enquanto advindos de uma só família.

Quando do encaminhamento da solicitação do reconhecimento à Fundação Cultural Palmares, foi através da linhagem de Simplício que a história do grupo foi narrada, no documento, produzido através de entrevistas realizadas com moradores do grupo, não consta informações relativas ao fato de àqueles moradores se pensavam enquanto uma grande família como acontece entre os que fazem o Talhado, pois estes se pensam enquanto formando uma grande família descendente de Zé Bento.

A narrativa acerca da origem da Pitombeira não é unívoca, a mesma comportando uma variação. Segundo um antigo presidente da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da cidade de Santa Luzia a origem do grupo seria narrada de uma forma diferenciada, de acordo com ele, teria sido um membro da família Nóbrega³¹, que havia doado aquelas terras para um negro de nome Mateus, sendo que este mesmo Mateus fora o idealizador da Festa do Rosário.

...Manoel Maximiano da Nóbrega e dona Mariinha que era sua irmã, ela foi para São Domingos e Manoel Maximiano para a Ramadinha [Refere-se a um sítio da região] e lá criaram dois, se lembra desse

³¹ Um dos moradores da Pitombeira mencionou, em conversa conosco, a influência da família Nóbrega na região e disse ser está à família que mais contratou os serviços dos negros, principalmente na região da Ramadinha (outro sítio próximo).

tempo que vendia escravo né, aí veio um navio de escravo lá de Portugal e espalhou-se nessas regiões e eles compraram um bocado de escravos, nesses escravos vinha o escravo que era lá de Portugal, mais meninote com seus dez anos e uma menina da mesma idade, Manoel Maximiano ficou com o menino e dona Mariinha ficou com a menina, criaram eles. Quando se puseram rapaz e moça eles fizeram o casamento, um se chamava Mateus e a outra era Genoveva aí casaram, depois desse casamento ele doou a Pitombeira, aquelas terras da Pitombeira ele entregou tudo para Mateus, deu a Mateus aquela terra da Pitombeira. Mateus ficou por lá, aí quando foi um dia Mateus chegou na Ramadinha aí falou: Olhe, disse: Senhor eu vim aqui pedir uma coisa. Ele perguntou: o que era Mateus?-ele disse: para nós formar uma festa do Rosário como nós tinha lá na nossa terra formar aqui em Santa Luzia, aí ele disse tá muito bem, reúna os morenos vamos treinar, mandar fazer as caixas, mandar fazer o pífe e vamos começar a Festa do Rosário (entrevista realizada com Seu Edgar em 26 de março de 2005³²).

Com base neste depoimento pode-se observar a ligação existente entre a Pitombeira e a Festa de Nossa Senhora do Rosário, realizada na cidade de Santa Luzia desde 1871. Em seu texto a respeito da comunidade do Talhado Nóbrega (2007) menciona alguns elementos referentes à origem da Pitombeira, se utilizando de informações coletadas em um texto elaborado por Mário Ferreira de Medeiros a respeito da Pitombeira. No fragmento usado por Nóbrega, Medeiros sugere que

Pelos idos de 1860/70, Mateus Velho, que ao que se sabe foi seu primeiro habitante, tendo sido alforriado pelo capitão Neco da Ramadinha, recebeu uma doação de terras nas sobras da Data de Moicó com o Sítio Tamanduá, da data de Santa Luzia. Casou com Genoveva, também escrava liberta e veio se fixar nas terras que lhe foram doadas, tendo daí nascido à comunidade. Logo Mateus Velho foi seguido por outros escravos como Inácio Félix, Severino, Simplício e Gonçalo Fogo. (MEDEIROS, 2002 *apud* NÓBREGA, 2007, p. 129).

Nóbrega ainda acrescenta que no texto escrito por Medeiros há um equívoco, pois de acordo com sua pesquisa o nome da esposa de Mateus era Justina e não Genoveva, como sugeriu Medeiros, sendo a mesma escrava do capitão Francisco Álvares da Nóbrega. Assim, Nóbrega sugere que Mateus, escravo de Manoel Maximiano da Nóbrega (também conhecido por Neco da Ramadinha), e Justina acolheram depois Inácio Félix, Severino, Simplício e Gonçalo Fogo, chegando depois outro negro chamado Izidro.

³² Mesmo quando utilizamos trechos de entrevista utilizaremos pseudônimos. Com relação a este senhor tivemos conhecimento quando da realização desta pesquisa que o mesmo falecera.

Na narrativa do guardião da memória da Pitombeira, nos dias atuais, a única informação a respeito de Mateus se refere à existência de um córrego na localidade chamado “Córrego do Matheus”, segundo seu Vittor este nome foi atribuído ao córrego por ser Mateus o dono da terra na qual o mesmo está localizado, mas ele não nos apresentou maiores detalhes acerca de tal informação.

Embora em nossa pesquisa não tenhamos nos debruçado em fontes documentais que remetesse a estes dados, apresentamos tais informações para demonstrar como a origem da Pitombeira é narrada de maneiras diversas. Porém, entre as mais variadas formas como a história a respeito desta origem é contada um elemento é recorrente, a ancestralidade negra, seja a partir de Mateus ou dos irmãos (Severino, Simplício, Inácio Felix e Gonçalo Fogo) e é com base nesta ancestralidade que em 2004 alguns representantes do grupo encaminham a FCP uma solicitação para que tal órgão expedisse uma certidão que reconhecesse a Pitombeira enquanto uma comunidade remanescente de quilombo, tal Certidão foi publicada no Diário Oficial da União em 28 de junho de 2005.

A partir de 2004 esta comunidade rural negra passa a reivindicar para si uma nova identidade, a de remanescente de quilombo, e este reconhecimento tem uma repercussão tanto para dentro quanto para fora do grupo. Nossa pesquisa nos fez perceber que independente da adesão à identidade de quilombola solicitada pelo grupo, às pessoas que fazem a Pitombeira compartilham um padrão de comportamento, utilizando-me aqui de um termo trabalhado por Woortmann (1990), uma ética que lhes é própria. Eles possuem costumes, hábitos e valores que os diferenciam de outros grupos, o que é anterior ao reconhecimento do grupo enquanto comunidade quilombola.

A nomeação deste grupo enquanto quilombola atribui aos moradores da Pitombeira o reconhecimento de uma identidade quilombola, bem como a aplicação do direito previsto no Artigo 68 do ADCT, mas é conveniente ressaltar que o reconhecimento de tal comunidade rural negra enquanto diferente é anterior a tal nomeação, e que aquelas pessoas são mais que uma

comunidade quilombola; são negros morando no sítio³³, que vivem uma situação estigmatizada perante os que residem na cidade.

Com o reconhecimento quilombola e o contato com pessoas externas a este universo local, o grupo pode por vezes ser “levado” a tomar posicionamentos que os colocam entre estas duas posições, conforme procuraremos demonstrar neste texto.

1.3. Cotidiano e Espaço Social

Como mencionamos anteriormente a Pitombeira fica localizada na zona rural do município de Várzea com uma população de aproximadamente 167 habitantes, entre homens, mulheres e crianças, desconsiderando nessa contagem alguns antigos habitantes que venderam suas terras e residem em outras propriedades próximas, na situação de moradores.

Durante a realização da coleta de dados tivemos informações de que foram muitas as pessoas daquele grupo que migraram para a zona urbana dos municípios vizinhos, estas por sua vez estão em um número maior em Santa Luzia, lá residindo com mais frequência nos bairros do Monte São Sebastião³⁴,

³³ De acordo com Woortmann (1990) o termo sítio possui três significados. Em um sentido mais amplo, o mesmo designa “uma comunidade de parentesco, um espaço onde se reproduzem socialmente várias famílias de parentes, descendentes de um ancestral fundador comum” (Ibid, p. 30). Em um segundo sentido atribuído a sítio, o mesmo “significa uma área de terras trabalhadas por uma família, idealmente localizada no interior do Sítio em sentido amplo”, neste sentido “o sítio é o patrimônio construído pelo trabalho da família e transmitido de pai para filho, segundo regras definidas. No seu terceiro sentido, sítio “designa o conjunto casa-quintal, aproximando-se seu significado do de *chão de morada*”. Assim sendo, o termo sítio remete a relações de parentesco, trata-se de um espaço de reprodução das famílias, sendo também visto como local de subsistência de onde se tira o sustento através da plantação de hortaliças e legumes, e de pequenas criações de gado, aves e suínos, sendo o excedente da produção trocado ou vendido. No contexto local a expressão SÍTIO, refere-se normalmente a uma propriedade rural de área modesta. Nestes termos no caso da Pitombeira, particularmente, embora tenhamos observado a existência de vários sítios (no segundo sentido), acreditamos que, visto do ponto de vista da cidade, também possamos nos referir a Pitombeira em um todo como um Sítio (no primeiro sentido).

³⁴ No último ano os moradores deste bairro que são descendentes do Talhado têm se mobilizado pelo encaminhamento do reconhecimento destes enquanto remanescentes de quilombo, estivemos presentes em uma das reuniões feitas naquele lugar, quando houve um questionamento quanto à possibilidade de que aqueles que vieram da Pitombeira e residem naquele bairro também fossem inseridos nesta demanda por reconhecimento, porém as pessoas que estavam na reunião consideraram melhor não incluí-los, deixando apenas os que descendem do Talhado neste processo. Mais detalhes a respeito desta demanda por

na Vila Frei Damião e no bairro Nossa Senhora de Fátima; embora alguns também tenham se deslocado para o município de Várzea. Há ainda àqueles que moram na Pitombeira e possuem uma casa na área urbana dos municípios anteriormente mencionados.

É importante ressaltar que embora muitos tenham migrado para a zona urbana de tais cidades existe a manutenção do vínculo entre muitos dos que saem e os que permaneceram no sítio, este contato pode ser percebido quando os que ficam necessitam de apoio na cidade (um internamento hospitalar, uma consulta médica, etc.), ou mesmo quando os que migraram visitam os parentes que ficaram durante fins de semana (embora tais visitas não sejam rotineiras, vindo com mais freqüência aqueles que possuem condições de pagar um transporte, ou mesmo aqueles que são proprietários de um meio de locomoção. Também se observam alguns que utilizam uma bicicleta como transporte para se locomover do sítio para estas cidades).

Vindo de Santa Luzia o acesso a Pitombeira se dá pela Rodovia Anísio Marinho (PB 233). Percorridos aproximadamente 7 km se encontra o acesso a uma das duas entradas existentes que nos levam a tal localidade. Ao entrar no trecho de estrada de barro logo são encontradas algumas casas, e rapidamente se percebe que existe um aglomerado maior de residências em alguns espaços, principalmente na parte que corresponde à segunda entrada.

Neste aglomerado, em específico, eles conseguem notar quem entra e quem sai através daquela entrada, na fala de uma das moradoras aquele trecho é como uma “vila”; É também através desta estrada que eles têm acesso a Quixaba, localidade vizinha de propriedade de um ex-senador do estado da Paraíba, onde residem, na condição de morador, algumas pessoas que antes viviam na Pitombeira. A condição de morador, como já salientou Woortmann, é condição de subordinação. Utilizando-se das considerações de Garcia Jr, Woortmann aponta que

Uma relação que se caracteriza pela disponibilidade do tempo ao *patrão* é a negação mesma da temporalidade que supõe a agricultura... o morador é exclusivamente da propriedade; os rendeiros e meeiros só vão à propriedade para realizar o serviço que

reconhecimento dos descendentes do Talhado que residem no Monte São Sebastião vêm sendo trabalhados pela colega Eulália Bezerra Araújo.

desejam e quando querem. Os últimos são *soltos* porque o controle do tempo das atividades dos grupos domésticos é atribuído apenas do *pai de família*... o que marca a sujeição... é a situação de disponibilidade da pessoa do morador, que atinge até mesmo o grupo doméstico (GARCIA JR, 1983 *apud* WOORTMANN, 1990, p. 44).

Entre aqueles que se encontram, nos dias atuais, em terras que fazem parte da Pitombeira, os únicos que vivem na condição de morador não são nascidos naquele sítio. Existem duas famílias que vivem nesta condição, em um dos casos o casal já trabalhava para o patrão em uma propriedade em outro município, vindo tomar conta das terras que o fazendeiro adquiriu na Pitombeira. No caso desta família foi ali que nasceram alguns de seus filhos, embora outros já tenham vindo com o referido casal.

No outro caso a esposa do atual morador é filha do antigo morador da propriedade, ela chegou ali ainda criança (com aproximadamente dois anos), com o seu casamento ela e seu esposo (que é nascido no sítio Santo Antonio pertencente ao município de Santa Luzia) passaram a tomar conta das terras que outrora seu pai cuidara. Foi lá que nasceram todos os seus filhos, embora apenas um deles tenha permanecido morando com os pais na referida propriedade. Um elemento também interessante neste segundo caso é que, como os pais da esposa deste senhor residia naquela propriedade antes de seu casamento, duas irmãs desta senhora casaram com homens da Pitombeira e ali edificaram suas famílias. Durante a pesquisa percebemos que este não se trata de um caso isolado, pois outros homens deste grupo casaram com mulheres de fora, é comum vermos casos de irmãs que vieram de fora³⁵ e se casaram ali. Sendo inclusive comum duas irmãs se casarem com homens que são primos, com um tio e um sobrinho, com dois irmãos. O contrário também foi por nós percebido, algumas mulheres do grupo também se casaram com homens de fora.

Com isso sugerimos que, embora existam casos nos quais, os cônjuges são ambos nascidos na Pitombeira, é também muito freqüente o casamento para fora, existindo, inclusive, mais casos de casamentos entre uma pessoa

³⁵ Foram mencionados casos de mulheres que vieram de Picuí, Santa Luzia, São João do Sabugi (PB), Equador (RN), São José do Sabugi (PB), Alagoa Grande (PB).

nascida naquele sítio e outra vinda de outra localidade, seja ela rural ou urbana.

Mas, retomando aos casos das duas famílias que vivem na condição de moradores, é importante destacar que mesmo vivendo nesta condição elas possuem uma relação com o patrão, nos dias atuais, bastante peculiar. Acreditamos que a proximidade na relação foi adquirida em função do tempo em que residem nas respectivas terras (que não são de propriedade do mesmo dono).

Em um dos casos atualmente a família toma conta da terra e cria os seus próprios animais, eles não recebem mais nenhuma diária (auxílio financeiro para os cuidados com a propriedade) do patrão, é como se aquelas terras já fossem deles por direito em função do tempo que faz que eles 'lutam' nelas, inclusive neste caso em particular o morador tem interesse em adquirir as terras nas quais ele reside, caso aconteça de o proprietário colocá-las à venda.

Também é conveniente destacar que em um dos casos, embora alguns filhos tenham chegado junto com os pais naquela localidade e outros tenham ali nascido, existe uma relação diferente para com eles, é como se eles fossem de dentro do grupo quando pensados em relação aos de fora, pois é ali que eles residem, mas, de fora em comparação com os que ali nasceram. Neste caso em particular todos os filhos residem na propriedade, tendo sido construídas duas casas para dois dos filhos que edificaram as suas famílias. De acordo com a dona da casa, existe o interesse em construir mais uma casa para outra filha do casal. A mesma, durante a pesquisa, morava com seus filhos, em uma casa emprestada naquela comunidade.

Na Pitombeira a maior parte dos moradores possui o seu "pedaço de terra", destes, grande parte herdaram dos pais, que em alguns casos adquiriram suas terras através da compra³⁶ ou da herança de seus pais. Assim é muito comum que com o casamento de um filho, os pais cedam um espaço na terra, que futuramente será herdada por ele, para que o (a) filho (a) construa a sua casa para morada.

³⁶ Durante nossa pesquisa, embora pretendêsemos, não realizamos pesquisas em cartórios. Logo, não podemos inferir como se encontram os documentos com relação à aquisição destas terras. Se as mesmas estão em nome dos atuais proprietários ou ainda no dos antigos donos.

Também existem casos nos quais o casal não tendo condições de construir uma casa para si se instalam na casa dos pais, ou em alguma casa que se encontre desocupada e disponível³⁷, também acontecendo de o novo casal ir morar na casa de algum parente e dividir o espaço com ele (embora seja menos comum, geralmente quando isso acontece às casas buscadas são dos irmãos). É também comum que com o nascimento de um filho, os pais da criança utilizem o dinheiro adquirido com o Auxílio Maternidade³⁸ para a construção de uma pequena casa, ou mesmo uma ampliação quando estes já possuem suas casas.

Assim sendo, as casas são construídas nas porções de terras que pertencem à família e em virtude da proximidade entre algumas, acreditamos que essas terras não são tão grandes assim. Embora não seja regra é comum que os filhos quando saiam de casa para construírem as suas próprias, o façam nas imediações da casa do pai, estabelecendo assim um trânsito permanente entre os espaços da casa dos pais e a dos filhos, onde estes últimos por vezes realizam refeições nas casas dos primeiros, algumas vezes a mãe faz uma comida e leva para o filho, podendo acontecer também o inverso.

Observamos que em casos nos quais os pais possuem uma extensão um pouco maior de terras, as casas construídas pelos filhos não são tão próximas, mas mesmo assim, ao menos um dos filhos constrói sua casa para morada nos arredores da dos pais, de modo que em um caso de uma emergência ou mesmo em uma necessidade eles estarão próximos para auxiliá-los.

Para que se possa ter uma noção de como estão distribuídas as casas nesta localidade vejamos o croqui abaixo feito com o auxílio de alguns moradores.

³⁷ Nestes casos, geralmente, se trata apenas de um empréstimo, o morador não tem obrigações de pagamento para com o dono da casa, a não ser a responsabilidade de manter em dias o pagamento da conta de luz.

³⁸ Trata-se de um benefício da Previdência Social concedido à segurada gestante, neste caso a trabalhadora rural.

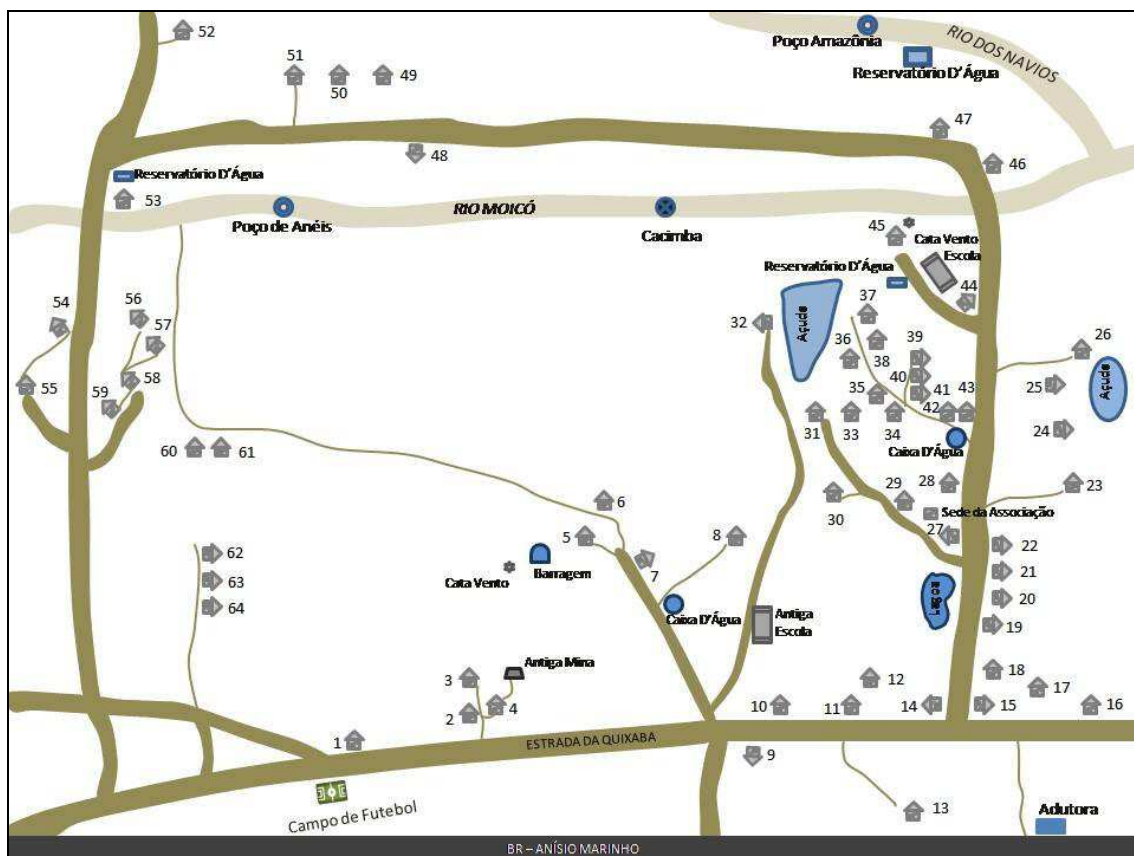


Figura 01: Croqui da Comunidade da Pitombeira
A residência identificada com o número 39 é aquela onde mora nossa anfitriã³⁹.

A maioria das casas foi construída através de projetos da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA)⁴⁰, em tamanhos que variaram de acordo com o número de membros da família, mesmo assim as mesmas possuem uma estrutura muito parecida: um pequeno terraço, sala, quarto (o número variando de acordo com o número de pessoas da casa, estes por sua vez variam entre um e três quartos), cozinha e banheiro, as mais antigas possuem banheiros externos e as que foram construídas nos últimos tempos já possuem banheiros dentro das casas.

No período no qual estivemos realizando a coleta de dados pudemos observar o aumento na construção de casas. Algumas delas já existiam de taipa e estavam sendo reconstruídas⁴¹ em alvenaria através de um projeto da

³⁹ Ver em anexo a lista com a identificação de um representante de cada família.

⁴⁰ Tais casas foram construídas através de projetos da FUNASA em parceria com a Prefeitura Municipal com o objetivo de substituir as casas de taipa por alvenaria, evitando a proliferação do barbeiro, que transmite a doença de chagas.

⁴¹ Geralmente são os homens do próprio grupo que desempenham as atividades de pedreiro e serventes nessas construções e recebem por tais serviços.

FUNASA, outras estavam sendo construídas por conta própria quer seja por moradores que se casaram e ainda não possuíam suas casas, por outros que moravam em casas de outras pessoas ou mesmo por pessoas de fora que adquiriram terras naquele lugar. Destas últimas, alguns dos compradores já possuem parentes residindo ali há muito tempo (existem casos de pessoas que casaram com outras que ali nasceram e hoje alguns irmãos também vieram morar lá), mas também existem aqueles que não possuem nenhum vínculo com o lugar, apenas compraram as terras e construíram nelas casas que lhes servem de apoio (são pessoas que não construíram casas para residirem nelas, mas apenas para passarem fins de semana, uma vez que residem e trabalham na cidade, seja em Santa Luzia ou em Várzea).



Figura 02: Imagens de algumas casas na Pitombeira
Fotografias de Jordânia de Araújo Souza

As casas construídas pela FUNASA possuem cômodos bem pequenos e em função de muitas mulheres cozinharem em fogões à lenha é comum serem vistas cozinhas na parte externa das casas, feitas de taipa ou mesmo de

alvenaria, no caso destas últimas elas são construídas como complemento a casa.

Naquelas que não possuem um fogão à lenha as mulheres improvisam cozinhando em pequenos fogareiros postos próximos a porta da cozinha, existindo também aquelas que fazem toda a comida da família em fogões a gás.

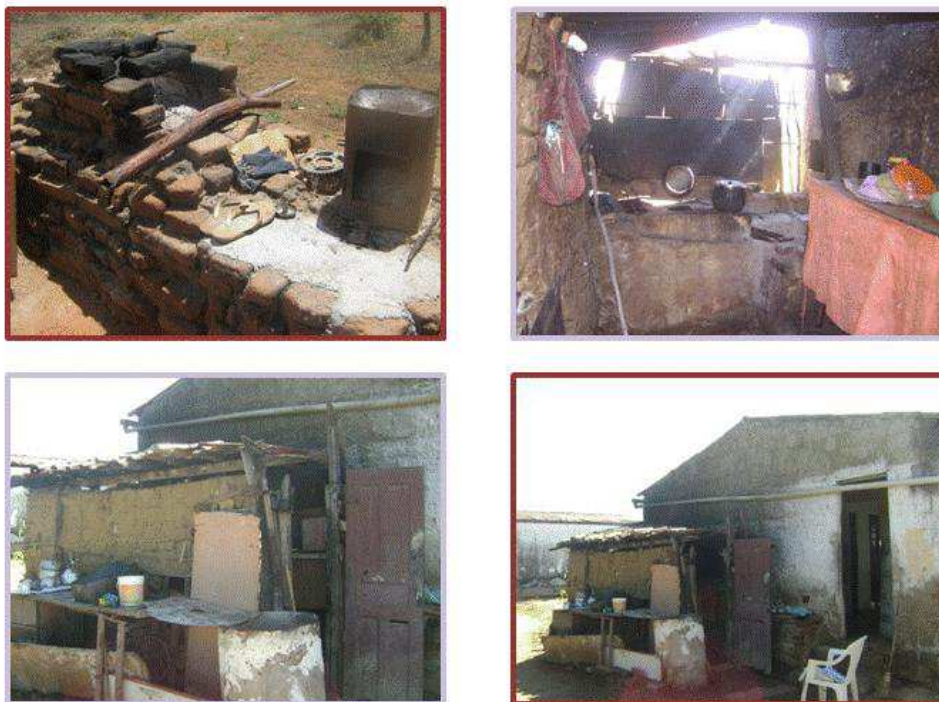


Figura 03: Imagens de um fogão improvisado nos fundos de uma casa e da parte interna e externa de uma cozinha de taipa. (Fotografias de Jordânia de A. Souza e Vera Lúcia de Almeida).

Outra característica destas casas refere-se ao lugar onde são lavadas as roupas, geralmente em um espaço “improvisado” no lado de fora das casas, algumas casas possuem pias, outras não, nestas últimas as mulheres geralmente lavam as roupas em bacias, ou mesmo em uma espécie de “giral”⁴² improvisada. Na casa de nossa anfitriã existe uma pia assentada em baixo de um pé de juazeiro, mas próximo a esta pia há uma pedra bem expansiva (estas

⁴² Trata-se de uma palavra de origem popular que se refere a um lugar improvisado, por vezes construído com estacas que servem de base e sustenta um pedaço de madeira na qual são lavadas roupas, panelas, pratos, etc. Algumas vezes esta estrutura fica embaixo de uma árvore ou mesmo de uma cobertura improvisada, denominada latada que pode ser por vezes encontrada em residências populares.

pedras grandes são conhecidas no universo popular como “lajeiro”) que é bastante utilizada por nossa anfitriã para lavar as suas roupas, ela coloca água em uma bacia e lava as roupas neste “lajeiro”, que também é utilizado para colocar as roupas para quorar⁴³. Há também algumas mulheres que utilizam o sangradouro de açudes próximos para lavar suas roupas, bem como algumas que possuem em suas residências uma máquina de lavar.

Um aspecto peculiar das casas, principalmente aquelas onde residem pessoas mais idosas, é a presença de fotografias, geralmente dos pais dos donos da casa, do casal, dos filhos, netos; estas fotografias, algumas vezes acompanhadas de imagens de santos católicos, são dispostas na parede da sala, de modo que ao entrar na casa logo se tem acesso a elas.

Outro elemento relativo à estrutura espacial é o lugar ocupado pelos roçados, os mesmos geralmente ficam próximos às casas, existindo casos em que a família cultiva mais de um roçado, ficando o outro muitas vezes um pouco mais distante de casa em terras propícia a plantação. Este roçado próximo a casa fica muitas vezes localizado no quintal ou mesmo do lado da casa, dependendo do espaço que possui o proprietário para o cultivo.



Figura 04: Imagens de roçados e plantações.
Fotografias de Jordânia de A. Souza e Joseildo Souza dos Santos

⁴³ No contexto por nós pesquisado a expressão “colocar a roupa para quorar” significa colocar a roupa já ensaboada exposta ao sol (para corar), com o intuito de facilitar o processo de lavagem e enxágüe das roupas lavadas a mão.

A prática do trabalho agrícola é mantida pelo grupo ainda nos dias atuais, vista em alguns lugares enquanto uma atividade masculina, na Pitombeira pudemos perceber que o trabalho na lavoura é compartilhado com as mulheres, inclusive nos dias em que lá estivemos neste ano de 2011, no período no qual iniciaram às chuvas e algumas famílias tiveram suas terras preparadas para a plantação, observamos a presença de algumas mulheres em seus roçados a “limpar o mato” para mantê-los bem cuidados e assim, no caso de a região ser privilegiada com chuvas regulares, eles obterem boas colheitas.

Os artigos mais plantados por estes indivíduos são geralmente: milho, feijão, melancia, jerimum e batata doce. Estes servem por sua vez para o consumo das próprias famílias e auxiliam na diminuição das despesas da casa, pelo menos enquanto dura o que se obteve com a colheita.

Outra característica que observamos em algumas casas, que por mais que possa ser vista enquanto uma extensão da casa uma vez que fica geralmente em sua frente, é considerada como um espaço de transição que permite o acesso a casa, trata-se de pedaço de chão encimentado⁴⁴ que começa logo quando acaba a calçada.

Embora não sejam muitas as casas, duas ou três no máximo, este espaço era utilizado para as pessoas conversarem, quando não tinha energia elétrica, ouvirem rádio e assistirem TV, quando da chegada de tal recurso e escassez desses aparelhos que eram pouco presentes naqueles lares.

Em uma das casas que possuem tal estrutura, era neste espaço onde eram realizadas as festas do lugar, os chamados forrós⁴⁵. Enquanto estivemos em campo pudemos acompanhar a apresentação de uma quadrilha organizada

⁴⁴ O chão é recoberto de cimento, o que gera um espaço liso e sem a poeira, característicos do chão de terra.

⁴⁵ Trata-se de festas que aconteciam à luz de candeeiro e no piso de barro, quando não tinha iluminação elétrica na zona rural e nem o “palanque” (termo que também é usado para se referir a parte da frente da casa encimentada) neste caso o forró era organizado de modo que mulher não pagava para entrar no salão e dançar, mas o homem precisa pagar uma cota para poder ter acesso ao salão. Em conversa com o anfitrião desta casa, a época (pois o mesmo falecera durante a realização da pesquisa), ele nos falou que era seu pai, que organizava tais festas, trazia de Santa Luzia um caminhão carregado com mulheres para incentivar os homens a pagarem as cotas e gastarem nas festas e que por vezes quem trazia os sanfoneiros para tocar era o senhor Guilherme, morador do Talhado, considerado pelo informante como parente da rama velha. Nesta casa em específico, a estrutura de cimento foi construída com o auxílio de um representante político local, ainda na época que seu pai era o dono da casa.

pelos adultos e a quadrilha da escola (com as crianças) naquele ambiente. Mas este espaço não é mais utilizado para a realização de tais forrós, existindo outra casa da Pitombeira na qual são realizadas tais festividades nos dias atuais.

Os forrós realizados naquela localidade são bastante conhecidos na região não ficando no passado a sua propagação, entre os dias em que estivemos em campo tivemos a oportunidade de ouvir a divulgação de um desses forrós, embora não tenhamos acompanhado tal festividade, as informações posteriores a respeito desta festa foram a de que a mesma congregou muitas pessoas, vindas das redondezas (Santa Luzia, São Mamede, Várzea, etc.).

Embora nesta casa não sejam mais realizadas algumas das festividades do grupo, esta é por sua vez uma das mais visitadas pelos moradores da Pitombeira nos dias de hoje, sendo considerada por alguns como a “Praça da Pitombeira”, é para lá que muitos vão à noite assistir TV, jogar conversa fora. Assim sendo, este se trata de um ambiente de socialização do grupo no qual, basicamente, em todos os momentos do dia podem ser vistas pessoas que ali estão por mais que não residem naquela casa. Como nos disse um morador daquele lugar, o mesmo que mencionou a expressão “Praça da Pitombeira” para referir-se a esta casa, se nós não tivéssemos conhecido os pais dele iríamos pensar que ele era um dos filhos do dono daquela casa, pois o víamos com mais freqüência ali do que na casa de sua mãe.

As visitas mais constantes são feitas por alguns moradores em especial (primos dos filhos do casal, amigos, etc.). À noite algumas pessoas que freqüentam esta casa entram e assistem TV, mas outras ficam na calçada ou mesmo no palanque jogando conversa fora, alguns rapazes jogam bola. Outro fator que leva algumas pessoas a se dirigirem a tal residência no período da noite está ligado ao fato de que dois dos filhos do casal vendem algumas guloseimas (balas, chicletes, pipocas, etc.).

Existem também duas casas que possuem uma parte na qual funcionam uma área de comércio, nestas são vendidas bebidas alcoólicas, poderíamos dizer que nelas funciona uma espécie de bar. Nestas áreas, que ficam na frente das casas ou mesmo em uma extensão construída ao lado, pode se

observar uma sinuca, utilizada por alguns moradores para jogar e ao redor da qual muitas vezes acontece episódios de descontração; e algumas mesas de bar que acomodam aqueles que desejam tomar sua bebida. Também existem outros locais onde são vendidas bebidas alcoólicas, embora não possuam a estrutura destas casas mencionadas anteriormente, nestes últimos casos além de bebidas são encontrados a venda, artigos de primeira necessidade (feijão, arroz, açúcar, biscoitos, etc.).

Ao observar o croqui na página 47, o leitor verá que a área que corresponde a Pitombeira nos dias atuais é cortada pelo Rio Moicó, e que o grupo também possui dois açudes e alguns reservatórios de água, porém embora a idéia de ter um rio cortando a região possa sugerir que o mesmo ofereça água em abundância para o local, o que se observa é que o mesmo não acontece, tal Rio possui água apenas em períodos de cheia. Quando chove bastante e os açudes das redondezas “tomam água” ao ponto de “sangrarem” (transbordarem), as águas do sangradouro escoam para este Rio, que no máximo oferece água de cacimbas, naquelas que são perfuradas, durante um período do ano. Em anos de seca, que são os mais frequentes na região, os moradores ficam a mercê das águas vindas em carros-pipa.

Existe um poço com vazão de água salgada que fornecia água ao grupo até a quebra de uma peça que ainda recentemente não havia sido consertada, motivo que tem inviabilizado o fornecimento de água. Dos barreiros e/ou açudes construídos naquelas propriedades nenhum possui estrutura que garanta o abastecimento, nem mesmo da família no período de seca quiçá do grupo como um todo.

Durante a pesquisa uma das fontes de abastecimento de água do grupo era o açude situado na fazenda de um ex-senador do estado⁴⁶, de onde alguns

⁴⁶ Trata-se de um político local que é natural da cidade de Santa Luzia, sua família está ligada ao mundo público da região há muito tempo. Seu pai foi prefeito da cidade de Santa Luzia por duas gestões, bem como Deputado Estadual. É nesta propriedade localizada na região da Quixaba, onde este político se reúne com os amigos e políticos do Vale do Sabugi e demais adjacências, quando se encontra na redondeza. É importante ressaltar aqui que alguns moradores da Pitombeira foram e outros ainda são, funcionários e/ou moradores de tal propriedade e que em algumas das falas de membros do grupo a relação com a família de tal político (aqui nos referimos a relação estabelecida antes mesmo de ser ele o homem público, quando era o seu pai que possuía uma carreira política) é retratada de modo bastante próximo. Em uma conversa com um senhor daquele lugar lembramos-nos de ele mencionar o fato de que aprendeu a escrever seu nome com um dos primos do ex-senador, e é importante deixar

moradores da Pitombeira retiravam diariamente água para abastecerem as suas casas, esta água servia para cozinhar, tomar banho, lavar roupas e arrumar a casa, porém a ausência de chuvas não possibilita que todos sejam atendidos com este açude.

Outra fonte de abastecimento de água tem sido bastante arriscada, pois se trata de uma coleta clandestina. O abastecimento de água da cidade de Várzea se dá através da Adutora de Coremas, o encanamento de tal ligação passa ao lado da BR Anísio Marinho e é bem próximo a uma das entradas de acesso ao grupo. Tal Adutora possui um dos suspiros que apresenta uma vazão de água naquele lugar⁴⁷, é nesta vazão que muitas daquelas famílias conseguem água para as suas residências, em muitos dos casos é dessa água que eles consomem desde a ingestão direta até a utilização nas atividades domésticas. Esta prática, que na maioria dos casos é necessária (pois embora reconheçam que o que estejam fazendo seja errado e até mesmo ilegal) uma vez que as outras fontes de água do lugar não conseguem atender a demanda de todos e até bem pouco tempo não havia abastecimento por carros pipas, tem rendido a estes moradores alguns constrangimentos, posto que ocorreram momentos nos quais a polícia esteve no lugar de acesso a água barrando sua retirada.

Tal episódio faz com que façamos um parêntese e recuperemos o texto de Karl Marx (1842) “Debates acerca da Lei sobre o Furto de Madeira”, no qual o autor discute o direito consuetudinário dos camponeses em coletar a lenha na floresta. Neste texto Marx ressalva que *o direito consuetudinário de recolhimento de madeira caída e apanhada no chão não pode ser considerado furto*, o autor esclarece que *“Recolher madeira caída, apanhando-a no chão, e roubar madeira são, portanto, essencialmente, coisas diferentes.”*, assim sendo ele reivindica para a pobreza o *direito consuetudinário*, que *“por sua própria natureza, pode ser apenas o Direito dessas massas mais inferiores, desapossadas e elementares.”*

Considerando a situação vivenciada por estes habitantes, que não possuem fontes geradoras de água suficiente para atender as suas

claro que naquele momento para se poder votar era necessário que se demonstrasse que o eleitor não era analfabeto.

⁴⁷ A localização deste suspiro pode ser observada no croqui apresentado anteriormente.

necessidades e que se vendo quase que sem água, com a possibilidade de ter acesso à água da vazão da Adutora para o consumo como uma solução para os seus problemas com a falta de água vão a tal vazão e carregam as suas carroças, porque condená-los, eles estão buscando água para a sua sobrevivência, não fazem como alguns proprietários de terras, que aproveitam estas vazões e cavam estruturas de barreiros e açudes que foram sendo abastecidos por estas águas. Eles vão abrem uma espécie de registro carregam as suas carroças e fecham novamente, para que a água continue passando para o seu destino final. Como escreve Marx, o interesse das massas mais inferiores trata-se de um interesse universal e ilimitado em detrimento ao interesse dos proprietários da floresta que é particular e limitado.

Depois de alguns desses episódios nos quais algumas daquelas pessoas foram coagidas a não retirarem a água, a Prefeitura de Várzea começou a encaminhar carros pipas com água para o consumo que é despejada em dois reservatórios da Pitombeira. De um lado numa caixa d'água que fica próxima ao prédio da escola e, no outro lado, em uma cisterna para atender as famílias que moram ali nas proximidades.

A maior parte das pessoas busca a água para suas casas em carroças, umas são pequenas e empurradas diretamente pelos condutores, outras são puxadas por jumentos, nos lastros dessas últimas são colocados tambores de aproximadamente 200 litros e em alguns casos não se dá uma só viagem, a busca varia de uma casa para outra, em função do número de moradores, bem como se naquele dia a dona da casa irá realizar alguma tarefa que demande a necessidade de uma maior quantidade de água, como pode ser visto em dias nos quais se lava roupas. Também se observam algumas mulheres que pedem para pessoas que passem de carroça na frente de suas casas levarem seus tambores de 20 litros e trazerem água para elas, geralmente estes episódios acontecem com algumas mulheres que se encontram com seus maridos trabalhando fora. Embora seja recorrente observar os homens desempenhando tal atividade existem casas nas quais são as mulheres que saem nos jumentos para buscarem água, seja porque os maridos, pai e/ou irmãos estejam trabalhando ou mesmo por outros motivos não aparentes.



Figura 05: Na primeira coluna imagens de uma cacimba, da retirada de água do Açude localizado na Fazenda Quixaba; carroça pequena; na segunda coluna reservatórios de água (caixas d'água e cisterna) Fotografias de Jordânia de A. Souza.

A posse das carroças e jumentos não é registrada em todas as casas, existindo casos de empréstimos seja do animal ou da carroça, ou mesmo dos dois para a busca de água. Acontecendo de em algumas situações quando ocorre um problema com relação à quebra de uma peça na carroça, a despesa ser também compartilhada. Este procedimento não é regra, em alguns casos não existindo sequer uma rotatividade nas despesas.

No que tange à água usada para o consumo, a chamada água de beber, muitas casas possuem cisternas de placas, algumas feitas pelo PROPAC (Programa de Promoção e Ação Comunitária) da Diocese de Patos, nas quais são armazenadas águas da chuva para o consumo; nos anos nos quais as chuvas não dão conta do abastecimento das famílias, aqueles que possuem um poder aquisitivo que permite, adquirem água para o consumo comprando em Santa Luzia em algumas empresas que fornecem água mineral, isso para os que não consomem água proveniente da Adutora.

Em algumas casas a busca pela água é uma das primeiras tarefas do dia, podendo acontecer de ser realizada em outras residências no final da tarde, antes do anoitecer, quando não está tão quente e nem escuro ainda.

1.4. Relações de Trabalho e os serviços buscados nas cidades circunvizinhas

A vida neste lugar pode ser considerada bastante simples, não existem muitas ofertas de empregos dentro da própria Pitombeira, que possui apenas uma Escola Municipal funcionando dois turnos e que gera nove empregos dentro da comunidade. A falta de oportunidades no lugar acaba fazendo com que muitos por vezes migrem em busca de trabalho ou mesmo se desfaçam das terras que lá possuem para adquirirem uma pequena casa na cidade ou irem morar com os filhos que já se encontram fora.

A terra é, naquele lugar, um patrimônio da família, que vem sendo fragmentada pelas sucessivas partilhas entre herdeiros. Aqueles que são vistos como pertencentes à Pitombeira, em sua maioria, possuem o lugar de morada, mas como dissemos antes, são terras muito pequenas – é uma extensão que se confronta com o projeto de reprodução que as famílias da Pitombeira desenvolveram ao longo do tempo. Com o casamento dos filhos, a terra dos pais vai sendo continuamente fragmentada – estas por sua vez não garantem o lugar de trabalho e o sustento da família, por isso se busca trabalho nas fazendas da região⁴⁸, sendo necessária muitas vezes a migração para outros lugares.

Nesse contexto uma das atividades constantemente buscadas pelos homens é o trabalho na construção civil, sendo que muitos trabalham de pedreiro e servente⁴⁹ na redondeza. Quando tem emprego por perto (construção de casas de programas habitacionais) eles trabalham perto, quando não, buscam serviços em Santa Luzia, Várzea, São Mamede, etc. Também acontecendo de muitos migrarem para mais longe, buscando trabalhos em cidades como Campina Grande, João Pessoa, sendo nesta última onde se encontram um maior contingente de trabalhadores que são ou têm parentes que nasceram na Pitombeira.

⁴⁸ Atualmente é visível a presença de homens, principalmente os jovens. Aqueles que saem são, em sua maioria, os que possuem a responsabilidade de gerir o sustento da casa, uma vez que não há ali trabalho para todos.

⁴⁹ Termo utilizado para referir-se àquele que auxilia o trabalho do pedreiro, no preparo dos materiais ou encaminhamentos dos trabalhos na construção.

A falta de alternativas de geração de renda aliada a escassez de terras gerou situações as mais distintas para o grupo. Uma delas é a de mediar às relações com os fazendeiros (pensando numa chave étnica, seriam os brancos, em oposição aos negros da Pitombeira). A alternativa aberta pela migração, ao mesmo tempo em que se revelou importante para muitos, não deixou de ser muito assustadora e/ou arriscada. Afinal se vai viver e trabalhar em um meio novo que não é por eles controlado. Por isso, em certa medida, é um rito de passagem, inclusive em termos de masculinidade. Nesse sentido não sair pode significar duas coisas opostas: ser covarde e não se assumir o risco. Ou, se ter condições de não necessitar passar por tal “situação de precisão”.

A busca por trabalho em lugares fora do Sítio não é recente, pelo contrário é vivida pelos moradores daquela localidade há muito tempo. Em conversas com os mais velhos pudemos observar que todos os homens com faixa etária entre 30 e 70 anos trabalharam fora e que a maior parte deles exerceu atividades na construção civil; Alguns destes levaram as famílias e ficaram por João Pessoa, outros voltaram para as suas terras.

Durante a pesquisa um dado levantado com relação à migração masculina se mostrou muito interessante, dentre os homens que ali residem os únicos que nunca saíram em busca de trabalho fora, foram um senhor⁵⁰, que é nascido na Pitombeira, e dois homens que moram em terras que não pertencem a eles e trabalham ainda nos dias atuais nas terras dos fazendeiros (estes últimos tratam-se dos dois casos das famílias que vivem a condição de moradores, mencionada alhures).

Com base nas conversas que estabelecemos com alguns moradores da Pitombeira, acreditamos que naquela região existiram grandes propriedades que, no passado, não pertencia a pessoas do grupo. O que nos leva a sugerir que existiu naquele lugar a figura de um patrão branco, e conseqüentemente foram estabelecidas relações de subordinação entre morador e fazendeiro. Estas relações não se deram apenas naquela localidade, acontecendo de algumas das famílias, que não possuíam suas terras, trabalharem em outras propriedades da região, aventamos que esta situação tenha se passado

⁵⁰ O referido senhor faleceu durante a realização deste trabalho.

mesmo entre alguns daqueles que nos dias de hoje possuem suas próprias terras.

As dificuldades de manutenção das famílias vivendo e trabalhando na Pitombeira fizeram com que muitos homens deixassem suas esposas e filhos tomando conta de suas terras e migrassem em busca de empregos em outras cidades. A vinda em casa ficava condicionada ao recebimento do pagamento; que muitas vezes demorava entre quinze dias, um mês, às vezes mais tempo e nessas circunstâncias eram as mulheres que orientavam os afazeres não só domésticos, mas também no cuidado com a terra e com os animais, quando se possuía.

Quando conversamos a respeito das fontes de renda e geração de emprego há quarenta, cinqüenta anos atrás alguns dos informantes mencionaram o trabalho em uma firma que fazia a exploração de minérios numa fazenda próxima, se trata da Mina da Quixaba, muitos homens da Pitombeira trabalharam naquela Mina que foi durante algum tempo, num passado não muito distante, uma das fontes de renda de muitos dos moradores da região.

Segundo informações constantes no livro “Fragmentos da história de Várzea”, escrito por José Joácio da Nóbrega (2003), no início dos anos de 1940 foi “descoberta” a existência de minério naquela propriedade. A Mina da Quixaba ficava situada na fazenda de propriedade do senhor Francisco Pergentino de Araújo, inicialmente os minérios foram explorados por garimpeiros da própria região, depois da década de 1950 as terras nas quais se encontravam a Mina foram vendidas a Companhia de Exploração de Minas BRASIMETE (NÓBREGA, 2003, p.32) que realizou explorações na região entre os anos de 1950 e 1958.

Nóbrega sugere que o auge da exploração desta Mina foi entre 1942 e 1958, o que não implica dizer que depois de 1958 não tenha mais havido exploração de minério no lugar, uma vez que na memória de alguns moradores da Pitombeira existiu trabalho na Mina até a década de 1960 e início dos anos 1970.

A Mina da Quixaba como ficou conhecida gerou empregos na região, e por situar-se em uma propriedade próxima, acabava agregando alguns dos

moradores daquele Sítio, para além da geração de empregos, outra forma de beneficiamento para o grupo era quando da realização dos já mencionados forrós, que contava com a participação dos mineradores, estes por sua vez contribuía com o consumo de bebidas e comidas.

Atualmente ainda pode ser observada no município de Várzea a existência e exploração de alguns minérios. A Mina da Quixaba não funciona mais nos dias de hoje, mas o município é conhecido no Estado da Paraíba por apresentar solos ricos para a exploração mineral e ser um forte produtor de rochas ornamentais, sendo nas terras da Serra do Poção onde, nos dias atuais, funciona uma extração de pedras da *Itacolomy*, uma fonte de geração de empregos no município.

Inclusive com relação a tais explorações, durante a realização de nossa pesquisa tivemos conhecimento que dois irmãos estiveram explorando em suas terras o paralelepípedo, isto é, as pedras que são utilizadas na região para fazer o calçamento das ruas, mas não obtivemos maiores detalhes a respeito de tal prática.

O trabalho na mineração e as dificuldades vividas por aquelas pessoas nas décadas de 1950, 1960 e 1970 são lembradas por muitos moradores da localidade,

Eu comecei a trabalhar com uns 14 anos sabe! Com 16 anos eu entrei numa firma, que era a Mina da Quixaba, eu tirei a carteira de menor... era na mineração, xelita, sabe? ... Era o garimpo, aí comecei a trabalhar de malocagem. Naquela época a gente com uns 14 anos mais ou menos, o cabra tinha que se virar mesmo porque aqui as coisas era difícil, aí eu começava a trabalhar em malocagem, toda vida eu gostava de fazer alguma coisa para ajudar meus pais, aí quando foi de 70 para cá, aí o negócio foi apertando mais, a família foi crescendo, eu já tinha me casado, a família foi crescendo aí eu disse rapaz aqui não vai dar para fazer não, eu vou ter que cair fora, aí eu arrumei um emprego na SUDENE, aí da SUDENE a minha chefia ia passando para uma empresa e ia me levando... (Seu Fabrício, entrevista realizada em 12 de maio de 2010)

A falta de oportunidades obrigou muitos homens a deixarem suas famílias tomando conta das terras e roçados e sair em busca de melhores condições de vida. Alguns migravam para trabalhar em cidades próximas, ou mesmo mais distantes (muitos desses homens trabalharam e outros ainda

trabalham em João Pessoa, principalmente na construção civil, embora outros tenham acabado migrando em definitivo para grandes metrópoles – São Paulo, Rio de Janeiro) e cabiam as mulheres, juntamente com o auxílio dos filhos, que ficavam em suas terras, continuarem com o plantio de sementes. Por vezes acontecendo de os filhos mais velhos acompanharem os pais e/ou buscarem trabalho nas redondezas. Quando indagados a respeito de como foi à vida durante a infância, muitos falaram que sempre trabalharam, desde criança, e que tudo era muito difícil para eles.

A vida era muito difícil, muito difícil, tu sabe que naquele período era muito difícil, a situação era difícil, principalmente criar oito filhos como era lá em casa não é! Morreu um, ficou sete não é? E somente eu para ajudar. O meu pai perdeu a visão em 58, 59. No ano de 59, mais ou menos nesse período ele começou a perder a visão, e já era difícil as coisas não é, mesmo a pessoa tendo saúde não é, e depois quando ele perdeu a visão ficou mais difícil ainda. Naquele período não existia o que existe hoje, a aposentadoria, o governo não tinha, não ajudava como ajuda hoje, as coisas eram difíceis não é, e eu muito jovem, com dez anos de idade, o que eu admiro hoje, um dia desses eu estava conversando, contando assim, o tempo passado não é, que eu vivi, veja mesmo eu com 10 anos de idade eu tive que sair de casa para ir trabalhar para sustentar a família (Seu Eduardo, entrevista realizada em 16 de maio de 2010)

Naquele tempo quem queria ter uma renda melhor só vivia no meio do mundo, deixava a família aqui e se mandava no meio do mundo, era o caso. Mas hoje não, hoje graças a Deus tá bom demais, negro sai, mas é por pouco tempo. (Seu Fabrício, entrevista realizada em 12 de maio de 2010)

Segundo relatos, o trabalho na mineração não era o único buscado pelo grupo, no período das safras de algodão um dos senhores da Pitombeira⁵¹, reunia uma “turma” (um grupo de pessoas, geralmente jovens) e se responsabilizava por todos levando-os para a região que contratava os seus serviços, nestas “turmas” não iam apenas os homens, muitas mulheres também iam trabalhar apanhando algodão,

Nessa região aqui menina há, uns 40 anos atrás essa região dava algodão certo. Há uns 40 anos atrás existia algodão nesta região aqui não é, muita gente plantava, muita gente colhia algodão. A gente saía muitas vezes daqui e ia apanhar algodão, depois de Santa Luzia,

⁵¹ Não tivemos oportunidade de conhecer este senhor.

passava a semana todinha lá apanhando algodão, muitas vezes se você chegasse aqui na, aqui na comunidade nesse período, você ia encontrar poucas pessoas aqui, tava todo mundo apanhando algodão. (Seu Eduardo, entrevista realizada em 16 de maio de 2010).

Era João Pio, nós ia e ele era responsável por nós, tudo. Era uma união minha filha, eu quero lhe dizer, uma união e um respeito que hoje é até difícil... Era gente demais, formava aquela turma, às vezes minha mãe ia, mas realmente quem ia mais era a gente, que a gente passava 15 dias... na Serra do Cabaço, pra lá de Santa Luzia... nas serras... Neste tempo lá era algodão... Quando era de tarde todo mundo ia... Nesse tempo na Serra, ai vinha, Antonio meu irmão vinha no sábado, tinha os carros, ai vinha, tinha os carros da feira lá da Serra e ele pequeno, eu tinha até medo, por que ele era, não era adulto, aí mãe tava esperando já lá em Santa Luzia, ai recebiam já o dinheiro ai ele levava já o dinheiro aí ela fazia a nossa boinha e ele voltava e lá a gente ficava apanhando algodão... Aí quando era de madrugada, no dia que a gente vinha para casa, à gente levantava lá da Serra cedo, aí de madrugada a gente vinha de pés, chegava em Santa Luzia aí vinha para o sítio... Vinha todo mundo contente e feliz, com a ferinha na cabeça, no domingo de manhã ia para a cacimba, lavar as roupinhas e quando era no domingo de tarde, pé na rodagem, podia tá a festa que tivesse, quando João Pio dizia assim tal hora, João Pio ta reunindo o povo, todo mundo. Ele com uma jumentinha, levava os caçuá, aí botava as feiras ali dentro e a gente ia embora, essa é a vida que eu conto. (Dona Acácia, entrevista realizada em 07 de junho de 2011)

Os dois informantes estão fazendo menção ao mesmo período, quando saíam à procura de trabalho fora daquela localidade. Ao mesmo tempo em que eles rememoram as dificuldades enfrentadas quando eram mais jovens, eles dizem que a vida hoje está muito melhor, e que antes não existiam os programas sociais que atendem a maior parte do grupo nos dias atuais.

Não tinha nada não, a agricultura dava, a gente ia se relando... Devagarzinho vivia do que tinha. Aqui é uma região de gente muito trabalhadora sabe, o cabra vive de qualquer coisa, o cabra vive, tem coragem de trabalhar não sabe. Agora não, agora a maior parte a preguiça está encostada não sabe. (risos) Porque eu estou canso de dizer, hoje em dia quem se aposentou foi os filhos e os netos, os velhos trabalham. Porque hoje quase uma casa destas tem um aposentado, às vezes são dois numa casa, mas cada uma casa daquelas tem três, quatro ou filho ou neto que tá encostado. Por isso que eu digo hoje quem tá encostado é os filhos, os netos, não sabe? Os filhos uns ainda têm coragem de trabalhar... (Seu Fabrício, entrevista realizada em 12 de maio de 2010)

Com base neste depoimento pode-se considerar que a aposentadoria trouxe mudanças significativas para a vida destas pessoas. Atualmente, este benefício atende à maior parte das famílias (fazendo menção aos núcleos mais

antigos), destas quase todas as residências possui uma ou duas pessoas que recebem um salário mínimo através do benefício da aposentadoria, sendo este dinheiro utilizado para auxiliar muitas vezes o sustento dos filhos.

Graças a Deus surgiu esta aposentadoria não é, quando, quando surgiu esta aposentadoria melhorou muito a vida das pessoas, melhorou muito, as pessoas hoje têm uma vida mais descansada. (Seu Eduardo, entrevista realizada em 16 de maio de 2010).

É interessante lembrar que a proteção previdenciária ao setor rural surge apenas no começo dos anos 1960, sendo apenas em 1971, através da Lei Complementar nº11, viabilizado o Sistema Rural ao criar o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (Prorural). No início o Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (Funrural) atendia apenas os trabalhadores rurais, pescadores e garimpeiros, seus benefícios eram a aposentadoria por idade (65 anos), por invalidez, pensão para viúvas e órfãos, auxílio-funeral e assistência médica; sendo que a aposentadoria por idade ou invalidez só atendia ao chefe da família, somando um valor de meio salário mínimo e a pensão 30%. Foi apenas com a Constituição de 1988 que as mulheres trabalhadoras rurais passaram a ter direito a aposentadoria, independente de seus cônjuges serem ou não beneficiários, muitas mudanças aconteceram desde 1988⁵²; o que objetivamos ao apresentar tais dados é apenas mostrar que mesmo no início de sua institucionalização este não era um benefício comumente adquirido entre os membros do grupo.

Os depoimentos dos moradores da Pitombeira nos fazem perceber a importância e impacto que tem o benefício da Previdência Rural para estas famílias, bem como outros programas sociais. Estes são pequenos produtores que vivem em uma terra muito pequena e pouco propícia a agricultura e em um lugar que não oferece ao grupo fontes de empregos que atendam as necessidades de toda a coletividade.

Atualmente alguns homens trabalham nas fazendas da região, uns “arrancam lenha” e as vendem, retiram leite dos animais, cuidam de gado; mas a maior parte vive dos chamados “bicos”, fazem uma carvoeira e vendem os

⁵² Para mais detalhes ver Schwarzer (2000).

carvões, fabricam tijolos, ajudam na construção e restauração de cercas, um senhor fabrica vassouras de palha, alguns dos que possuem motos transportam pessoas para a cidade e outros, poucos, são funcionários públicos, mas a maior fonte de renda das famílias da Pitombeira advém da aposentadoria.

Embora ainda não tenha mencionado as atividades desempenhadas pelas mulheres, a convivência junto ao grupo mostrou que elas auxiliam bastante seus companheiros, quando estes se encontram na região. E quando os maridos estão fora, elas muitas vezes realizam as atividades que seriam por eles exercidas. Atividades que são geralmente consideradas masculinas como: procurar e preparar alimentação para gado; tangê-los e colocá-los nos currais; também podem ser vistas sendo desempenhadas por mulheres, geralmente aquelas que o companheiro se encontra trabalhando em outro lugar, ou mesmo as que não têm mais seus maridos. Estes comportamentos são observados com mais frequência entre aquelas mulheres que são nascidas na Pitombeira, dentre aquelas que são vindas de fora, e entraram no grupo através do casamento, são poucas as que auxiliam os seus companheiros em tais tarefas, ficando sob sua responsabilidade na maioria das vezes os cuidados domésticos.

Embora uma das tarefas das donas de casa naquela localidade seja realizar as atividades domésticas, existem algumas mulheres que também vendem roupas⁵³; produtos de catálogos (como Avon, Quatro Estações, Abelha Rainha, etc.); perfumes (Natura, etc.); peças de cama, mesa e banho⁵⁴; peças artesanais produzidas por elas (bolsas, lembranças para recém-nascidos, bordados, pinturas, etc.).

Durante a realização desta pesquisa observamos a ida de vendedores ambulantes à comunidade, entre os produtos oferecidos e por vezes vendidos são observados lençóis de cama, capa para sofá, cadeiras, tapetes, painéis, etc., eles transportam suas mercadorias em motos ou mesmo em um carro e

⁵³ Em alguns casos estas roupas são compradas na cidade de Santa Cruz do Capibaribe – PE, mas também encontramos duas irmãs que produzem roupas, elas são costureiras e tanto fazem peças por encomenda, bem como confeccionam peças e as colocam à venda.

⁵⁴ Algumas destas últimas são adquiridas na cidade de São Bento – PB, também conhecida como a Capital das Redes.

oferecem suas peças de casa em casa; É bem verdade que com a ida freqüente alguns vendedores acabam conquistando uma clientela. Com a aquisição de tais artigos o pagamento é geralmente parcelado, de modo que a cada mês o vendedor volta à casa do comprador para receber o valor da parcela. Assim o grupo fica com as opções de adquirirem suas peças tanto com a compra junto a estes vendedores ou mesmo àquelas pessoas que residem naquela localidade. Existindo casos em que se realizam compras aos dois.

Entre os moradores do grupo existe uma senhora que produz chapéus e bolsas feitos de palha de carnaúba; durante o período da pesquisa também pudemos observar um grupo de mulheres que fabricavam peças íntimas para um atravessador, ele entregou a matéria prima e deixou na casa de uma delas, umas máquinas que eram utilizadas para a fabricação das peças.

Vimos ainda algumas mulheres auxiliando⁵⁵ no trabalho doméstico de casas nas quais geralmente moram pessoas de idade. É comum essas pessoas serem membros da família (netas, sobrinhas, primas, etc.), mas também acontecem casos nos quais elas não são necessariamente parente e nem mesmo residam naquele sítio (em alguns momentos observamos mulheres de comunidades vizinhas desempenhando tais atividades, durante a coleta de dados uma jovem do Assentamento da Viola desempenhou tais atividades na casa de dois irmãos).

Outra fonte de renda para os moradores do grupo é a criação de animais. Na maioria das casas são encontradas criações de galinhas, e embora a criação deste tipo seja a mais comum também existem famílias que criam bodes, gado, porcos, guinés, codornas, abelhas, etc. Na maior parte dos casos estes animais são criados e vendidos, tal venda auxilia na renda familiar. Existe entre eles um rapaz que geralmente compra as galinhas para revender na cidade. Quanto aos animais de grande porte eles geralmente são vendidos para auxiliar na aquisição de algum bem, ou mesmo quando se precisa gastar com alguma doença, ou qualquer outra necessidade. Inclusive há um

⁵⁵ Utilizamos aqui o termo auxílio por considerar que é assim que se dá esta atividade, na maior parte das casos. Não conseguimos observar elas sendo tratadas como domésticas.

marchante⁵⁶ da cidade de Várzea que possui uma propriedade na Pitombeira, e que nos pareceu, ser geralmente procurado para se negociar tais vendas.

Dentre os moradores daquela localidade também observamos alguns que criam abelhas. O grupo recebeu um curso de capacitação rural oferecido pelo SENAR/PB (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) em 2009 e este curso acabou por incentivar algumas pessoas a criarem abelhas, eles possuem um apiário (local no qual ficam as abelhas), e é neste ambiente onde criam as abelhas e recolhem o mel por elas produzido. Este mel é vendido no comércio local e é um recurso que também auxilia na renda doméstica.



Figura 06: Imagens do curso preparatório para criação de abelhas, oferecido pelo SENAR. Fotografias de Joseildo Souza dos Santos.

O trabalho de campo realizado na Pitombeira também possibilitou que fossem observados alguns dos hábitos de seus moradores. Especificamente, no que tange aos vínculos estabelecidos entre eles e as cidades circunvizinhas

⁵⁶ De acordo com o dicionário Aurélio trata-se do negociante que vende a carne por atacado aos açougues. No cenário pesquisado o termo refere-se geralmente àquele que compra animais para abatê-los e vendê-los, geralmente em local específico (algumas vezes em um Mercado Público).

podemos vê que estes buscam nos municípios de Várzea e Santa Luzia (especialmente) serviços que atendam as suas necessidades.

Como sugerimos anteriormente a localização ao meio dos dois municípios os deixa em uma posição territorial bem peculiar, como sugere um morador, aquela comunidade pode ser considerada um “lugar de fronteira”, entendendo este termo no sentido de lugar que fica localizado entre estes dois municípios, embora pertencendo territorialmente a um.

Os moradores daquele Sítio geralmente buscam nestas duas cidades os serviços que não têm acesso dentro do próprio grupo. Embora seja um pouco complicado sugerir aqui qual o município mais privilegiado, durante a coleta de dados observamos que a maioria das famílias realiza suas feiras em Santa Luzia, geralmente em dois dos supermercados da cidade (o que não implica que alguns outros façam suas feiras em outros supermercados ou mesmo em Várzea), mas é comum ouvi-los falando que quando estavam fazendo as compras encontraram alguém da Pitombeira nesses dois supermercados.

A recorrência dos encontros nos supermercados da cidade de Santa Luzia se dá em virtude do fato de que, como muitos deles são aposentados a maioria recebe seus salários em dias que são comuns, e considerando que por vezes a realização da feira se dá no dia no qual se recebe a aposentadoria torna-se constante os encontros na cidade.

Considerando que a cidade de Santa Luzia possui um porte maior que o município de Várzea⁵⁷ isto poderia indicar que a busca pela realização das compras serem mais freqüentes nesta cidade, se justifica por que lá eles encontram uma maior diversidade de mercadorias e mesmo de serviços. Além do fato de que o dia reservado para a feira neste município ser o sábado, o que acaba sendo um elemento interessante para aqueles que não trabalham neste dia da semana.

No caso de Várzea o dia reservado para a realização da feira é a segunda-feira; além dos moradores da Pitombeira, em sua maioria, preferir

⁵⁷ De acordo com os dados do censo do IBGE em 2010 o município de Santa Luzia possui área territorial de 455,700 km² com uma população estimada em 14.719 habitantes sua densidade demográfica (hab/km²) é de 32,30; e Várzea possui uma área de 190, 446 km², considerando que sua população soma 2.504, a densidade demográfica (hab/km²) deste município é de 13,15. Dados colhidos no site do IBGE, <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>, em 26/06/2011.

realizar suas compras no município de Santa Luzia, é conveniente destacar que algumas pessoas que residem na área urbana de Várzea também se deslocam de tal cidade e realizam suas compras em Santa Luzia.

O meio de transporte geralmente utilizado para levá-los à cidade são as motocicletas, aqueles que não possuem moto em casa ou na casa de parentes, procuram os que possuem. Entre os membros do grupo alguns costumam realizar o transporte em suas motos, eles não são propriamente moto-táxistas, uma vez que embora desempenhem tais serviços, estes não possuem uma licença⁵⁸ que é necessária para ocupar o cargo de moto-táxista de modo regular. Os proprietários de motos são chamados, geralmente por telefone. Também é comum observarmos dentre eles alguns homens que vão a estas cidades em suas bicicletas.

Outra forma de buscar transporte para ir a cidade pode ser se dirigindo até a BR (PB 233), na estrada há uma espécie de guarita onde as pessoas ficam esperando por algum transporte, a guarita fica em apenas um dos sentidos (o sentido que liga a Pitombeira à Várzea), mas geralmente as pessoas também ficam do outro lado quando desejam ir a Santa Luzia. Como se trata de uma rodovia de muito fluxo (esta é uma das rodovias que liga o estado da Paraíba ao Rio Grande do Norte), eles não encontram muita dificuldade em encontrar um transporte, quando vão para a pista pode acontecer até de eles pegarem uma carona, embora não seja sempre que isto acontece.



Figura 07: Imagens dos trechos da entrada da Pitombeira nos quais seus moradores se dirigem quando vão pegar transportes para ir às cidades de Santa Luzia e Várzea.
Fotografias de Jordânia de Araújo Souza.

⁵⁸ Tal licença é geralmente solicitada nas prefeituras.

Quando vão fazer as compras do mês é muito comum que eles voltem para casa em um táxi, uma vez que quando realizam a feira do mês, geralmente as compras são maiores, assim o melhor meio de transportá-las é de carro. Também podemos destacar uma recorrência na busca por alguns taxistas específicos, existem alguns deles que são acionados pelo grupo com muita frequência, acontecendo por vezes de em dias de feira eles trazerem alguns moradores da Pitombeira da cidade e já levarem outros que estando no Sítio desejam ir a Santa Luzia.

As feiras mensais são feitas, em sua maior parte, por aqueles que recebem seus salários de modo fixo, nos referimos aos aposentados, funcionários públicos; quanto às famílias nas quais os homens trabalham em outros ramos, os que recebem semanalmente, ou mesmo quinzenalmente, as compras da família geralmente ficam sujeitas ao dia no qual o dono da casa recebe o dinheiro. Mas em uma situação na qual o marido não possa vir às mulheres realizam as compras e deixam para pagar com a chegada dos companheiros, ou mesmo quando elas recebem o dinheiro. Existem dentro do grupo casas que são mantidas pelas mulheres, isso acontece de modo mais constante, quando estas já não vivem mais com os companheiros.

Também é comum que alguns filhos recebam os salários dos pais, ficando os mesmos responsáveis pela realização das compras da família. Também acontecendo de filhos e/ou netos acompanharem os aposentados tanto no recebimento do salário, quanto na realização da feira.

Embora a cidade de Várzea tenha crescido bastante nos últimos anos, Santa Luzia ainda parece ser o município mais buscado por aqueles que residem na Pitombeira quando os mesmos vão fazer as suas feiras, talvez porque em Santa Luzia eles encontrem além dos artigos de primeira necessidade o atendimento de outros serviços.

No que tange aos serviços de saúde oferecidos pelo município de Várzea podemos destacar a existência de um Centro de Atendimento Médico Especializado (no qual são realizados atendimentos para tratamentos fisioterápicos, bem como acompanhamento de gestantes, idosos, etc.); uma Unidade Mista de Saúde, onde são prestados alguns atendimentos médicos. Atualmente são encaminhados para Santa Luzia apenas os casos que

necessitam de um acompanhamento que não pode ser feito em Várzea, os casos mais graves são encaminhados para o Hospital Regional de Patos.

Quando iniciamos a pesquisa na Pitombeira observamos que uma cobrança recorrente nas reuniões era pela visita do médico do Programa de Saúde da Família (PSF), que não visitava o grupo com regularidade. Tal cobrança era decorrente do fato de existirem entre eles pessoas de idade avançada que não têm como se deslocarem para a cidade para serem atendidas.

No decorrer da pesquisa pudemos acompanhar a ida de médicos do PSF, juntamente com a agente de saúde e algumas enfermeiras, que prestaram atendimento na Sede da Associação e realizaram visitas nas casas daquelas pessoas que não tinham condições físicas de buscarem o atendimento. Em algumas destas ocasiões o dentista também acompanhou a equipe para fazer uma visita à escola.

1.5. A Escola e as Interações Sociais do grupo

Existe na Pitombeira uma escola que atende crianças e adultos. A Escola Municipal Hermínio Silvano da Silva, que recebeu este nome em homenagem ao senhor que doou as terras para a construção do prédio da referida escola, funciona em dois turnos. Pela manhã atende apenas a Educação Infantil (Pré-escolar) e o Ensino Fundamental, do 1º ao 5º ano, em duas turmas multisseriadas, e no período da noite uma turma na categoria de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Quando concluem esta fase do Ensino Fundamental os alunos dão continuidade aos estudos até a conclusão do Ensino Médio em Várzea, no período da tarde ou da noite. Estes alunos, por sua vez, são buscados por um transporte escolar encaminhado pela Prefeitura Municipal.

O prédio desta escola local é estruturado basicamente do seguinte modo: ao entrar pelo pequeno portão temos outro portão maior que dá acesso a um pequeno cômodo no qual fica uma mesa onde geralmente é servida a merenda escolar, este mesmo cômodo (uma pequena sala) possibilita a

entrada a uma das duas salas de aula, bem como aos dois banheiros, a cozinha e uma pequena despensa; a outra sala de aula fica ao lado da primeira sala, embora o ingresso a esta sala se dê apenas por fora em outra porta. Esta sala de aula foi reduzida para a construção de um pequeno espaço destinado ao laboratório de informática, que fica separado desta por um portão.

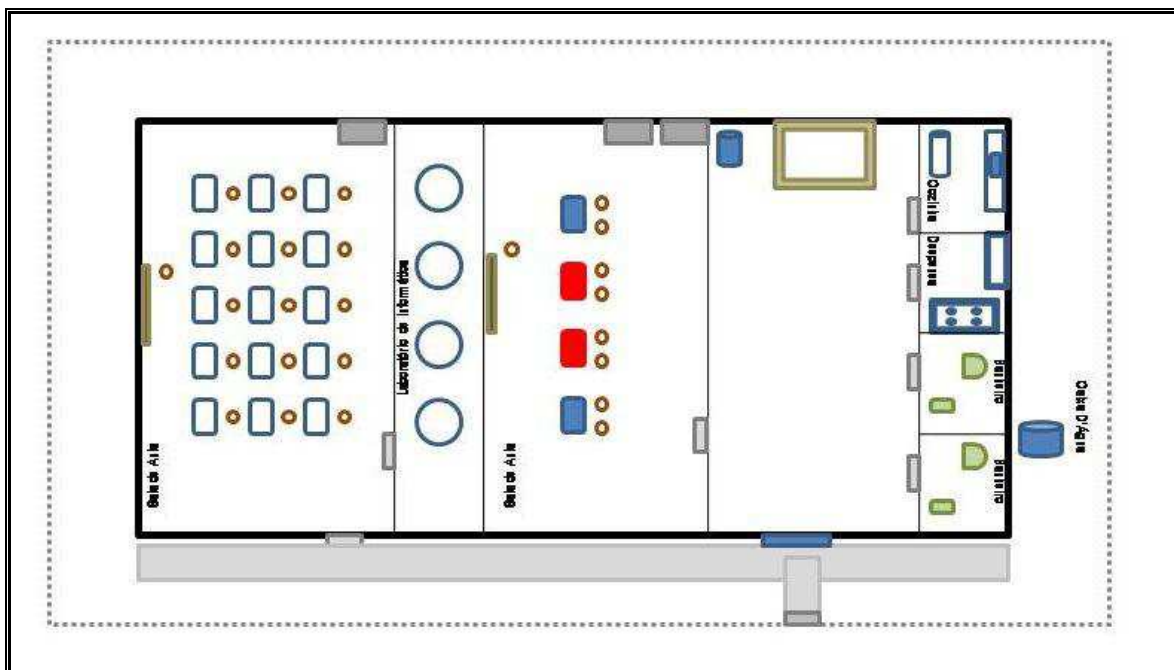


Figura 08: Distribuição espacial da Escola Herminio Silvano da Silva.

As atuais professoras são nascidas ali, embora já tenha existido, em outras ocasiões, professores que vinham de Várzea ministrar as aulas. Considerando que o lugar não oferece muitos empregos, trabalhar nesta escola e garantir um emprego público é uma situação privilegiada. Logo, os moradores da Pitombeira, de modo mais ou menos articulado vêm procurando garantir estes empregos públicos e as funções de prestígio, o que gera, gerou, e pode gerar um quadro de disputas internas.

Conforme salienta Simmel (1983) o conflito se reproduz junto às relações sociais, ou seja, em todas àquelas relações estabelecidas no interior da sociedade. Para este autor o conflito é “um modo de conseguir algum tipo de unidade, ainda que através da aniquilação de uma das partes conflitantes” (SIMMEL, 1983, p. 122), sendo considerado um importante elemento na integração das interações sociais.

De acordo com este autor “admite-se que o conflito produza ou modifique grupos de interesse, uniões, organizações” (1983, p. 122). O conflito é visto, nesta perspectiva, como uma forma de interação na convivência em sociedade, que existe nas mais variadas relações entre os indivíduos em sociedade.

Durante a realização desta pesquisa um dos lugares em que tivemos oportunidade de fazer observações que consideramos privilegiadas foi na Escola, lá estivemos em dias corriqueiros de aulas, em reuniões e em momentos comemorativos, convivemos com as professoras e demais funcionários, participamos de reuniões com secretários do município, com nutricionista, acompanhamos a execução de um curso de culinária, estivemos presentes em algumas ocasiões festivas onde pudemos observar a presença de pessoas vinculadas a cargos públicos de Várzea, bem como de funcionários que desempenham funções na prefeitura além é claro de moradores do local.

A Escola foi um cenário que nos permitiu visualizar algumas relações internas e através dela pudemos ter acesso a alguns conflitos existentes dentro do grupo que por vezes são camuflados para as pessoas de fora.

Com exceção do funcionário que é responsável por colocar água na escola, as demais funcionárias são mulheres, no turno da manhã uma delas “mora na rua⁵⁹”, embora seu esposo possua uma propriedade naquela localidade. E no turno da noite uma funcionária que até certo momento da realização desta pesquisa não residia na Pitombeira, embora pertencesse ao grupo, no decorrer desta pesquisa pudemos observar seu retorno para uma casa naquele Sítio.

Também trabalham na escola duas irmãs na função de professoras no turno da manhã, as mesmas são primas da professora do turno da noite; duas primas e uma senhora que é tia destas últimas (as primeiras nas funções de merendeira e ajudante na brinquedoteca e a tia no cargo de auxiliar de serviços).

O ambiente da escola é quase hegemonicamente feminino, e foi um dos espaços que, durante a pesquisa, tivemos bastante acesso, logo ouvimos

⁵⁹ Expressão para se referir à cidade, no caso em específico, a zona urbana. A referida expressão quer dizer que ela mora na cidade.

muito a voz feminina, nos perguntamos se um pesquisador do sexo masculino teria visto algo diferente do que vimos, acreditamos que pode ser que um homem entrasse no universo masculino com mais facilidade, mas dificilmente ele não seria chamado a olhar para o mundo feminino. As mulheres da Pitombeira são muito articuladas e muitas delas são bastante autônomas, características que as tornam muito visíveis.

Aventamos que o forte e sempre presente fluxo migratório dos homens pode ser considerado um elemento que contribuiu para que a atuação feminina entre eles fosse significativa, e não nos referimos a representação vista na Associação, por exemplo, que desde sua fundação em 1989 até o ano de 2010 sempre foi dirigida por homens, cenário que foi alterado recentemente com a “indicação” de uma mulher⁶⁰, mas a própria atuação no dia-a-dia.

Nossa pesquisa mostrou que o universo feminino possui uma lógica diferenciada nesse grupo, os homens estão sempre presentes, mas as vozes que ecoam são femininas; Elas se articulam, se evitam e até brigam entre si. São elas as responsáveis pela vigilância das moralidades, sendo colocadas em suspeição aquelas que não compartilham com determinados padrões de comportamento.

Durante a realização da pesquisa pudemos acompanhar algumas comemorações realizadas na escola e conseqüentemente observar o relacionamento existente entre os funcionários, que por mais polido e amistoso que possa parecer em algumas ocasiões deixa transparecer certa animosidade/indisposição. Foi na escola e através de alguns eventos acompanhados que pudemos perceber a existência de alguns descontentamentos e desentendimentos no grupo.

Em tais ocasiões observamos que não havia cooperação entre algumas das funcionárias, sendo que o trabalho desenvolvido nestas comemorações era

⁶⁰ Embora não tenhamos acompanhado o trabalho desenvolvido por seu Felipe à frente da Associação, às conversas com alguns moradores faz com que seja possível destacar uma diferenciação relativa ao modo pelo qual ele dirigia as atividades da Associação em comparação com seus sucessores. Na fala destes moradores seu Felipe estava sempre preocupado em fazer com que os associados estivessem presentes nas reuniões, saindo ele mesmo em cada uma das casas da comunidade fazendo o convite e destacando os assuntos que seriam abordados em cada uma. No caso de Açucena, a atual presidente, também se observa uma preocupação em fazer com que cada vez mais as pessoas do grupo compareçam as reuniões e ela estende esses convites aos representantes políticos locais, bem como representantes de outras localidades.

realizado de modo quase individual. Desde quando a relação entre eles se dá desta maneira, não tivemos condições de saber, mas acreditamos que este formato de relacionamento esteja instaurado há algum tempo e que o mesmo possua uma lógica própria, também não sabemos ao certo se a mesma esta associada a questões de ordens coletivas ou individuais.

Os momentos de confraternização realizados na escola congregam muitos membros do grupo, bem como pessoas externas a ele. Em basicamente todas as festas da escola que acompanhamos no ano de 2010 observamos a participação de moradores da cidade de Várzea, na maioria das vezes tais eventos eram acompanhados pela Primeira Dama, que também é a secretaria de Trabalho e Assistência Social do município, e alguns funcionários da Prefeitura Municipal, principalmente os vinculados as Secretarias de Trabalho e Assistência Social; Educação, Cultura, Desportos e Turismo; Agricultura e Pecuária, etc., por vezes também se fizeram presentes alguns vereadores do município.

Logo, tais ocasiões nos permitiram acompanhar não só como se estabelecem as relações internas, através do contato dos funcionários entre si e com o restante do grupo, como também permitiu vislumbrar a relação de moradores da Pitombeira com pessoas que não pertencem ao grupo, neste caso, principalmente aquelas vindas de Várzea.

Acompanhar estes eventos nos ajudou a observar a interação social do grupo. No caso do contato com pessoas de fora, era muito comum vermos a participação de representantes políticos locais e/ou funcionários de algumas secretarias da Prefeitura. Com relação àqueles ligados a prefeitura era recorrente observarmos a execução de um trabalho de cunho assistencialista, durante tais comemorações muitas vezes aproveitadas enquanto oportunidades para levar ao grupo pequenos presentes, estes por sua vez tinham um caráter muito mais simbólico; Em comemorações como o dia das crianças, por exemplo, se observava a entrega de bonecas, brinquedos, bolas, etc. (todos muito simples).

No caso dessas pessoas ligadas ao mundo da política, principalmente aqueles que ocupam cargos no legislativo local, fazer-se presente é mais que prestar contas ao grupo, é mostrar que eles são importantes para o

representante político e que eles estão do lado do grupo, apoiando, ouvindo e porque não dizer presenteando. São ótimas oportunidades, especialmente no dia das mães, dia das crianças, etc., de mostrar o poder que cada um (principalmente os vereadores) adquiriu dentro do grupo. Nota-se certa disputa por espaço e demarcação de que aqueles políticos possuem representatividade dentro da Pitombeira, afinal de contas aqueles que não são apoiados dentro do grupo não se fazem presentes.

No que diz respeito aos funcionários da prefeitura, eles estão lá a trabalho, sendo a interlocução deles muito maior com os outros funcionários. A ida de alguns funcionários específicos é mais freqüente que outros, e embora não seja regra pode acontecer de na ida de uma pessoa pela primeira vez a mesma externalizar, no seu desconhecimento do lugar, alguma admiração pelos indivíduos presentes, como se os imaginassem, porque não dizer, “atrasados”.

Em um dos momentos por nós acompanhados nos eventos promovidos na escola, uma das pessoas que veio na “caravana” da Primeira Dama se admirou com a chegada de uma criança do grupo. Na declaração de sua admiração a mesma externou uma expressão que não agradou algumas das pessoas presentes, a referida senhora disse mais ou menos o seguinte: “Mulher como você é linda! Você é de onde?”. No outro dia em uma das visitas que fizemos a uma casa ouvimos alguns comentários com relação a esta fala, neste momento a demonstração de indignação por parte destas pessoas era decorrente do fato de que, no modo pelo qual a mencionada senhora expressou sua admiração era como se lá na Pitombeira não pudessem existir pessoas bonitas. Esse acontecimento demonstra um pouco como se constroem os olhares direcionados por pessoas externas ao grupo. Ou, como as pessoas da comunidade reagem diante do outro, indicando aí um campo de tensão e sensibilidades.

Como mencionamos anteriormente embora nos trabalhos que tivemos acesso à leitura e que tiveram como foco de pesquisa os negros do Talhado, seja mencionado o fato de os negros da Pitombeira serem vistos de modo menos estigmatizado no município de Santa Luzia, a pesquisa nos mostrou que o mesmo não se reflete quando se refere à Várzea. Esse episódio que

acabamos de mencionar, transcorrido na escola Hermínio Silvano da Silva, demonstra como os negros da Pitombeira são, por vezes, vistos pelas pessoas externas ao grupo, eles são os negros da Pitombeira, adjetivo que ao ser utilizado já os aponta como diferentes, além da questão relativa à cor é agregada a ligação com a localidade.

Considerando tais relações de contato ponderamos ser interessante refletir um pouco a respeito das elucidações propostas por Barth (1998, 2000) no que tange a análise dos grupos étnicos.

Pensando que a identidade étnica emerge em situações de contraste não sendo, como acreditam alguns autores, produto de comunidades isoladas; Um grupo étnico é, pois uma forma de se afirmar uma identidade contrastiva, em situações de organização social. Como apresentou Barth mesmo existindo um fluxo de relações entre os Pathan e os Baluchi existem elementos que os fazem se pensar de modo distinto. Assim sendo mesmo considerando a possível origem comum entre os negros da Pitombeira e os do Talhado, é visível a presença de fronteiras que distinguem esses grupos. Aos serem nomeados como “negros da Pitombeira” e “negros do Talhado” estabeleceu-se uma classificação que distinguia aqueles negros das pessoas ditas brancas da região, bem como diferenciava aqueles negros, logo ser negro da Pitombeira é diferente de ser negro do Talhado.

Assim, considerando que o elemento essencial para a construção de uma identidade étnica é o sentimento de pertencimento a um grupo, temos na Pitombeira um grupo étnico. Este grupo compartilha a crença em uma origem comum, logo, aqueles que pertencem a Pitombeira são reconhecidos e identificados como tais. E não é apenas a cor da pele que os distingue, posto que esta não se trate da única comunidade rural de negros da região, acreditamos que um elemento que norteia a distinção deste grupo está ligado ao lugar de onde advêm aquelas pessoas. Ser “negro da Pitombeira” é diferente de ser negro em outros lugares, como: do Talhado, da Ramadinha⁶¹, etc.

⁶¹ Comunidade rural situada no município de Várzea onde segundo informações residem algumas pessoas que são negras.

Durante a realização da pesquisa nos perguntamos o que faz uma pessoa ser identificada enquanto pertencente à Pitombeira. Quais são os critérios de pertencimento deste grupo. E com base nas observações que realizamos sugerimos que existem três categorias que demarcam as relações de pertencimento, quais sejam: os “de dentro”, os “ambíguos” e os “de fora”⁶².

Os que são considerados “de dentro” são os que nasceram lá e mesmo aqueles que não tendo ali nascido possuem e mantêm um vínculo de sangue com o grupo. Os “ambíguos” são aqueles que entraram no grupo através do casamento; os que nasceram fora; e aqueles que mesmo lá residindo não possuem laços de sangue com outras pessoas do grupo. Estes quando em comparação com os de fora são vistos enquanto ligados ao grupo. Os “de fora” são aqueles que mantêm contato com os moradores daquela localidade, mas são completamente externos ao grupo (neste último caso poderíamos citar como exemplo, pessoas que possuem propriedades naquele Sítio, políticos locais, representantes de ONGs, as pessoas da cidade – comércio).

Durante a realização de nossa pesquisa, como mencionamos anteriormente, realizamos algumas leituras referentes à história de Santa Luzia, bem como levamos em consideração alguns elementos da pesquisa de fim de curso de graduação realizada junto aos moradores do bairro São José que são advindos do Talhado. De acordo com tais informações o modo pelo qual os moradores da Pitombeira são e/ou eram vistos no município de Santa Luzia era menos preconceituoso em relação aos do Talhado, elemento que não exclui a existência de um olhar também preconceituoso para com os que fazem a Pitombeira na cidade de Santa Luzia.

De fato existe uma distinção entre ser identificado enquanto pertencente à Pitombeira e ao Talhado. E embora o olhar direcionado aos moradores da Pitombeira seja positivado em Santa Luzia em detrimento aos que descendem do Talhado, alguns indivíduos da Pitombeira relatam que algumas pessoas de Várzea agem de modo discriminatório em relação a eles. Perguntamo-nos que elementos podem ter gerado tais desdobramentos. A realização/organização da festa de Nossa Senhora do Rosário pelos moradores da Pitombeira, os

⁶² Estas categorias foram por nós pensadas, não partiu de uma proposta dos que fazem a Pitombeira tal diferenciação.

tornou melhor vistos aos olhos dos demais moradores de Santa Luzia, em detrimento aos do Talhado, que se mantinham “isolados” na serra? Esta diferenciação tem alguma ligação com o fato de que há a possibilidade de que, no caso da Pitombeira, tenha existido uma relação entre um patrão branco e eles, logo que existiu a possibilidade de proteção por parte do patrão? Como se estabeleceram as relações entre os negros da Pitombeira e os moradores do município de Santa Luzia? E ainda como se estabeleceu a convivência entre os negros da Pitombeira e o restante da população de Várzea? Na presente pesquisa não elaboramos respostas para todas estas questões, embora as duas primeiras soem mais como hipóteses do que perguntas propriamente.

Mas retomando as reflexões referentes ao universo da Escola Hermínio Silvano da Silva, é conveniente destacar que esta escola não é um lugar no qual acontecem apenas as aulas, comemorações e reuniões da Pitombeira, é lá também onde acontecem os encontros de uma turma de catecismo que se reúne aos domingos. As catequistas são de Santa Luzia, e há dois anos elas realizam reuniões quinzenais aos domingos com as crianças e adolescentes daquele Sítio, visando à preparação dos mesmos para receber o sacramento da 1ª Eucaristia. Inclusive no ano de 2009, foi realizada na própria sede da Escola a cerimônia da Primeira Comunhão destas crianças, vindo da cidade de Santa Luzia o pároco⁶³ que realizou a celebração.

A atuação destas catequistas⁶⁴ também pode ser observada quando da realização das novenas no mês de maio. Novenas estas que são consideradas tradicionais naquele grupo, uma vez que estas são celebradas por eles desde 1931, sendo todas as 31 noites rezadas na mesma casa desde então. Geralmente acontece de no encerramento se realizar uma procissão na qual a imagem da santa é carregada de outra residência da localidade com destino àquela casa na qual são celebradas as novenas desde as primeiras celebrações. No momento da procissão são cantadas ladainhas acompanhadas pelo som dos fogos de artifício.

⁶³ É importante esclarecer que o padre de Santa Luzia também é responsável pelas celebrações realizadas no município de Várzea, logo não devemos estranhar a inserção dos mesmos em tal grupo.

⁶⁴ As catequistas são Maria Isabel e Virginia, ambas atuam também na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, sendo a última a presidente de tal grupo.

A casa na qual são celebradas tais novenas é uma das mais antigas daquele lugar, é a mesma a qual fizemos menção anteriormente quando nos referimos à casa considerada por alguns moradores como a “Praça da Pitombeira”.

As novenas celebradas no mês de Maio, considerado no calendário católico mês dedicado a Maria, são organizadas pelos próprios moradores da Pitombeira e conserva em sua estrutura alguns cânticos em latim, característica que chamou a atenção do padre de Santa Luzia quando ele esteve no encerramento das celebrações do ano de 2010 e deixou o encaminhamento da celebração, em alguns momentos, a cargo daqueles moradores da Pitombeira que geralmente “tiravam⁶⁵” as novenas.

Como outras festividades vividas por eles, à menção a festa do Maio de antigamente é sempre feita de modo bastante nostálgico, eram festas regadas a grandes leilões, venda de comida, bebidas e a tradicional queima das rosas na fogueira (eles montavam uma enorme fogueira na qual eram queimadas pétalas de rosas ao mesmo tempo em que as mulheres entoavam seus cânticos – muitos destes últimos por sua vez se perderam na memória do grupo), e este período contava sempre com a presença de pessoas ilustres da região, geralmente representantes políticos que faziam doações e arrematavam os lances dos leilões.

Atualmente as novenas reúnem, na sua maior parte, apenas aqueles que residem no lugar, podendo acontecer de algumas, poucas, novenas serem celebradas pelo pároco de Santa Luzia e contarem com a presença das catequistas que desenvolvem atividades junto àquela localidade. A fogueira ainda é montada, mas sua representação é muito mais simbólica, e algumas crianças vestidas de anjo coroam a santa. As lembranças de grandes festas realizadas no encerramento do mês de Maio estão diretamente ligadas aos tempos de apogeu da exploração de minério na região.

Embora sejam muitos os católicos ali residentes, é crescente o número de pessoas que se convertem ao protestantismo. Entre os dias em que lá estivemos acompanhamos não só as novenas junto ao grupo, mas também a

⁶⁵ Tirar neste contexto tem um sentido de celebrar. As pessoas que tiram uma novena são aquelas que ficam responsáveis pelo encaminhamento das orações.

realização de alguns cultos evangélicos na Sede da Associação e tomamos conhecimento de que o pastor, que também vem da cidade de Santa Luzia, esta há algum tempo trabalhando “a evangelização da comunidade”. Além desse pastor, existe outro que frequenta aquele Sítio, este último por sua vez, também faz visitas ao grupo, sendo o mesmo muito próximo a uma das famílias da Pitombeira. Também é comum acontecerem visitas de membros de Igrejas Evangélicas nos fins de semana, principalmente nas residências onde as pessoas participam de tais Igrejas.

Durante a realização de um dos cultos em que nós estivemos presentes, o pastor (nos referimos ao primeiro que indicamos) mencionou que algumas pessoas do grupo não gostavam do modo como ele desempenha seu trabalho, e neste momento ele disse não estar ali para agradar a todos, mas que continuaria fazendo suas visitas e entraria na casa de todos, fossem eles evangélicos, católicos ou mesmo “embruxeiros”.

Este foi o primeiro momento no qual ouvimos entre eles a alusão ao fato de que existem no grupo pessoas que são adeptas a práticas ligadas ao Candomblé. Nas conversas que até então tínhamos estabelecido era recorrente a informação de que entre eles não existem pessoas que praticam o candomblé, ou qualquer tipo de culto de tradição africana, mas ao mesmo tempo também pudemos ouvir histórias sendo contadas por alguns deles que os levam a crer que existem sim pessoas que acreditam e buscam tais religiões entre eles. Um exemplo de tais histórias foi mencionado, não só uma vez, ao se falar que em uma casa, foi encontrado um saquinho que continha terra de cemitério, segundo nos foi informado, está terra teria sido colocada para atrasar a vida dos donos da casa. Independente da existência ou não de tais práticas, o receio de ser vítima delas existe. Se elas são consumadas ou não e quem as pratica não é algo que pretendemos acompanhar nesta pesquisa.

Mas, retornando a questão do papel que as celebrações festivas possuem, quanto à possibilidade de compreensão da dinâmica própria da Pitombeira, gostaria de lembrar aqui outra festa que é vivenciada por alguns moradores daquele lugar, trata-se da festa de Nossa Senhora do Rosário, a qual é celebrada na cidade de Santa Luzia e é considerada enquanto uma festa que foi em sua origem organizada pelas pessoas que ali residiam, a

participação deles nesta festa até os dias de hoje pode ser vista como um elemento distintivo do grupo, quando em comparação com outros negros da região. Embora nos dias atuais poucos participem de tal festividade é por considerar a sua representatividade que abordaremos mais detalhes a respeito de tal festa no capítulo que se segue.

Capítulo 2

A Festa do Rosário – uma festa vivida pelos negros da Pitombeira

2.1. A origem da festa e a relação com a Pitombeira

A respeito da origem da festa de Nossa Senhora do Rosário, celebrada no município de Santa Luzia, é voz corrente entre aqueles que são instados a discorrer sobre tal cerimônia, isto é, os mais antigos participantes, que a mesma foi idealizada por um ex-escravo da região de nome Mateus, este por sua vez fora “criado” desde pequeno pelo seu “patrão”⁶⁶. Conta-se que quando jovem Mateus solicitou ao patrão, permissão e auxílio para que se realizasse uma festa que congregasse os negros da região.

Conforme mencionamos no capítulo anterior Seu Edgar, um antigo presidente da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, contou-nos que Mateus e uma menina chamada, Genoveva⁶⁷ eram escravos e que os mesmos chegando às terras de seus proprietários ainda crianças teriam sido por eles “criados”.

Mateus e Genoveva, cresceram, casaram e ganharam do patrão as terras da Pitombeira como um presente. Este é o mesmo casal ao qual fizemos menção no capítulo anterior quando apresentamos informações referentes às histórias contadas a respeito da origem da Pitombeira.

Os registros históricos nos permitem afirmar que a Festa de Nossa Senhora do Rosário é celebrada na cidade de Santa Luzia desde 1871, durante os dias próximos ao dia 07 de outubro, data que é dedicada, no calendário católico, à referida santa. Esta festa é, pois, considerada uma tradição secular naquele município.

De acordo com um breve histórico da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Santa Luzia – PB, produzido pela atual presidente da mesma, foi na

⁶⁶ É importante chamar atenção para os termos que são acionados por aqueles que contam a história da criação da Festa do Rosário, quando consideram: escravo – cria – patrão; ao invés de escravo – peça – proprietário. Esses termos por sua vez suscitam o modo pelo qual algumas pessoas da região consideram que se estabeleceram as relações entre escravos e senhores naquele lugar.

⁶⁷ Um trabalho desenvolvido por um historiador do município de Santa Luzia, juntamente com dois membros da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, apontam o nome da esposa de Mateus como Justina. Para detalhes ver NÓBREGA, et al. (2007). Porém utilizamos aqui o nome de Genoveva ao nos referirmos a esposa de Mateus, posto que em virtude de não termos realizado uma pesquisa em fontes documentais, priorizamos o nome que está presente na memória do grupo.

Pitombeira onde se realizou a primeira missa dedicada a esta santa, reunindo os negros da Pitombeira, Ramadinha, São Domingos e Trindade (comunidades rurais da região).

Contou-nos Seu Caleb (81 anos) que uma família de posses que gostava de negros naquela região era a Família Nóbrega. Na conversa que tivemos com Seu Caleb, ele mencionou que esta família possuía uma relação de proximidade com os negros da redondeza, auxiliando-os quando se precisava. Dona Magnólia (93 anos), outra moradora da Pitombeira, também mencionou em uma conversa conosco a relação que alguns membros desta família tinham com negros da região, segundo esta senhora é como se existisse uma relação de proteção, possivelmente entre aqueles que eram patrões e seus respectivos empregados.

Com base em dados presentes na dissertação de Joselito Eulâmpio da Nóbrega (2007) na qual o autor elabora uma lista contendo nomes de proprietários de escravos na região de Santa Luzia, esta família também é referenciada e, diga-se de passagem, a presença dos Nóbrega, na mesma, é bastante significativa em termos percentuais.

Como pudemos visualizar no depoimento de Seu Edgar que mencionamos no capítulo anterior, a doação das terras da Pitombeira feita por Manoel Maximiano da Nóbrega a Mateus e a iniciativa deste último em realizar uma festa em devoção a Nossa Senhora do Rosário naquele lugar, liga aquela localidade a esta festa, desde a origem desta última. E embora a intensidade da participação de moradores desta localidade tenha diminuído nos últimos anos, observamos que ainda nos dias atuais algumas famílias da Pitombeira permanecem participando deste ritual.

Através da pesquisa por nós desenvolvida consideramos que a Festa de Nossa Senhora do Rosário realizada em Santa Luzia é celebrada em meio a um cenário complexo. Isto é nesta cidade observamos a existência de no mínimo três grupos distintos, embora existam outros negros na cidade que não se reconheçam pertencentes a nenhum deles.

Consideramos aqui três grupos posto que, embora o reconhecimento quilombola vivenciado pelos moradores do Talhado tenha até o presente momento constituído duas comunidades quilombolas: Comunidade Quilombo

de Serra do Talhado e Comunidade Urbana de Serra do Talhado, os moradores do Talhado se pensam enquanto pertencentes a um grupo, pois os que compõem o Talhado Urbano, ou vieram do Talhado ou descendem dos que de lá vieram ⁶⁸. A referida festa nos permite vislumbrar os seguintes grupos: os “negros da Pitombeira”, os “negros do Talhado” e ainda os “negros da Irmandade”.

Deste modo, estão nomeados como “negros da Pitombeira”, neste texto, aqueles se identificam e são identificados enquanto pertencentes à Pitombeira; os “negros do Talhado” são os que se reconhecem e são reconhecidos como pertencentes ao Talhado; e os “negros da Irmandade” são aqueles que estão vinculados a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, estes últimos são os responsáveis pela organização desta festa. É importante destacar que alguns que são identificados enquanto “negros da Pitombeira” também fazem parte da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário. E com relação a tais situações, vamos procurar apresentar e problematizar no decorrer desse capítulo.

Buscaremos apresentar uma incursão neste ritual para que possamos entender melhor a respeito destas diferenciações e mesmo da ausência de uns e presença de outros na Festa do Rosário celebrada na cidade de Santa Luzia.

Inicialmente ao analisarmos as referências elaboradas a respeito da Festa do Rosário observamos que as menções a mesma sempre estiveram presentes nos trabalhos acadêmicos elaborados com relação ao Talhado ⁶⁹. Tal grupo (do Talhado) possui um expressivo número de estudos produzidos a seu respeito e na sua maior parte existe referência a esta festa.

Aventamos ser possível que a alusão a existência da festa de Nossa Senhora do Rosário nos trabalhos elaborados junto à comunidade do Talhado aconteça em virtude do fato de que por se tratar de um ritual que agrega negros em sua realização, deixar de mencioná-la, mesmo observando que o grupo não a vivencia, seria negligenciar a importância que a mesma possui no

⁶⁸ É importante destacar que atualmente um “novo grupo” se encontra em processo de reconhecimento enquanto comunidade quilombola acionando sua relação com o Talhado, trata-se de um grupo de pessoas que residem no bairro São Sebastião, localizado no município de Santa Luzia, tal movimento vem sendo acompanhado pela colega Eulália Bezerra Araújo em sua pesquisa de mestrado.

⁶⁹ Como pode ser lido nos trabalhos de: Cavalcanti (1975), Santos (1998), Nóbrega (2007). Embora nenhum destes trabalhos tenham como fundamento de suas pesquisas esta festa.

cenário local. E mais, ao se fazer tal referência torna-se possível enfatizar a existência das diferenciações que são elaboradas para identificar e caracterizar os negros naquele município.

Um dos primeiros, senão o primeiro, trabalhos elaborados e que tem o Talhado como objeto privilegiado é o documentário produzido pelo jornalista e cineasta Linduarte Noronha, *Aruanda*⁷⁰, este documentário foi elaborado em 1960 e procura retratar a vida dos moradores do Talhado, imprimindo um tom épico, onde a fabricação e venda de louça, peças em cerâmica – que são até os dias atuais produzidas por pessoas provenientes deste lugar, é apresentada como uma saga.

Linduarte Noronha tornou-se um nome reverenciado no movimento cultural conhecido como Cinema Novo⁷¹ e quando instado a comentar o seu documentário disse que chegou a Santa Luzia para realizar uma reportagem sobre a Festa do Pontão, vista por ele enquanto um ritual composto de modo sincrético (GOMES, 2003, p. 76) sendo a partir desta reportagem que Noronha toma conhecimento da existência do Talhado.

Não temos informações a respeito de que festa se trata a mencionada Festa do Pontão. Ao nomear tal festa como Festa do Pontão acreditamos que Linduarte estava fazendo referência a Festa de Nossa Senhora do Rosário,

⁷⁰ Na tradição das religiões afro-brasileiras o termo Aruanda pode ser lido de diversas maneiras: “lugar de liberdade”, “terra da promessa”, “céu dos orixás”, etc. De acordo com Carvalho (1998) “No caso dos cultos afro-brasileiros tradicionais, que preservam com tenacidade a raiz simbólica africana (como o candomblé, o xangô e o batuque) a linguagem para se referir a esses espaços míticos é uma mais indireta e muito menos formalizada. O mundo do *orun*, da África, de onde vêm os orixás, é mencionado apenas nos rituais e mesmo nesse contexto, há uma inibição formal, em termos de clareza de expressão, que é dada pelo uso restrito da língua portuguesa. Ainda mais difícil se torna dizê-lo nos cânticos, pois estes são cantados em iorubá, idioma que não é mais falado pela comunidade afro-brasileira. Em contraparte, o reino da Aruanda é uma imagem explícita de um espaço mítico, de uma África celeste, ao mesmo tempo individual e coletiva, subjetiva e objetiva, com que os adeptos se propõem entrar em contato. Paralelo, assim, ao modelo da cidade fortificada, surge um outro modelo igualmente muito desenvolvido nessa tradição: o modelo da transformação. É o contato com o reino encantado da Aruanda que permite esse prodígio, da pedrinha virar lajeiro.” (CARVALHO, 1998, p.11).

⁷¹ O Cinema Novo é um movimento cinematográfico brasileiro, influenciado pelo Neo-realismo italiano. Teve início em 1952 com o I Congresso Paulista de Cinema e o I Congresso Nacional de Cinema Brasileiro, foi através destes congressos que foram discutidas novas idéias para a produção de filmes nacionais. Tal movimento defendia a produção de filmes fundamentalmente nacionais, a idéia era se construir um filme popular de baixo custo e que retratasse a realidade “sócio-política-cultural” brasileira e em uma linguagem que fosse adequada à situação social da época. Para mais detalhes a respeito deste movimento ver: <http://paulo-v.sites.uol.com.br/cinema/cinemanovo.htm> e http://www.achegas.net/numero/nove/pedro_simonard_09.htm.

tendo em vista que os lanceiros vistos em Santa Luzia, são em alguns lugares denominados por pontões⁷².

Conforme salienta Fortes (2008) a ida de Linduarte Noronha a região foi motivada pelo objetivo de realizar uma foto-reportagem a respeito de festas sincréticas existentes naquele lugar,

Quatro décadas depois, no documentário *A Linguagem do Cinema: Aruanda visto por Linduarte Noronha*, o autor informa que seu objetivo primeiro foi fazer uma foto-reportagem sobre as festas 'sincréticas' que tinham lugar no município de Santa Luzia e lá chegando, viu-se intrigado pela presença daquele grupo segregado, vivendo na serra. Apesar das dificuldades em alcançar a serra, o autor produziu uma primeira foto-reportagem sobre o grupo: **As oleiras de Olho D'Água de Serra do Talhado**. (FORTES, 2008, p. 35)

De acordo com nossa pesquisa de campo foi possível perceber que a festa que agrega um caráter sincrético realizada na cidade de Santa Luzia trata-se da Festa de Nossa Senhora do Rosário.

Outro elemento presente em alguns dos trabalhos elaborados a respeito do Talhado é que nas referências apontadas a respeito dos membros da Irmandade do Rosário, salienta-se que eles são considerados "morenos" quando postos em comparação aos "negros do Talhado". De acordo com Josefa Salete Barbosa Cavalcanti (1975)

Na cidade de Santa Luzia há uma oposição forte entre pretos e brancos... A maioria dos "morenos" de Santa Luzia reside na periferia da cidade. São eles que organizam a Festa de Nossa Senhora do Rosário. Estes negros se consideram diferentes daqueles do Talhado, preferindo, inclusive, que os mesmos não participem de sua festa. Os "morenos" de Santa Luzia têm, em relação aos "negros" do Talhado uma série de estereótipos: consideram-nos "metidos a valente", "beberrões", "criminosos" e temem virem a ser identificados com os mesmos; deste modo não os convidam para a Festa do Rosário. (CAVALCANTI, 1975, p.21)

A autora realizou sua pesquisa junto aos moradores do Talhado na década de 1970 e através de seu trabalho de campo ela chama atenção para a

⁷² Para mais detalhes a respeito da realização de tal festa ver artigo de Osvaldo Meira Trigueiro, intitulado: A Festa de Nossa Senhora do Rosário na Paraíba, publicado na revista Eletrônica Temática. <http://www.insite.pro.br/2005/24-A%20Festa%20de%20Nossa%20Senhora%20do%20Ros%C3%A1rio%20na%20Para%C3%A7a%20Db.pdf>

realização desta festa na cidade de Santa Luzia, bem como para a não participação dos “negros do Talhado”. Cavalcanti salienta que existe uma diferenciação no modo como são vistos os “negros do Talhado” em detrimento àqueles que residem no perímetro urbano do município de Santa Luzia, e que não possuem ligação de parentesco com este grupo.

Para a autora os “negros” oriundos do Talhado (estejam eles na zona rural ou no perímetro urbano – pois à época de sua pesquisa já havia se iniciado o êxodo dos moradores do Talhado para a cidade de Santa Luzia) passam por um processo de estigmatização em proporções ainda maiores do que os demais negros da cidade.

No que se refere à festa do Rosário o argumento de Cavalcanti é revalidado no trabalho de José Vandilo dos Santos (1998) quando o mesmo ao referir-se a tal festa, diz: “A festa do Rosário é conhecida como a ‘festa dos morenos’, entretanto, os negros do Talhado pouco participam, não demonstram interesse mesmo quando convidados” (SANTOS, 1998, p.99). Contudo, aí Santos parece não se aperceber da longa história presente na relação entre os moradores que se vinculam em termos de origem e identidade ao Talhado e os que morando na cidade, se distinguem destes.

Assim, embora em tais referências seja mencionada uma distinção entre “morenos” e negros, quando ressaltamos, nesta pesquisa, a distinção entre negros e negros, o fazemos por considerar que em nosso momento de pesquisa não ouvimos a classificação posta nestas outras pesquisas de “morenos” e negros. É conveniente esclarecer um elemento: Mesmo que ambos apareçam como negros, estamos diante de um sistema de classificação social, que buscaremos esclarecer no decorrer deste texto.

A festa do Rosário é, pois considerada por muitos estudiosos enquanto prática daqueles que são identificados como negros da Pitombeira, não que a mesma restrinja-se à participação de pessoas oriundas desta localidade. Posto que muitos dos membros da Irmandade do Rosário são moradores da cidade de Santa Luzia, e embora em alguns casos até exista uma ligação de parentesco com os da Pitombeira, esta ligação não é pré-requisito para pertencer a tal Irmandade, menos ainda participar da festa.

Acompanhamos a festa do Rosário pela primeira vez em outubro do ano de 2004, e por mais contraditório que possa parecer, foi durante a participação nesta festa que tomamos conhecimento⁷³ mais de perto da assim chamada “Comunidade do Talhado” e fomos surpreendidas pela entrega do título/certidão de auto-reconhecimento enquanto remanescente de quilombo àquele grupo e que foi entregue por Maria Bernadete Lopes da Silva⁷⁴, representante da Fundação Cultural Palmares.

Assim, naquele ano este grupo que não acompanha esta festa, nem mesmo a devoção a Nossa Senhora do Rosário, foi posto na programação desta festa, através da entrega de sua certidão de auto-reconhecimento.

Neste mesmo momento a cidade de Santa Luzia recebeu a visita de representantes de várias Irmandades Negras do país, estiveram presentes representantes dos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia, Goiás, Alagoas e Brasília. E concomitantemente a realização e programação da Festa do Rosário aconteceram o III Seminário da Cultura Afro-Brasileira e o Encontro das Irmandades do Rosário dos Pretos Quilombolas, elementos que, consideramos, atribuíram àquela festa uma proporção diferenciada da assumida em outros anos.

Naquela ocasião nossa maior surpresa foi perceber que muitos dos moradores da cidade que compartilhavam tal cerimônia festiva estavam igualmente surpresos. Assim, nós nos sentimos muito curiosas por tal situação e aproveitamos a oportunidade para subir a serra e conhecer o Talhado, lugar que se apresenta aos olhos dos ‘estranhos’ sob uma luz mítica. Foi nesta ocasião que a entrega da Certidão do grupo foi realizada.

Depois de acompanhar este ritual em 2004, continuamos a pensar, visitar e interagir com situações peculiares à cidade de Santa Luzia e conseqüentemente à festa, coletando dados para a realização inicialmente de nosso trabalho para o PET- Antropologia e depois para a realização de trabalho de fim de curso.

⁷³ Não que nós não tivéssemos já ouvido falar dos moradores do Talhado, mas é que neste momento conhecemos alguns moradores daquela localidade e tivemos a oportunidade de ir até o Talhado.

⁷⁴ Neste caso este se trata de nome real da representante da FCP.

Em tais idas pudemos observar a ausência dos negros do Talhado nesta festa, ao mesmo tempo em que estes se fazem presentes em um Seminário que discute a condição negra/quilombola, seminário este que geralmente acontecia concomitantemente à realização de tal festa. Trata-se do Seminário de Cultura Afro-brasileira realizado em Santa Luzia através de uma parceria entre a prefeitura municipal, o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), o Governo do Estado da Paraíba e a Fundação Cultural Palmares. Tal seminário tinha por objetivo promover o intercâmbio entre as populações quilombolas existentes no Brasil.

As discussões a respeito da certificação do Talhado enquanto comunidade quilombola se iniciou em 2002. Obtivemos informações de que em 2003 foi realizado durante o mês de outubro um Seminário para discutir tais questões, o mesmo contou com a participação de militantes do Movimento Negro (a nível local e regional), acadêmicos, representantes da Irmandade do Rosário, da sociedade civil de Santa Luzia, bem como moradores do Talhado.

Neste ano além de viabilizar a apresentação de discussões a respeito da questão do negro, o Seminário objetivava tratar de modo mais específico da realidade vivenciada por uma “comunidade negra da cidade”, a comunidade negra do Talhado, visando encaminhar a FCP a solicitação de reconhecimento deste grupo enquanto remanescente de quilombo e a conseqüente aplicação do direito previsto pelo Artigo 68 da CF.

No mês de outubro de 2004, novamente aconteceu na cidade um versão deste Seminário, neste ano os moradores do Talhado receberam sua Certidão de Auto-Reconhecimento enquanto “Comunidade Quilombola”.

O próximo Seminário só veio ocorrer em 2006⁷⁵ passando a agregar um número maior de pessoas, inclusive do mundo acadêmico, pois estiveram presentes, durante este ano, membros do NEAB-Í/UEPB (Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Universidade Estadual da Paraíba), bem como estudantes da Universidade Federal da Bahia.

A partir de tais observações passamos a nos questionar quem eram aqueles negros que participavam desta festa? Enquanto resposta ao nosso

⁷⁵ Esta foi a última edição deste Seminário que acompanhamos.

questionamento nos deparamos com os negros da Irmandade do Rosário e alguns negros que residem na Pitombeira.

Embora em nosso retorno a este ritual, em anos ulteriores, tenhamos tomado conhecimento da existência da Pitombeira e da participação dos moradores daquela localidade nesta festa, por ocasião da realização de nosso trabalho de fim de curso nosso objetivo era tratar da construção da identidade quilombola da comunidade urbana do Talhado. Como deve ficar claro, o esforço de pesquisa no caso de um grupo que tendo a origem no mundo rural e, por diversas razões deslocou-se para o ambiente urbano, implicou para nós num esforço de seleção e manutenção do foco.

Fomos, diversas vezes, confrontadas com referências, relatos e questões sobre a Pitombeira, no que tange ao possível vínculo existente entre estas localidades, relativos à permuta de terras feita pelos ancestrais destes grupos bem como a possível existência de relações de parentesco entre esses grupos, o que nos aguçou bastante a curiosidade.

Assim com base na coleta de dados observamos que realmente os “negros” (ou “morenos”, como chamaram alguns moradores da cidade em outras pesquisas) que organizam a festa de Nossa Senhora do Rosário na cidade de Santa Luzia possuem uma imagem diferenciada na cidade, estes são identificados de uma forma menos negativa que os do Talhado, com isso não estamos sugerindo que os mesmos não sejam submetidos a situações de constrangimento e discriminação, porém estes não carregam consigo os estigmas atribuídos aos negros que são identificados enquanto oriundos do Talhado⁷⁶.

Logo, acompanhar tais momentos nos fez perceber algumas nuances no modo pelo qual estes grupos são identificados e elaborar algumas reflexões que consideramos relevantes: Como no mesmo espaço geográfico e no mesmo calendário civil vamos nos deparar com mundos sociais distintos e nem sempre comunicantes. Então, quando a festa do Rosário acontece vamos ter a

⁷⁶ A expressão “negros do Talhado” foi utilizada durante muito tempo de modo pejorativo, ligando os membros deste grupo a situações de desordem, pois no imaginário de alguns dos moradores da cidade de Santa Luzia os tumultos que aconteciam neste município eram provocados pelos moradores do Talhado. Para mais detalhes, ver a dissertação da colega Eulália Bezerra Araújo, intitulada: “Tornando-se Quilombola no Monte de São Sebastião: etnografando as discussões sobre origem e a questão dos direitos no idioma do parentesco”.

Irmandade dos irmãos negros e vamos ter um Seminário que se propõe discutir a respeito da condição negra/quilombola. Porém, os que estão em um não estão necessariamente no outro. Os do Talhado podem estar na cidade – e aparentemente passaram a estar participando do Seminário juntamente com a presença da FCP, dos agentes políticos da região e dos membros do NEAB-Í/UEPB, enquanto que o “Tope do Juiz”, o Reisado e as novenas continuam sendo vividos por aqueles que não se diziam quilombolas, ao menos até 2004, já que o quilombo parecia ser até então o Talhado.

Com isso se constata algo definidor: na Festa do Rosário aqueles que pertencem ao Talhado encontram-se ausente. O que temos neste ritual religioso é a participação ativa dos membros da Irmandade do Rosário que é formada em sua maioria por pessoas negras, o que não inclui os que pertencem ao Talhado.

Hoje é possível destacar que a inserção do Talhado naquela Festa de 2004 foi uma junção gerada por aqueles que são realmente externos ao mundo das comunidades da Pitombeira, do Talhado e, em certa medida, dos grupos na área urbana que passaram a demandar pelo reconhecimento quilombola. Pois só assim se explica a idéia de juntar, durante a Festa do Rosário, os pretos, como se formassem uma só unidade.

Salientando essas relações de exclusão e inclusão, consideramos que a festa de Nossa Senhora do Rosário apresenta-se enquanto uma situação social⁷⁷ propícia para discutir como se dão as relações étnicas neste município. Estamos diante de um sistema de hierarquia e classificação social, tendo a “cor da pele”, e arriscaria considerar, a identificação ao grupo e ao “lugar de origem”, como um demarcador. No caso, junto a uma população que poderia ser vista pelos de fora como igualmente negra, passamos a ter a construção de uma diferenciação: temos os negros da Pitombeira, os negros da Irmandade do

⁷⁷ Em seu texto “Análise de uma situação social na Zululândia moderna”, Max Gluckman analisa as relações entre africanos e brancos do norte da Zululândia. No referido texto o autor esclarece que “uma situação social é o comportamento, em algumas ocasiões, de indivíduos como membros de uma comunidade, analisado e comparado com seu comportamento em outras ocasiões. Desta forma, a análise revela o sistema de relações subjacente entre a estrutura social da comunidade, as partes da estrutura social, o meio ambiente físico e a vida fisiológica dos membros da comunidade” (GLUCKMAN, 1987, p. 238).

Rosário e os negros do Talhado, todos estes em oposição e também em relação aos brancos.

Inicialmente é conveniente esclarecer algumas questões relativas a esta diferenciação. Primeiro, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário é, de acordo com seu estatuto, uma entidade autônoma, de caráter religioso e cultural. A referida Irmandade possui uma diretoria formada pelos cargos de presidente, vice-presidente, 1º secretário, 2º secretário, 1º tesoureiro e 2º tesoureiro. Todos os associados podem candidatar-se para ocupar estes cargos, mas o que geralmente ocorre é a indicação de seus membros; uma vez indicados ou eleitos, a permanência nos cargos tem duração de dois anos, prazo que pode ser prorrogado. Esta diretoria é responsável pela organização da festa e estes membros da diretoria juntamente com os “Irmãos de Mesa⁷⁸” são os responsáveis pelas deliberações da Festa do Rosário. Segundo nossos informantes para participar de tal Irmandade é necessário que exista um compromisso com a atividade religiosa desempenhada pela mesma, bem como interesse ou identificação com a questão do negro.

De acordo com as informações narradas a respeito da fundação da Festa do Rosário realizada em Santa Luzia destacamos que a mesma possui um vínculo com a Pitombeira presente desde sua origem. A manutenção dessa participação é observada até os dias atuais, vista através da presença de alguns moradores desta localidade, seja na ocupação e cargos do (s) Reisado(s), seja acompanhando os rituais festivos.

Nos trabalhos acima mencionados confirmamos a existência de uma diferenciação entre os que são classificados enquanto “negros” em Santa Luzia, e mais, que ser identificado como do Talhado está carregado de implicações consideradas ainda mais fortes, quando em comparação aos demais negros da cidade. É importante percebermos que temos uma classificação em torno da cor e da localidade, e que existe uma diferenciação apresentada entre os “negros” da Pitombeira (quer eles sejam membros da Irmandade do Rosário ou não) e os “negros” do Talhado, bem como os demais “negros” da Irmandade do Rosário.

⁷⁸ Também conhecidos por Irmãos de Opa, trata-se de um grupo formado por doze participantes da Irmandade do Rosário (geralmente os mais idosos e ativos do grupo). Os mesmos têm a função de tomar algumas decisões e auxiliar a Diretoria da Irmandade.

Tais elementos nos permitem sugerir que no lugar e no momento que a “cidade” autoriza o negro a “comandar”, a se tornar visível e meritório, ainda aí, os “negros do Talhado” não se sentem chamados. O que nos leva a pensar que para a participação na festa não basta apenas ser negro.

Quando estivemos acompanhando pela primeira vez a festa do Rosário em 2004 aqueles que pertencem ao Talhado estiveram presentes na programação da festa, assim embora depois tenhamos percebido que tal inserção se deu em virtude da entrega da certidão de auto-reconhecimento enquanto comunidade remanescente de quilombo, não se estranha que ao se observar de fora, em um primeiro contato, tenhamos pensado aqueles negros, que se vêem e são identificados como diferentes, como pertencentes a um só grupo.

Nossa pesquisa junto aos moradores da Pitombeira nos permitiu voltar a este ritual de modo a acompanhar a participação deles nesta festa e é com base nas observações realizadas no ano de 2010 que apresentaremos a participação de tais pessoas. Antes, porém abordaremos alguns aspectos relativos à organização deste ritual.

2.2. A “estrutura” da festa

Atualmente a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Santa Luzia possui uma Igreja para a devoção a esta santa. A mesma encontra-se em processo de construção, estando sua edificação relativamente encaminhada, é nesta Igreja que a festa é realizada desde 2009. Antes, a referida Irmandade possuía apenas uma casa que era utilizada para a realização de reuniões e enquanto espaço no qual eram guardados os instrumentos da Banda Cabaçal e adereços dos Reisados. Neste período a festa era realizada na Igreja Matriz de Santa Luzia.

A festa congrega um número relativamente grande de participantes, vindo tanto da cidade de Santa Luzia, quanto de cidades circunvizinhas. Alguns momentos incorporam um número maior de pessoas que outros, como veremos mais adiante, mas é importante elucidar dentre aqueles que

participam da Festa, quem são os que a organiza, bem como destacar os membros que ocupam os cargos dos Reisados e da Banda Cabaçal.

Diferente do que Brandão (1978) aponta com relação à organização da Festa do Divino em Pirinópolis (GO), enquanto uma atribuição não de uma confraria ou Irmandade religiosa, mas de pessoas que se candidatam aos encargos, enquanto “irmãos de sorte” e são a cada ano sorteadas para ocuparem estes encargos. A organização da Festa do Rosário em Santa Luzia é tida como atribuição exclusiva da Irmandade do Rosário, principalmente daqueles que estejam ocupando cargos na Diretoria. Para tanto, este grupo é auxiliado pelo pároco da cidade e outros membros de setores litúrgicos da Igreja.

Embora no contexto de nossa pesquisa aconteça desta maneira, ao analisarmos outros estudos percebemos que esta atribuição da organização da festa de Nossa Senhora do Rosário não é, em todos os casos, exclusiva a Irmandade do Rosário, como aponta por Izabel Botelho (2009) ao pesquisar a festa de Nossa Senhora do Rosário celebrada em Minas Novas, no Vale do Jequitinhonha (MG), a autora esclarece que tal festa é feita pelos membros da Irmandade do Rosário que são designados para realizá-la naquele ano. A escolha dos “festeiros da santa”, neste contexto, se dá por sorteio ou pela escolha entre os interessados, são estes “festeiros” os responsáveis por todos os gastos e detalhes da festa⁷⁹.

Ainda com relação à festa celebrada em Minas novas, a autora aponta enquanto outra fonte de arrecadação, as contribuições feitas durante o ano pelos membros escolhidos para compor a corte. Neste cenário a corte é composta aos moldes da monarquia portuguesa (reis, rainhas, damas, etc.) sendo ainda incorporados representantes de postos do Exército (guarda coronéis), bem como elementos que representam figuras do Catolicismo (anjos). No contexto em questão durante o cortejo o “espaço real” é delimitado por um rosário enorme, que os distinguem do restante dos participantes.

No nosso cenário de nossa pesquisa esta festa tem duração de onze (11) dias. Durante estes dias acontecem no espaço de nove noites às novenas; no segundo sábado pela manhã o “Tope do Juiz”; enquanto que a Missa

⁷⁹ Para mais detalhes ver Botelho, 2009.

Solene, a Procissão e o desfile das princesas e príncipes da festa, se passam no último domingo de festa; também acontecem durante o último fim de semana de festa a realização de retretas⁸⁰; a festa se encerra na segunda-feira com a transposição dos cargos dos reisados mirim e do ano.

2.2.1. Os diversos componentes da festa

Em Santa Luzia a festa de Nossa Senhora do Rosário apresenta grupos de pessoas que ocupam, no período de celebração da mesma, cargos rituais, estes grupos, por sua vez, são identificados como Reisados, também chamados por alguns estudiosos de Reinados. Estes membros do(s) Reisado(s) de Nossa Senhora do Rosário são identificados pelos trajes que eles vestem, bem como pelas insígnias que eles portam no período da festa, além do fato de que eles estão presentes em todos os momentos do ritual e em posição de destaque.

No contexto por nós pesquisado este grupo de pessoas se subdivide em três: o Reisado Perpétuo, o Reisado do ano e o Reisado Mirim. Cada um destes Reisados possui cargos distintos que são ocupados por membros da Irmandade, ou no caso do Reisado Mirim, filhos destes.

Os membros do Reisado Perpétuo são escolhidos por aqueles que estão ocupando cargos na Diretoria da Irmandade, estes últimos, por sua vez, são assessorados pelos “Irmãos de Mesa”. Juntos eles sugerem nomes entre os membros da Irmandade para ocuparem o Reisado Perpétuo, cargos estes que possuem um caráter vitalício. Uma vez indicados aos cargos do Reisado Perpétuo seus membros só abandonam estes cargos com a morte ou mesmo por escolha em casos nos quais eles não mais conseguem participar.

A participação no Reisado do Ano e no Reisado Mirim se dá através da iniciativa individual, aqueles que são membros da Irmandade e têm interesse em participar da festa compondo o Reisado se inscrevem junto à Diretoria da

⁸⁰ Trata-se de um termo usado localmente, que equivale ao que em alguns lugares é chamado de quermesse. Para eles retreta é um momento que acontece no fim de semana da festa, no qual é montado um palco ao lado da Igreja, são postas algumas barracas, realizados leilões, montado um parque de diversões e são observadas algumas apresentações musicais, variando desde orquestras sinfônicas a músicos da região. Conforme nos traz o dicionário Aurélio corresponde no Brasil ao concerto popular de uma banda em praça pública.

Irmandade do Rosário. Segundo informações de membros da Irmandade, este procedimento é diferente do modo como acontecia antes quando a escolha dos membros do Reisado era feita através de um sorteio entre os inscritos, momento este que era acompanhado pelos “Irmãos de Mesa”.

Atualmente as pessoas se inscrevem para ocupar os cargos do Reisado nos anos em que existe uma vaga, geralmente esta inscrição se dá para anos subseqüentes, pois há uma larga procura para tal participação e como mencionou a presidente da Irmandade do Rosário, ela vai inscrevendo-os nos cargos que se encontram vagos nos anos próximos.

A composição dos reisados é basicamente a seguinte: O Reisado do Ano possui: rei, rainha, juiz, juíza, princesa e rainha dos vaqueiros. Os cargos do Reisado Perpétuo (rei, rainha, guarda real, juiz, juíza e escrivão) são ocupados pelos membros mais idosos do grupo, e como o termo perpétuo indica tem um caráter vitalício. Quanto ao Reisado Mirim, os cargos são os de rei, rainha, juiz e juíza.

Porém nem todos os cargos destes Reisados se ocupam da mesma maneira. Um dos cargos do reisado do ano é ocupado de modo diferenciado, o da Rainha dos Vaqueiros.

A Rainha dos Vaqueiros, uma das personagens centrais do “Tope do Juiz” ocupa este cargo de modo distinto dos demais membros do Reisado. Todos os anos algumas jovens se inscrevem antecipadamente a realização da festa. Depois da inscrição existe uma disputa entre aquelas que se inscreveram; Nesta disputa aquela que conseguir arrecadar a maior quantia em dinheiro para a Santa é coroada rainha dos vaqueiros⁸¹. No caso da arrecadação feita pela Festa do Rosário, o dinheiro é administrado por aqueles que compõem a diretoria da Irmandade do Rosário.

Um elemento que nos chamou atenção com relação à ocupação deste cargo em específico foi o fato de que, como a escolha daquela que irá ocupar este cargo é atribuída à arrecadação de dinheiro, em alguns momentos pode acontecer de a “escolhida” não apresentar características negras, o fenótipo

⁸¹ Trata-se de algo muito parecido com o que observamos nas escolas quando da realização das festividades juninas, no cenário de Santa Luzia, durante a comemoração das festas de junho geralmente as escolas de ensino infantil e fundamental propõem um desfile de rainhas do milho, sendo coroada aquela que trouxe mais dinheiro.

parece ser bastante importante para aqueles que assistem a festa, posto que a “escolha” de uma pessoa que não apresente características negras pode gerar muitos comentários e insatisfações.

Embora se destaque a participação do juiz, da rainha dos vaqueiros e da princesa no “Tope do Juiz” observamos que todos os membros dos Reisados participam de todos os momentos que circunscrevem a festa, desde as novenas à transposição dos cargos. Sendo que a atuação de alguns é maior em determinadas ocasiões, como teremos a oportunidade de observar adiante, quando apresentaremos melhor as partes que compõem este ritual.

Outro grupo de importante representatividade nesta festa são os Irmãos de Mesa, este grupo é por sua vez, como mencionamos anteriormente, formado por pessoas mais experientes da Irmandade do Rosário. A identificação destes representantes durante a cerimônia se dá pelo uso de coletes nas cores branca para os homens e rosa para as mulheres, bem como por eles portarem uma espécie de um grande castiçal durante alguns momentos das cerimônias realizadas na Igreja.

A Banda Cabaçal é o nome pelo qual é chamada a banda da festa de Nossa Senhora do Rosário no nosso cenário de pesquisa. A mesma possui a parte instrumental composta por pífanos, caixas, zabumba e maracá; estes são acompanhados por lanceiros que dançam, durante todo o cortejo, acompanhando o ritmo da Banda.

Os lanceiros da festa, também chamados em outros contextos como pontões⁸², geralmente são jovens e crianças que portam lanças com pontas enfeitadas e dançam com as mesmas durante os cortejos, ou mesmo quando são chamados a fazê-lo durante as cerimônias realizadas no interior da Igreja.

Outro componente que sempre esta junto a Banda é um senhor que porta a bandeira de Nossa Senhora do Rosário, o mesmo vai à frente dos lanceiros e os acompanha dançando ao ritmo da Banda Cabaçal. Tanto os membros da Banda Cabaçal, quanto os lanceiros e o “porta-bandeira” além de serem identificados por portarem cada um os seus respectivos instrumentos, geralmente vestem durante a festa roupas em cores iguais. Em algumas

⁸² Na cidade de Pombal localizada no alto sertão paraibano, também é realizada a Festa de Nossa Senhora do Rosário, neste contexto aqueles que são identificados enquanto lanceiros em Santa Luzia são vistos em Pombal como pontões.

ocasiões as roupas são brancas (geralmente durante as missas, novenas, procissão); em outras uma camisa rosa acompanhada de uma calça na cor azul (no “Tope do Juiz”, entrega dos cargos). Embora haja uma recorrência na utilização destas roupas em alguns momentos também podemos encontrá-los com uma camiseta com a Imagem de Nossa Senhora do Rosário e uma calça jeans normal.

Os membros da Banda (aqueles que tocam os instrumentos) recebem um pagamento em dinheiro referente aos dias de “trabalho” na festa e participam desde as novenas até o encerramento da Festa com a entrega dos cargos dos Reisados. Os membros da Banda Cabaçal juntamente com alguns lanceiros, no passado, visitavam as cidades circunvizinhas quando se aproximava a realização da festa do Rosário arrecadando doações para a Santa. Enquanto os membros da Banda tocavam os lanceiros dançavam, por vezes alguns membros do Reisado também os acompanhavam. Quando indagamos alguns dos membros da Banda em 2010 a respeito de tal prática os mesmos nos informaram que em virtude de a maior parte deles possuírem seus respectivos empregos a saída para outras cidades ficou impossibilitada.

Quando se encontram na Igreja os membros da Banda Cabaçal, os lanceiros e o “porta-bandeira”⁸³ ocupam os lugares ao lado da imagem de Nossa Senhora do Rosário, sendo que em determinados momentos das cerimônias eles são chamados a tocar e se posicionam logo à frente do altar.

2.2.2. A Igreja – as novenas, a missa e a procissão

Em Santa Luzia a comemoração a Nossa Senhora do Rosário, geralmente inicia-se com o hasteamento da bandeira da festa em frente à Igreja, que lá permanece durante toda a comemoração a Santa. Este hasteamento acontece na noite de abertura dos festejos a Nossa Senhora do Rosário, e o primeiro dia de uma novena celebrada em sua devoção.

Antes de a Irmandade possuir uma Igreja para devoção a Nossa Senhora do Rosário, os seis primeiros dias da novena, eram celebrados na

⁸³ Embora não tenhamos informações a respeito do termo pelo qual é chamado o senhor que carrega consigo à bandeira de Nossa Senhora do Rosário durante a festa, o identificaremos no presente texto como porta-bandeira para facilitar o reconhecimento do mesmo.

casa que a Irmandade possuía, sendo os demais dias (um tríduo) festejadas na Igreja Matriz de Santa Luzia. Atualmente todos os dias da novena são celebrados na Igreja do Rosário, podendo acontecer de, em alguns dias, a imagem da santa ser levada à casa de alguns moradores da cidade de onde a mesma é conduzida em procissão rumo à Igreja.

Como mencionamos anteriormente, em todos os momentos que circunscrevem tal ritual os membros dos reisados fazem-se presentes. Nas novenas e na missa solene (realizada no último domingo da festa), eles ocupam os primeiros bancos da Igreja, ficando bem à frente da imagem da Santa, juntamente com alguns “Irmãos de Mesa”.

Outro grupo de pessoas que também ocupa uma posição de destaque na Festa são os membros da Banda Cabaçal, nome pelo qual é chamada a banda da Irmandade que anima a festa.



Figura 09: Imagens de membros dos Reisados, da Banda Cabaçal e dos Irmãos de Mesa no ano de 2010.

Fonte: www.clicpositivo.com.br

Dos dias da novena realizadas na Festa, os que congregam um maior contingente de pessoas são aquelas que acontecem entre a sexta-feira e o

sábado, principalmente do segundo fim de semana de festa, pois são nestes dias, bem como no domingo, que são realizadas as retretas.

Durante estes dias são colocadas algumas barracas para vender comidas e bebidas, de modo a arrecadar fundos para a manutenção da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, também são realizadas algumas apresentações musicais.

A missa solene acontece no domingo pela manhã, e é durante a sua celebração que observamos uma relevante participação das pessoas vindas tanto de Santa Luzia como de cidades circunvizinhas. Ao entardecer deste mesmo dia é realizada a procissão pelas ruas da cidade. Nesta, a imagem de Nossa Senhora do Rosário é carregada em seu andor por alguns homens que acompanhando a procissão se revezam no trajeto pelas principais ruas de Santa Luzia.

Com o encerramento da procissão outra missa é celebrada, “fechando” os rituais sagrados da festa, o que não implica no final da mesma, pois ainda acontece no domingo o desfile das princesas⁸⁴ e príncipes e a última noite de retreta, ficando para a segunda-feira a transposição das faixas – momento no qual os membros dos reisados do ano e mirim irão passar as suas respectivas faixas àqueles que representarão o reisado na próxima festa e a descida da bandeira da festa.

2.2.3. O “Tope do juiz”

Um dos momentos culminantes da festa do Rosário acontece no sábado pela manhã, o popularmente chamado “Tope do Juiz”. Consideramos esta ocasião bastante interessante para observarmos como se demarcam as fronteiras entre aqueles que compartilham e os que não compartilham tal ritual.

No “Tope do Juiz” a pessoa que representa o juiz naquele ano, juntamente com a “rainha dos vaqueiros” e a “princesa” se dirige a uma

⁸⁴ É importante diferenciar estas princesas da princesa do Reisado do Ano. Estas princesas são crianças que representam os bairros da cidade, no qual residem com suas famílias, bem como comunidades rurais da região (a Pitombeira é uma destas), elas por sua vez desfilam neste dia da festa, no qual é contabilizado o valor em dinheiro que cada um (a) arrecadou para a Santa. Aquele/Aquela que colocar a maior quantia é coroado (a) a princesa da festa, o mesmo se aplicando ao príncipe.

localidade na zona rural – pode ser a um sítio do juiz da festa, caso este resida no espaço rural; de parentes deste; ou mesmo a algum lugar cedido ou sugerido para a saída do “Tope do Juiz”, seja por uma questão de devoção ou mesmo convenção social – de onde saem juntamente com os participantes do ritual a cavalo⁸⁵ com destino ao perímetro urbano, onde cavalgam pelas principais ruas da cidade antes de dirigirem-se à Igreja.

A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário em questão possui um folheto que conta um pouco a respeito da origem desta Festa celebrada em Santa Luzia, neste folheto a referência elaborada a respeito do “Tope do Juiz” mostra como ocorreu o primeiro “Tope” realizado na Festa, além destes dados também ouvimos de seu Edgar informações referentes a este momento.

Sim para começar como foi o começo da Festa que eu ainda não dei entrada nisso, no dia que eles eram para vim Mateus veio a cavalo num jumentinho com a Santa na perna, com o pessoal lá do Vaquejador, São Domingos, Ramadinha e da Trindade e os outros negros lá da região de Várzea que era do povo de Mateus que era tudo por ali. Aí eles vieram ali pro Alto da Boa Vista com a Santa e esperando o povo que viesse de lá, aí demoraram muito o povo não chegaram, aí disse a eles: Não vem não, o que é que se faz? Aí Manoel Maximiano disse: manda uma pessoa lá na Pitombeira e diga que venha que nós estamos esperando com a Santa aqui, aí mais quando chegaram lá na Pedra do Bode ele já vinha de lá pra cá, batendo caixa e jogando lança de lá para casa todo esse tempo, aí quando chegaram eles estavam ali no Alto da Boa Vista esperando com a Santa para poder seguir para Santa Luzia. Aí quando eles chegaram ali eles vieram se juntou tudinho. Mateus juntou todos os negros, os negros pessoal pobre tudo de pé e aqueles ricão a cavalo não é? Mateus vinha num jumentinho com a Santa no colo, na lua da sela pegada com a Santa ali, é hoje aquela história de ter uma rainha do Rosário ser do “tope do juiz” aí tem que ser uma mocinha porque tá ... Ta imitando a nossa senhora do Rosário... (Seu Edgar, entrevista realizada em 26 de março de 2005)

Conforme indicamos anteriormente, com base nos depoimentos que tivemos acesso, a Festa de Nossa Senhora do Rosário foi idealizada pelo escravo Mateus, que de acordo com as informações orais que obtivemos era morador da Pitombeira, localidade rural da região.

De acordo com o depoimento de Seu Edgar, Mateus reuniu os negros da região fabricaram os instrumentos necessários para a formação de uma Banda

⁸⁵ Nos dias atuais algumas pessoas acompanham este momento do ritual em motos e carros, mas ainda são poucos que o fazem, sendo comum pessoas virem de cidades circunvizinhas a cavalo para compartilharem tal ritual.

Cabaçal e nomearam um juiz para a festa, eles saíram da Pitombeira e foram se encontrando com outros negros das redondezas no percurso para a cidade, alguns estavam a cavalo, uns de jumento e outros seguiram mesmo a pé. Na cidade eles estavam sendo esperados por mais pessoas que os seguiram pelas ruas em procissão rumo a Igreja. Assim é tradição neste momento do ritual algumas pessoas se dirigirem a zona rural para acompanhar o “Tope do Juiz”.

A utilização do termo “Tope” tem neste contexto o sentido de encontro, de acordo com os dados presentes no folheto sobre a festa elaborado por Virginia (atual presidente da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário) no primeiro “Tope do Juiz” realizado na festa, tendo o juiz sido esperado pelos negros que se encontravam na Pitombeira e não aparecido, aqueles que estavam esperando-o decidiram se dirigir a Igreja mesmo sem a sua presença, o Juiz ao sair com outra comitiva se encontrou com os que vinham da Pitombeira, assim sendo o termo significa encontro do Juiz, por isso é conhecido por “Tope do Juiz”.

Este momento do ritual congrega um número acentuado de moradores da cidade e de municípios circunvizinhos, sejam eles simpatizantes e/ou devotos de Nossa Senhora do Rosário, ou simplesmente afins do mundo das vaquejadas. A maior parte das pessoas que participam do “Tope do Juiz” vão a cavalo, eles se dirigem ao local combinado para saída do “Tope” e acompanham os membros do Reisado do Ano que representam as figuras centrais deste momento do ritual. É evidente pelo próprio nome atribuído a esta parte da festa que a figura central do “Tope do Juiz” é o juiz, sendo que nos últimos anos tem ganhado destaque a figura da Rainha dos Vaqueiros e ainda mais recentemente a Princesa.

Quando estes três personagens do Reisado do Ano, juntamente com todos os que lhes acompanham no “Tope do Juiz”, vindos da localidade na zona rural se aproximam da cidade, os membros da Banda Cabaçal, os lanceiros e as demais pessoas que se encontram aglomeradas a esperá-los são avisados e acionados a se posicionarem para encontrá-los. Os membros da Banda e os lanceiros ficam em um ponto da cidade, geralmente um bar, aguardando a chegada daqueles que acompanham aquele momento ritual,

quanto aos demais membros do(s) Reisado(s), eles ficam nos dias atuais aguardando na Sede da Igreja de Nossa Senhora do Rosário.

São muitas as pessoas que participam deste momento da festa, a maioria são homens, mas algumas mulheres também compartilham do “Tope”. Alguns a cavalo outros a pé, observamos que muitos daqueles que acompanham o “Tope do Juiz” carregam consigo alguns aperitivos e suas bebidas que são compartilhadas durante tal ocasião.

Quando os membros da Banda Cabaçal se encontram com os demais participantes do “Tope do Juiz”, eles seguem em cortejo pelas principais ruas da cidade. Na Igreja eles são esperados pelos demais membros dos Reisados, pelos membros da Irmandade bem como pelo pároco que profere uma bênção aos cavaleiros que ali estão homenageando Nossa Senhora do Rosário. Após a bênção do vigário as pessoas que estão presentes se dispersão.



Figura 10: Imagens do “Tope do Juiz”
Fonte: www.clicpositivo.com.br

Após o encerramento oficial do “Tope do Juiz” pode acontecer de o juiz do ano oferecer em sua casa ou na casa de algum parente um almoço, ou mesmo uma mesa com aperitivos e bebidas, tal prática também pode ser observada na casa da rainha dos vaqueiros. Embora não seja uma regra, muito menos uma obrigação, este gesto indica prestígio e poder, posto que são muitas as pessoas que acompanham o “Tope do Juiz”, logo abrir as portas de sua casa para estas pessoas e lhes oferecer de comer e beber é algo que possui forte valor simbólico no lugar.

2.2.4. Entrega dos cargos

A procura para participar dos Reisados é relativamente ampla. Consideramos deste modo posto que durante as observações percebemos que se alguém estiver hoje interessado em inscrever-se para o Reisado, com certeza não conseguirá se inscrever em um ano e participar no ano seguinte, uma vez que os cargos já estarão ocupados, por isso as pessoas se inscrevem com certa antecedência. Critério que acaba fazendo com que cada vez mais seja necessário aguardar por mais tempo para compor o Reisado.

Dentre as mudanças que podem ser observadas na estrutura dos festejos a Nossa Senhora do Rosário, celebrados em Santa Luzia, gostaríamos de destacar as alterações no momento que corresponde à entrega das faixas dos cargos dos reisados. Antes realizada no próprio domingo, após a procissão, a entrega dos cargos dos reisados é realizada, atualmente, apenas na segunda-feira de modo quase que interno.

Embora a transposição dos cargos seja realizada na Igreja de Nossa Senhora do Rosário, as pessoas que vão acompanhar tal momento são poucas, em relação de contingente. A maioria são parentes dos novos membros a serem empossados e membros da Irmandade ou mesmo pessoas da cidade que simpatizam com esta cerimônia.

Realizada na Igreja, a entrega dos cargos é iniciada logo após uma oração proferida pelo pároco da cidade, passadas as faixas, primeiro do Reisado Mirim, e em seguida a do Reisado do Ano. Trata-se de um momento no qual observamos a emoção de alguns daqueles que estão recebendo suas

insígnias. Após a entrega dos cargos, as pessoas que participam da cerimônia se dirigem a frente da Igreja para acompanhar a descida da bandeira da festa.

Embora anteriormente tenhamos mencionado que os momentos sagrados da festa se encerram com a realização da Missa e Procissão, a descida da bandeira ainda é um momento que congrega o padre da cidade, porém tanto neste momento, quanto na benção proferida no “Tope do Juiz”, observamos que a própria vestimenta do padre é menos formal, pode acontecer de o padre usar apenas a “Estola”⁸⁶.

Por mais que para algumas das pessoas que acompanham este momento do ritual a descida da Bandeira da Festa trate-se do encerramento formal do ciclo festivo, observamos que para os membros dos Reisados (os antigos e os recém empossados), bem como para os membros da Banda Cabaçal e aqueles que desejam compartilhar de uma extensão do momento de encerramento da festa, a mesma se estende pelo restante do dia, uma vez que após a descida da bandeira, os membros da Banda Cabaçal saem a tocar em direção a casa de cada um dos novos membros do Reisado do Ano onde são servidas mesas de comidas e bebidas.

A diversidade de alimentos oferecidos é decorrente das condições econômicas de cada um dos membros do Reisado, mas é comum em cada casa ser servida muitas iguarias. Nestes momentos são chamados a entrar nas casas primeiro os membros dos Reisados e em seguida, quando estes já estão acomodados, são convidadas as pessoas que estão os acompanhando este momento da cerimônia.

Aqueles que acompanham o cortejo saem de um lado para o outro da cidade em direção a casa de cada um dos membros do Reisado, à medida que anoitece o número de pessoas que acompanham o cortejo vai aumentando. É este momento de confraternização que encerra a festa do ano, sua duração não é programada, pois depende da disposição daqueles que estão participando.

⁸⁶ Nome atribuído a uma faixa de pano que é colocada dando a volta no pescoço e cruzando o peito, a mesma geralmente passa da altura da cintura.

2.3. Uma festa para um povo

Ao regressarmos a Festa do Rosário em alguns anos depois de 2004, percebemos que o formato desta festa naquele ano em específico havia sido diferenciado. Assim em 2010, durante a realização desta pesquisa, acompanhamos, juntamente com alguns moradores da Pitombeira, a Festa do Rosário. Pela primeira vez acompanhamos aquela festa junto àqueles que fazem parte de tal grupo. Ficamos hospedadas na Pitombeira e todos os dias nos dirigíamos a Santa Luzia para acompanhar os momentos que circunscreviam o ritual.

Neste ano a festa do Rosário teve início no dia 01 do mês de outubro e estendeu-se até o dia 11 do referido mês. A abertura deste ritual se deu com o hasteamento da bandeira de Nossa Senhora do Rosário na Igreja que recebe o nome desta santa. Tal Igreja fica situada no bairro Antônio Bento de Moraes, conhecido popularmente como “Alto”, trata-se de um dos bairros mais nobres da cidade de Santa Luzia; próximo a Igreja do Rosário fica o Yayu Club Sede Nova (um ambiente onde acontecem alguns dos eventos realizados na cidade, geralmente as festas nas quais são cobradas taxas para participação).

Após o hasteamento da bandeira da festa teve início a novena de abertura, a primeira das nove que são realizadas no decorrer do festejo a Nossa Senhora do Rosário.

Em Santa Luzia cada uma destas novenas homenageia um bairro da cidade ou mesmo um setor missionário, como por exemplo, pastoral do dízimo, do batismo, etc., sendo que em determinados dias de novena, a imagem de Nossa Senhora do Rosário é levada à casa de alguns moradores da cidade de onde a mesma é conduzida numa procissão em direção a Igreja.

As novenas acontecem à noite e contam com a participação de moradores da cidade, são também nestas ocasiões que podemos observar a presença e o destaque dos membros dos Reisados.

Aquelas que congregam um maior número de participantes, como já mencionamos, acontecem durante o segundo fim de semana da festa. Ocasão na qual acontecem as retretas e as pessoas que acompanham a novena aproveitam para se divertir; ouvindo música, conversando com amigos, trata-se

de uma oportunidade para a confraternização. Neste momento, mesmo aquelas pessoas que não acompanham a festa e não se identificam com a devoção a Nossa Senhora do Rosário se fazem presentes.



Figura 11: Imagens de momentos de retreta.
Fonte: www.clicpositivo.com.br

Não são apenas as novenas deste segundo fim de semana que contam com uma participação mais expressiva nesta festa. É durante estes dias que acontecem os pontos, considerados, culminantes da festa do Rosário.

O “Tope do Juiz” é um destes momentos, neste ano de 2010 o lugar marcado para a agremiação dos cavaleiros e saída do “Tope” na zona rural, foi um sítio situado na Barra – nome de uma localidade da zona rural do município de Santa Luzia, a mesma fica no caminho da Serra de Santa Luzia.

Pelo que pudemos perceber não faltam lugares que sejam sugeridos para a saída do “Tope do Juiz”, por tratar-se de um momento que conta com a participação de muitas pessoas que são simpatizantes com o mundo das vaquejadas, existe sempre o desejo por parte daqueles que possuem propriedades na zona rural de que a saída seja em sua propriedade.

O Juiz da festa deste ano possui familiares residindo no Xique-Xique, um Sítio localizado na zona rural do município de Várzea, porém em virtude da distância de tal propriedade considerou-se mais adequado procurar outro lugar para a saída do “Tope”. Acreditamos que o elemento que motivou a escolha deste lugar foi uma questão de convenção social.

Em virtude das conversas que realizamos com alguns moradores da Pitombeira pudemos perceber que este é um dos momentos da festa que eles mais participam, principalmente os homens. Aqueles que possuem seus cavalos acompanham todo o percurso do “Tope” desde a saída do local pré-determinado, a entrada na cidade e o trajeto pelas suas principais ruas até a chegada na Igreja. Inclusive foi comentário entre as pessoas na festa deste ano que o juiz não possuía um cavalo e que no momento do “Tope” ainda não tinham providenciado um animal para que o juiz se dirigisse a cidade. E como a tradição é que o juiz venha à frente da comitiva em um cavalo, neste ano um dos moradores da Pitombeira, Seu Tibério⁸⁷, percebendo a situação cedeu seu cavalo para que o juiz guiasse o “Tope”.

Enquanto o juiz, a rainha dos vaqueiros e a princesa se articulam na localidade da Zona rural para a saída da comitiva, os demais membros dos reisados os aguardam na Igreja de Nossa Senhora do Rosário e quanto aos que fazem parte da Banda Cabaçal, estes escolhem um local estratégico da cidade, neste ano o local escolhido foi o bar do Pingão – situado na Avenida José Américo, e ficam aglomerados a aguardar aqueles que acompanham o juiz. Neste espaço eles comem, bebem e animam o ambiente com os seus arranjos acentuados pelo som do pífano. Logo que a Banda chega às pessoas começam a se aproximar e se aglomerar a espera dos cavaleiros. É comum observarmos ofertas de bebidas e aperitivos aos membros da Banda vindas de outras pessoas que esperam a comitiva juntamente com eles naquele lugar.

Naquele momento o juiz do ano, juntamente com a rainha dos vaqueiros, a princesa⁸⁸ e os cavaleiros estavam a caminho da cidade. O trajeto da Barra até a área urbana do município é um pouco longo, passando por um trecho de asfalto, pois em uma parte do percurso eles passaram pela BR 230.

Na medida em que o juiz, juntamente com todos os que lhe acompanham no “Tope do Juiz” se aproximam da cidade, os membros da Banda Cabaçal são avisados e acionados a se posicionarem a sua espera.

⁸⁷ Este senhor não é nascido na Pitombeira, ele é um dos senhores que vieram para aquela localidade como morador e lá edificou sua família, permanecendo até os dias atuais.

⁸⁸ São estes os membros do reinado que participam da cavalgada ao local preestabelecido no “Tope do Juiz”, ficando os demais a esperá-los na Igreja de Nossa Senhora do Rosário.

Quando aqueles que vêm acompanhando o juiz se encontram com os membros da Banda Cabaçal e as pessoas que os esperam no mencionado bar, estes seguem em procissão pelas principais ruas da cidade. A disposição do cortejo é basicamente a seguinte: Na frente estão os lanceiros e o “porta-bandeira” (durante os anos que observamos a festa é sempre o mesmo senhor que exerce esta função), estes são seguidos pelos componentes da Banda Cabaçal, ficando o juiz, a rainha dos vaqueiros e a princesa logo após estes. Ao lado destes membros do reisado que acompanham o “Tope do Juiz” observamos dois senhores que carregam consigo as bandeiras da Paraíba e do Brasil, estando estes posicionados como se escoltassem os membros do reisado, não averiguamos se tal disposição é proposital; mas ao voltarmos para os nossos registros fotográficos desta festa, percebemos que até mesmo estes senhores que naquele momento transportavam as bandeiras estão sempre posicionados em posição de destaque. Também observamos dentre aqueles que participam do “Tope do Juiz” que algumas pessoas carregam consigo réplicas da imagem de Nossa Senhora Aparecida.

O “Tope do Juiz” é realizado no dia em que acontece a feira da cidade de Santa Luzia, assim sendo são muitas as pessoas que o compartilham. Uns param suas atividades para ver o “Tope” passar, alguns ficam nas calçadas a observar a passagem daqueles que o acompanham, outros os aguardam e depois seguem junto a eles.

Dentre aqueles que participam desta parte do festejo a Nossa Senhora do Rosário a maior parte são homens, mas também é comum observarmos a presença de mulheres. Este é um momento do ritual no qual observamos as pessoas mais a vontade, inclusive é comum vermos as pessoas carregando consigo alguns aperitivos e bebidas que são ofertados aos membros da Banda Cabaçal durante tal ritual, trata-se de um momento no qual se observa o consumo de bebida alcoólica.

Em meio às pessoas que observam o “Tope” percebemos que algumas criticam o consumo de bebidas alcoólicas durante tal cortejo, e mesmo que outras não simpatizam com o consumo de bebidas durante este momento da festa. Porém pareceu-nos que esta prática existe há muito tempo, e que em função de esta parte do ritual agregar a participação de muitas pessoas que

são externas ao universo das pessoas vinculadas a Irmandade do Rosário não há como ter controle de tal prática.

Depois de percorrer as principais ruas da cidade os que se encontram no “Tope” se dirigem a Igreja, onde eles são esperados pelos demais membros dos reisados, pelo vigário e pessoas que lá se encontram aguardando a chegada. Estes por sua vez também são avisados da aproximação da comitiva e se posicionam na frente da Igreja.

Chegando a Igreja os membros do reisado que acompanharam o “Tope do Juiz” descem dos cavalos e se juntam aos demais componentes dos reisados, ficando os demais cavaleiros em seus cavalos a esperar a benção a ser proferida pelo padre, que é realizada ali mesmo em frente à Igreja.

Logo após o vigário abençoar os que estão presentes, observamos a dispersão de todos. Aqueles que fazem parte do reisado e da Banda se dirigem a parte interna da Igreja onde a Banda toca mais um pouco para depois seguirem, alguns com destino à suas casas, outros vão a casas de pessoas que os convidaram seja para almoçar, seja para degustar alguma bebida antes da refeição.

Naquele ano foram oferecidas mesas de comidas tanto na casa dos parentes do juiz quanto na residência da rainha dos vaqueiros. Também acontecendo de alguns homens saindo da cerimônia estenderam a comemoração se reunindo em alguns dos bares da cidade.

Na festa que acompanhamos em 2010, um elemento que produziu comentários durante a realização do “Tope do juiz” foi a presença da senhora que ocupou o cargo da rainha dos vaqueiros. Como mencionamos alhures a regra para ocupar este cargo é diferente dos demais cargos do reisado, é eleita rainha dos vaqueiros aquela que tendo se inscrito conseguir arrecadar a maior quantia em dinheiro para a festa. Naquele ano a senhora que ocupara o cargo de rainha dos vaqueiros possuía uma aparência física que casou algumas críticas por parte de pessoas que assistiam e mesmo acompanhavam o ritual, a mesma era considerada branca, elemento que refletia a desaprovação da participação da mesma em uma festa que congrega negros.

De acordo com as falas de algumas pessoas com quem conversamos a respeito da festa, esta senhora é bastante devota a Nossa Senhora do Rosário

e ela sempre procura ajudar a Irmandade com doações. Assim percebemos que tanto ela como seu esposo possuem certo prestígio junto a Irmandade do Rosário, inclusive é conveniente mencionar que tal senhora, a rainha dos vaqueiros, foi coroada a rainha da festa do ano de 2011 e o seu esposo será o juiz do ano. Gostaríamos de novamente destacar que a composição dos reisados da festa geralmente fica concluída dois, três anos antes da realização da festa, elemento que nos permite ponderar que, considerando a busca constante, os cargos dos reisados são bastante almejados, existindo inclusive expressiva disputa pelo cargo de Rainha dos Vaqueiros.

As atividades do sábado não terminam com o “Tope do Juiz”, embora à tarde os membros dos reisados não tenham compromissos formais, à noite eles juntamente com os membros da Banda Cabaçal e os lanceiros participam da novena. É neste dia também que alguns prolongam um pouco sua participação permanecendo na retreta, neste momento alguns assumem um compromisso com a família. Geralmente quando se tem filhos pequenos são nestes momentos que os membros dos reisados, banda, etc. os trazem para se divertirem um pouco, levando-os para brincar no parque de diversões que é montado no pátio da Igreja ou mesmo se divertindo um pouco com a esposa e/ou amigos.

Na retreta tem-se música ao vivo, bem como venda de comidas e bebidas. Algumas barracas são postas por membros da Irmandade como forma de arrecadar fundos para a mesma que busca finalizar a construção da Igreja do Rosário. Mas também são observadas barracas de pessoas que não possuem vínculo com a Irmandade. A retreta trata-se de um momento de entretenimento e confraternização entre amigos, familiares, conhecidos e mesmo desconhecidos. Naquele dia acompanhamos alguns momentos da retreta e fizemos o percurso de volta a Pitombeira naquela noite.

Chega o domingo e este é um dia repleto de atividades a serem desenvolvidas pelos que fazem a festa. Saímos da Pitombeira logo pela manhã, posto que por volta das 09:00 acontece uma primeira missa solene, realizada pelo pároco da cidade. Tal celebração congrega um número relevante de pessoas da cidade e cidades circunvizinhas que aproveitam o domingo para compartilhar a devoção a Nossa Senhora do Rosário.

Este também é um momento no qual observamos pessoas que são naturais de Santa Luzia, mas que não mais residem na cidade, e que aproveitaram o fato de a festa ter sido realizada, neste ano, próximo ao feriado do dia 12 de outubro consagrado a Nossa Senhora Aparecida – padroeira do Brasil, para prestigiar a festa. Acontecer próximo ao feriado proporcionou a oportunidade de pessoas que migraram vir a Santa Luzia, visitar os parentes e participar da festa do Rosário. Vimos muitas pessoas pedindo para tirar fotos com os membros do reisado seja por já terem feito parte em outros períodos seja como forma de registrar uma festa do lugar onde nasceram e muitas vezes os filhos por não fazerem parte daquele contexto não conhecem.

Naquele dia havíamos sido convidadas para participar de um almoço na casa de Seu Gustavo. Trata-se de um morador da Pitombeira que ocupa atualmente o cargo de Juiz Perpetuo da festa. Assim logo após a finalização da cerimônia nos dirigimos à casa que ele possui na cidade de Santa Luzia.

Antes de mencionarmos como foi compartilhado este momento gostaríamos de fazer um parêntese e trazer para este momento do texto algumas informações relativas à Seu Gustavo.

Seu Gustavo vive esta festa há mais de 40 anos. Tendo antes de fazer parte do Reisado Perpétuo, participado da festa em cargos do reisado do ano. Dentre os moradores da Pitombeira de mais idade seu Gustavo é o membro mais atuante nesta festa. Algumas vezes conversamos com este senhor a respeito desta festa, em uma destas ocasiões ele sabendo da nossa ida a sua casa, foi um dia antes a casa de seu sogro, seu Vittor procurar saber algumas informações a respeito da festa do rosário no tempo em que ele a acompanhou, como forma de agregar a nossa conversa ainda mais informações.

Segundo seu Gustavo, é desde 1970, quando ele participou da festa como Rei do ano, que ele passou a se envolver de modo mais atuante com esta festa. Este senhor vive como poucos este festejo, de acordo com seus filhos se ele pudesse todos os anos ao menos um deles fazia parte do Reisado do ano. Não é necessário muito para percebermos a afinidade de seu Gustavo com esta festa, ao iniciarmos uma conversa com ele logo o mesmo menciona a existência desta festa e o quanto ela é importante para ele.

Lembramos aqui de uma tarde em que estivemos na sua casa na Pitombeira e conversamos com ele a respeito da sua participação nesta festa. Cheio de orgulho, Seu Gustavo nos mostrou fotografias da participação de seus filhos neste ritual, que, diga-se de passagem, encontram-se afixada na parede da sala de sua casa. No transcurso de nossa conversa ele se dirigiu ao seu quarto e nos trouxe uma medalha de honra que recebeu de Mário Ferreira, um morador de Santa Luzia, por participar da Irmandade do Rosário ocupando o cargo de Juiz Perpétuo.

Naquele momento ele rememorou outros moradores da Pitombeira que já participaram desta festa, e relembrou com muita alegria a participação de seus filhos no reisado do ano de 2009 e disse que sua filha Amarílis iria ser a juíza da festa no ano de 2010.

De acordo com seu Gustavo foi da sua casa na Pitombeira que o “Tope do Juiz” saiu no ano de 2009, uma vez que seu filho Emerson foi o Juiz do Ano e sua filha, Begônia, a rainha da festa. Na nossa conversa ele mencionou que o “Tope do Juiz” é um dos maiores momentos da festa do Rosário, disse ainda que em 2009, ano em que saíram de sua residência, eram muitos os cavaleiros.

Embora seu Gustavo faça referência à festa do Rosário enquanto algo que lhe é muito precioso e importante, sua família menciona as dificuldades que são vividas na participação de uma festa deste porte. Sua esposa Margarida salientou que os gastos para fazer parte da festa do Rosário são muito altos, primeiro porque em todas as ocasiões é necessário que os membros dos reisados estejam presentes, logo, para cada um daqueles momentos é necessária uma roupa que caracteriza o cargo ocupado. Além deste elemento Dona Margarida nos informou que no ano em que seu filho Emerson foi juiz da festa os gastos foram ainda maiores, pois, na casa do juiz se oferece comida e bebida para todos aqueles cavaleiros que vão acompanhar o “Tope”.

Segundo Dona Margarida logo cedo os cavaleiros começam a chegar ao local de onde vai sair à comitiva com o juiz, naquele ano, ela nos disse que às 5:00 eles começaram a chegar em sua casa. Chegar cedo é uma forma de se confraternizar e oferecer aos animais um pouco de descanso para o retorno à

cidade, embora a mesma saliente que muitos cavaleiros trazem seus cavalos em carros apropriados para o transporte destes animais, uma vez que muitos vêm de cidades circunvizinhas (Ouro Branco, São Mamede, São José do Sabugi, etc.). Neste mesmo momento Seu Gustavo fala que a tradição na participação na festa do Rosário vem na família desde seus pais.

De acordo com este senhor outra ocasião na qual os membros do Reisado podem usar as suas insígnias, que não seja durante a festa, acontece quando um dos membros da Irmandade falece, nestas ocasiões eles participam do ritual fúnebre com suas respectivas insígnias, principalmente os Irmãos de Mesa, que são identificados por usarem uns coletes na cor branca, ou rosa e por carregar castiçais no caminho do cemitério.

Voltando ao almoço na casa de seu Gustavo, naquele dia não fomos apenas nós as convidadas a almoçarmos em sua casa, foram convidados também os demais membros dos reisados, da Banda Cabaçal, lanceiros e porta-bandeira. Após observarmos as pessoas solicitando-os para tirarem fotografias, bem como aproveitado para fotografá-los saímos da Igreja juntamente com os membros da Banda Cabaçal, lanceiros, o porta-bandeira e alguns dos membros do reisado, pois os demais foram em seus transportes.

Durante todo o percurso com destino a residência de seu Gustavo na cidade, aqueles que compõem a Banda iam tocando seus instrumentos e por duas vezes foram parados por pessoas que lhes ofereceram água e bebida, caminhamos até a “barreira do rio”, nome popular dirigido ao bairro Nossa Senhora de Fátima onde seu Gustavo possui uma casa. Esta casa serve de apoio para ele e sua família no período da festa e em outros momentos nos quais estes necessitem ficar em Santa Luzia, mas é conveniente esclarecermos que eles moram mesmo na Pitombeira.

Na casa de seu Gustavo éramos esperados pela sua esposa, dona Margarida e uma irmã sua, Dália, que estava lhe ajudando com a preparação da comida, bem como alguns de seus filhos e sobrinhos. Durante este fim de semana de atividades mais intensas na festa a casa deste senhor agrega algumas pessoas oriundas da Pitombeira que vêm acompanhar tal ritual ou mesmo que passam para comemorar, junto com eles a festa, ao sabor não só da comida, como também da caipirinha e/ou cachaça.

Fomos acompanhadas de Amarílis, filha de seu Gustavo e juíza da festa naquele ano, o escrivão, o guarda-real, o rei perpétuo, bem como os membros da Banda, lanceiros e o porta-bandeira. Quando chegamos juntamente estes festeiros já se encontravam o rei e a rainha da festa, eles estavam de moto e fizeram o percurso antes de nós chegarmos, bem como nosso anfitrião naquela ocasião.

No terraço da casa de seu Gustavo uma mesa já havia sido posta e de entrada o que todos queriam mesmo era água, pois o sol estava muito quente. Depois disso a cachaça e a carne de porco logo foram trazidas para a mesa e todos os que lá estavam puderam servir-se da forma que desejassem.

Este se trata de um momento de confraternização “interna”, aqueles que estavam presentes são próximos e foram convidados a participar, embora por se tratar de um número de pessoas relativamente grande a presença acaba por chamar atenção o que faz com que algumas pessoas que vão passando pela rua acabem ficando um pouco.

Este é um momento de compartilhamento. Para seu Gustavo é algo especial, é nesta festa que ele fala durante boa parte do ano, e chegado o momento de celebrá-la é imprescindível que seja da melhor forma.

Os membros da Banda não descansam, enquanto aqueles que bebem estão acompanhados de suas respectivas bebidas, eles tocam e cantam; neste momento de descontração, o tocador do pífano, Moacir, canta algumas músicas que fazem parte de um repertório escolhido por ele, não sabemos se ele canta em alguma banda, mas suas músicas agradam aqueles que o escuta (são músicas de Amado Batista, Reginaldo Rossi, Zezo, etc.); isto quando ele não está a elaborar algumas rimas.

Fomos convidadas para o almoço na casa de seu Gustavo por sua esposa, já a conhecíamos, em um dos momentos em que nos encontrava na Pitombeira passamos uma tarde em sua casa, momento no qual conversamos bastante e ela falou a respeito do quão prazeroso é para seu esposo participar de tal festa e do quanto ela se preocupa, pois se trata de um momento no qual eles acabam tendo muitas despesas, seja com a confecção de roupas, ou com o deslocamento para a cidade e participação na festa.

Dona Margarida queria que fotografássemos e registrássemos aquele momento, que seria importante tanto para nossa pesquisa, quanto para ela que teria este arquivo, afinal uma de suas filhas era neste ano a juíza, a mesma recebera sua faixa no ano anterior, sendo a juíza do ano de 2010. O que enche de orgulho não só seu Gustavo, como também dona Margarida, que só lastima o fato de que com todo o trabalho que lhe é delegado (dar conta do cozimento da comida a ser servida e preparação do ambiente) acaba não podendo compartilhar os momentos que fazem a festa, ela se refere ao fato de não poder ir para missa, ou procissão, “Tope do juiz”, etc.

Passados alguns instantes da chegada continuamos a ouvir Moacir a tocar seu pífano e cantar, bem como ensinar a um dos meninos que carregava as lanças a tocar, este menino produziu seu próprio pífano e estava muito interessado em aprender a tocá-lo. Eles dois ficaram a animar o ambiente e foram acompanhados pelos outros instrumentos. Depois que foram tomados alguns copos de caipirinha, ou mesmo de cachaça dona Margarida coloca o almoço na mesa e chama a todos para que se aproximem da cozinha e façam os seus pratos.

Alguns preferem permanecer na mesa posta no terraço com cachaça e a carne de porco, de tira-gosto, outros se dirigem a mesa e vão colocar suas comidas. Somos chamadas a ir para a mesa e almoçamos juntamente com os senhores de mais idade do reisado, bem como de alguns senhores da Banda, que chamam nossa atenção para o quão importante é esta festa para eles.

Neste momento também tivemos oportunidade de conhecer alguns vizinhos de seu Gustavo, na cidade, pois depois que almoçamos fomos sentar na frente de sua casa em baixo de uma árvore. Depois do almoço e da demonstração de entrosamento por parte daqueles que compõem os reisados e a Banda Cabaçal, algumas das pessoas que vieram se dirigiram para as suas respectivas residências, pois logo mais teria que realizar o percurso da procissão e em virtude das atividades por eles desenvolvidas nos últimos dias era interessante ir descansar um pouco. Mas nem todos foram assim que terminaram de almoçar ficando alguns por mais tempo.

Ficamos na casa de seu Gustavo toda à tarde, até que chegasse o horário de irmos acompanhar a procissão. Nós ficamos embaixo da árvore

acompanhadas de Dália, irmã de dona Margarida, alguns dos filhos do casal, bem como seus sobrinhos. Em seguida foram chegando amigos de seus filhos que por lá ficaram, neste momento também conversamos um pouco sobre a festa enquanto estávamos sentadas embaixo daquela árvore. Depois de um tempo algumas pessoas da Pitombeira apareceram na casa de seu Gustavo e ficaram por alguns instantes, beberam e conversaram um pouco.

Aproximava-se a hora da procissão e nos preparamos para irmos para a Igreja, fomos acompanhadas de algumas pessoas da Pitombeira, saímos da casa de seu Gustavo rumo a Igreja, onde ele e sua filha, que era membro do reisado, já estavam.

Quando chegamos à Igreja a procissão já estava saindo e eram muitos os que lá se encontravam. Caminhamos um pouco mais apressadas, pois queríamos observar um pouco a disposição da procissão e vê qual o lugar que os membros do reisado ocupavam naquela ocasião.

Na frente estavam os membros da Igreja, distribuídos em duas filas, cada uma delas com um jovem à frente carregando algo parecido com um enorme castiçal (embora não saiba se há um nome para aquele objeto) encontrando-se no centro um jovem que carregava a cruz. Logo atrás dos dois jovens observávamos alguns membros de setores missionários, estes por sua vez foram seguidos pelo “porta-bandeira” e pelos lanceiros, logo depois estava o padre, e àqueles que participarão da liturgia da missa que aconteceria após a procissão. Depois destes estavam os membros da Banda Cabaçal, bem como os Irmãos de Mesa, membros da Irmandade, que possuíam vestimentas que os diferenciavam. Estes por sua vez vinham um pouco mais à frente do reisado, e é claro que muitas pessoas estavam entre eles, estou apenas tentando mostrar como estavam dispostos aqueles que estão, de modo mais direto, ligados a festa. De modo a mostrar que nos momentos de maior flexibilidade, como por exemplo, o “Tope do Juiz”, o “porta-bandeira”, os lanceiros, os membros da Banda e aqueles que compõem os reisados ocupam uma posição de destaque, situados logo à frente.



Figura 12: Disposições ocupadas na procissão
 Fonte: www.clicpositivo.com.br.

Um pouco depois dos que representavam os reisados tínhamos a imagem da santa sobre a padiola, conduzida por alguns homens, após a imagem da santa estavam presentes membros de uma orquestra da cidade que eram seguidos pelos demais participantes da procissão. Durante o percurso da procissão as músicas foram executadas pela Banda Cabaçal e por tal orquestra, de modo intercalado.



Figura 13: Imagens da procissão de Nossa Senhora do Rosário
 Fonte: www.clicpositivo.com.br.

Depois de percorrido o trajeto da procissão que passou pelas principais ruas da cidade voltamos a Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Na chegada a Igreja antes mesmo de adentrarmos ao espaço interno, acontece certa organização que merece ser mencionada. Os lanceiros se posicionam na altura da porta da Igreja, de modo que erguem suas lanças e fazem uma espécie de corredor para que os homens passem com andor com a imagem da santa; os membros do reisado ficam organizados em uma fila à direita a espera da passagem da santa enquanto que os membros da Banda Cabaçal ficam posicionados a esquerda tocando seus instrumentos, onde também esperam o andor da santa passar.

Quando a imagem de Nossa Senhora do Rosário é levada ao espaço interno da Igreja e seguida por todos os presentes. Os membros da Banda Cabaçal, que estavam a tocar suas músicas, seguem logo após o andor da santa; estes são por sua vez seguidos pelos os membros dos reisados, entrando logo após estes o vigário e os membros da liturgia, seguidos pelos fiéis que acompanharam a procissão.

Naquela ocasião também é possível notar a presença de atores políticos da cidade que acabam por agregar seus partidários ao seu lado. Na Igreja acontece uma nova missa solene, esta por sua vez congrega um número ainda maior de fiéis, pois as pessoas das cidades circunvizinhas que vêm acompanhar a procissão ficam para a missa.

O encerramento da missa ainda não implica no final da festa, no domingo ainda acontece o desfile das princesas e mais uma noite de retreta, ficando para a segunda-feira a transposição das faixas.

Após a missa algumas pessoas aproveitam para comer alguma coisa, (um cachorro-quente, um salgadinho, uma espiga de milho) tomar um refrigerante ou mesmo água. Também é um bom momento para levar os filhos ao parque para que possam se divertir um pouco, isso quando a situação financeira permite, quando não o divertimento acontece mesmo em olhar.

Poucos instantes depois de encerrada a missa aconteceu um bingo, a Irmandade do Rosário esteve durante a festa, e permanece antes da realização do referido bingo, oferecendo cartelas de um bingo cujo prêmio era um balaios

com uma cesta básica. Aqueles que ainda não havia adquirido suas cartelas ainda tinham um pouco de tempo para fazê-lo, enquanto os responsáveis pela execução do bingo arrumassem todo o cenário para dar início ao mesmo.

Enquanto o globo o bingo era trazido, as pessoas se organizavam, procuravam um lugar confortável para marcar suas cartelas, uma caneta, ou mesmo algo que viabilizasse tal marcação. Depois de iniciado o bingo a venda das cartelas foi finalizada e agora as atenções se dirigiam para a marcação das mesmas para que ninguém, como eles dizem, passasse batido (não ouvisse os números quando chamados) e com isso perdesse a chance de ganhar o prêmio. Neste ano duas pessoas ganharam o balaio de feira que foi dividido entre eles, uma delas inclusive foi à filha de seu Gustavo, Amarílis, aquela que foi a juíza da festa.

Depois do bingo foi iniciado o desfile das princesas e príncipes que estavam ali representando algumas ruas da cidade, ou mesmo localidades (no caso, as crianças representavam as respectivas ruas ou lugares onde residiam). O desfile também visava à arrecadação de fundos para a Irmandade do Rosário. Neste desfile observamos a participação de uma criança que representava a Pitombeira, sendo está à única comunidade rural com representação, acreditamos que a participação de uma criança representando tal localidade se dá em virtude do vínculo que a mesma possui com a festa.

Terminado o desfile das princesas e príncipes da festa do Rosário houve a apuração dos valores arrecadados por cada concorrente. Depois de calcular os valores foram chamados a desfilar mais uma vez a princesa e o príncipe daquele ano, foram eleitos aqueles que ofereceram em seus envelopes a maior quantia em dinheiro.

Depois do desfile a orquestra iniciou sua apresentação e um pouco depois saímos juntamente com alguns moradores da Pitombeira com destino a casa de seu Gustavo, nesta noite ia acontecer uma festa no Yayu⁸⁹ Clube de Santa Luzia, festa está que as filhas de seu Gustavo iriam participar. Ficamos

⁸⁹ Na cidade de Santa Luzia observa-se a existência de uma serra que recebe o nome de Serra do Yayu, que segundo nos informou uma das moradoras da cidade, Maria Eduarda, contam os mais velhos que uma índia foi perseguida por vários homens à cavalo e procurou refugiar-se nesta serra, tendo sido encontrada a mesma de lá se jogou e gritou a expressão Yayu.

lá por alguns instantes enquanto aguardávamos a chegada de Taciano, um genro de seu Gustavo que nos levaria de moto a Pitombeira.

Na segunda-feira era dia de voltarmos à Santa Luzia, uma vez que acompanharíamos a passagem dos cargos do reisado do ano, momento que culmina com a ida dos membros dos reisados e membros da Banda Cabaçal, bem como aqueles que estejam interessados a casa de cada um dos novos membros do reisado.

Na segunda-feira fomos a Santa Luzia apenas no período da tarde chegando lá nos dirigimos à casa de seu Gustavo onde estavam alguns moradores da Pitombeira, eles encontravam-se a degustar um pouco de cachaça com tira-gosto, sentados em uma mesa posta na calçada da casa de seu Gustavo. Quando chegamos, ele e sua filha Amarílis (a juíza da festa) já haviam se dirigido a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, pois como neste dia acontece à mudança dos cargos dos reisados mirim e do ano, era necessário que estes chegassem com certa antecedência.

Fomos para a Igreja acompanhadas por Dália, pois desejávamos acompanhar a entrega das respectivas faixas e coroas do reisado. Embora já tenhamos acompanhado este ritual em outros anos, nunca havíamos presenciado a entrega dos cargos como estavam descrevendo aqueles com quem conversamos a respeito da festa. Nos anos nos quais acompanhamos a realização desta festa a entrega dos cargos acontecia no próprio domingo.

Quando chegamos à Igreja já estavam os membros da Irmandade do Rosário, dos reisados e da Banda Cabaçal, para além de outras pessoas que vieram acompanhar este momento da festa. Diferentemente da missa solene e da procissão que congregam um número relativo de participantes, esta se trata de uma ocasião menos acompanhada, poderíamos até dizer que se trata de um momento mais íntimo.

A entrega dos cargos é feita logo após a oração proferida pelo vigário e uma leitura que retrata a questão do negro no Brasil por uma representante da Irmandade do Rosário.

Neste momento estavam enfileirados de um lado os membros dos reisados (do ano e mirim) da festa de 2010 e do outro, colocados um pouco à frente, os novos membros dos reisados (no caso aqueles que representarão o

reisado da festa no ano seguinte), as faixas e vestimentas de cada cargo é repassada uma a uma, primeiro do reisado do ano e depois das crianças, membros do reisado mirim. Neste momento percebemos que alguns dos novos representantes do reisado recebem suas faixas sob forte emoção.

Depois da entrega dos cargos dos reisados é chegado o momento de descer a bandeira da festa, pois está se encerra com esta passagem de faixas (para alguns). Ao som do hino de N. Sra. do Rosário a bandeira da festa é descida pelo padre e pela presidente da Irmandade do Rosário, que a retiram e recebem os aplausos dos que lá se encontram presentes. Após a descida da bandeira o vigário dá a benção e passamos a um momento bastante interessante.



Figura 14: Imagens do momento de entrega dos cargos dos reisados do ano e mirim.
Fonte: www.clicpositivo.com.br.

Agora os membros da Banda e dos reisados vão à casa de cada um dos novos membros do reisado. É uma forma de festejar, por isso mencionamos anteriormente que a festa termina para alguns com a descida da bandeira, pois são poucos os que os acompanham neste momento, embora este número de pessoas vá aumentando no decorrer das visitas.

Na verdade o final da festa culmina com a ida destes nas casas dos membros do reisado do ano seguinte da festa, onde encontramos em cada uma das casas, uma forma de festejar este momento, sempre claro que se trata de uma ocasião regada à comida e bebida. A primeira casa a qual nos

dirigimos foi à casa da rainha e do juiz do ano (eles são casados), a residência deles fica situada no bairro Nossa Senhora de Fátima, inicialmente foram chamados a entrar os membros dos reisados e da Banda. Como passamos estes dias de festa muito próximas a eles também fomos convidadas a entrar antes mesmo que as portas fossem abertas para as demais pessoas que lá estavam acompanhando o ritual. Depois de servirem àqueles que já haviam entrado, o dono da casa abriu as suas portas para as pessoas que quisessem servir-se dos alimentos que eles estavam oferecendo, muita comida e bebida são postas nas mesas e as pessoas se servem como desejam.

Depois de passado algum tempo na casa deste casal saímos em direção à casa de mais um dos membros do reisado, fomos neste momento para o bairro de São Sebastião, onde mais comida foi servida a todos, seguindo o mesmo procedimento, primeiro os membros do reisado. Do Monte de São Sebastião fomos à casa de mais um dos membros do reisado, a mesma situava-se também no bairro Nossa Senhora de Fátima, neste bairro ainda passamos por três casas, em algumas a chegada da comitiva era recebida inclusive ao som de fogos de artifício. Finalizando o percurso voltamos à casa do casal mencionado anteriormente onde a festa se estendeu pelo restante da noite.

Foi lá que aquela confraternização havia começado no início da noite e onde ficaram aqueles que acompanharam os membros no novo reisado do ano e os componentes da Banda Cabaçal. Saímos em direção a Pitombeira na companhia de Pablo (morador da Pitombeira) por volta das 21h30min deixando para trás a festa que pelo que pudemos perceber ainda se estenderia um pouco mais. É com esta confraternização que se encerra efetivamente a festa de Nossa Senhora do Rosário neste ano.

Acompanhar estes espaços junto aos moradores da Pitombeira nos permitiu presenciar momentos da festa que são bastante íntimos, embora estes festejos de entrega dos cargos seja compartilhado com pessoas que não fazem parte da Irmandade. A ida ao almoço na casa de seu Gustavo nos mostrou o entrosamento que existe entre aqueles que fazem parte da festa, e mais, que existem momentos muito íntimos que são vividos por eles, sendo interessante

ressaltar aqui que são poucos os membros da Diretoria que observamos nestas ocasiões.

A festa de Nossa Senhora do Rosário é vivenciada por estas pessoas enquanto um momento de alegria e confraternização. Aquelas pessoas se divertem durante estes dias de festa, principalmente nestes três últimos dias. Este momento não é vivido apenas enquanto uma ocasião na qual se evidencia a devoção àquela santa, mas poder participar desta festa e ofertar comida e bebidas as pessoas é uma demonstração de prestígio, é um momento para o qual alguns deles se preparam durante todo ano.

Participar do reisado não obriga as pessoas a oferecerem comida e bebida durante este momento vivenciado logo após se recebe os cargos, uma vez que aqueles que oferecem as iguarias nesta ocasião são os membros que recebem seus respectivos cargos. Mas, ao não fazê-lo comentários são instaurados, percebemos que quanto mais quitutes são oferecidos, mais poder a família que o faz demonstra deter.

2.4. Olhares sobre a festa

Pensada enquanto uma prática daqueles que pertencem à Pitombeira, possivelmente em virtude do fato de que a festa teve sua origem vinculada a esta localidade, a festa de Nossa Senhora do Rosário se apresenta enquanto uma interessante situação para refletirmos a respeito da comunidade quilombola de Pitombeira. Primeiro, embora pareça que ser morador da Pitombeira é um dos requisitos para vincular-se a Irmandade do Rosário é necessário que esclareçamos que esta não é uma condição, encontramos membros da Irmandade do Rosário que não residem na Pitombeira, alguns nem mesmo mantêm com estes nenhuma relação de parentesco. E ainda mais, não são todos os moradores da Pitombeira que participam deste ritual, para sermos mais precisas é importante dizer que nos dias atuais, são poucos aqueles que acompanham tal Festa, embora a mesma esteja presente na lembrança de muitos que no passado participaram.

Como salientamos anteriormente o Juiz Perpétuo da festa do Rosário reside na Pitombeira. Dos membros do Reisado Perpétuo, o Juiz é aquele com quem, no período de nossa pesquisa, estabelecemos uma relação de proximidade⁹⁰, em uma das conversas que tivemos com ele e sua esposa, ela nos disse que se dependesse de seu marido todo ano um dos filhos deles participavam da festa enquanto membro do Reisado do Ano, e ele não mede esforços para que isso aconteça.

Embora outras pessoas do grupo e mesmo outras famílias compartilhem este ritual, quando se chega a Pitombeira e se fala de Festa do Rosário logo se menciona o nome de seu Gustavo. De modo que tal senhor procura sempre agregar mais informações a respeito de tal festa, questionando seu sogro (trata-se de seu Vittor – nesta pesquisa ele é considerado o guardião da memória do grupo) a respeito da mesma.

Geralmente estas lembranças trazem informações que ligam aquela celebração à Pitombeira. Em uma de suas falas seu Gustavo mencionou que houve um tempo em que durante a realização da festa do Rosário em Santa Luzia aqueles moradores da Pitombeira que não possuíam casas na cidade alugavam alguma casa para servir de apoio para a família no momento da festa, isto acontecia principalmente com aqueles ligados ao Reisado, ao grupo de lanceiros, etc., e claro que estas casas serviam para acolher os parentes que residiam neste Sítio, quando da participação destes na festa.

Estas informações fornecidas por seu Gustavo nos permite perceber que mesmo não existindo entre os moradores da Pitombeira, nos dias atuais, muitos que acompanhem esta festa, a mesma sempre foi importante para o grupo. Sendo lembrada em muitas das conversas que estabelecemos com o grupo, poderíamos até dizer que tais lembranças apresentavam certa nostalgia, principalmente quando se falou da diferença que este ritual apresenta nos dias de hoje. Para que possamos refletir a respeito desta participação dos negros da Pitombeira neste ritual, é necessário retrocedermos um pouco a respeito do que pudemos observar através da observação desta festa.

⁹⁰ Frequentamos a sua casa tanto a situada na zona rural, como a que ele possui na cidade de Santa Luzia.

Conforme mencionamos anteriormente, no primeiro momento em que estivemos a observar a realização da festa do Rosário realizada em Santa Luzia nos deparamos com uma programação que juntava grupos que aos nossos olhos, naquela ocasião, pareciam representar uma unidade. Nossa necessidade de entender um pouco aquele ambiente, nos fez retornar aquela cidade em momentos nos quais este ritual estava acontecendo e pudemos ver que não se tratava de uma unidade, mas que aqueles que por um momento consideramos membros de um grupo, pertenciam a mais de um. E mais, que a participação destes grupos na programação da festa se dava de modo distinto.

Pelo que tivemos acesso nos trabalhos elaborados a respeito do Talhado, mencionados anteriormente, alguns produzidos em um momento anterior ao auto-reconhecimento deste grupo, os autores já sinalizam para a não participação dos que fazem este grupo na Festa do Rosário

A não participação dos negros do Talhado assinala aspectos relevantes da situação de isolamento que os envolve. Às nossas indagações sobre o fato responderam os organizadores da festa que os negros do Talhado já haviam sido convidados, mas não aceitaram, pois eles são de “outra tribo”. O pessoal do Talhado, por sua vez, alega não participar, em vista de não ter ainda “apurada a safra” (CAVALCANTI, 1975, p. 10)

A partir destes trabalhos, bem como de conversas com alguns membros do Talhado, pudemos observar que realmente não são os negros do Talhado que organizam, nem mesmo participam desta Festa. Como mencionamos alhures depois de 2004 os negros do Talhado continuaram aparecendo no período da festa em um Seminário que viabilizava a discussão de questões voltadas para a questão dos negros, seminário este organizado pela Secretaria de Educação do Município de Santa Luzia, mas não na festa.

Parece-nos que a participação de pessoas do Talhado nestes Seminários se dava muito mais por iniciativa da Secretaria de Educação em promover um evento que, aproveitando o ensejo festivo, congregasse uma festa de negros e discussões a respeito de negros, do que por iniciativa dos moradores do Talhado, que tinham alguns representantes participando do Seminário. Logo, ainda que os Seminários acontecessem concomitantemente com a festa, a participação em um não implicava na presença no outro; nem

pelos moradores do Talhado, nem pelos membros da Irmandade do Rosário, o que inclui os da Pitombeira.

Como este ritual é realizado na cidade de Santa Luzia, local onde se encontram situados os quilombos do Talhado, bem como alguns daqueles que migraram da Pitombeira, inicialmente em função da necessidade de acompanharmos uma agenda de pesquisa específica, não tivemos oportunidade de conhecer a Pitombeira, nem mesmo os moradores deste lugar que participam desta festa.

Acompanhar esta festa no ano de 2010 nos permitiu visualizar a participação dos moradores da Pitombeira na mesma, pois antes de lhes conhecer, a idéia que tínhamos era a de que, aqueles que estavam elaborando a festa do Rosário advinham deste lugar, quando na verdade este ritual congrega muitos moradores da sede de Santa Luzia que por vezes até possuem grau de parentesco com o grupo, mas esta característica não abrange a todos os que fazem a festa.

A festa do Rosário é celebrada em Santa Luzia há 139 anos, trata-se de um ritual muito importante e com uma tradição secular, que durante o percurso de sua realização sofreu muitas modificações em sua estrutura, algumas delas nem sempre motivadas pelos membros da Irmandade, pois enquanto uma organização que está ligada a Igreja Católica, a mudança de párocos acaba gerando alterações no modo pelo qual esta festa é vivenciada e muitas vezes organizada.

Embora percebamos certa autonomia da Irmandade do Rosário nos dias atuais, posto que, é esta “associação” a responsável pela organização dessa festa, seus membros relatam momentos de conflito entre a Irmandade e a Igreja Católica, conflitos estes que em alguns momentos culminaram com a paralisação de tal celebração durante um período (1927-1934).

Diferente das demais festas de cunho religioso da cidade, a festa dedicada à Santa Luzia, a São Sebastião, Nossa Senhora de Fátima, São José Operário, entre outras; a Festa do Rosário é considerada enquanto um momento para os negros, no qual eles são chamados ao centro, são eles que organizam o ritual, tratando-se de um momento de visibilidade para estes. E embora seja compartilhado pelos ditos “brancos” da cidade, não são esses os

que são considerados o cerne da festa, ao menos não é assim que muitos pensam. Por mais que não exista qualquer restrição aparente com relação à participação na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, em Santa Luzia, observamos que se frisa a necessidade de que se observe uma ancestralidade negra.

Nossa pesquisa nos fez perceber que embora esta festa agregue em seu meio os negros da cidade existem restrições para a participação. Considerando que as identidades étnicas são “construídas” e não “naturalmente geradas” e que são, os grupos étnicos e suas características, produzidos em circunstâncias particulares, tanto em seu sentido histórico, político, econômico e interacional, sendo, pois os grupos étnicos situacionais (BARTH, 2003 [1994], p. 20), nos questionamos que dinâmicas relacionais se instauram entre os negros da cidade e os do Talhado, que produzem estas restrições e mesmo quem as impuseram?

A festa do Rosário é um momento que nos permite observar as fronteiras existentes no que consideramos nosso cenário de pesquisa (Várzea e Santa Luzia). Essas fronteiras não são apenas entre aqueles que se consideram brancos e os negros da região, são também entre negros e negros.

Pensando um grupo étnico com base na perspectiva que o entende enquanto uma forma de organização social, Barth (1998[1969]) chama nossa atenção para as fronteiras, para o autor,

Desta perspectiva, o ponto central da pesquisa torna-se a fronteira étnica que define o grupo e não a matéria cultural que ela abrange. As fronteiras às quais devemos consagrar nossa atenção são, é claro, as fronteiras sociais, se bem que elas possam ter contrapartida territoriais. Se um grupo conserva sua identidade quando os membros interagem com outros, isso implica critérios para determinar a pertença e meios para tornar manifestas a pertença e a exclusão. Os grupos étnicos não são simples ou necessariamente baseados na ocupação de territórios exclusivos; e os diferentes modos pelos quais eles se conservam, não só por meio de um recrutamento definitivo, mas por uma expressão e validação contínuas, precisam ser analisados (BARTH, 1998[1969], p. 195-196).

Para Barth não é o conteúdo cultural o que define um grupo étnico, o autor salienta que o foco de investigação deve ser a fronteira étnica (é nela onde o grupo estabelece seus critérios de pertencimento e exclusão). Embora

reconheça que as fronteiras possam possuir um caráter territorial, o autor salienta que estas fronteiras são sociais, sendo por meio delas expressas as diferenças entre os grupos, assim não é através do isolamento que elas são mantidas, mas no processo de interação.

É, pois nestas situações de contato, na vivência de uma festa que também podemos perceber as fronteiras que marcam estes grupos. Ser da Pitombeira, ser do Talhado e até mesmo ser um negro em Santa Luzia (que não se liga a estes dois grupos) carrega implicações distintas.

Conforme procuramos demonstrar em algum momento deste texto o pertencimento daqueles identificados enquanto da Pitombeira está atrelado não apenas a uma questão de cor, mas principalmente a origem do grupo e ao lugar desta origem. Deste modo eles são identificados pelas relações de parentesco que os ligam a uma origem comum, bem como a uma localidade.

Assim durante nossa pesquisa de campo buscamos em algum momento entender o que faz uma pessoa ser reconhecida enquanto pertencente a Pitombeira e embora soubéssemos que não iríamos obter esta informação perguntando aos moradores deste lugar como identificar quem é de lá, fizemos ainda esta pergunta. E claro como resposta obtivemos: “Não sei explicar, mas sei quem é daqui!” “Eu conheço todos os que são daqui!”

Com isso percebemos que são identificados enquanto da Pitombeira aqueles que compartilham um sentimento de pertencimento ao grupo. Este sentimento é pautado numa relação de parentesco (na crença na descendência dos quatro cativos que são considerados fundadores do grupo), que é combinada a uma ligação com o lugar de origem.

Assim, aqueles que residem na Pitombeira, mas não possuem nenhuma destas ligações com o grupo não são reconhecidos enquanto pertencentes ao mesmo. Entre os que não possuem ancestrais da Pitombeira; aqueles que ali nasceram, mas não possuem laços consangüíneos com o grupo e os que ali chegaram através do casamento, estes não são vistos enquanto descendentes do grupo. Porém também não são considerados como externos/“de fora” ao/do grupo, sendo por nós aqui chamados de “ambíguos”.

Considerando que uma característica distintiva dos grupos étnicos é a auto-adscrição e a adscrição por terceiros, Barth sugere que as características

que identificam um grupo étnico são a auto-definição e atribuição por terceiros. concebe enquanto característica distintiva dos grupos étnicos

E ponderando o exposto por Lask (2000) quando a autora sugere que “um determinado evento pode ser vivido e interpretado a partir de diferentes modelos, de acordo com o contexto cultural do participante” (LASK, 2000, p.13) consideramos que a festa do Rosário pode ser pensada enquanto uma situação social que nos permite a visualização das fronteiras existentes nessa região. Observamos na festa momentos que são compartilhados entre brancos e negros; negros e negros, mas não é este compartilhamento que os tornam uma Irmandade.

A participação das pessoas na Festa do Rosário se dá por motivos diferentes; para os membros da Irmandade do Rosário que residem na Pitombeira essa Festa é uma tradição, vivida desde seus antepassados e mantida por eles, enquanto marca cultural; para os demais membros trata-se de um momento de festividade e devoção.

Quanto aos ditos “brancos” da cidade trata-se de uma festividade de cunho religioso que para alguns representa devoção para outros é um momento que permite demarcar status. Para aqueles que se identificam enquanto membros do Talhado não há identificação com a Festa do Rosário, embora componha o calendário festivo da cidade, eles não são em sua maioria devotos a Nossa Senhora do Rosário, eles são diferentes daqueles que são identificados enquanto membros da Irmandade, sempre foram, são “outra tribo” como coloca Cavalcanti (1975). Tanto assim o é que a tentativa de trazê-los para a Festa colocando a entrega da Certidão de Auto-reconhecimento da comunidade do Talhado em 2004 na programação da Festa do Rosário não fez com que os mesmos passassem a participar desta Festa.

Através destes elementos podemos perceber que os negros neste contexto de pesquisa se diferenciam, eles se constituíram por relações sociais e caminhos que são distintos.

A Festa de Nossa Senhora do Rosário celebrada em Santa Luzia é um elemento distintivo entre esses grupos. Existe uma ligação entre esta Festa e a comunidade da Pitombeira, seja ela originária ou não, o fato é que pessoas

daquela localidade retratam esse vínculo não só através da memória, mas na participação efetiva ainda nos dias atuais.

Existem singularidades na construção do pertencimento de cada um destes grupos, em conversa com a atual presidente da Associação Quilombola da Pitombeira, ela disse saber quem é, e quem não é da Pitombeira, e que esse pertencimento não se restringe a relações de parentesco (embora estas sejam de significativa importância), sendo bastante relevantes também aqui as relações territoriais. É importante salientar que o reconhecimento deste grupo enquanto quilombola atribui a este uma identidade política, que não altera a diferenciação entre este grupo e a sociedade envolvente. Ser da Pitombeira é diferente de Ser do Talhado, que por sua vez é diferente de não pertencer a nenhum destes grupos.

Olhar esta festa nos permite visualizar negros que se diferenciam entre si, seja na ocupação dos cargos do reisado, seja através de critérios de pertencimento étnico. Existe aqui uma relação includente/excludente entre localidade (geográfica) e identidade (política).

Aparentemente a formação destes grupos se estabeleceu de modo diferenciado, ouvimos entre alguns moradores da Pitombeira informações referentes ao passado, nas quais eram evidenciadas as relações que muitos dos antepassados deles possuíam com pessoas ditas “brancas”. De acordo com tais dados existia entre eles uma relação de patrão x empregado, na qual o patrão exercia uma postura de proteção. Porém a ausência de trabalhos escritos a respeito deste grupo dificulta a utilização de dados que não foram produzidos.

Nossa inserção em campo, bem como a observação deste ritual em diferentes momentos nos faz salientar algo: Nos trabalhos desenvolvidos a respeito dos negros na região do Sabugi sempre se olhou para o Talhado, a menção a esta festa na maior parte dos textos referentes a este grupo e a constatação da ausência destes em tal ocasião e a presença daqueles que são identificados como provenientes da Pitombeira nos permite perceber que, mesmo se sinalizando para a existência de outro grupo de negros na região os olhares voltados para a Pitombeira não se concentravam neste grupo, mas no

fato de que eles são vistos enquanto diferentes dos que fazem parte do Talhado.

Em 2005 um novo elemento é agregado a esta diferenciação. A comunidade da Pitombeira é auto-reconhecida enquanto comunidade remanescente de quilombo. Passando, pois este grupo a ser portador do direito previsto no Artigo 68 da Constituição Federal de 1988. O Estado atribui a este grupo uma nova terminologia, eles agora são uma comunidade remanescente de quilombo.

Capítulo 3

Reconhecimento quilombola: a atuação de entidades na Paraíba e o caso da Pitombeira

3.1. O Artigo 68 e os desdobramentos teóricos de sua aplicação

Nos últimos anos antropólogos, historiadores, geógrafos, lingüistas dentre outros estudiosos têm voltado sua atenção para o estudo das chamadas comunidades remanescentes de quilombos⁹¹. Tais comunidades vêm, nos últimos anos, participando de movimentos reivindicatórios que geraram respostas, tanto no plano simbólico quanto no prático. Inscritos na Constituição Federal de 1988, através do Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), a estes grupos foi reconhecido o direito a propriedade de suas terras, sendo atribuição do Estado a responsabilidade pela emissão dos títulos, como consta em tal Artigo.

Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos (Art. 68 do ADCT/CF 1988).

Tais conquistas são provenientes da ação desenvolvida pelo Movimento Negro que já em 1986, no I Encontro de Comunidades Negras Rurais, tinha como ponto central de suas reflexões “O Negro e a Constituição Brasileira”⁹², postura esta que refletiu na atuação destes movimentos na demanda de solicitação de reconhecimento étnico.

Conforme salienta Arruti (2006) “apesar de ser, em sua literalidade, um ato de *reconhecimento jurídico*, o ‘artigo 68’ é, simultânea e prioritariamente, uma ato de *criação social*” (ARRUTI, 2006, p. 66), o autor ainda acrescenta “o ‘artigo 68’ não apenas reconheceu o direito que as ‘comunidades remanescentes de quilombos’ têm às terras que ocupam como criou tal categoria política e sociológica por meio da reunião de dois termos aparentemente evidentes” (*Ibid*, p. 67).

A promulgação do art. 68 do ADCT para além de reconhecer o direito à propriedade da terra, fez algo mais complexo, pois instaurou a idéia de uma

⁹¹ Podemos citar como exemplo: Almeida (2002), O’Dwyer (2002, 2008), Arruti (2005, 2006, 2008), entre outros.

⁹² Para mais detalhes ver MELO, 2007.

identidade de ‘remanescentes das comunidades quilombolas’, o que gerou um diálogo custoso e ainda em curso.

De acordo com Arruti quando da incorporação deste Artigo à Carta Constituinte não se tinha clareza dos efeitos que sua inserção implicaria. A própria militância negra, na época da introdução do Artigo na Constituição, tinha muitas dúvidas com relação a sua formulação, não havendo um conhecimento relativo à realidade da questão fundiária daqueles grupos aos quais tal direito seria direcionado. Contudo, um elemento deveria ser ressaltado: aquele era o “momento propício” para sua aprovação.

Embora existissem muitas dúvidas com relação à proposta apresentada no Artigo 68, para alguns representantes do Movimento Negro uma questão parecia estar fora de discussão, naquela ocasião este Artigo “deveria ter um sentido de reparação dos prejuízos trazidos pelo processo de escravidão e por uma abolição que não foi acompanhada por nenhuma forma de compensação, como o acesso à terra” (*Ibid*, p. 68), vista enquanto uma medida de reparação o objetivo não era contemplar apenas àquelas comunidades rurais negras que conseguissem documentar o seu vínculo direto com antigos quilombos, mas também aquelas compostas por descendentes de escravos que se encontravam com a posse de suas terras ameaçadas. O que nos permite observar que mantém-se aqui uma concepção naturalizada – pois o negro é sempre no mundo rural um descendente de escravos que teriam se fixado em um antigo quilombo.

Contudo, ainda aí se reforça um nexos que depois vai se mostrar muito arriscado: o passado demonstrável instaurado a partir da escravidão. De tal modo, que se subentendia a presença de um número reduzido de conjuntos vivendo ainda em isolamento e revelando certa ‘fantasia’ do esconderijo quilombola. Pode-se deduzir que ao se pensar em reparação e com as sugestões construídas a partir da predominância da experiência de Zumbi⁹³ posta enquanto um modelo, provavelmente se considerou que a aplicação do ADCT 68 não geraria uma grande mudança. Certamente, pressupôs-se que deveriam existir apenas alguns casos isolados de comunidades negras rurais e

⁹³ É importante destacar que o Quilombo de Zumbi dos Palmares tornou-se um modelo adotado por historiadores e membros do Movimento Negro.

isoladas e que a grande questão se dirigiria ao mundo negro e urbano, logo, não se teria uma grande questão, um grande problema. Porém o que se observa com a aplicação de tal direito é uma efervescência de demandas por reconhecimento que surpreende aos participantes mais diretos e também ao que poderíamos chamar aqui de modo mais genérico, outros setores sociais.

A inserção do direito territorial aos quilombolas incitou forte rejeição por parte de proprietários de terra, os chamados ruralistas⁹⁴, políticos ligados aos partidos mais conservadores, bem como da classe média urbana. Estes por sua vez demonstraram uma grande desconfiança à idéia de se atribuir direito fundiário aos negros. O que pode ter desencadeado – em grande medida – nas atuais dificuldades de aplicação de tal direito.

O Artigo 68, ao ser aplicado gera um campo novo no qual a antropologia vai participar ativamente. Tal atuação tem desempenhado um papel importante na luta pelo reconhecimento dos direitos étnicos, nas palavras de O’Dwyer

... os antropólogos brasileiros... ao assumirem sua responsabilidade social como pesquisadores que detêm um “saber local” (GEERTZ, 1999, p. 11) sobre os povos e grupos que estudam, fazem de sua autoridade experiencial um instrumento de reconhecimento público de direitos constitucionais. (O’DWYER, 2008, p. 13)

Conforme salienta O’Dwyer (*Ibid*) a participação dos antropólogos brasileiros neste cenário de luta pelo reconhecimento e aplicação dos direitos étnicos e territoriais destes grupos apresentou-se de modo bastante relevante.

Um dos problemas postos pela aplicação de tal Artigo refere-se à questão conceitual, a escolha do termo “remanescente de quilombo”, o mesmo implica na permanência de uma concepção (pensada como a única) de se estar diante de uma população que se formou a partir da condição originária de escravo, que tendo empreendido a fuga plasmou-se na forma de um quilombo. Tal emergência demandou a necessidade da elaboração de novas reflexões

⁹⁴ De acordo com GOMES (2009) em 1985 foi fundada a União Democrática Ruralista (UDR) “como forma de pressão dos proprietários rurais sobre o governo diante das invasões de terra no Pontal do Paranapanema” (GOMES, 2009, p. 194). Indicando as informações postas por Ricardo José P. Rodrigues a autora acrescenta, “Dois grupos formavam a frente ruralista. Um grupo tradicionalista, preocupado com a reforma agrária, e outro grupo de agroempresários modernos, desejosos de controlar o processo de redistribuição de terras no país, bem como modernizar a política agrícola nacional” (RODRIGUES, 2000, p. 10 *apud* GOMES, 2009, p. 194). Gomes salienta que a atuação da UDR foi fundamental na defesa dos interesses dos ruralistas relativos a questões ligadas a terra (reforma agrária, política agrária). Para mais detalhes ver GOMES, 2009.

acerca desses processos, o que exigiu a inserção de outros campos de conhecimento, bem como uma leitura mais processualista, evitando a repetição de visões mais essencializadoras sobre o fenômeno.

A atuação dos profissionais da Antropologia nos processos de reconhecimento de comunidades remanescentes de quilombo, através da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) foi fundamental principalmente na elaboração de questionamentos e busca pela relativização de algumas noções, como a de remanescentes de quilombo. Para aqueles pesquisadores não deveríamos usá-las considerando pré-julgamentos, mas sim enfatizar a necessidade de que diante da possibilidade da aplicação do direito constitucional às comunidades remanescentes de quilombo, a análise dos fatos seja percebida também a partir do ponto de vista do grupo ao qual vai ser aplicado o reconhecimento legal.

Portanto deve-se avaliar cada reconhecimento ou processo de reconhecimento de forma particular, posto que são inúmeras as situações com as quais os antropólogos podem se deparar. Para tanto, como mostra Oliveira (2005), o antropólogo pode se colocar como perito nos processos de identificação étnica e territorial, só que para isso não há um manual no qual o antropólogo vai encontrar os passos que deve seguir. O antropólogo deve realizar incursões ao campo, se utilizando do método por excelência da Antropologia, a etnografia. Cabe então a esse profissional observar a situação social da comunidade onde vai realizar a pesquisa, de forma que priorize as “características nativas de auto-identificação” (OLIVEIRA, 2005, p. 148).

Diante a demanda posta pela aplicação do Artigo 68 a diretoria da ABA, na gestão de 1994-1996, sob a presidência de João Pacheco de Oliveira definiu enquanto desafio para a gestão, a inserção em campos de atuação, que não envolvessem apenas as questões indígenas, criando um Grupo de Trabalho com o objetivo de refletir sobre “a conceituação de Terras de Remanescentes de Quilombos, sistemática administrativa para sua implementação e o papel do antropólogo nesse processo” (O'DWYER, 2008, p. 10).

A partir da articulação deste Grupo de Trabalho foi realizada uma reunião em outubro de 1994⁹⁵, através da qual foi elaborado um documento que trata “da abrangência do significado de Quilombo visando a aplicação do Artigo 68 do ADCT da Constituição Federal de 1988” (*Ibid*, p. 10), tendo sido discutido com diversos representantes de associações e comunidades negras rurais presentes no seminário.

Segundo O’Dwyer este documento chamava atenção para o fato de que o termo quilombo estava assumindo novos significados tanto “na literatura especializada” quanto “para grupos, indivíduos e organizações” e que o mesmo vinha sendo “ressemantizado para designar a situação presente dos segmentos negros em diferentes regiões e contextos do Brasil” (*Ibid*, p. 10).

De acordo com a autora muitas definições têm sido elaboradas por organizações não-governamentais, pelo próprio movimento negro, etc. Um exemplo mencionado pela mesma refere-se ao termo ‘remanescente de quilombo’, “que vem sendo utilizado pelos grupos para designar um legado, uma herança cultural e material que lhes confere uma referência presencial no sentimento de ser e pertencer a um lugar e a um grupo específico” (*Ibid*, p. 10).

A abordagem sobre os quilombos, antes considerado campo de estudo de historiadores e arqueólogos abre espaço para os antropólogos que têm se ocupado com situações sociais concretas, estabelecendo contato com comunidades formadas por pessoas de carne e osso, que cobram dos pesquisadores uma reflexão acerca dos conceitos que são utilizados neste cenário.

Referimo-nos à necessidade de se realizar uma leitura crítica da definição de quilombo ainda utilizada por muitos estudiosos, que insistem em trabalhar com um conceito restrito a delimitação dos quilombos em momentos históricos passados, desconsiderando a multiplicidade de experiências históricas. Deste modo não podemos imaginar uma comunidade existente em si e dependendo dos conceitos para ser identificada. Ao contrário, temos processos de demanda que produzem efeitos no interior daquilo que passa a ser, em certo momento, uma comunidade com fronteiras.

⁹⁵ Para mais detalhes ver O’Dwyer (2008).

Neste cenário um dos autores que se tornou referência foi Alfredo Wagner Berno de Almeida, em seu artigo “Os Quilombos e as Novas Etnias”, no qual elabora uma discussão a respeito do conceito de quilombo e chama atenção para o fato de que “os conceitos também sofrem alterações e que os instrumentos de percepção estão sujeitos a mudanças e revisões teóricas” (ALMEIDA, 2002, p. 74).

Nas palavras de Almeida (2002) é necessário que nos libertemos da definição arqueológica, da definição histórica *stricto senso* e de outras que se apresentam “frigorificadas”. Nesse caso, Almeida está se referindo às concepções que remontam ao período colonial, imperial e até mesmo republicano (que não produzira uma definição por crer que com a abolição da escravidão, “o problema” – quilombo – teria acabado), e chama nossa atenção para o fato de que estas definições encontram-se congeladas em momentos que não mais existem e, ainda mais, para a necessidade de se refletir algumas noções operacionais que são próprias aos estudos de comunidades quilombolas.

Observamos algumas ambigüidades no modelo pelo qual os chamados ‘remanescentes de quilombos’ são enunciados no Artigo 68 e se tornam portadores do direito a partir dessa identidade. Como já foi destacado por muitos estudiosos desta temática⁹⁶ o citado Artigo Constitucional atribui o direito àqueles que se encontram na terra que passa a ser alvo de um processo de reconhecimento e titulação.

Almeida (op. cit.) considera essa aprovação mais voltada para o passado, para o que sobreviveu, ressaltando o fato de este conceito ser muito mais jurídico e do erro que podemos incorrer ao utilizá-lo como algo estático onde, se uma comunidade se enquadrar neste modelo ela tem parâmetros para ser reconhecida. Para este autor a ênfase recai numa postura teórico-metodológica, pois se faz necessário considerar às situações vividas pelas comunidades que pleiteiam o reconhecimento, ressaltando o fato de que as histórias de vida dos grupos são neste Artigo menos relevantes que a terra.

A preocupação dos antropólogos que têm como objeto de estudo as comunidades “remanescentes de quilombos”, é justamente voltada para a

⁹⁶ Ver O'DWYER (2002), ALMEIDA (2002), ARRUTI (2006), dentre outros.

necessidade de se trabalhar com um conceito mais adequado ao universo vigente, visto que os conceitos já abordados se remetem ao passado sem se considerar o que estas comunidades são hoje.

A ABA, ao tratar da questão quilombola, vai atentar para o fato de não se observar os quilombos como resíduos arqueológicos de uma ocupação temporal; em outras palavras, é necessário desfazer a idéia de isolamento que o termo implica, e de população homogênea; Assim, esta considera que não há um conceito estático de quilombo, ressaltando-o como contemporâneo e dinâmico.

A necessidade de refletir a respeito das particularidades do campo de aplicação de tal direito fez com que se constituísse um canal de debates a respeito da questão da elaboração dos laudos antropológicos produzidos para identificação e reconhecimento das chamadas 'terras de quilombo'. Este canal de debate (construído pelo projeto ABA-FORD), consolidado em 1997, congregou antropólogos, que realizavam pesquisas junto a comunidades negras rurais, sendo desenvolvida uma colaboração com a Comissão Nacional de Articulação das Comunidades Remanescentes de Quilombos, e outros parceiros institucionais da ABA, como a Procuradoria Geral da República, órgãos governamentais (FCP/Minc, INCRA) e organizações não-governamentais envolvidas nesse processo.

Através deste projeto ABA-FORD também foram elaborados os alicerces para a realização de um trabalho de Mapeamento e Sistematização das Áreas Remanescentes de Quilombos para o qual a ABA indicou antropólogos que estavam desenvolvendo pesquisas a respeito de tal temática, privilegiando os profissionais com experiência de pesquisa e produção de conhecimento sobre comunidades negras rurais.

De acordo com O'Dwyer, naquele momento a experiência de alguns profissionais que trabalharam em processos de identificação de comunidades indígenas "permitiu a incorporação e crítica dos procedimentos adotados em relação aos grupos indígenas" que constituíram "um precedente importante para o estabelecimento de sistemáticas adequadas no reconhecimento territorial das comunidades negras remanescentes de quilombo" (O'DWYER, 2008, p. 11).

Diante a dificuldade de aplicação de um conceito de quilombo que reflita e dê conta das mais variadas situações a ABA considera interessante propor uma nova definição para o termo “remanescentes de quilombos”, que para a mesma deve abranger,

todos os grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar, cuja identidade se define por uma referência histórica comum, construída a partir de vivências e valores partilhados. Nesse sentido, eles se constituem como "grupos étnicos", isto é, um tipo organizacional que confere pertencimento através de normas e meios empregados para indicar afiliação ou exclusão, cuja territorialidade é caracterizada pelo "uso comum", pela "sazonalidade das atividades agrícolas, extrativistas e outras e por uma ocupação do espaço que teria por base os laços de parentesco e vizinhança, assentados em relações de solidariedade e reciprocidade". (ARRUTI, 2005, p. 07)

Assim sendo tais grupos se constituem como grupos étnicos, entendidos aqui enquanto um tipo organizacional que atribui critérios próprios de pertencimento e exclusão (BARTH, 1998 [1969]).

No caso brasileiro, em termos dos processos de reconhecimento étnico que vêm sendo instaurados em comunidades negras quilombolas, por exemplo, a teoria dos grupos étnicos tem sido quase que consensualmente utilizada. Na década de 1970, no Brasil, as produções que tomavam por base o texto célebre de Barth (1998 [1969]) “Os grupos étnicos e suas fronteiras” eram utilizadas para pensar o contato colonial entre índios e brancos, bem como “as questões derivadas da imposição de uma administração de Estado aos grupos indígenas”, tal quadro analítico apresenta-se como relevante para pensarmos o cenário das comunidades quilombolas.

A noção de grupo étnico, desenvolvida por Fredrik Barth foi “fundamental para uma adequada apreensão do fenômeno de auto-atribuição de grupos rurais negros como remanescentes de quilombo” (ARRUTI, 2006, p.38-39), uma vez que a maioria destes grupos não apresentam as características consideradas importantes pela historiografia (isolamento, grupos de escravos fugidos, etc.), no que tange aos elementos considerados por estes relevantes para pensarmos os quilombos. Assim sendo, tal noção apresenta-se

atualmente de forma tão efetiva para ser aplicada aos estudos de comunidades étnicas, que não há como não considerá-la.

É importante lembrarmos que parte do arsenal teórico que está sendo utilizado foi, no caso brasileiro, primeiramente discutido e incorporado ao cenário teórico/ acadêmico e político envolvendo grupos indígenas e, posteriormente, estendido aos grupos quilombolas.

Embora a noção de grupo étnico seja de grande relevância para estes estudos, algumas ponderações foram elaboradas. Arruti chama atenção para o fato de que a auto-atribuição nas fronteiras interétnicas, na contrastividade, “não dá conta da passagem entre o fenômeno da adscrição étnica (necessariamente local) do grupo (etnônimo) e a sua adesão à categoria genérica e englobante de ‘indígena’ (ou de ‘quilombola’), de caráter jurídico-administrativo” (ARRUTI, 2006, p. 40). Ao apresentar algumas reflexões a respeito de tais questões, Arruti argumenta que “a postura analítica de Barth não leva a perspectiva relacional às últimas conseqüências ao eliminar previamente do seu campo de interesses um dos elementos do contexto: O Estado (colonial ou não)” (ARRUTI, 2006, p. 41).

Conforme salienta Arruti (*Ibid*) foi João Pacheco de Oliveira aquele que pela primeira vez apontou este problema.

Para João Pacheco de Oliveira

...é importante refletir mais detidamente sobre o contexto intersocietário no qual se constituem os grupos étnicos. Não se trata de maneira alguma de um contexto abstrato e genérico, que possa absorver todas as sociedades e suas diferentes formas de governo, mas de uma interação que é processada dentro de um quadro político preciso, cujos parâmetros estão dados pelo Estado-nação. (OLIVEIRA, 1999, p. 21)

De acordo com Oliveira é a dimensão territorial que deve ser adotada como estratégica “para se pensar a incorporação de populações etnicamente diferenciadas dentro de um Estado-nação” (*Ibid*).

Assim, João Pacheco de Oliveira ressalta que na elaboração de uma análise justa dos grupos étnicos devemos atrelar ao conceito de “etnicidade” o conceito de “territorialização”, que o mesmo entende como sendo,

... um *processo de reorganização social* que implica: i) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora, ii) a constituição de mecanismos políticos especializados; iii) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; iv) a reelaboração da cultura e da relação com o passado (OLIVEIRA, 1999, p. 20).

Esta noção emerge enquanto um importante instrumento para trabalharmos o processo de reorganização social de um grupo étnico num território a partir da atribuição de uma identidade étnica. Oliveira continua,

A noção de *territorialização* tem a mesma função heurística que a de situação colonial – trabalhada por Balandier (1951), reelaborada por Cardoso de Oliveira (1964), pelos africanistas franceses e, mais recentemente, por Stocking Jr. (1991) –, da qual descende e é, caudatária em termos teóricos. É uma intervenção da esfera política que associa – de forma prescritiva e insofismável – um conjunto de indivíduos e grupos a limites geográficos bem determinados. É este ato político – constituidor de objetos étnicos através de mecanismos arbitrários e de arbitragem (no sentido de exteriores à população considerada e resultante das relações de força entre os diferentes grupos que integram o Estado) – que estou propondo tomar como fio condutor da investigação antropológica (OLIVEIRA, 1999, p. 21).

Tal noção é importante na concepção de Oliveira a fim de descrever o conjunto de procedimentos por meio dos quais um “objeto político-administrativo” (grupos indígenas, quilombolas, imigrantes, assentados) transforma-se em uma coletividade organizada por meio de identidade própria (OLIVEIRA, 1998, p. 51). Tal conceito apresenta-se de maneira relevante para refletirmos a respeito do papel desempenhado pelo Estado nestas situações de reconhecimento étnico.

Conforme aponta O’Dwyer os conceitos de grupo étnico, etnicidade, relações interétnicas e processos de territorialização foram utilizados para fundamentar os relatórios antropológicos das chamadas comunidades remanescentes de quilombos. No que tange a tais relatórios é importante destacar que na sua elaboração existem questões implícitas e experiências de pesquisadores que foram por vezes debatidas em seminários realizados pela ABA, o que não permite que os mesmos sejam resumidos a simples peças técnicas, os mesmos representam

um tipo de intervenção num campo específico de articulação e envolvimento do mundo intelectual com os movimentos sociais e a mobilização de grupos étnicos, os quais reivindicam o direito à diferença cultural, à reprodução de suas práticas econômicas e sociais, bem como o respeito pelos seus saberes tradicionais. (O'DWYER, 2008, p.13)

A participação dos antropólogos brasileiros neste cenário de luta pelo reconhecimento de direitos étnicos e territoriais a estes grupos demonstrou-se muito importante, mas mesmo com todo o empreendimento de tais pesquisados a produção dos laudos não garantia àqueles grupos a atribuição do direito.

Em meio a este cenário de discussões a respeito do conceito de quilombo e sua aplicação através do art. 68, em novembro de 2003 o governo brasileiro promulgou o Decreto nº 4887 que “regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por comunidades remanescentes de quilombos de que trata o Art. 68 do ADCT” e não prevê a elaboração de estudos antropológicos no processo de identificação territorial de comunidades remanescentes de quilombos pelo MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) e INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

Em uma condição de auto-reconhecimento quilombola, legitimado pelo Estado Brasileiro, desde que este se tornou signatário da Convenção 169 da OIT em 2002, devemos observar as especificidades de cada situação vivida considerando os seus contextos e a realidade enfrentada. Como o Decreto nº 4887 está fundamentado nesta Convenção, segundo a qual é a consciência de sua identidade que deverá ser considerada como critério fundamental para a identificação dos povos indígenas e tribais, a atuação de antropólogos na elaboração de relatórios antropológicos foi considerada desnecessária.

Antes mesmo da promulgação de tal Decreto a ABA defendeu a idéia de que

A auto-definição utilizada pelos próprios atores sociais não prescinde da realização de estudos técnicos especializados que venham a descrever e interpretar a formação de identidades étnicas no bojo do processo de reconhecimento das comunidades negras rurais remanescentes de quilombos, na medida em que esses estudos tragam subsídios para uma decisão governamental e forneçam

elementos para que o próprio grupo possa se defender de possíveis formas de intervenção estatal que possibilite apenas a reprodução de novas construções identitárias, sem garantir igualmente as condições para a reprodução de práticas culturais, modos de vida e territorialidade específicas. (O'DWYER, 2008, p. 13)

Um dos receios naquele momento era o de que com a ausência de tal peça técnica surgissem questionamentos na esfera judicial que acabassem inviabilizando o cumprimento do direito às comunidades remanescentes de quilombo assegurado na CF/1988.

Após a promulgação do Decreto nº 4887, o PARTIDO DA FRENTE LIBERAL (PFL) entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADIN nº 3.239/600 – DF em face do Decreto nº 4887/2003, os pareceres elaborados pela Procuradoria Geral da República e pela Advocacia Geral da União a respeito da improcedência da ação recorreram ao livro da ABA organizado por O'Dwyer (Quilombos: identidade étnica e territorialidade, 2002) utilizando os argumentos postos no referido livro, na defesa do decreto, com ênfase sobre o critério de auto-atribuição, que foi o argumento que orientou a maior parte dos relatórios de identificação elaborados que visavam a aplicação dos direitos constitucionais às comunidades remanescentes de quilombos. Com isso percebemos que a perspectiva adotada pela ABA passa a ser utilizada enquanto um elemento fundamental na defesa do Decreto 4887 e por extensão do Art. 68.

O'Dwyer esclarece que embora inicialmente tenha existido uma cooperação entre a ABA e os órgãos federais responsáveis pela aplicação de tal direito, as últimas deliberações (Instruções Normativas) têm sido aprovadas internamente por tais órgãos.

Com relação à questão territorial que também revela a necessidade de reflexões, O'Dwyer (2008) fazendo menção a informações trabalhadas por Almeida, ressalta a idéia de que pode-se afirmar que tanto as terras de quilombo quanto as terras de indígenas “são consideradas juridicamente ‘terras tradicionalmente ocupadas’ seja no texto constitucional ou nos dispositivos infraconstitucionais” (ALMEIDA, 2008 *apud* O'DWYER, 2008, p. 14), a autora acrescenta

Assim, é reconhecida juridicamente uma forma comum de apropriação e uso das terras e recursos ambientais necessários à reprodução física, social e cultural dos povos indígenas e das comunidades remanescentes de quilombos, segundo seus usos, costumes e tradições, fundamentados na noção de terras tradicionalmente ocupadas que, posteriormente ao Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, o qual institui a política nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais, expande o espectro de grupos e atores sociais que se orientam pelas novas normas constitucionais, como os chamados ribeirinhos e povos da floresta, enfim, as populações tradicionais que antes não tinham as práticas econômicas, sociais e culturais que lhes são características, reconhecidas como distintas das formas legalmente convencionais de apossamento e propriedade rural no Brasil. (O'DWYER, 2008, p. 14)

De acordo com a conceituação das “terras tradicionais” postas pela CF/1988, as mesmas correspondem a um modo de ocupação que leva em consideração as situações sociais vividas pelos grupos, com base nos seus costumes (modos de viver, criar). Assim pensando que o espaço geográfico não é algo fixo, a noção de território é outra a qual é necessária a relativização, tendo sido utilizada por antropólogos a noção de processos de territorialização como mencionamos anteriormente, proposta por Oliveira.

Os problemas com relação à aplicação do direito adquirido por tais comunidades, no que tange ao reconhecimento territorial, têm se demonstrado bastante complexo, uma vez que por vezes surgem os questionamentos relativos aos limites da ocupação territorial. De acordo com Arruti (2006) Almeida caracteriza como sendo “terras de uso comum”

situações nas quais o controle dos recursos básicos não é exercido livre e individualmente por um determinado grupo doméstico de pequenos produtores diretos ou por um dos seus membros. Tal controle se dá por meio de normas específicas instituídas para além do código legal vigente e acatadas, de maneira consensual, [pelos] vários grupos familiares, que compõem uma unidade social (ALMEIDA *apud* ARRUTI, 2006, p. 86)

Conforme salienta Arruti (*Ibid*) uma das primeiras pesquisas sistemáticas a respeito de comunidades negras rurais começou no Maranhão, em 1988, a mesma tomando como referência o texto “Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito” de Alfredo W. Berno de Almeida (1989), assim sendo a utilização deste termo embora seja associada a “antigos

quilombos” é anterior a uma referência a categoria remanescentes de quilombos, sendo apenas em 1995, pensada “no interior da problemática imposta pelo ‘artigo 68’” (ARRUTI, 2006, p. 88).

De acordo com Arruti,

É possível dizer que o interesse (tanto teórico quanto político) da adoção do paradigma das terras de uso comum está mais no anúncio (e na defesa) da existência de um outro ordenamento jurídico que constitui um universo de regulação próprio – o “direito camponês”, subordinado ao ordenamento jurídico nacional – do que em sugerir uma tipologia completa desses apossamentos (*Ibid*, p. 90).

Conforme salienta Almeida (2002) é necessário que percebamos que as situações sociais enfrentadas pelos negros foram as mais diversas. No cenário por ele pesquisado, o caso Frechal (MA), a experiência vivenciada pelo autor levou a se pensar que a formação daquele quilombo enquanto constituída a aproximadamente 100 metros da casa grande. O autor chama ainda atenção para o fato de que, com a queda do valor do algodão, da cana-de-açúcar e o endividamento dos fazendeiros acabou resultando na perda de poder por parte destes em relação aos seus escravos e em contrapartida na autonomia por parte de alguns negros.

O autor ressalta que a noção de fuga e isolamento não dá conta de todas as situações vividas pelos negros, posto que as maneiras de edificação da autonomia destes foram as mais diversas; não sendo o caso Frechal, uma exceção, ou mesmo um caso a parte, existindo situações nas quais as terras foram adquiridas por meio de doação, ou mesmo através da compra.

No cenário de disputas pesquisado por Almeida, especificamente no caso Frechal (MA), a utilização do paradigma “terra de uso comum” é sugerida enquanto uma ressemantização ao paradigma “fuga e isolamento”, e conforme sugere Arruti embora esta formulação tenha sido sugerida para dar conta de uma situação específica, no caso a situação de Frechal, o que se observa é que o “exemplo tende, assim, a tornar-se norma” (ARRUTI, 2006, p. 91), Tal caso, pois,

passou a servir de parâmetro para outras áreas em seu pleito judicial ou extra-judicial e – é necessário acrescentar – para aqueles que

mediam tais pleitos ou que devem produzir as peças técnicas (laudos antropológicos) necessárias ao reconhecimento do direito daquelas comunidades (*Ibid*).

Aqui observamos um complicador, pois, como salienta Arruti saímos de um modelo (o modelo idealizado do quilombo de Palmares) e nos deparamos com a criação de outro. O que “para a antropologia é um exemplo de diversidade” é considerado pelo direito como um modelo, “sobre o qual seu *modus* normatizador deve operar”. Assim, acabamos por nos deparar com uma situação na qual, novamente, reduzimos varias experiências em uma.

No caso das questões relativas à terra na Paraíba, observamos que o encaminhamento dos reconhecimentos dos grupos neste Estado não é, até o presente momento, instaurado por uma questão de disputa por terra, sendo este elemento suscitado, na maioria das vezes – senão em todas, depois do auto-reconhecimento. Neste cenário a única exceção, aparentemente, cabe a Bonfim.

No cenário por nós pesquisado, na comunidade negra rural de Pitombeira, as informações que nos foram passadas por seus moradores nos levam a duas possibilidades de formação do grupo, uma delas teria sido através da doação das terras correspondentes a Pitombeira, e a outra através da chegada de quatro escravos, possivelmente fugidos.

Embora com esta pesquisa não tenhamos nos detido na busca de indícios documentais que façam referência ao modo pelo qual se estabeleceu a ocupação de tais terras, as informações aqui apresentadas nos foram concedidas por alguns membros do grupo.

Durante o momento de nossa pesquisa percebemos que a maior parte dos moradores daquele lugar possui a posse de suas terras, dentre os quais alguns têm suas respectivas escrituras e outros ainda não.

No que tange aos encaminhamentos do processo de reconhecimento deste grupo, tomamos conhecimento de que o mesmo recebera sua Certidão de auto-reconhecimento no ano de 2005, tendo também adquirido acesso a algumas políticas públicas destinadas às chamadas comunidades quilombolas. Com relação à questão territorial o grupo recebeu uma visita das antropólogas do INCRA/PB para o encaminhamento dos trabalhos de coleta de dados para a

elaboração de seu RTID, porém tal visita não resultou no início deste processo, que ainda se encontra paralisado.

Conforme sugere Arruti,

Ao serem identificados como “remanescentes”, aquelas comunidades, ao invés de representarem os que estão presos às relações arcaicas de produção e reprodução social, aos misticismos e aos ativismos próprios do mundo rural, ou ainda os que, na sua ignorância, são incapazes de uma militância efetiva pela causa negra passam a ser reconhecidas como símbolo de uma identidade, de uma cultura e, sobretudo, de um modelo de luta e militância negra, dando ao termo uma positividade [...] O uso do termo [...] implica, para a população que o assume (indígena ou negra), a possibilidade de ocupar um novo lugar na relação com seus vizinhos, na política local, frente aos órgãos e às políticas governamentais no imaginário nacional e, finalmente, no seu próprio imaginário [...] trata-se de reconhecer, naqueles grupos – até então marginalizados –, um valor cultural absolutamente novo que, por ter origem em outro quadro de referências, era, até então, desconhecidos deles mesmos. (ARRUTI, 2006, p. 82).

Assim, levando em consideração tais questões e de modo mais específico o reconhecimento da Pitombeira enquanto comunidade remanescente de quilombo, e pensando nas implicações que tal emergência pode instaurar em um grupo, apresentaremos no presente texto algumas reflexões a respeito desta localidade. Tentaremos, pois mostrar como esse grupo se organiza; como se estabelecem algumas de suas relações, tanto internas quanto externas; e ainda, como o grupo se mobiliza diante a adoção desta nova identidade, a de quilombola.

3.2. O Reconhecimento de Comunidades Quilombolas no Estado da Paraíba: a atuação da AACADE e CECNEQ.

Na Paraíba observamos que a emissão das certidões de auto-reconhecimento de comunidades quilombolas inicia-se em 2004, se intensificando apenas em 2005⁹⁷.

⁹⁷ De acordo com os dados existentes no site da FCP entre os anos de 2004 a 2011 obtiveram suas certidões de auto-reconhecimento trinta e quatro (34) comunidades na Paraíba, no referido site as informações são distribuídas em anos sendo que em 2004 foi reconhecida apenas uma (01), em 2005 sete (07), em 2006, quatorze (14), em 2007 uma (01), no ano de

Da inserção deste direito na Constituição Federal até a sua aplicação às comunidades negras rurais paraibanas são passados 16 anos. Sendo que até o presente momento, no referido Estado, nenhuma comunidade recebeu ainda o título de posse da propriedade.

No que tange ao encaminhamento dos Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação das comunidades na Paraíba temos as comunidades de Bonfim (situado no município de Areia), Matão (localizada em Gurinhém), Pedra D'Água (no município de Ingá), Grilo (no município de Riachão do Bacamarte) e Comunidade Urbana de Serra do Talhado (na cidade de Santa Luzia), com seus RTID's finalizados e publicados. Além destes encontram-se em andamento, porém não finalizados, os relatórios de Paratibe (em João Pessoa), Caiana dos Crioulos (em Alagoa Grande), Barreiras (na cidade de Coremas) e Mãe D'Água (também em Coremas).

No ano de 2003 o Decreto nº 4.887 de 20 de novembro vem complementar o Artigo 68 do ADCT, e é a partir deste Decreto que o INCRA passa a ser responsável por alguns procedimentos junto às chamadas comunidades remanescentes de quilombos. Conforme consta no terceiro Artigo deste Decreto,

Art. 3º Compete ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sem prejuízo da competência concorrente dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1º O INCRA deverá regulamentar os procedimentos administrativos para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, dentro de sessenta dias da publicação deste Decreto.

§ 2º Para os fins deste Decreto, o INCRA poderá estabelecer convênios, contratos, acordos e instrumentos similares com órgãos da administração pública federal, estadual, municipal, do Distrito Federal, organizações não-governamentais e entidades privadas, observada a legislação pertinente.

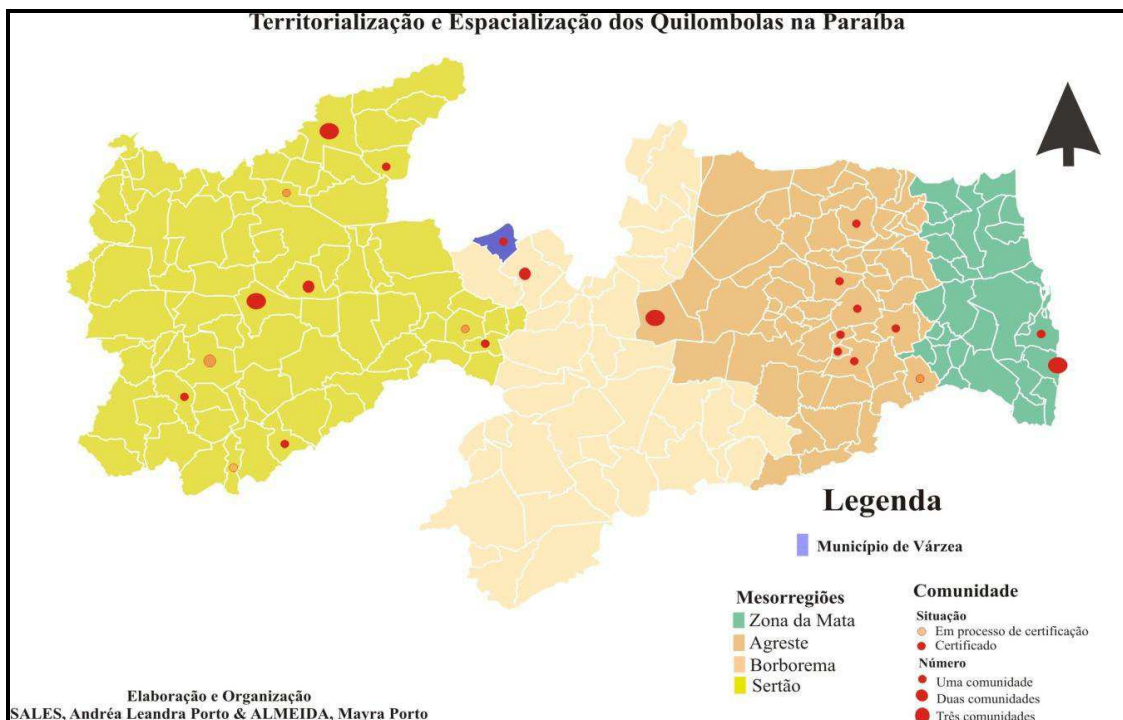
§ 3º O procedimento administrativo será iniciado de ofício pelo INCRA ou por requerimento de qualquer interessado.

§ 4º A autodefinição de que trata o § 1º do art. 2º deste Decreto será inscrita no Cadastro Geral junto à Fundação Cultural Palmares, que expedirá certidão respectiva na forma do regulamento.

Assim é a partir do Decreto nº 4.887 que o INCRA passa a ser o órgão responsável pela elaboração destes RTID's, bem como pela expedição do título e registro cadastral dos imóveis. Antes da promulgação deste Decreto era atribuição do Ministério da Cultura a delimitação, demarcação e titulações das terras das chamadas comunidades remanescentes de quilombos. Atualmente a atribuição deste Ministério, através da Fundação Cultural Palmares é a de emitir a Certidão de Registro no Cadastro Geral de Remanescentes de Comunidades de Quilombos, aos grupos que encaminhem tal solicitação. Cabe, pois, os grupos interessados em encaminhar a regularização de suas terras, o encaminhamento de uma solicitação de abertura de procedimentos administrativos à Superintendência Regional do INCRA, sendo necessária a apresentação da Certidão expedida pela FCP.

Em março de 2008 o INCRA e a Fundação Parque Tecnológico da Paraíba (PaqTcPB) firmaram um contrato para agilizar o processo de regularização de três comunidades quilombolas aqui na Paraíba, neste processo foram encaminhadas as produções dos RTID's das Comunidades Quilombolas de Grilo, Matão e Pedra D'Água, estes por sua vez foram elaborados por professores de Antropologia da Unidade de Acadêmica de Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande e suas respectivas equipes de alunos colaboradores⁹⁸.

⁹⁸ A realização destes RTID's foram coordenadas e elaboradas pelos professores: Dra. Mércia R. Rangel Batista, Dr. Rodrigo Grünwald e Dr. Rogério Zeferino. Parte deste trabalho contou com a coordenação administrativa do professor João Martinho Braga de Mendonça.



Mapa 04: Mapa de localização das comunidades quilombolas na Paraíba.
O município indicado na cor azul, trata-se de Várzea, onde localiza-se a Pitombeira
Fonte: Andréa Leandra P. Sales & Mayra Porto Almeida.

Dentre as comunidades remanescentes de quilombo que possuem tais RTIDs concluídos aquela que se encontra com os encaminhamentos para a regularização fundiária mais avançada é a “comunidade Bonfim”, situada no município de Areia. O referido grupo recebeu o Decreto Presidencial de Desapropriação por Interesse Social assinado pelo presidente Lula em 2009, sendo que a imissão na posse das terras, com área de aproximadamente 122 hectares, foi destinada em 14 de abril de 2011 ao INCRA/PB. Além desse caso também se encontra encaminhado o processo da Comunidade Urbana de Serra do Talhado, que já obteve a publicação da portaria na qual o INCRA reconhece a área de aproximadamente 16 hectares e aguarda a publicação do Decreto Presidencial de Desapropriação e os demais encaminhamentos para o processo de desintrusão e emissão do título da propriedade. De acordo com dados observados em notícias publicadas no site do INCRA⁹⁹, existem aproximadamente 23 processos para regularização de territórios quilombolas em andamento na Superintendência Regional do INCRA na Paraíba.

⁹⁹ Segundo dados presentes no site do INCRA, visitado em 22 de agosto de 2011. http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=252&Itemid=274.

Para a produção de um Relatório Técnico de Identificação e Delimitação faz-se necessário um longo exercício no qual se articulam diversos atores. Como nós estamos envolvidas na pesquisa nessa arena, julgamos fundamental apresentar e situar a participação de organizações que, ao mesmo tempo, são parte do movimento e parceiros do Estado. Existem no Estado da Paraíba algumas entidades que atuam de modo a auxiliar as comunidades negras na busca pela aplicação deste direito, nos referimos a AACADE (Associação de Apoio aos Assentamentos e Comunidades Afro-descendentes) e a CECNEQ/PB (Coordenação Estadual das Comunidades Negras e Quilombolas da Paraíba), a primeira inicia suas atividades em 1997, sendo oficializada juridicamente apenas em 2003. Inicialmente esta entidade prestava assessoria a comunidades rurais, de modo especial àqueles incluídos na categoria de “sem terra” só depois estendendo suas ações para as chamadas comunidades negras, ou afro-descendentes¹⁰⁰.

A atuação de militantes nos processos de reconhecimento de comunidades remanescentes de quilombo não é uma particularidade do Estado da Paraíba, esta mediação tem sido vista em outros Estados, nos utilizando aqui de informações presentes no texto de Arruti (2006), mencionaremos um trecho de Ivo Fonseca publicado na Revista Palmares, no qual o mesmo fala a respeito do trabalho desenvolvido pelo movimento negro.

Então, é difícil encontrarmos uma comunidade que diga ‘eu sou quilombola’. Só quando há autoreconhecimento, autodiscussão com o movimento negro, quando há um trabalho de base – aí sim você vai encontrar. Mas numa comunidade que nunca foi visitada, que seja pouco acessível ou pouco conhecida, jamais vai dizer que lá é um quilombo [...]

Eu digo que sou quilombola porque é resultado de um trabalho do movimento negro, com pesquisas e documentos. Conseguimos documentos desde 1792 e eles explica, para a gente que naquela época existiam quilombolas naquelas localidades. Vimos, então, que ali existiu um quilombo, porque eu não acredito que naquela época todos nós fôssemos do fazendeiro, alguém era revolucionário, então por isso eu sou quilombola. (Ivo Fonseca, 2000, p. 77-78, In: ARRUTI, 2006, p. 83).

No caso da Paraíba, de acordo com informações de uma das representantes da AACADE em entrevista realizada no ano de 2008, a atuação

¹⁰⁰ Para mais detalhes ver: ARAÚJO & BATISTA, 2008.

do Movimento Negro junto às chamadas comunidades remanescentes de quilombo foi muito incipiente. Tal representante ressaltou a dificuldade que a AACADE teve em desenvolver os trabalhos com tais comunidades em função da carência de voluntários, destacando uma ausência de articulação com o Movimento Negro

... por exemplo, há em alguns lugares uma, há um trabalho muito estreito do Movimento Negro com as comunidades Quilombolas, aqui o Movimento Negro foi muito mais urbano [...] não tem envolvimento enquanto em outros Estados tem o Movimento Quilombola que saiu de dentro e faz parte do Movimento Negro, parte do Movimento Negro, aqui eu digo com todas as letras não tem vinculação nenhuma nem ação nenhuma do Movimento Negro em comunidades Quilombolas até onde eu sei onde eu vou eu não vejo. Sofia, entrevista realizada em junho de 2008)¹⁰¹.

Inicialmente o trabalho de identificação das comunidades rurais negras na Paraíba era realizado pela AACADE sendo ainda, nos dias de hoje, atuante a participação de alguns representantes desta Associação no contato com estes grupos. Como nos indica Araújo & Batista (2008) o contato destes com as comunidades negras dá-se mais ou menos da seguinte forma:

Após fazer a localização das comunidades, a AACADE se disponibiliza em visitá-las e identificá-las enquanto comunidades rurais negras, nestas, eles se empenham em realizar reuniões com o intuito de conscientizá-las de sua especificidade e de sua situação desfavorecida. Esse trabalho muitas vezes culmina em um pedido, enviado a Fundação Cultural Palmares – FCP –, e de auto-reconhecimento enquanto comunidade rural quilombola (ARAÚJO & BATISTA, 2008, p. 66)

Conforme nos apresentam as autoras, no trabalho desenvolvido por esta Associação também se observa o empenho em integrar as comunidades negras, o que acabou fazendo com que a mesma incentivasse a criação de uma entidade que representasse as comunidades negras e quilombolas da Paraíba de modo a mantê-las articuladas em busca de seus direitos. A CECNEQ foi criada em 2004, inicialmente a mesma foi formada pela AACADE (enquanto entidade de apoio) e membros das comunidades negras e/ou

¹⁰¹ Tal entrevista foi realizada quando da elaboração do trabalho de fim de curso da colega Eulália Araújo, naquele momento estavam presentes ela, eu e nosso colega Luiz Almeida.

quilombolas da Paraíba, sendo que com a localização de novas comunidades passou a existir a incorporação de novos membros para que se possa ter uma representação de todas as regiões do Estado, desde o sertão ao litoral.

Ainda de acordo com Araújo & Batista a CECNEQ foi criada

... com o desígnio de instituir uma articulação entre as comunidades negras e quilombolas da Paraíba, de modo a se ter uma entidade competente em discutir e encaminhar reivindicações aos poderes públicos nos níveis federal, estadual e municipal ... a CECNEQ/PB também consegue audiências com instituições como o INCRA, a FUNASA, a SEDES/JP e outros órgãos responsáveis em promover e implementar políticas públicas para as comunidades negras e quilombolas (ARAÚJO & BATISTA, 2008, p. 67).

Esta entidade adquiriu caráter jurídico apenas em 2008 conseguindo com isto mais autonomia para a elaboração e encaminhamento de seus projetos. Também é uma atribuição da CECNEQ a articulação entre as comunidades, as prefeituras e o INCRA no caso deste último, especificamente, são realizadas discussões para o encaminhamento da elaboração dos Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) dos territórios das comunidades remanescentes de quilombo do Estado da Paraíba. Sendo considerada uma ordem que prioriza as situações nas quais as questões territoriais apresentam disputas (conflitos).

Embora na Paraíba órgãos como a AACADE e a CECNEQ venham desenvolvendo trabalhos de conscientização entre as comunidades negras do Estado, nossa pesquisa nos possibilitou perceber que o esforço de alguns dos representantes de tais associações se dá de modo mais contundente quando do início do processo de reconhecimento, através da realização de reuniões com os interessados pelo encaminhamento do processo à Fundação Cultural Palmares, esclarecimentos quanto a questões de ordem jurídica e com o intuito de torná-los conscientes de que são sujeitos de direitos. Esta maior atuação no início dos processos pode ser justificada em função do reduzido número de representantes da Associação em contraponto com a demanda estadual. E, talvez, pela expectativa de que ao iniciar a ação, se instaure uma dinâmica que conduzira o grupo a uma ação mais efetiva e direta.

Quando do contato inicial com as comunidades negras as ações de representantes da AACADE são de conscientização daquelas pessoas enquanto portadoras de direitos. Ao ressaltarem as dificuldades enfrentadas pelo grupo, o modo pelo qual a maioria é tratada na região, os representantes da AACADE objetivam fazer com que aquelas pessoas reflitam a respeito de suas situações e vejam que são “diferentes”. Assim eles justificam que trabalhar noções e conceitos não é essencial no início do processo, mas torná-los conhecedores de sua condição específica. Primeiro se trabalha a questão do direito depois a da identidade.

... é muito contraditório porque você tem que forçar a barra para aquele programa chegar ali, mas ele só chega se for se a comunidade se auto-identificar talvez o momento não era tão ideal para um auto-reconhecimento mais também se não faz o auto-reconhecimento naquele período eles perdem uma possibilidade de melhora de vida enquanto pessoas independente se tem a consciência ou não então a gente vive num dilema também muito grande porque mais é o Estado que é assim obriga, obriga as pessoas, eu estava dizendo por que é obriga as pessoas hoje dizer que são negras [...] Você ter que considerar uma situação onde o Estado tem que lhe confirmar o que você é mais tem essa contradição na realidade assim de uma eu não digo que agente forçou barra nas comunidades porque a gente teve a cautela de trabalhar essa questão do direito então uma das coisas vocês tem direito são portadores de direito e nesse governo tem uma direito específico porque são negros mais acima de tudo é um direito do cidadão ter casa, ter comida, ter água, ter estrada [...] a gente tenta trabalhar a questão do direito muito mais do que essa coisa de ser quilombola. (Sofia, entrevista realizada em junho de 2008)

Tais representantes consideram as dificuldades vivenciadas tanto na instauração dos processos quanto após o reconhecimento. Os debates suscitados pelos antropólogos com relação à utilização de alguns conceitos quando da aplicação do direito reconhecido às comunidades remanescentes de quilombo, posto pelo Artigo 68, é refletido na incorporação dos mesmos pelos membros das comunidades, assumir-se negro, assumir-se quilombola é tomar para si uma identidade estigmatizada, o que pode se demonstrar em alguns cenários bastante complicado

Após o trabalho de encaminhamento do auto-reconhecimento e das reuniões para a conscientização do grupo, a atuação da AACADE se dá de modo mais presente com as lideranças, embora os representantes de tal

Associação sejam por vezes acionados para auxiliar o grupo no encaminhamento de algumas questões, como por exemplo, na produção de documentos¹⁰² a serem encaminhados a órgãos públicos com o objetivo de a comunidade reivindicar algo.

A partir de tais informações observamos que o caminho percorrido desde o processo de solicitação da Certidão de auto-reconhecimento enquanto comunidade quilombola até a posse da terra não é tão simples assim. E a demora junto a ausência de informações acabam muitas vezes instaurando no grupo um descontentamento e descrédito quanto a conclusão de tais processos. Alias, com relação à idéia mesmo de processo.

No caso da Pitombeira, embora não tenhamos acompanhado o processo de encaminhamento da documentação para a solicitação do reconhecimento do grupo enquanto comunidade quilombola, tivemos acesso ao livro de registro de atas da Associação, bem como a algumas informações a respeito de tal demanda. Com relação à atuação da AACADE e CECNEQ junto a este grupo, não encontramos nos registros informações mais concretas, porém na conversa que tivemos com uma das representantes da AACADE, no ano de 2008, a referida senhora mencionou que tinha ido à Pitombeira e que eles realizaram naquela localidade algumas reuniões antes de o grupo encaminhar seu reconhecimento.

A Pitombeira a gente fez encontros na Pitombeira pra o auto-reconhecimento e eles enviaram a partir de uma conversa conosco sobre a questão de auto-reconhecimento das comunidades lembra que fomos lá? Uma vez, Babula já tinha ido umas vezes e depois nos disse, que a gente tava trabalhando com o auto-reconhecimento nós fomos lá conversamos com Antônia Cristina, com Galego que antes era tinha um senhor lá que agora ta doente nem fala mais era seu Genésio que era a liderança lá ele veio várias reuniões da gente aqui nós fomos lá e fizemos o processo com eles, eles escreveram a história e mandaram para a Fundação Palmares... (Sofia, entrevista realizada em junho de 2008).

¹⁰² No caso específico da comunidade negra rural de Pitombeira, durante o transcurso da pesquisa tivemos conhecimento da elaboração de um documento lido em uma reunião, assinado pela AACADE e Associação de Pitombeira, no qual era almejado um parecer do promotor de Justiça do município de Santa Luzia para que fossem tomadas providências com relação ao lixão daquele município que está localizado nas imediações da Pitombeira e está prejudicando a saúde dos moradores do grupo.

A comunidade negra rural de Pitombeira já possui sua Certidão de Auto-reconhecimento emitida pela Fundação Cultural Palmares, mas o RTID deste grupo ainda não foi iniciado, embora tenha sido instaurada certa expectativa de que o mesmo fosse iniciado com a visita das antropólogas do INCRA à Pitombeira no ano de 2010, nenhum encaminhamento foi acompanhado até o momento de realização desta pesquisa.

Apresentaremos as informações que obtivemos durante a pesquisa com relação aos encaminhamentos dos moradores da Pitombeira pelo reconhecimento quilombola.

3.3. O reconhecimento quilombola da Pitombeira

Na Pitombeira a mobilização para o encaminhamento de seu reconhecimento se iniciou no ano de 2004, ano no qual foi certificado o Talhado rural. Com relação ao Talhado, podemos nos apoiar no trabalho de Almeida (2010)¹⁰³ que desenha de modo cuidadoso os diferentes momentos que vão se constituindo na interlocução dos moradores do Talhado, os agentes locais e os representantes das instituições, tanto a nível estadual como federal.

Para nós, que nos dedicamos nessa pesquisa a pensar como emerge ou se configura uma demanda pelo reconhecimento diferenciado de um grupo enquanto uma comunidade de remanescentes de quilombo, sempre é muito difícil expressar no texto uma unidade que nem sempre é captável nas interações sociais. Não queremos dizer que não exista a Pitombeira e um conjunto humano que se diga ‘da Pitombeira’. Contudo, não é possível, nos momentos de pesquisa, com alguma facilidade, demarcar os que se dizem ‘da Pitombeira’, como também o lugar – no sentido de território – a partir do qual se construa um nexó identitário. Pensando aqui o termo “processo de territorialização”, proposto por Oliveira (1999), enquanto um “movimento pelo qual um objeto político-administrativo... vem a se transformar em uma

¹⁰³ Ver dissertação “Talhando um grupo étnico: o processo de recomposição identitária nas comunidades quilombolas de Serra do Talhado” de autoria de Luiz Rivadávia Prestes Almeida apresentada no ano de 2010 ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFCG.

coletividade organizada, formulando uma identidade própria...” (OLIVEIRA, 1999, p. 21)

Em certa medida, a presente dissertação é, dentre outras coisas, um exercício de compreensão da enunciação de uma comunidade e de um território, sendo que ambos estão se constituindo com ênfases e alcances variáveis.

Por isto, no presente capítulo, estamos lidando (ou optamos por lidar) com recortes e enunciações distintas. Em termos de processos administrativos, podemos nos defrontar, e aceitar inclusive, com a existência de representantes de uma comunidade. Para esses representantes, o processo de reivindicação se fez contando com o auxílio de representantes do movimento negro da Paraíba¹⁰⁴, que realizaram reuniões com o objetivo de levar esclarecimentos a respeito da questão quilombola, bem como saber a respeito da história do grupo.

Atualmente existem no Brasil aproximadamente 1.711¹⁰⁵ comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares, entidade vinculada ao Ministério da Cultura. Tal entidade foi instituída a partir da Lei nº 7.668/1988, que confere a mesma a tarefa de “promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira”¹⁰⁶. Uma das ações da FCP são a identificação e emissão de certidões de auto-reconhecimento das comunidades quilombolas.

É através desta entidade que o Estado nomeia esses grupos. Utilizando os termos postos por Arruti (2008) observamos que a temática sobre quilombos põe em pauta “o poder de nomeação (que cria o nome) e nomeação (que o atribui) de que é instituído o Direito e o seu garantidor, o Estado, detentor da palavra autorizada por excelência” (p. 335). É, pois, o Estado imbuído do poder

¹⁰⁴ Nos livros de ata da Associação Comunitária de Pitombeira consta a visita de representantes do Movimento Negro de Santa Luzia no mês de maio de 2004, bem como de uma vereadora do município de Santa Luzia (esta última esteve diretamente ligada ao encaminhamento do reconhecimento da comunidade do Talhado) e de Dona Ana Júlia (ela auxiliou os moradores da Pitombeira de modo mais direto no seu reconhecimento). Além desse registro nos livros de ata consta a visita de um representante do Movimento Negro da Paraíba em 28/02/2005.

¹⁰⁵ Segundo dados observados no site da FCP, http://www.palmares.gov.br/?page_id=88. (site consultado em 19/08/2011).

¹⁰⁶ Para mais informações referentes a legislação e as ações da FCP, consultar o site da web <http://www.palmares.gov.br/> (site consultado no dia 19/08/2011).

de atribuir a uma coletividade, uma identidade, e o reconhecimento desta identidade propicia, aos grupos acesso a direitos, deveres e compensações.

Uma vez que inclusive, e conforme nos afirma Bourdieu (2007), esse poder de nomeação oficial, a partir de um ponto de vista que se apresenta como legítimo, pois se baseia na própria autoridade que é conferida ao porta-voz do Estado, é capaz de agregar certos valores que concedem aos agentes sociais o reconhecimento universal em relação ao acesso a certos tipos de capital. Seja ele de tipo simbólico, social e até mesmo jurídico. Em verdade, um título recebido representa uma “espécie de regra jurídica de percepção social, um ser-percebido que é garantido como um direito” (BOURDIEU, 2007, p. 148). Assim, é este reconhecimento enquanto remanescente de quilombo que garante a estas coletividades a aplicação do direito instituído pelo Artigo 68 do ADCT.

Assim sendo, durante a realização de nossa pesquisa junto à comunidade negra rural de Pitombeira, buscamos informações a respeito do processo que culminou com a demanda do grupo pelo reconhecimento quilombola, tanto com membros da Diretoria da Associação quanto com os demais moradores desta comunidade que participam das reuniões realizadas naquela localidade de modo menos atuante. E percebemos que alguns membros do grupo participaram deste movimento de modo mais direto, elemento que dificultou, em certo sentido, nosso acesso a informações relativas àquele momento.

No período do encaminhamento deste processo o presidente da Associação Comunitária de Pitombeira era Seu Felipe, o mesmo desenvolvia atividades nesta Associação na função de presidente desde sua fundação em 1989. Representante do grupo este mesmo senhor exerceu o mandato de vereador do município de Várzea durante duas gestões. Foi ele dentre os moradores da Pitombeira aquele que participou de modo mais efetivo do encaminhamento do reconhecimento do grupo, acompanhando reuniões externas e internas para discutir o reconhecimento quilombola. Seu Felipe foi acometido por um AVC (Acidente Vascular Cerebral) no ano de 2005 que o deixou impossibilitado de falar, situação esta que o afastou das atividades da Associação da Pitombeira.

Não queremos com isso sugerir que foi apenas este senhor que atuou neste processo, ele contou com o apoio de alguns moradores da Pitombeira, bem como de parentes que não residiam naquela localidade, mas gostaríamos apenas de frisar o fato de que em alguns momentos as informações a respeito do encaminhamento do reconhecimento, ou mesmo de como eles tomaram conhecimento de que eram possíveis portadores do direito posto pelo Artigo 68, foram narradas com certa imprecisão, talvez em virtude do tempo que havia passado desde tal encaminhamento até o momento de nossa pesquisa (aproximadamente seis anos), ou mesmo por outro motivo não aparente.

Enfim, dentre as pessoas com quem conversamos a respeito do reconhecimento da Pitombeira enquanto uma comunidade quilombola destacamos uma conversa com o senhor Eduardo. Antes mesmo de mencionarmos os trechos referentes a tal processo consideramos conveniente fazer um parêntese e esclarecer quem é o referido senhor.

Seu Eduardo é nascido na Pitombeira e embora atualmente não resida em tal Sítio, ele acompanhou alguns trabalhos junto ao grupo através de sua atuação na Diretoria da Associação, na qual esteve ocupando o cargo de tesoureiro desde sua fundação em 1989, afastando-se apenas por um período de dois anos (na gestão de 1996 a 1998) e depois por cinco meses (entre setembro de 2005 a fevereiro de 2006). Este senhor reside na cidade de Santa Luzia¹⁰⁷, mas semanalmente ele visita sua propriedade, na qual reside uma de suas filhas. Na atual gestão da Diretoria da Associação seu Eduardo não se encontra ocupando o cargo de tesoureiro, estando como membro do Conselho Fiscal.

Na conversa com seu Eduardo ao questionar como se deu o processo de reconhecimento do grupo, ele menciona o auxílio que eles obtiveram, quando do início dos trabalhos, através de “agentes externos ao grupo”¹⁰⁸

¹⁰⁷ Este senhor trabalha na Mina Escola que fica situada no município de Santa Luzia e está vinculada a Universidade Federal de Campina Grande, nela os funcionários recebem estudantes que desenvolvem pesquisas com minérios (um exemplo são os alunos do curso de Engenharia de Minas).

¹⁰⁸ Trata-se de uma classificação que foi formulada por nós. Utilizamos esta categoria para nos referirmos àquelas pessoas que não residem e nem mesmo possuem vínculo de parentesco com aqueles que fazem a Pitombeira.

Porque o seguinte, a gente sabia que sem o reconhecimento nós não íamos chegar a lugar nenhum, se a comunidade não fosse reconhecida como quilombo, nós só íamos permanecer aqui sem ter reconhecimento de nada não é, a gente sabia, a gente tinha contato com a Fundação Palmares não é... Através de, de uma senhora lá em João Pessoa, não me lembro muito bem, não sei não decoro muito bem o nome dela. E através dela a gente tinha o conhecimento que tinha que haver o reconhecimento de quilombola, de quilombo, de comunidade de quilombo, para poder a gente conseguir tudo o que nós conseguimos através da FUNASA e através da Fundação Palmares. Se não houvesse esse reconhecimento a gente não podia, quer dizer... Não tinha nossos direitos que agente tem hoje, nós não tínhamos. (Seu Eduardo, 61 anos, entrevista realizada em 16 de maio de 2010)

De acordo com seu Eduardo a demanda pelo reconhecimento na Pitombeira surge a partir da busca por direitos. Além de percebermos que esta mobilização foi auxiliada por “agentes externos ao grupo”, o que não parece ter sido uma exceção vivida pela Pitombeira, considerando o cenário de emergência pelo reconhecimento pelas comunidades quilombolas na Paraíba e a atuação de ONGs (poderíamos mencionar aqui como exemplo o trabalho desenvolvido pela AACADE).

Com base nos registros do livro de Atas da Associação Comunitária de Pitombeira, em 20 de maio de 2004 aconteceu na Sede do Grupo Escolar Hermínio Silvano da Silva, uma reunião que congregou os moradores daquela localidade, bem como “agentes externos ao grupo”. O objetivo de tal reunião era discutir a respeito de uma questão, segundo a ata, “quilombos da comunidade sítio Pitombeira”, acreditamos ter se dado naquele momento início as discussões para o encaminhamento do reconhecimento quilombola daquele grupo. Na referida ocasião foram palestrantes: Fabrícia (vereadora do município de Santa Luzia e militante do movimento negro – a mesma foi responsável pelo requerimento de reconhecimento do Talhado Rural), Ana Júlia¹⁰⁹ (voluntária deste projeto), Beatriz (voluntária) e Juliana (militante do movimento negro)¹¹⁰.

¹⁰⁹ Tal senhora embora não resida na Pitombeira possui vínculo de parentesco com o grupo (é prima de Seu Felipe). Ela esteve em alguns eventos representando a Pitombeira, um dos quais pudemos acompanhar foi justamente o evento organizado pelo NEAB-Í da UEPB em 2007. Nesta mesma ocasião ela apresentou um trabalho intitulado: “A festa de nossa senhora do Rosário dos pretos em Santa Luzia – PB: uma marca cultural da comunidade Pitombeira” no Seminário Nacional de Estudos de História e Cultura Afro-Brasileiras promovido pela Universidade Estadual da Paraíba. Quando conversamos com Dona Ana Júlia em outubro de 2009 ela nos informou que depois do levantamento de dados a respeito da genealogia de sua

Durante a realização desta pesquisa tomamos conhecimento de que havia existido na cidade de Santa Luzia um Grupo de pessoas que se reuniam para discutir questões relativas aos problemas enfrentados pelos negros naquele município, trata-se do Grupo de Consciência Negra Zumbi dos Palmares (GCNZP), embora hoje esteja extinto, o mesmo foi fundado no ano de 1991. Durante a pesquisa buscamos informações mais pontuais com relação à existência de tal grupo, e quando já não esperávamos mais encontrá-las, tivemos a oportunidade de conversar com sua antiga coordenadora, Jaqueline, e tivemos acesso aos registros de atas do GCNZP.

Na página 08 do Livro de Atas deste grupo consta o registro de uma reunião realizada no dia 20 de abril de 1992, naquele momento os participantes do GCNZP ao discutirem a respeito da “realidade de vida do negro no município de Santa Luzia”, afirmaram que “Santa Luzia acredita ser um resquício de quilombo. O Talhado e a Pitombeira são duas comunidades negras que trabalham a terra própria, e noventa e cinco por cento da população é negra”, ao transcrevermos tais trechos objetivamos demonstrar que o GCNZP olhava para estes dois grupos como sendo “resquício [s] de quilombo [s]”.

Apresentamos tais informações apenas para demonstrar que o GCNZP atuou junto às comunidades negras de Pitombeira e Talhado, e que quando fazemos menção ao Movimento Negro de Santa Luzia, estamos nos referindo a este grupo. Assim, quando aparece referência àquelas senhoras que estiveram na Pitombeira, quando do início das discussões a respeito do encaminhamento para o reconhecimento do grupo, enquanto militantes do Movimento Negro, acreditamos se tratar deste Movimento Negro a nível local.

Mas, retornando aos elementos presentes nos Livros de Ata da Associação Comunitária de Pitombeira, localizamos o registro de uma reunião realizada no dia 28 de fevereiro de 2005, na qual esteve presente um

família para o encaminhamento do reconhecimento quilombola da Pitombeira, a mesma passou a organizar algumas informações que pretende posteriormente transformar em um livro a respeito de sua família.

¹¹⁰ As informações apresentadas com relação à função de cada um destes palestrantes na reunião são baseadas naquelas presentes na Ata. Destas não chegamos a conhecer apenas Juliana. É importante esclarecer que mesmo que nos livros de atas constem os nomes reais de tais representantes, também utilizamos nestes casos pseudônimos.

representante do Movimento Negro da Paraíba. Neste evento também estavam presentes Ana Júlia (considerada pelo grupo coordenadora deste projeto) e autoridades do poder público local (prefeito, vereadores).

De acordo com o exposto pela Ata daquela reunião, no período da manhã, uma das filhas de Seu Vittor (guardião da memória do grupo) leu a história de formação da Pitombeira que este senhor havia narrado para ela, e também houve a apresentação de peças teatrais organizadas por alguns moradores da comunidade. À tarde aconteceu uma palestra a respeito da questão quilombola.

Ao observarmos tal documento, bem como pelo que acompanhamos durante a realização da pesquisa junto aos moradores da Pitombeira gostaríamos de ressaltar um elemento que consideramos relevante, trata-se do modo pelo qual o grupo determina quem pode falar da sua história. Existe entre eles um senhor a quem os demais membros do grupo fazem referência quando se trata de falar da história da Pitombeira.

Trata-se daquele que aqui está sendo chamado de seu Vittor que se encontra nos dias atuais com 98 anos e relativa dificuldade em abordar tais questões é este morador da Pitombeira quem detém a autoridade de falar a respeito da história de formação do grupo. Lembramos aqui as considerações postas por Barth (2000) ao apresentar reflexões a respeito do guru e do iniciador através das transmissões de conhecimento quando o autor explica que,

O conhecimento ensinado pelo guru torna-se “logicamente” integrado em função de seu esforço, e de seus críticos, de aplicar premissas explícitas e conscientes produzidas por eles próprios: suas afirmativas são relevantes sobretudo em relação a *outras* afirmativas, e não em relação à ação. Assim, o conhecimento gerenciado pelos gurus está livre para transformar-se no mais extraordinário escolasticismo. (BARTH, 2000, p. 149).

No cenário de nossa pesquisa seu Vittor é considerado o “guardião da memória” do grupo, o mesmo tem transmitido tal conhecimento para a sua filha, Açucena, que escreveu em formato de texto o que ele contava a respeito da história da origem da Pitombeira. Este texto que inicialmente foi elaborado com base nas conversas com seu pai e tem sido por Açucena acrescentado com informações a respeito das conquistas do grupo que a mesma tem

acompanhado foi fundamental para a elaboração do material encaminhado a Fundação Cultural Palmares na busca pelo reconhecimento do grupo.

Assim foi a partir das reuniões realizadas por mediadores na Pitombeira que alguns membros da Associação iniciaram a coleta de material a respeito da história de formação do grupo junto àqueles de mais idade, com o auxílio direto de Seu Felipe à época presidente da Associação e de Dona Ana Júlia. Esta senhora, por sua vez, desenvolveu um importante papel no encaminhamento do processo de reconhecimento quilombola, tendo inclusive ocupado, durante duas gestões (2006-2008 e 2008-2010), o cargo de vice-presidente da Associação.

A partir de tais informações consideramos ter sido a partir da atuação de representantes de ONGs, bem como com militantes do Movimento Negro da Paraíba que se instaurou o “processo de identificação”, bem como o de “reconhecimento” da comunidade negra de Pitombeira, enquanto remanescente de quilombo. Entendendo tais processos como sugere Arruti,

Chamaremos de *processo de identificação* o movimento de passagem de desconhecimento à constatação por parte dos sujeitos sociais atingidos por um tipo de situação de desrespeito com caráter coletivo, instituindo, assim, tal coletividade como fonte de pertencimento identitário e como sujeito de direitos, moralmente motivado para a mobilização contra tal desrespeito.

Chamaremos de *processo de reconhecimento* o movimento de passagem do desconhecimento à constatação pública de uma situação de desrespeito que atinge uma determinada coletividade, do que decorre a admissão de tal coletividade como sujeito (político e de direito) na esfera pública e de tal desrespeito como algo que deve ser sanado ou reparado. (ARRUTI, 2006, p. 45)

Assim sendo a articulação entre os moradores da Pitombeira e alguns mediadores, contribuiu para a efetivação do reconhecimento deste grupo enquanto sujeitos de direitos, garantidos pelo Estado. E mais, estas articulações, atualmente, ajudam ao grupo no estabelecimento de relações tanto com o Estado como com outros setores da sociedade.

Foi através de tais reuniões que os moradores da Pitombeira iniciaram a coleta de informações entre eles e elaboraram um pequeno texto no qual constam alguns aspectos da origem da Pitombeira que foi encaminhado a Fundação Cultural Palmares, em forma de documento com data de 25/04/2005.

Tivemos acesso ao referido documento através da atual presidente da Associação, o mesmo pareceu uma espécie de formulário no qual eles responderam algumas questões relativas às terras (como se deu a ocupação, se existem conflitos por terras, etc.), no documento também constam os nomes de alguns moradores da Pitombeira, eles se auto-definem como remanescentes das comunidades de quilombos requerendo seu cadastro e expedição da certidão que os reconhece enquanto “comunidade remanescente de quilombo” à Fundação Cultural Palmares¹¹¹.

No texto que fizemos menção anteriormente, mais especificamente na parte em que observamos a apresentação do histórico do grupo temos o seguinte texto:

O quilombo da Pitombeira, localizado na área de mesmo nome, no município de Várzea – Paraíba, ainda enfrentando grandes dificuldades para sobrevivência e também o preconceito racial, mesmo assim ainda conta com uma população de 52 famílias e aproximadamente 170 habitantes.

A história desse grupo remanescente de comunidade quilombola, teve início no final do século XVIII com quatro casais negros fugitivos (segundo informações do habitante mais idoso da Pitombeira...) sendo eles: Gonçalo Fogo, Severino, Inácio Félix e Simplício.

Lamentavelmente o informante não soube de onde eles vieram e nem o ano em que chegaram; mas baseado na idade de Antonio Pedro nascido em 10 de março de 1884, neto de um dos casais (Simplício) dá para concluir que eles chegaram no final do século XVIII.

Também existem informações afirmando que Pitombeira e Talhado, surgiram na mesma época, tendo havido uma divisão dos habitantes da Pitombeira para o Talhado por facilidade de material para trabalho dos profissionais, pois trabalhavam com barro, encontraram no Talhado a argila apropriada para a sua profissão. (Parte do histórico presente no documento encaminhado pelo grupo à FCP, grifos nossos)

Com base neste texto observamos que ao apresentar a sua história o grupo lança mão da possível ligação existente entre a Pitombeira e o Talhado¹¹². Com base nesta vertente da narrativa, a Pitombeira chamou para si a possibilidade de aplicação do direito previsto no Artigo 68, uma vez que segundo a mesma este grupo teria sido formado por negros fugitivos e que sua

¹¹¹ O mesmo encontra-se nos anexos desta dissertação.

¹¹² Este grupo foi agraciado com a entrega da sua Certidão de remanescente de quilombo em Outubro do ano de 2004, embora a mesma tenha sido publicada no Diário Oficial da União (D.O.U.) em julho do mesmo ano.

origem era anterior a do Talhado e mais ainda, é possível que tenha saído da Pitombeira aquele que fundou o Talhado.

Este elemento nos permite perceber que alguns mediadores constroem os lugares e as pessoas de memória. Tivemos oportunidade de ouvir o senhor Vittor narrar, com o auxílio sua filha Açucena¹¹³, a história do grupo e a ênfase da narrativa, naquele momento, não estava na relação existente entre esses grupos. Porém, nos pareceu que no momento da solicitação do reconhecimento para o grupo, seria importante lançar mão desta relação, e principalmente esclarecer a precedência da Pitombeira. Durante a realização desta pesquisa a indicação da relação entre esses grupos surgiu apenas quando indagamos alguns moradores da Pitombeira a respeito da ligação existente entre aquela localidade e o Talhado,

Veja mesmo, a gente temos. Eu conheço muito Sebastião Braz, conheço muitas pessoas de lá do Talhado certo. Se você for pegar, pegar para ler o começo da história nossa, você vê que o Talhado surgiu da Pitombeira, o Talhado surgiu da Pitombeira. Não sei se você pegou algum assunto, alguém já falou para você... Porque, tem escrito, muitas pessoas sabem isso aí. Quando surgiu esta história foi quatro família que chegaram aqui na comunidade. Sempre as pessoas perguntam, essas quatro família, elas vieram, o Talhado, a tradição do Talhado é daqui eu digo assim, por quê? Porque essas quatro famílias chegaram aqui foi quatro pessoas ai por causa das atividades que eles tinham não é! Pessoas que chegaram e tinham umas atividades diferentes e como o pessoal do Talhado trabalhavam com o artesanato de louça, barro e aqui não existia o produto, a obra-prima para eles trabalhar, daqui foram para o Talhado. Quer dizer, a origem do Talhado surgiu daqui [...] Mesmo sendo da mesma origem, somos hoje todos reconhecidos como quilombos que... Mas nunca tivemos aquele, aproximação muito com o pessoal do Talhado. Agora as origens, surgiram daqui! (Seu Eduardo, entrevista realizada em 16 de maio de 2010).

Conforme nos informou seu Eduardo existe a história de que teria saído da Pitombeira aquele que fundou o Talhado, mas não há uma relação de migração entre os grupos, e mais, na sua fala é possível perceber que não existe uma relação de identificação entre os da Pitombeira e os do Talhado,

¹¹³ A referida filha de Seu Vittor escreveu alguns trechos da história narrada por seu pai e no momento de nossa conversa ela lia alguns trechos, rememorando a memória do pai, que no momento da entrevista estava com 96 anos. O texto escrito por Açucena nos foi cedido e encontra-se nos anexos dessa dissertação. Nele podemos observar os nomes dos quatro “cativos” que formaram o grupo, bem como alguns episódios vividos pelos moradores da Pitombeira, mas não encontramos referência a ligação com o Talhado.

eles não se pensam enquanto um grupo só, pelo contrário são grupos marcadamente distintos.

Assim quando no início de nossa pesquisa consideramos a hipótese de que existia entre estes grupos uma relação de contato entre seus membros, o fizemos baseadas em informações que nos foram aprestadas anteriormente ao nosso contato mais direto com o grupo. Com isso é importante destacar que tais informações se tratam de retóricas e argumentos que vão sendo construídos e que podem nos indicar tentativas distintas de interlocução. Para alguns, ao se mencionar esta relação entre estes dois grupos, estaríamos diante de um dos momentos que nos indicam as enunciações.

Logo, ao propor inicialmente a ênfase na relação entre Pitombeira e Talhado, sendo que o primeiro reivindicaria uma antecedência, nós estaríamos expressando um ponto de vista construído pelos interlocutores que registram, na forma escrita, uma história (aqui certamente estamos indicando o desejo de contar uma história para o outro, perseguindo certos marcos que são percebidos como necessários para que se obtenha os resultados desejados).

Ao nos dirigirmos à pesquisa empírica ou mais etnográfica descobrimos que para muitos daqueles que vivem na Pitombeira, tal nexos não se mostra relevante. Com isso não queremos dizer que os moradores da Pitombeira não reconheçam esta história, pelo contrário eles reconhecem sim, mas não moldam a narrativa de sua origem nesta relação.

A realização de nossa pesquisa junto aos moradores da Pitombeira nos fez perceber que no encaminhamento dos reconhecimentos da Pitombeira, assim como também acontecera no caso do Talhado, foi bastante atuante a participação de mediadores, e talvez tenha sido justamente esta atuação um elemento que contribuiu para que o reconhecimento do Talhado tenha precedido o da Pitombeira.

O reconhecimento da Pitombeira foi publicado no D.O.U. no dia 28 de junho de 2005, embora conste na certidão a data de 12 de maio de 2005. Os moradores desta localidade receberam a sua Certidão em janeiro de 2006, quando da visita da Diretora de Proteção do Patrimônio Afro-brasileiro da FCP ao grupo, com o objetivo de entregar a Certidão. É importante destacar que os atos são bastante performativos. Não basta publicar no Diário Oficial da União

ou mandar entregar por qualquer portador, inclusive um carteiro. Não, é algo para ser feito numa cerimônia e com uma certa autoridade entregando.

Nesta ocasião, conforme consta em ata se fizeram presentes autoridades do município de Várzea (vereadores, secretários, professores), bem como representantes de comunidades vizinhas (Viola¹¹⁴).

Pelo que pudemos observar no livro de atas a respeito do registro deste momento a entrega foi realizada em um evento público. Na ata que a Associação Comunitária Kilombola de Pitombeira possui e que consultamos, se faz uma descrição de todos os momentos que compuseram tal evento. A enunciação da história, a apresentação de espetáculos, a presença de autoridades municipais (local) e da FCP (federal) nos faz pensar que estamos diante de um ato que é enunciatório e também performativo. De algum modo, se está construindo junto a idéia de uma comunidade que se faz representar pela junção de elementos e práticas. Algo a ser mantido, ampliado e utilizado.

Outro elemento que pôde ser observado no livro de atas, e também foi lembrado por muitos dos membros do grupo, foi à ausência do presidente da Associação naquela ocasião. Seu Felipe, que desempenhou durante muito tempo a função de presidente da Associação não pôde comparecer em tal ocasião, como mencionamos alhures, ele sofreu um AVC que impossibilitou a sua presença no momento da entrega da Certidão e nos desdobramentos do reconhecimento.

Este representante, bem como alguns outros que ocupavam diferentes cargos na diretoria, estiveram à frente das atividades associativas do grupo quase que constantemente, sendo ele lembrado enquanto um presidente bastante atuante.

Ao mencionamos a ausência de seu Felipe nesta ocasião, gostaríamos de ressaltar as dificuldades que tivemos em obter informações que remontassem a estes períodos de busca pelo reconhecimento e articulação com o Movimento Negro da Paraíba, uma vez que embora outros membros da Diretoria da Associação estivessem atuando em tal processo, parece se tratar de uma atuação muito mais formal do que efetiva. Ao menos, quando se busca

¹¹⁴ A Viola trata-se de uma localidade vizinha na qual existe um assentamento, aparentemente alguns moradores deste assentamento freqüentam esporadicamente as reuniões da Associação de Pitombeira.

recuperar tais situações é expressiva a dificuldade de se informar quase tudo. Durante a pesquisa observamos que muitas das reuniões e encontros foram vivenciadas por tal liderança, considerando que antes de seu afastamento por motivo de doença o mesmo só não ocupou o cargo da presidência de tal Associação apenas por dois anos (1996-1998).

A figura de seu Felipe é bastante emblemática, seu trabalho é lembrado pelos mais velhos como de muita mobilização em prol do grupo. Em alguma medida a ausência, tão sentida, é importante de ser registrada e refletida, pois o Movimento nesse caso específico é – ou era – devedor de alguns personagens. A relação entre uma agenda interna e uma política pública se faz a partir de mediadores. Logo, quando um mediador que retém a memória e os projetos é colhido por uma fatalidade, como é o caso de seu Felipe, sente-se muito afetivamente e também se sente muito em termos práticos, pois as relações se constituem em nexos personalizados e que não são facilmente substituíveis. Podemos dizer que são apostas feitas por alguns de um grupo e por muitos de outros grupos. E quando o desdobramento não se faz como o planejado, podemos ter situações de grandes dificuldades.

Mas regressando a questão do reconhecimento quilombola é conveniente destacar que a Pitombeira não foi o único grupo que reivindicou seu reconhecimento na região do Vale do Sabugi, antes deles os moradores do Talhado rural já haviam encaminhado sua solicitação através de uma representante do poder legislativo do município de Santa Luzia, como mencionamos anteriormente, e no mesmo período em que estava sendo encaminhada a documentação para o reconhecimento da Pitombeira foi solicitado o reconhecimento de um grupo que reside em uma parte do bairro São José (Santa Luzia), sob o argumento de que ali residem pessoas que descendem do Talhado, que vieram de tal localidade e se instalaram naquela área da cidade¹¹⁵, a certidão destes últimos foi publicada no D.O.U. em 12 de julho de 2005. Recentemente também pudemos acompanhar a demanda por reconhecimento de um novo grupo na região, alguns moradores do bairro São

¹¹⁵ Ver detalhes em Souza (2008) e Almeida (2010).

Sebastião em Santa Luzia que descendem do Talhado estão se organizando em busca de seu reconhecimento enquanto remanescentes de quilombos¹¹⁶.

Observando tais informações consideramos que o reconhecimento do Talhado enquanto uma comunidade quilombola parece ter gerado na redondeza a efervescência de grupos que passaram a se enunciar enquanto comunidades quilombolas. Contudo, o modo pelo qual cada um deles tem construído as narrativas que apóiam suas reivindicações, parece gerar um cenário muito desafiante ao exercício de pesquisa. Pois algumas delas se pensam enquanto uma ramificação da mítica¹¹⁷ Serra do Talhado¹¹⁸, o que não parece ser o caso da Pitombeira, que embora não apele ao mito do Talhado, quis seu auto-reconhecimento em face do Talhado.

A serra do Talhado é a referência para muitos dos que aqui participam do cenário de demandas identitárias e territoriais. E historicamente a Serra é tomada pelos moradores da região como um lugar exclusivo dos ‘pretos’ de acesso e vida difícil. Podemos dizer que é, para os que ouvimos e também para muitos que escreveram sobre, “um lugar a parte”, que não se confunde com outros. Só para citar, Linduarte Noronha no seu filme, que passou a ocupar um lugar mitificado – já que é um filme pouco visto e sempre comentado quando se faz referência à história do cinema novo e do papel de grande destaque de Glauber Rocha – *Aruanda* retrata a história de origem daquele grupo e as difíceis condições de vida dos moradores da Serra do Talhado, usando suas palavras “Talhado é um estado social à parte do país”.

Assim, pensar os casos de reivindicação dos moradores dos bairros São José e São Sebastião não parece muito complicado, pois num certo plano, uma comunidade urbana e negra emerge como desdobramento, advinda do centro da ‘diáspora’ dos negros da Serra. Porém, no caso da Pitombeira, o discurso se fez no sentido inverso, colocando o Talhado como uma continuação da Pitombeira.

¹¹⁶ Este movimento vem sendo acompanhado pela colega Eulália Bezerra Araújo que apresentará sua dissertação a partir de uma pesquisa realizada com este grupo. Para mais detalhes ver seu trabalho já mencionado.

¹¹⁷ Quando usamos o termo mítico pensamos aqui na qualidade que se agrega a elementos de ordem distinta e que lhes permite romper com a materialidade e com a própria temporalidade.

¹¹⁸ Referimo-nos aos moradores dos “bairros” São José e São Sebastião, ao menos no momento, vindos do Talhado ou descendentes dos que lá residiram.

Situado no alto de uma Serra, o Talhado tem sido cenário de produções de documentários, monografias, dissertações, reportagens, etc. Embora em muitos dos trabalhos elaborados junto a este grupo exista menção a possibilidade de que a Pitombeira e o Talhado possuam uma origem comum, as informações não passam de tal referência. A Pitombeira, que possui moradores que participam de uma festa de negros realizada na cidade de Santa Luzia que também é por vezes mencionada nos trabalhos elaborados a respeito do Talhado (a festa de Nossa Senhora do Rosário) apenas aparece em uma produção acadêmica¹¹⁹ na qual é este grupo o lócus da pesquisa em 2009.

Com isso observamos que este grupo embora seja pensado enquanto existindo em um momento anterior ao do Talhado, até o presente momento não obtivera a visibilidade conquistada pelos últimos, e mais, que entre estes grupos não existe, no momento pesquisado, uma relação de reciprocidade. Embora durante a realização desta pesquisa quando questionados a respeito da relação existente entre eles e o Talhado tenham se referido, na maior parte das vezes, ao fato de que dentre os primeiros habitantes da Pitombeira um teria saído para o Talhado em busca de matéria-prima para seu trabalho, ou mesmo que eles tenham parentes da “rama velha” naquela localidade, é perceptível que eles se vêem como diferentes, o que também pode ser visto entre os que fazem parte do Talhado.

No Talhado rural é claro que a terra e o acesso mais difícil e protegido parece ter funcionando extremamente bem, como um território no sentido mais antropológico, elemento que pode ter facilitado a articulação do grupo. Porém, no caso da Pitombeira a terra nem sempre aparece ou se enuncia como um território original. É importante destacar os limites de um empreendimento como o nosso: fizemos a pesquisa ao longo de um período e nos colocamos algumas questões, ao mesmo tempo em que, na interação gerada pela experiência etnográfica fomos também atravessadas por questões que alguns dos nossos sujeitos de pesquisa foram se e nos colocando. Por isso, é claro, a Pitombeira vai se fazendo e respondendo aos desafios que podem se fazer,

¹¹⁹ Ver Almeida, “Quilombo da Pitombeira: Reflexo da resistência de um povo” (2009).

incluindo aí a possibilidade de ter um processo de pesquisa que se desdobre na titulação de uma terra enquanto um território do quilombo da Pitombeira.

No que concerne a diferenciação entre estes grupos, inclusive entre alguns dos moradores do Talhado que residem na zona urbana do município de Santa Luzia (mais especificamente no bairro São José, onde esta situada a comunidade Urbana do Talhado), perdura a idéia de que os “negros do Talhado” são considerados em Santa Luzia de modo bastante preconceituoso o que não acontece com os “negros da Pitombeira”, na concepção dos primeiros.

Realmente em conversas com moradores da Pitombeira a respeito de eventuais situações de preconceito a maior parte deles falou que em Santa Luzia não se sentem tão discriminados quanto em Várzea. Nessas conversas ouvimos diversas histórias vividas por alguns deles, nas quais os mesmos eram apontados como “negros da Pitombeira” de modo bastante pejorativo.

É bom perceber que o peso recai a partir de situações relacionais. Para quem vive e convive com Santa Luzia ser negro implica numa condição indesejada e excluída. Logo, os negros são os do Talhado, pois são esses que se cotidianizaram, embora os negros da Pitombeira estabeleçam com este município uma relação de contato freqüente, mantida ainda nos dias atuais (como bem ressaltou um morador da Pitombeira, não são apenas eles que freqüentam a cidade de Santa Luzia para realizarem suas feiras, consultas médicas, e outras ações, como também o fazem algumas pessoas que residem na própria Várzea). Acreditamos tratar-se de uma relação estabelecida há muito tempo e por muitos mantida, sendo recente a criação de uma estrutura que atenda as necessidades dos moradores da cidade de Várzea alguns optaram por manter os hábitos.

Desconfiamos aqui que os negros da Serra do Talhado podem também ter sido vistos ou mesmo vividos enquanto homens de força, de arma, de bando. Por outro lado, pensamos que os negros da Pitombeira, se fazem numa condição de subordinação, muitos não possuíam terra e prestavam trabalhos para fazendeiros. Ter terra é sofrer o peso de tal propriedade. Na Pitombeira, com pouca terra ou, efetivamente sem terra que garantisse a sobrevivência, a

dinâmica se fez através da relação de subordinação a um patrão branco. É negro, só que é 'de ganho', 'do eito'.

Este elemento sugere um caminho possível para a análise, visto através do modelo posto pela festa e da devoção ao mundo e a religião dos brancos. Como mencionamos no capítulo anterior, a festa de Nossa Senhora do Rosário tem a sua origem vinculada a Pitombeira e de acordo com seu histórico embora idealizada pelos negros que moravam na região foi organizada com o auxílio do proprietário das terras, que era branco, além do fato de que o modo pelo qual a relação entre tal patrão e seus negros é mencionada como uma relação de relativa proximidade.

Talvez a relação tenha se estabelecido no sentido de que se é negro, mas é um negro que trabalha para fulano e que, portanto conta com a proteção deste fulano. Esta particularidade de ser considerado o negro de fulano, algumas vezes, termina por gerar uma reivindicação de um parentesco com o patrão, com a família branca. Ouvimos na Pitombeira referências desta ordem, onde se considerava a possibilidade de que um antepassado tivesse uma relação de parentesco com os grandes proprietários de terras da região.

A diferenciação entre essas comunidades negras também pode ser percebida quando estivemos presentes em uma reunião realizada pela AACADE junto aos moradores do bairro São Sebastião. Naquele momento acompanhávamos a colega Eulália Araújo que se encontra realizando sua pesquisa com este grupo. Nesta reunião foi mencionada a possibilidade de agregar as pessoas que descendem da Pitombeira, e também se encontram residindo naquele bairro, no processo de reconhecimento do bairro São Sebastião, junção esta que foi descartada pelos descendentes do Talhado.

Trata-se de dois grupos que se diferenciam ou se constituíram enquanto unidades a partir do exercício da diferença, que não é necessariamente absoluta e pode ser permutada em outros contextos.

Como mencionamos no capítulo anterior quando tratávamos da participação dos negros na Festa de Nossa Senhora do Rosário consideramos que para um observador que possua algum conhecimento da situação vivenciada pelos negros na cidade, a distinção entre os negros da Pitombeira e os do Talhado pode ser percebida na observação de tal ritual. Por se tratar de

uma festa de negros, embora realizada no mundo dos brancos, a participação dos negros da Pitombeira e a não-participação dos negros do Talhado demonstra a existência de uma distinção entre os grupos.

Assim é desde 2005 que os moradores da Pitombeira encontram-se reconhecidos oficialmente enquanto uma “comunidade remanescente de quilombo”, e embora tenham se passado seis anos são observados poucos desdobramentos deste reconhecimento. De acordo com os membros de tal grupo as mudanças observadas com o reconhecimento são percebidas no acesso a algumas políticas públicas, como por exemplo, as feiras (cestas básicas) que eles passaram a receber, o programa do leite, além de uma maior facilidade em adquirir alguns projetos (casas, banheiros, cisternas), bem como obtiveram certa visibilidade, posto que foram muitas as pessoas que vieram visitar o grupo depois do reconhecimento, passando inclusive a surgir pesquisadores interessados em escrever a respeito da vida daquelas pessoas (como por exemplo, nosso caso) além de representantes de organizações não-governamentais que por vezes visitam o grupo para compartilhar experiências e conhecimentos com eles.

Após o reconhecimento alguns moradores da Pitombeira passaram a freqüentar reuniões realizadas nos mais variados lugares representando o grupo (foram mencionadas reuniões realizadas no município de Várzea, em Patos, Campina Grande, João Pessoa, Salvador, Brasília, etc.). Nestes encontros com outras comunidades quilombolas tomaram conhecimento das experiências vividas por outros grupos e compartilharam as suas, em outros eventos tiveram conhecimentos dos novos direcionamentos das políticas públicas para tais grupos.

Na Pitombeira uma questão que se demonstrou muito interessante durante a realização desta pesquisa trata-se da constituição de lideranças, porém esse é um ponto que não exploramos devido ao tempo e ao modo pelo qual conduzimos nossa pesquisa. Contudo, é uma questão de grande relevância, pois observamos que há distinções entre os circuitos e que nem sempre são os mesmos que são chamados, reconhecidos e legitimados, havendo aí espaço para disputas e até mesmo divergências em termos de

projetos sobre o que deve ser a comunidade de remanescentes de quilombo de Pitombeira.

De acordo com as informações que obtivemos, aqueles que representam o grupo em reuniões realizadas fora da localidade possuem uma espécie de responsabilidade de repassar as discussões e/ou deliberações absorvidas para os demais em uma reunião realizada na comunidade. Esse é um modelo que se quer legítimo, de uma democracia participativa e representativa e que muitas vezes se choca com outras formas e modelos pelos quais se organiza as relações e as constituições de entidades discretas. O parentesco, a parentela, as autoridades, o gênero, os grupos etários, as pertencas religiosas entre outros indicadores, determinam formas distintas, podemos aqui lembrar o modo pelo qual se ‘elege’ a Rainha dos Vaqueiros no Tope do Juiz, que é coroada por arrecadar a maior quantia em dinheiro para a Santa.

A participação em tais eventos proporciona aos membros que representam o grupo o contato com novas pessoas, tanto de outras comunidades negras quanto com representantes das mais variadas organizações não-governamentais. Durante a realização desta pesquisa pudemos acompanhar a visita de um representante de uma dessas ONGs na Pitombeira, embora não tenhamos permanecido em campo durante a estadia de tal representante, presenciamos a realização de uma reunião com o coordenador executivo da *Malungus* – Organização Negra da Paraíba.

A *Malungus* – Organização Negra da Paraíba - trata-se de uma entidade de movimento social com sede em João Pessoa. Dentre os objetivos de tal entidade são destacados “a missão de defender os direitos sociais, econômicos, culturais e políticos da população negra, em especial à juventude”¹²⁰, a mesma é filiada a Coordenação Nacional de Entidades Negras (CONEN).

Consideramos interessante a apresentação de alguns aspectos da reunião que acompanhamos com o representante desta Organização negra, como forma de mostrar como se estabelecem as relações do grupo tanto a nível local, quanto extra-local e que as relações locais por vezes possuem

¹²⁰ Informações contidas em reportagens presentes nos sites: <http://www.iteia.org.br/jornal/seminario-promove-a-igualdade-racial-na-regiao-nordeste-pb>, e http://www.agencia.ufpb.br/vernoticias.php?pk_noticia=2716.

características que determinam o modo pelo qual o grupo se relaciona com o mundo a ele externo.

O nosso objetivo ao trazer algumas situações postas em tal reunião é apresentar como os moradores da Pitombeira se articulam de modo interno, e também como o reconhecimento daquela coletividade enquanto remanescente de quilombo gerou interlocuções para o grupo. Sendo importante destacar que tais interlocuções por vezes podem trazer para tal comunidade negra contato com pessoas que possuem uma vivência própria da militância elemento que pode ilustrar as divergências de posicionamento entre militantes e aqueles que fazem aquela coletividade.

É importante esclarecer que ao trazer para a discussão elementos apresentados na reunião realizada com o representante da *Malungus* não o fizemos por ser esta a única entidade que tem desenvolvido atividades junto à comunidade negra de Pitombeira, nem mesmo se trata de privilegiar a atuação deste agente em detrimento de outros. Mas, porque durante a realização desta pesquisa tivemos a oportunidade de compartilhar tal ocasião com os moradores da Pitombeira e a mesma demonstrou-se interessante para a reflexão.

3.4. Etnografando discursos

Durante a realização da pesquisa pudemos acompanhar diversos momentos no cotidiano dos moradores da Pitombeira, desde a rotina das mulheres e dos homens, a ida das crianças à escola, a circulação de pessoas naquele espaço, bem como a circulação dos que fazem aquela coletividade em outros espaços (como as cidades de Santa Luzia e Várzea). Acompanhamos momentos festivos, de cunho religioso, de caráter deliberativo, dentre outros.

Destas situações já apresentamos neste texto algumas das características do cotidiano daqueles que fazem a Pitombeira, bem como trouxemos algumas reflexões a respeito da participação daquelas pessoas em uma festa realizada na cidade de Santa Luzia que congrega em sua

organização a atuação de negros, dentre os quais alguns que pertencem a Pitombeira.

Buscamos nos inserir na vida dos que moram na Pitombeira, procurando apreender como se constrói o sentido do pertencimento e as pautas de reivindicação do grupo. Por essa razão, ficamos atentas aos momentos em que as pessoas eram chamadas, se chamavam e faziam reuniões ou eventos, considerando a importância que tais ocasiões assumem.

Esses momentos se demonstraram relevantes, pois muito além de apresentarem apenas as discussões e deliberações do grupo, foram situações nas quais pudemos observar e algumas vezes entender como aquelas pessoas constroem aquele universo social. Trata-se de situações nas quais é observada a participação não só dos moradores daquela comunidade negra, mas também de agentes que estabeleceram com o grupo alguma articulação.

Assim sendo, queremos ensaiar algumas reflexões nos utilizando de uma das reuniões que aconteceram na Pitombeira, e que tivemos a oportunidade de acompanhar. Estas reflexões nos ocorrem em virtude do fato de que com o reconhecimento enquanto remanescente de quilombo, o grupo passou a fazer parte de uma agenda de discussões que nem sempre tem se apresentado de modo muito perceptivo para os que fazem parte daquela localidade.

Priorizamos a descrição de algumas relações do grupo a partir da reunião, pois no universo pesquisado, as reuniões permitem que observemos a articulação tanto dos moradores da Pitombeira de modo interno, quanto a sua interlocução com “agentes externos”, bem como possuem relevância no cotidiano do grupo.

Conforme mencionamos alhures os moradores da Pitombeira se mobilizaram em prol do reconhecimento de sua identidade quilombola e nesse processo contaram com o auxílio de mediadores que os ajudaram na busca pela aplicação de tal direito. É por considerar a relevância do papel desempenhado por tais agentes de mediação e por perceber que existe um distanciamento entre o universo de tais mediadores e as concepções compartilhadas por aqueles que fazem parte da Pitombeira que aqui empreendemos o esforço de descrição de uma reunião realizada por um

militante da *Malungus – Organização Negra da Paraíba* – na referida comunidade.

A reunião que aconteceu no dia 22 de dezembro do ano de 2010 foi organizada por membros da Diretoria da Associação da Pitombeira, embora as discussões tenham sido propostas por Aurélio¹²¹, representante da *Malungus*. Este militante do Movimento Negro paraibano conheceu alguns moradores daquela comunidade negra em um evento que aconteceu na cidade de Campina Grande, no qual o mesmo estabeleceu uma relação de proximidade com aqueles que se encontravam representando o grupo.

Desde este momento Aurélio passou a se comunicar com membros da diretoria, principalmente com a presidente da Associação e uma sobrinha sua que esteve presente no mencionado evento; e a partir deste encontro passou a articular uma visita àquela localidade.

No dia da reunião, logo pela manhã, tiveram início os últimos preparativos para a sua realização. O prédio da Sede da Associação¹²² foi limpo juntamente com todas as cadeiras e móveis do lugar. Dada a proximidade dos festejos do Natal os membros da Diretoria ornamentaram as paredes com adereços natalinos e prepararam um mural no qual foram postas fotografias de alguns moradores e ocasiões relevantes para o grupo¹²³, sendo que tal mural foi posto em uma das paredes da Sede de modo que ficasse visível e todos pudessem ter acesso ao seu conteúdo.

É conveniente destacar o fato de que aquelas fotografias ali dispostas tinham um significado para ser exibido tanto ao grupo, quanto àquelas pessoas que por ventura os visitassem. Era possível ver nestas fotos pessoas de

¹²¹ Este também se trata de um pseudônimo por nós utilizado.

¹²² A doação do terreno para a construção da sede desta associação foi feita pelo senhor Caleb, em junho do ano de 2006; foi quando os moradores da Pitombeira começaram a arrecadar fundos para a construção do prédio que se concretizou em dezembro de 2007. Ter construído a sede com recursos do próprio grupo é motivo de muito orgulho para eles, que também receberam algumas doações para a concretização de tal objetivo.

¹²³ Estavam fotos de Seu Caleb, que foi o doador do terreno para a construção da Sede e é o Patrono da mesma; de antigos membros da Diretoria (com ênfase para a presença de Seu Felipe, antigo presidente); dos atuais componentes da Diretoria; de Açucena atual presidente da Associação; de Seu Vittor, o senhor que narra a história do lugar e sua esposa, Dona Violeta (esta por sua vez encontra-se na fotografia fabricando um chapéu de palha); de Íris, filha deste casal, na foto ela estava ao lado de sua cisterna de placas; de uma universitária que esteve realizando seu pesquisa entre eles; da comemoração do Natal comunitário; de eventos realizados na Escola – dia das mães e são João; da participação deles no Reisado da Festa de Nossa Senhora o Rosário e no Desfile de princesas da mesma festa.

grande representatividade para a edificação daquela Associação e narração da história do grupo; benefícios que foram por eles adquiridos (as cisternas de placas; a própria visita de pesquisadores interessados em contar as histórias deles); a importância direcionada aos eventos organizados pela Escola e pela Associação (no caso da última, o natal comunitário) e as imagens da festa de Nossa Senhora do Rosário, festa secular que tem sua fundação vinculada à história do grupo.

Aquele mural pode ser visto enquanto um instrumento através do qual se possibilita a exposição de alguns dos muitos momentos importantes vividos pelo grupo, além de uma condensada apresentação do lugar. Logo, para aqueles que residem na Pitombeira é uma forma de prestigiar algumas pessoas e expor a sua importância naquele contexto, bem como mostrar para as pessoas vindas de fora algumas das peculiaridades daquele universo.

A Sede da Associação Kilombola da Pitombeira está assim estruturada: uma sala um pouco mais espaçosa, um quarto (utilizado para guardar os documentos e alguns materiais da comunidade. É nele também que o médico do PSF, quando vai àquela localidade, realiza as consultas) e um banheiro, ficando uma pia para lavar as mãos já na sala próximo à porta de acesso ao banheiro.

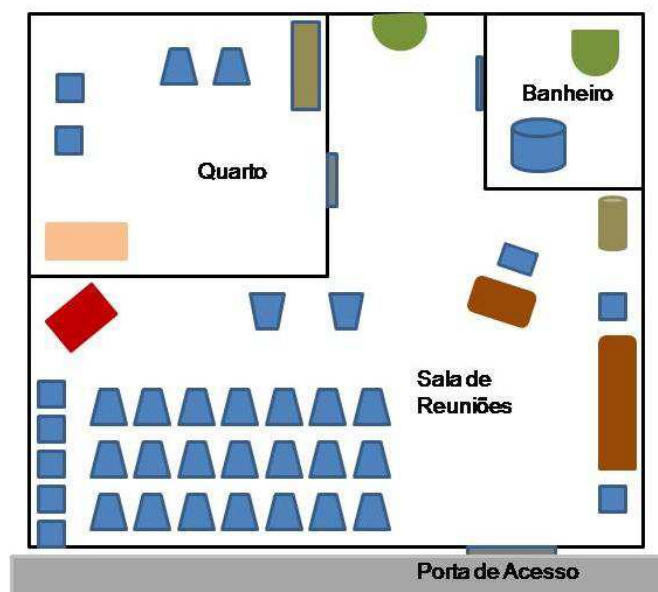


Figura 15: Esboço da Estrutura da Sede da Associação Comunitária Kilombola de Pitombeira no dia da reunião com o representante da Malungus.

Geralmente é na sala maior que acontecem às reuniões, neste dia ela estava assim organizada: As cadeiras estavam distribuídas em três filas, ficando no lado esquerdo alguns banquinhos e uma estante da Arca das Letras e no lado direito um banco grande de madeira, alguns banquinhos e uma mesinha com uma cadeira, bem como um bebedouro, ficando à frente das demais cadeiras e em posição central outras duas cadeiras. Tudo foi organizado pela manhã restando apenas aguardar a chegada daqueles que acompanhariam a reunião, bem como a do palestrante que ainda não se encontrava na localidade.

Marcada para ter início às 14:00 horas, a reunião acabou começando com um pouco de atraso em função da demora na chegada do palestrante que foi aguardado em Santa Luzia por duas moradoras da Pitombeira (Begônia e Petúnia) e um vereador do município de Várzea (que aqui chamaremos de Ricardo). Na Sede eles estavam sendo aguardados pelos moradores do grupo ali presentes, bem como por duas secretárias do município de Várzea (a Secretária da Educação e a Secretária da Saúde) e um educador do município (que embora não desenvolva atividades vinculadas ao magistério na Pitombeira, já foi vereador do município de Várzea e ainda mantém uma estreita relação com o grupo, o chamaremos de Allan).

Mencionamos estas informações para que se tenha uma idéia de quem eram as “pessoas externas” ao grupo que se fizeram presentes em tal momento, bem como por considerar que muitas vezes as expectativas elaboradas para as reuniões podem ser as mais variadas para aqueles que se fazem presentes, logo é interessante termos clareza de quem eram as pessoas que não “pertencem ao grupo”.

A acomodação destas pessoas na sede da Associação naquele momento foi à seguinte: Açucena, a presidente da Associação ficou na mesinha posta na frente de todos, embora não em uma posição central, uma vez que estava no lado direito; Hortência (secretária da Associação) ficou em um banco ao lado da presidente, Luan (que ocupa a função de tesoureiro) e Maria Izabel (a vice-presidente) ficaram em bancos do lado esquerdo, Seu Eduardo (membro do Conselho Fiscal) ficou em uma das cadeiras postas na

frente, em alguns momentos sua cadeira estava posicionada bem próxima a estante da Arca das Letras. As secretárias municipais ocuparam cadeiras logo à frente (na primeira fila) e alguns dos moradores da Pitombeira que não exercem função na Diretoria ficaram sentados próximos daqueles com quem possuem mais afinidade (sogra perto de nora, primas ficaram juntas, irmãs, pais e filhos), não havia um lugar predeterminado, mas quando chegavam buscavam sentar-se em cadeiras próximas daquelas nas quais estavam pessoas achegadas, ao menos aqueles que ao chegarem tiveram oportunidade de fazê-lo.

Tal distribuição pode mostrar algumas das relações do grupo, pois mesmo podendo ser vista enquanto um momento de encontro entre aqueles que não se vêem cotidianamente, as pessoas mais achegadas buscavam sentar-se próximas uma das outras. Outros membros do grupo ficaram na parte externa a sede (uma mulher que colocou sua cadeira na altura da porta e alguns homens que ficaram observando a reunião da janela). Allan sentou-se na última fila de cadeiras junto a algumas pessoas do lugar; Ricardo ficou no banco de madeira ao lado de Begônia e Petúnia, e o acompanharam quando ele foi esperar Aurélio (representante da *Malungus*) em Santa Luzia, este último por sua vez sentou-se na primeira fileira ao lado de uma das secretárias, mas logo foi chamado a ocupar uma cadeira que estava à frente, ficando ao lado de Seu Eduardo.

A reunião em questão foi iniciada pela presidente da Associação, Açucena, que em função da tristeza vivida pelo grupo com a perda recente de dois moradores (que haviam desempenhado importantes ações junto à referida Associação – Seu Caleb e Seu Felipe¹²⁴), prestou uma homenagem a estes senhores solicitando um minuto de silêncio em homenagem aos mesmos.

Em seguida ela sugeriu que todos nos apresentássemos, uma vez que algumas pessoas não se conheciam, mencionando nossos nomes, o lugar de onde somos e a nossa profissão. Nesta ocasião também me apresentei e minha participação reduziu-se a observação da reunião. Embora eu não tivesse a intenção de fazê-lo, em nenhum momento me foi concedida a oportunidade

¹²⁴ O primeiro foi o doador do terreno para a construção do prédio da Sede da Associação e o segundo ocupou o cargo de Presidente da Associação por muitas gestões consecutivas.

de pronunciamento. Porém, depois da reunião fui chamada por um dos agentes do legislativo que me questionou a respeito da minha pesquisa; neste momento também estabeleci uma conversa rápida com Aurélio.

Após este momento de apresentação no qual todos os que estavam presentes se pronunciaram, a palavra foi facultada ao Aurélio que em sua fala apresentou a sua trajetória no Movimento Negro paraibano e tratou de questões relativas ao negro no Brasil, abordando o sofrimento do período da escravidão e as dificuldades enfrentadas pelos negros/escravos; os problemas relativos à negação do racismo existente no nosso país; a Constituição de 1988; a luta em busca do reconhecimento (“que não envolve apenas o grupo, mas muitas pessoas espalhadas nos mais variados segmentos da sociedade”). Aurélio ainda chamou atenção para a necessidade de que o grupo se mobilize em prol dos seus objetivos junto aos poderes públicos locais, destacando a prioridade dada às comunidades tradicionais durante a gestão do governo Lula; entre outras questões.

Logo em seguida à fala do representante da *Malungus* um dos moradores da Pitombeira, Seu Eduardo, pediu a palavra e apresentou algumas questões que estavam sendo discutidas pelo grupo. Seu Eduardo se pronunciou mencionando os problemas enfrentados por eles de modo pontual, falou da falta de água naquela localidade (um poço que existe na comunidade encontrava-se aterrado, o que estava dificultando o abastecimento de água), mencionou também os transtornos produzidos com a instalação do Lixão de Santa Luzia situado nas imediações da Pitombeira e que tem causado fortes danos a saúde daquelas pessoas. Embora não esteja, nesta gestão, desempenhando uma função de destaque junto a Diretoria, Seu Eduardo é bastante respeitado entre os moradores daquele lugar, e é como se ele sempre tivesse que se envolver nas questões em debate e expressar sua opinião, também acontecendo de ele fazer sugestões para o encaminhamento das reuniões, sua fala é esperada em todas as reuniões feitas pelo grupo, sendo considerado importante ouvir o seu posicionamento.

Naquele dia uma de suas irmãs que se encontrava assistindo a reunião e da qual tivemos oportunidade de ouvir seu comentário, embora ela não tenha se pronunciado na frente de todos, disse que alguns dos membros da Diretoria

não abordam determinadas questões e que tudo é deixado sob responsabilidade de seu irmão. Na sua intervenção seu Eduardo também fez referência ao fato de que se encontram na atual gestão da Diretoria pessoas jovens cheias de novas idéias e que deverão se empenhar nas causas daquela comunidade negra.

Na Pitombeira este senhor é bastante procurado por alguns moradores do grupo tanto para resolver questões vinculadas a Associação quanto para aconselhar em assuntos mais pessoais. Seu Eduardo é o único filho homem de uma família de sete irmãos, e como mencionamos alhures atualmente em função do seu trabalho ele reside na cidade de Santa Luzia, no bairro São Sebastião e é membro da Igreja Assembléia de Deus. Visto como um homem sensato e honesto, ele sempre tem um conselho a oferecer e é muito respeitado dentro do grupo.

Utilizando-nos de um termo trabalhado por Pierre Bourdieu poderíamos dizer que seu Eduardo possui um volume considerável de capital social, entendendo capital social enquanto

o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma *rede durável de relações* mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, *à vinculação a um grupo*, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns ... mas também são unidos por *ligações* permanentes e úteis. Essas ligações são irreduzíveis às relações objetivas de proximidade no espaço físico (geográfico) ou no espaço econômico e social porque são fundadas em trocas inseparavelmente materiais e simbólicas cuja instauração e perpetuação supõem o re-conhecimento dessa proximidade. (BOURDIEU, 2008, p. 67)

Pensando que as redes de relações não são estabelecidas de modo natural, mas construídas pelos agentes nela envolvidos e que o capital social está presente na estrutura destas relações, para que um indivíduo possua capital social é necessário que ele se relacione com outros indivíduos. Assim, como sugere Bourdieu,

O volume do capital social que um agente individual possui depende então da extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar e do volume do capital (econômico, cultural ou simbólico) que é posse exclusiva de cada um daqueles a quem está ligado. (BOURDIEU, 2008, p. 67)

Embora pudéssemos aqui apresentar informações relativas a outros moradores da Pitombeira no que tange a “posse” de capital social, nos detivemos na figura de seu Eduardo, no presente momento, por considerar a sua representatividade diante do grupo, principalmente diante às atividades desenvolvidas através da Associação. Mencionamos estas informações para que entendamos o porquê de mesmo não ocupando nos dias atuais um cargo de muita visibilidade na Diretoria, ele continuar sendo muito solicitado e sempre se fazer ouvir nas reuniões. Este senhor conquistou um respeito dentro do grupo que é visível não apenas em tais ocasiões, mas no próprio dia a dia.

Nossa presença em algumas reuniões nos permitiu perceber que ocupar o cargo de presidente da Associação implica em uma situação de prestígio entre os demais, embora outras pessoas não necessitem ocupar um cargo na Associação para serem respeitados e ouvidos pelos demais. Observamos que ocupar o cargo de presidente daquela Associação pode acarretar em alguns desdobramentos, posto que, ao mesmo tempo em que aquele que ocupa tal cargo detém prestígio, o mesmo pode por vezes lidar com situações as mais complexas, pois algumas vezes eles são cobrados por questões que muitas vezes fogem de seu controle. Embora esta não seja uma questão que buscaremos responder no presente texto, na verdade nem mesmo detalhar, um elemento que é destacado por alguns que fazem parte da Pitombeira, refere-se ao fato de que existe entre àquelas lideranças uma dificuldade de enfrentamento junto aos poderes públicos locais, sendo um dos elementos postos como justificativa por aqueles que elaboram tal questionamento o fato de que aqueles que têm ocupado o cargo de presidente daquela Associação possuem vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal. Embora não tenhamos detalhado esta questão acreditamos tratar-se de um elemento que merece uma atenção em pesquisas futuras.

Depois da fala de seu Eduardo, Luan, o atual tesoureiro, fez alguns esclarecimentos e comunicou que com relação ao problema do lixo já tinham entrado em contato com a AACADE e elaborado um documento a ser encaminhado à promotoria de Santa Luzia em busca de uma solução para o problema do Aterro Sanitário de tal município. Nesse momento uma das

moradoras que assistia a reunião lembrou que já há algum tempo eles fizeram um abaixo assinado, mas os membros da Diretoria da Associação nada fizeram com tais assinaturas e que faltava coragem por parte de alguns destes em relação ao enfrentamento com o poder público local.

Luan que antes de exercer o cargo de tesoureiro da Associação foi presidente da mesma possui vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal de Várzea, por tratar-se de um contrato, logo um cargo que não lhe transmite garantias, alguns moradores da Pitombeira consideram que o mesmo não agia de modo a enfrentar os representantes do poder executivo local para defender algumas das deliberações do grupo. Durante algumas de nossas idas a campo fomos acompanhadas por Luan até algumas residências da localidade, em um daqueles momentos encontrava-se um proprietário de uma granja que fica em terras que fazem parte da Pitombeira, e o mesmo salientou este elemento, evidentemente que Luan se defendeu.

Em outra ocasião, já no final da coleta de dados para a elaboração desta pesquisa, visitávamos outra residência na Pitombeira, quando o mesmo senhor chegou e começou a conversar com a dona da casa a respeito das dificuldades enfrentadas pelo grupo, o referido senhor chamou atenção para o fato de que a atual presidente da associação da Pitombeira, que outrora foi agente de saúde naquela localidade, estava tirando a licença da atual agente comunitária de saúde da região, naquele momento ele se questionava qual o objetivo de tal contratação e se a mesma não se dava como uma forma de manter um vínculo de dependência entre os representantes daquela comunidade negra e os poderes públicos locais.

Depois de realizar esta digressão gostaríamos de considerar que a informação a respeito do não encaminhamento do abaixo-assinado para aquela reunião na qual se encontravam não apenas pessoas do grupo mais também agentes externos nos faz refletir sobre algumas questões: Será que algumas coisas só são dizíveis numa situação como a de uma reunião da associação com estranhos presentes? Ou estamos diante da possibilidade de se indicar as divergências que compõem as situações internas? Acreditamos que é justamente a última destas questões a de maior relevância para aquele momento, uma vez que segundo aquela senhora o abaixo-assinado havia sido

produzido na gestão anterior àquela, na qual era justamente Lua que ocupava o cargo de presidente da Associação.

Percebemos que ao se ocupar um cargo na diretoria, como o de presidente da Associação, principalmente, as ações e até mesmo as ausências de atitudes dos representantes do grupo passam a ser analisadas pelos demais, e que o que pode por vezes instaurar uma situação de descontentamento para uns pode ser considerado como aprovação para outros. Logo, é comum a existência de posicionamentos divergentes entre alguns moradores da Pitombeira e seus representantes.

Mencionar o não encaminhamento do abaixo-assinado naquele momento era mostrar que ela estava descontente com algumas atitudes, usando os termos apresentados por Comerford seria esta uma “fala de ‘denúncia’ ou ‘desabafo’” (COMERFORD, 1999, p. 56).

Retornando, para a reunião, depois do pronunciamento do tesoureiro relativo às providências tomadas com relação ao problema enfrentado com o lixão, foi à vez de Maria Izabel apresentar algumas informações, esta senhora é a vice-presidente da Associação, a mesma reside no município de Santa Luzia e é funcionária do Fórum daquela cidade. Maria Izabel possui parentes que moram na Pitombeira, o que permite à mesma um acesso tranquilo naquela localidade, esta senhora é vinculada à Igreja Católica do município de Santa Luzia, e coordena, juntamente com a presidente da Irmandade do Rosário um grupo de catecismo com crianças e jovens da Pitombeira que se reúnem quinzenalmente. Sua inserção no grupo se dá tanto pela sua atuação religiosa quanto pelas relações de parentesco.

Em sua fala Maria Izabel mencionou o fato de que buscou informações a respeito da escritura das terras nas quais fica situado o prédio do antigo grupo escolar¹²⁵ da Pitombeira, mas que não conseguiu encontrar informações, ela

¹²⁵ É importante destacar que as terras nas quais fica situado este grupo escolar (que não funciona nos dias atuais) são de propriedade de um senhor que não mais reside naquela comunidade (o mesmo mora hoje em Santa Luzia) e que alguns dos moradores da Pitombeira no anseio de que a Prefeitura Municipal construa um posto de saúde para o atendimento médico, cogitaram o referido prédio enquanto um possível lugar, pensando que por se tratar de um antigo prédio público não haveria problemas em tal empreendimento. (Porém com a venda da terra, parece que não foi retirada a área da antiga escola – não obtivemos informações claras) Segundo informações de alguns moradores da Pitombeira, Aurélio, em sua estada naquela comunidade, sugeriu que eles se reunissem e se mobilizassem para retomar aquela

considerou que é possível que a dificuldade em obter tais informações se dê em virtude do fato de que lá funcionava uma escola estadual (a referida escola encontra-se desativada).

Em seguida foi solicitada a participação de uma das professoras daquela comunidade ali presente no que tange a apresentação de possíveis dificuldades que têm sido enfrentadas pela Escola. A professora Gardênia mencionou como itens mais necessários uma reforma na escola, internet para os computadores que já se encontram no prédio (porém sem uso), mais cadeiras e uma melhoria na merenda escolar. Quanto à saúde ela destaca a necessidade de visitas mais freqüentes do médico do PSF e do agente comunitário de saúde, bem como a possibilidade de construção de um prédio para um posto de saúde que já vem sendo discutido com o grupo (embora tenha sido ressaltada a possibilidade de a Sede da Associação Comunitária continuar a ser utilizada como posto de saúde).

Após o pronunciamento daqueles que fazem parte da Pitombeira observamos a participação de “pessoas externas” ao grupo, nos referimos àqueles de fora que foram convidados a acompanhar a realização desta reunião. Neste momento nos referimos à fala de algumas lideranças do município de Várzea que estavam ali presentes.

Um destes “agentes externos” foi Allan, educador e ex-vereador do município, que embora não trabalhe na Pitombeira parece ter alguma atuação junto ao grupo, fazendo-se presente em reuniões (como vimos em alguns arquivos fotográficos da Associação). Em seu pronunciamento ele chamou a atenção para o fato de que, como bem ressaltou o representante da *Malungus*, Aurélio, eles (os da Pitombeira) têm mesmo é que ‘correr atrás da garantia de seus direitos, pois ninguém dará nada de graça a eles’.

Logo após a sua sugestão, Ricardo, que ocupa, na atual gestão, o cargo de vereador pelo PSDB, pediu a palavra e começou a fazer cobranças mais diretas às Secretárias municipais ali presentes (é conveniente ressaltar que tal

parcela da terra. Para ele aquela terra pertencia ao grupo, ela fora vendida, mas o reconhecimento enquanto comunidade quilombola lhes garantia a posse daquela terra. Porém, os moradores da Pitombeira que reconheciam a legitimidade de sua venda, não a consideravam enquanto pertencente ao grupo, mas àquele senhor em específico, o que instaurou uma sensação de desconforto entre os moradores que não queriam tomar e nem invadir terras de ninguém.

vereador possui apoio de alguns moradores da Pitombeira), ele ressaltou a ausência de um olhar cuidadoso para com o grupo, por parte do poder executivo local e sugeriu que a Pitombeira se unisse em busca de um objetivo comum, para que assim adquira mais representatividade política. Na sua fala o vereador sugeriu, também, a criação de comissões ou mesmo conselhos enquanto possibilidade para que o grupo articule uma maior organização para os encaminhamentos frente aos poderes públicos.

Neste momento tornou-se visível que estas “pessoas externas” ao grupo que se fizeram presentes, fazem parte de arenas que, se não são antagônicas, no mínimo possuem opiniões e objetivos diferentes umas das outras. As falas do representante do legislativo municipal, bem como do educador foram direcionadas no sentido de frisar as cobranças ressaltadas por Aurélio que destacou o fato de que aquele grupo é portador de um direito diferenciado que é garantido pelo Estado. Logo, na maior parte das vezes tais cobranças foram direcionadas às Secretárias que estavam na reunião representando o prefeito. A reunião acabou adquirindo um clima de cobrança, aspecto este que desagradou alguns dos moradores da Pitombeira, mas não a todos.

Depois dos discursos de alguns dos representantes políticos ali presentes pudemos observar o descontentamento de seu Eduardo com relação aos rumos tomados pela reunião. Percebendo que o tom do diálogo estava seguindo para o âmbito de questões da política partidária, seu Eduardo pediu mais uma vez a palavra, e sugeriu que as pessoas fossem mais objetivas, pois na sua concepção eles encontravam-se ali para discutir questões de política social e estavam desviando o foco da reunião.

O objetivo da reunião, aparentemente, era ouvir de Aurélio o que estava sendo discutido no campo das políticas públicas que atendiam as comunidades quilombolas e como o grupo poderia ter acesso a informações relativas aos recursos passíveis de serem acionados para agregar melhorias para a comunidade; além de apresentar informações a respeito de um projeto, junto à FUNASA, para trazer água aos os moradores da Pitombeira. Porém os encaminhamentos da reunião acabaram se dirigindo a questões de ordem política, no sentido de que o grupo externalizasse suas cobranças àquelas que estavam representando o prefeito municipal, no caso as Secretárias.

Depois da fala de seu Eduardo, as Secretárias, a quem a maior parte das falas de cobranças foram direcionadas, se pronunciaram respondendo algumas questões e justificando outras, mencionaram as dificuldades advindas do pequeno orçamento do município que possui aproximadamente 2.564 habitantes e que como elas estavam ali representando o prefeito não podiam apresentar soluções, mas seria interessante os moradores da Pitombeira exporem aquelas solicitações em um requerimento que fosse encaminhado para cada Secretaria, de modo que os mesmos seriam repassados para o prefeito.

Logo após as falas das Secretárias, Aurélio pediu a palavra e disse que 'não se pode esquecer que ali é um quilombo', trata-se de uma 'comunidade tradicional' e que, portanto é um 'patrimônio Federal', esta seqüência de raciocínio parece para ele automática e legítima, em função da sua vivência, mas para alguns dos moradores da Pitombeira, que embora reconheçam, mencionem e demonstrem ter conhecimento de que eles são uma "categoria privilegiada" na atual conjuntura política, determinados posicionamentos e algumas ações implicam em rejeições e choques por parte destes últimos. Mas como se processam tais choques?

Para tal representante de uma entidade do Movimento Negro paraibano realizar cobranças daquela maneira era algo corriqueiro, mas para alguns moradores da Pitombeira alguns pronunciamentos instauraram constrangimentos tanto para as Secretárias quanto para eles, que até achavam que as solicitações eram legítimas, apenas discordavam do modo pelo qual foram feitas. Um exemplo que podemos mencionar trata-se de uma questão, anteriormente mencionada neste texto, relativa à construção de um posto de saúde na comunidade, entre algumas discussões relativas à aquisição do referido posto, um dos impasses dizia respeito ao local onde o mesmo poderia ser construído, o que perpassa por uma questão de terras. Como mencionamos alhures as famílias da Pitombeira, em sua grande maioria, possuem porções bem pequenas de terras, logo, dispor de uma parte para a construção de tal prédio acaba por tornar-se uma dificuldade.

Dando continuidade às discussões, já no final da reunião, Aurélio trouxe para o debate uma questão que em certo momento pareceu ser um dos

elementos a serem discutidos naquela ocasião, mas que em virtude dos direcionamentos tomados acabou ficando obscurecida. Trata-se de um documento elaborado pela FUNASA, de modo mais específico podemos dizer que era um parecer elaborado por tal Fundação relativo a um projeto que tinha por objetivo a instalação de água encanada para a comunidade negra de Pitombeira. Pela leitura de Aurélio ficou claro que a referida Fundação havia atribuído um parecer negativo ao projeto, o que por sua vez inviabilizaria a sua execução.

De acordo com as informações postas pelo grupo a idéia inicial era que fosse realizado o encanamento da água que passa pela Adutora já mencionada para a comunidade, porém segundo a leitura de Aurélio, o projeto para o encanamento da água foi elaborado de modo que a água que iria abastecer o grupo sairia de um açude da região. Por esta razão a FUNASA avaliou o projeto de modo negativo, posto que como o mencionado açude¹²⁶, trata-se de um reservatório não perene, o mesmo não tem a menor condição de fornecer água a toda a população da Pitombeira.

Assim, a sugestão de Aurélio era de que considerando os encaminhamentos do projeto o grupo devia se mobilizar, posto que eles estavam prestes a perder os prazos vigentes para a elaboração e execução do projeto, o que acarretaria para eles na perda do orçamento de tal empreendimento, que seria provavelmente transferida para outra instância.

Na sede da Associação a reunião continuou, embora não tenha se prolongado por muito tempo. A discussão a respeito do projeto se estendeu até o final da reunião que foi marcado pela saída de muitos dos moradores, pois antes mesmo de terminar a discussão muitos se retiraram, as secretárias porque tinham compromissos na cidade e algumas donas de casa porque como já era noite e as mesmas tinham deixado seus afazeres a esperá-las em

¹²⁶ É conveniente destacar que este reservatório trata-se do já mencionado açude que fica na propriedade de um ex-senador da Paraíba. Não tivemos acesso a informações mais detalhadas com relação à elaboração deste projeto, ou mesmo, uma explicação para o fato de a empresa ter cogitado a utilização deste reservatório para o abastecimento do grupo, aventamos que aqui exista uma situação muito complexa, uma vez que entra em jogo a questão da terra desse político e o poder que o mesmo possui na região. Mencionamos este fato por ele ter sido posto durante a reunião que acompanhamos, porém considerando as lacunas nos dados apresentados relativos a este processo, o fazemos apenas a título de informação.

suas residências (jantar para fazer, etc.). A finalização deste modo talvez tenha acontecido porque a reunião terminou se estendendo por mais tempo do que o previsto, na realidade o encerramento da reunião acabou sendo motivado pelo esvaziamento da Sede, pois se dependesse do Aurélio a mesma teria se estendido por toda a noite.

Pareceu-nos que as pessoas que se fizeram presentes àquela reunião não tinham clareza de quais seriam os pontos a serem apresentados, muitos pareciam insatisfeitos por estarem ouvindo as mesmas informações e na prática não verem nada sendo resolvido. O objetivo de tal reunião foi por parte do coordenador da Malungus o de buscar conscientizar aquele grupo de que eles são portadores de direitos e que eles devem buscar esses direitos que são garantidos pela Constituição mesmo que para isso, caso seja necessário, eles devam realizar grandes mobilizações em busca da efetivação e aplicação dos mesmos.

Embora já tivesse conhecido alguns moradores da Pitombeira, quando estes estiveram em reuniões que congregavam grupos negros realizadas em outras cidades (João Pessoa, Campina Grande) Aurélio ainda não conhecia o lugar, aproveitando a oportunidade da reunião ele ficou por alguns dias entre os moradores daquele Sítio.

Quando de sua chegada já nos encontrávamos em campo e apenas participamos da reunião por ele executada não tendo acompanhado as suas atividades¹²⁷ durante os dias no qual ele permaneceu junto ao grupo.

Acompanhamos tal reunião por considerar importante observar a presença de um membro do movimento negro junto aquele grupo e achamos interessante apresentar algumas reflexões que tal momento nos proporcionou.

Com a realização desta reunião pudemos observar que existente diferença entre as concepções dos que fazem a comunidade negra de

¹²⁷ Em conversa com alguns moradores do grupo tivemos conhecimento de que ele passou alguns dias entre eles e durante sua estadia na Pitombeira realizou ainda outras reuniões, segundo tais informações ele queria realizar uma reunião todos os dias nos quais esteve naquela comunidade. Para tais pessoas foi um pouco insensato da parte de Carlos Henriques a idéia de realizar tantos encontros, eles até sabiam da importância dessas reuniões, mas o grupo possui uma dinâmica de vida e trabalho que muitas vezes não permite que eles possam, simplesmente, deixar de lado.

Pitombeira e aquele representante do Movimento Negro da Paraíba e mesmo que as expectativas relativas ao reconhecimento também distoam entre ambos.

Ao apresentarmos alguns elementos discutidos nesta reunião, especificamente, consideramos que a mesma se trata de uma ocasião interessante para observarmos como se estabelecem as relações locais e extra-locais. É bem verdade que o referido momento não dá conta da observação das relações do grupo em sua completude, uma vez que não há como, acompanhando alguns destes momentos, se generalizar o modo pelo qual se estabelecem as relações do grupo e mais ainda considerando que não estavam presentes naquela ocasião todos os que fazem a Pitombeira.

Também não é nosso intuito sugerir que ao acompanhar aquela reunião pudemos vislumbrar tais relações, posto que a observação de alguns elementos nesta reunião, apenas nos foi possível em virtude do fato de que já havíamos estabelecido um contato com o grupo que nos permitisse minimamente conhecer quem eram as pessoas que faziam parte daquela coletividade e em conseqüência quem não era daquele lugar, bem como a observação de algumas relações estabelecidas entre eles.

Ressaltando as considerações elaboradas por Comerford (1999), que ao analisar as reuniões enquanto importantes momentos de sociabilidade entre trabalhadores rurais, toma as reuniões em si mesmas como objeto de pesquisa e se questiona a respeito das “múltiplas dimensões que elas assumem e as múltiplas expectativas e concepções a elas associadas” (*Ibid*, p. 50), o autor vai trabalhar desde a estrutura das reuniões para mostrar que cada momento tem um significado tanto para quem faz a reunião quanto para quem assiste/participa.

Como sugere Comerford (1999), estes encontros embora, geralmente, possuam um objetivo prévio e sejam realizados na tentativa de dar conta de algumas demandas, algumas vezes, não se resumem a abordagem de tais discussões, podendo gerar momentos de interação e sociabilidade que colaboram para a consolidação de redes de relações do grupo tanto internas quanto externas, uma vez que muitas vezes nas reuniões não comparecem apenas pessoas do próprio grupo, mas também pessoas vindas de fora (a nível local e extra-local).

A reunião a qual nos remetemos expressa às interações e/ou relações dos moradores da Pitombeira tanto com as pessoas do grupo, quanto com os de fora. Na Pitombeira, pelo que pudemos perceber com a leitura dos livros de atas da Associação a maior parte das reuniões são marcadas em função de deliberações do grupo, algumas delas são de prestação de contas, planejamentos, outras são de repasses (quando representantes do grupo participam de reuniões fora daquela localidade, algumas das quais contam com a presença de diversas comunidades quilombolas) existem também aquelas feitas por pessoas que são de fora do grupo sejam elas de Várzea (secretários de agricultura, saúde, educação; funcionários da EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) ou de outros lugares (Santa Luzia, Campina Grande, João Pessoa, Brasília, etc.).

Geralmente as reuniões no ambiente pesquisado contam com a presença dos membros da diretoria, convidados (pessoas que são convidadas por aqueles que organizam a reunião, seja para falar a respeito de algum assunto específico ou mesmo para acompanhar as deliberações do grupo, estas pessoas podem ser, por exemplo: representantes dos poderes públicos – prefeito, vereadores, secretários –; representantes de organizações não governamentais; de órgãos estaduais e federais; e até mesmo pessoas de outros grupos – dirigentes de um assentamento situado na localidade vizinha, membros de outras associações de comunidades rurais) e claro dos moradores da Pitombeira.

Dentre estes últimos um elemento interessante deve ser destacado, a maior parte destes participantes que residem na Pitombeira são mulheres, os homens têm uma participação pouco expressiva nas reuniões, embora alguns estejam ocupando cargos na diretoria, que é atualmente presidida também por uma mulher¹²⁸. Questionamo-nos qual a razão para que as mulheres se façam mais presentes, e porque mesmo sendo elas as que mais participam das reuniões porque muitos cargos ainda são ocupados pelos homens? É possível

¹²⁸ Na reunião que mencionaremos mais à frente de modo mais detalhado em um universo de trinta e três (33) pessoas presentes na reunião, dezenove (19) eram mulheres do grupo, sete (07) homens também moradores daquela localidade, sendo outras sete (07) pessoas externas, dentre os quais quatro (04) eram homens e três (03) mulheres, no caso 58% dos presentes eram mulheres da própria comunidade.

que a participação mais efetiva das mulheres se dê em função do fluxo migratório dos homens, mas também pode tratar-se de um padrão da região, no qual há uma forte expressão do modelo patriarcal. Entre os moradores da comunidade a não-participação de alguns homens é justificada em função das atividades por eles desenvolvidas, como nos informou um dos moradores daquela localidade,

Comadre, aqui de palmo em palmo tem uma reunião. Sempre eu..., uma que eu não sou muito chegado, porque eu não tenho tempo, sempre quem vai é a mulher, ai eu não sei qual é a, o que é que eles decidem sabe, mas as reunião aqui é de palmo em palmo. (Seu Fabrício, entrevista realizada em 12 de maio de 2010)

As reuniões que acontecem neste grupo são promovidas pelos membros da diretoria, acontecendo também de elas serem pensadas por pessoas externas (representantes de ONGs, pesquisadores, professores universitários, etc.). Por vezes alguns representantes da Pitombeira participaram de reuniões realizadas fora daquela localidade, que se intensificaram depois do reconhecimento quilombola, em cidades como Patos, João Pessoa, Campina Grande, Brasília, Salvador, etc., nestes momentos os representantes compartilham as experiências com outros grupos que já foram reconhecidos ou mesmo que se encontram demandando pela certificação e nestas ocasiões conheceram membros de algumas entidades com os quais instauraram contato e articulação.

As reuniões que acontecem na Pitombeira são reconhecidas enquanto momentos nos quais se toma conhecimento dos problemas que estão sendo enfrentados, permitindo assim que se expresse um modo ideal de se agir enquanto uma comunidade pelo coletivo. São nelas onde as pessoas têm a oportunidade de levantar questionamentos, discordarem ou mesmo concordarem com as ações que estão sendo desenvolvidas; expressarem suas opiniões e elaborarem propostas. São momentos nos quais todos têm o direito à fala, trata-se de uma idealização ou um valor que se expressa para se realizar na não realização.

Na Pitombeira o comparecimento às reuniões se dá basicamente por um público “fixo”, existindo no grupo aquelas pessoas que quase nunca

freqüentam as reuniões, e os que vão muito esporadicamente. Essas pessoas mesmo não se fazendo presentes em tais momentos, tomam conhecimento das deliberações ocorridas através daqueles que acompanharam as discussões. Sendo que a transmissão destas informações também podem se estender a agentes externos ao grupo, principalmente a nível local.

A nova presidente da Associação, Açucena, tem, segundo informações que foram transmitidas por ela mesma, apresentado um cuidado em fazer com que cada vez mais os moradores da Pitombeira participem das reuniões: ela produz convites que são entregues em todas as casas daquele Sítio, sendo que são enviados convites ao Prefeito da cidade e em algumas ocasiões aos representantes do assentamento da Viola (alguns moradores deste assentamento mantêm relação¹²⁹ de trânsito com a Pitombeira).

No nosso primeiro contato com a Pitombeira nos dirigimos à residência do presidente da Associação, na época Luan, que nos levou à sede da Associação. Naquela ocasião estava acontecendo o primeiro encontro de um curso de artesanato e encontravam-se na sede algumas moradoras do grupo com as quais tivemos a oportunidade de estabelecermos uma conversa inicial, na qual tomamos conhecimento de informações relativas à história do grupo e combinamos o nosso retorno para conhecer mais aquelas pessoas, sendo que esse retorno ficou acertado para o mês seguinte (outubro de 2009) no dia no qual iria acontecer a próxima reunião entre eles.

Rememoramos este momento por o mesmo nos apresentar uma situação bastante marcante de nossa pesquisa. Foi naquela ocasião que uma das moradoras da Pitombeira ao estabelecer uma conversa mais próxima conosco se utilizou de uma expressão presente em um dos cartazes que estava afixado na sede da Associação, ela disse: “estamos de olho aberto”¹³⁰, para demonstrar que eles estavam vigilantes e de olho no que acontecia com o grupo, se articulando para que eles não fossem enganados.

¹²⁹ Durante a realização da pesquisa presenciamos um momento no qual uma moradora da Viola ajudava nas atividades domésticas da casa de dois irmãos (uma senhora de 93 anos e um senhor de 81 anos), também encontramos pessoas desse assentamento na casa de seu Tibério (trata-se de um dos senhores que mora nas terras de um fazendeiro), este senhor vende gado e aparentemente aquelas pessoas estavam interessadas em adquirir alguns animais.

¹³⁰ A expressão do cartaz era a seguinte: “De olho aberto para não virar escravo. Defenda seus direitos!”

Naquele momento um questionamento foi elaborado por tal senhora com relação à aplicação do curso de artesanato: Por que os próprios membros do grupo não estavam ministrando o curso de artesanato? Uma vez que entre eles existem pessoas que têm o domínio de algumas técnicas. Ela demonstrou certo descontentamento tanto com relação a este elemento quanto pelo fato de em alguns momentos faltarem materiais para o trabalho, o que dificultava o andamento do curso. Foi já naquele momento que percebemos a existência de algumas tensões no grupo.

Assim acompanhar alguns eventos (reuniões, confraternizações) com o grupo nos fez refletir muitas questões, dentre elas que são muito variadas às expectativas que os moradores da Pitombeira têm nutrido em virtude do reconhecimento quilombola por eles vivenciados, bem como que são divergentes os pontos de vista daqueles que fazem parte de tal coletividade.

Trouxemos algumas informações a respeito da reunião realizada com o representante da *Malungus* para este texto, pois nela observamos a articulação dos moradores da Pitombeira com agentes que são externos ao universo por eles compartilhado, bem como por tê-la considerado significativa para a observação de como são conflitivos para nós, num primeiro momento, os pontos de vista do grupo e o de alguns representantes do movimento negro. A impressão que nos fica é que muitos dos que se colocam enquanto mediadores vêm de uma tradição de militância, o que implica em se incorporar certos discursos e práticas, que não são os vivenciados pelo grupo.

Em um estudo elaborado a respeito da construção identitária de negros militantes e não-militantes em Campina Grande, Farias (2004) apresenta as diferentes concepções que os negros militantes e não-militantes fazem de si, especificamente naquela cidade, demonstrando que existem entre eles visões que são diferentes.

De acordo com Farias, a atuação na militância, na visão dos militantes, é consequência do preconceito, uma vez que existe a necessidade de se combater a discriminação. Para o movimento negro de Campina Grande ser negro perpassa a idéia da conscientização, assim ser negro é ter consciência, e esta consciência é despertada pelo conhecimento, pela informação que é adquirida quando se engaja no movimento.

...por portar tal consciência, o militante deve agir no sentido de combater o preconceito de alguma forma, mesmo que seja aquela que lhe for mais conveniente, como procurar, através da leitura, estar informado sobre as questões referentes ao negro, participar de debates sobre este tema ou correlatos, promovidos ou não pelo movimento, proferir palestras, participar de atos públicos e/ou mesmo protestar contra atos discriminatórios, também tanto no espaço privado como no espaço público. Então, o militante é aquele que não pode calar-se e/ou omitir-se. Para alguns, inclusive, ser militante chega a ser uma questão de honra. (FARIAS, 2004, p. 54).

Segundo a autora, em Campina Grande o Movimento Negro significa, para os militantes negros “o veículo de estímulo da consciência negra’ e do resgate de sua história e auto-estima, bem como o veículo de combate e de denúncia” (*Ibid*, p. 55), seria, pois um instrumento de combate ao preconceito conquistado pelo conhecimento. No que tange aos não-militantes Farias sugere que

... é possível afirmar que para os negros não-militantes de Campina Grande, a afirmação de sua identidade negra passa pelo reconhecimento de uma pertença intrafamiliar, ligada à transmissão de um fenótipo: o fenótipo de negro e suas características peculiares – cor da pele, textura do cabelo, feições do rosto, etc. Logo, seu sentimento de pertença se relaciona com o âmbito do privado e não se vincula a nenhum grupo mais abrangente. (FARIAS, 2004, p.69)

Para os negros não-militantes de Campina Grande o não engajamento é justificado pela necessidade em se dedicar mais tempo ao trabalho, que é visto por estes como a garantia de sobrevivência tanto dele (a) quando da família, e para estes se pensar como negro implica muitos outros aspectos de suas identidades, eles não se pensam apenas como negros, mas também como trabalhadores, donos de casa, homem, mulher, etc.

Farias trabalha com a hipótese de que os negros militantes e os não-militantes possuem não só visões diferentes quanto a sua identidade negra, mas também posturas diferenciadas diante do mundo. Por considerar tais ponderações tomamos aqui a mencionada reunião como um momento para reflexão de algumas questões.

Considerado a indicação de Comerford (1999), quando o mesmo sugere que as reuniões podem ser vistas como momentos que congregam pessoas

em prol de um objetivo, no qual são discutidas e deliberadas algumas questões, mas também são ocasiões de encontro, nos quais as pessoas conversam, atualizam os assuntos, são também momentos de sociabilidade. Trazemos para a construção deste texto esta reunião realizada na Pitombeira, pensando-a enquanto um momento de interação interessante para a reflexão.

Assim sendo, podemos sugerir que com a presença de um militante que discute a questão das políticas para comunidades negras, contar com a participação de representantes do poder executivo local (no caso, as Secretárias do município), era importante para o grupo como uma forma de demonstrar a estes últimos que os moradores da Pitombeira possuem uma articulação que é também externa ao município. Assim, além de outras implicações, a presença daquele representante de uma ONG paraibana, era uma forma de mostrar que os moradores daquela comunidade são conscientes de suas especificidades enquanto “comunidade quilombola” e que os mesmos mantêm relações com entidades externas, o que de certo modo lhes garante a busca por seus direitos. Logo, era interessante para o grupo que os representantes dos poderes públicos locais estivessem presentes naquele momento.

Ter alguém alheio àquela espacialidade, e com relativa autoridade¹³¹, indicando possíveis encaminhamentos para a comunidade, poderia legitimar algumas demandas futuras daquela coletividade associando isso ao fato de que eles são uma comunidade remanescente de quilombo e que tal reconhecimento os torna portadores de direitos.

Embora não possamos generalizar a reflexão elaborada por Farias (2004) que em sua pesquisa com militantes negros e negros não-militantes em Campina Grande objetivou identificar como esses dois segmentos constroem de modo diferenciado suas identidades negras, acompanhar a reunião realizada na Pitombeira por um militante de uma entidade negra do Estado da

¹³¹ Utilizamos o termo “relativa autoridade” por considerar aqui que esta autoridade se dá em função de ser ele um homem de engajamento no universo dos movimentos sociais e, portanto, ter conhecimento de questões e direitos que em alguns momentos o grupo não teve acesso. Porém, no que tange aos conhecimentos da realidade daquele universo em específico suas informações eram reduzidas.

Paraíba nos fez vislumbrar a diferença de posturas entre Aurélio e os moradores de tal comunidade negra.

Para alguns representantes de movimentos negros que realizam/ realizaram leituras a respeito da questão dos negros no período da escravidão, da resistência enfrentada a este sistema, dos aspectos culturais, da história da África, do processo de negação do racismo existente no nosso país; propagar estas informações, através das quais construíram um discurso que muitas vezes são adotados enquanto uma filosofia de vida é algo que por vezes faz parte de um projeto de combate ao preconceito e a discriminação racial visando à conscientização, a afirmação da identidade negra e a elevação da auto-estima. Porém falar a respeito de tais questões em situações como a que acompanhamos pode não gerar o impacto desejado, pois algumas vezes tais pronunciamentos carregam um sentido distinto do direcionado por aquelas pessoas que não compartilham a mesma vivência.

Assim quando durante a reunião realizada na Pitombeira o representante da *Malungus* menciona as dificuldades enfrentadas pelos negros no período da escravidão; que “os quilombos são sinônimos de resistência e da luta enfrentada pelos negros”; critica a adoção de vestimentas americanas, salientando que “não temos uma identidade construída” ele o faz de um ponto de vista externo ao grupo, não se priorizando a troca de experiências com aquelas pessoas que compõem a Pitombeira, troca no sentido de dar e receber, “aconselhar”, mas também de ouvir quais são as posturas daqueles que fazem parte do grupo.

Isto não significa que os membros da Pitombeira não saibam o significado de uma vida de trabalho pesado; que não resistam e nem lutem diariamente contra uma situação social desfavorável; que não tenham uma identidade na qual se afirmem como negros¹³² e se não usam roupas à moda

¹³² O fato de não existir na Pitombeira, bem como ocorre na maior parte das comunidades rurais e urbanas negras, uma identidade negra afirmada na forma usual dos movimentos negros, não pode ser caracterizado como a inexistência de uma consciência e/ou identidade negra. A discriminação e o preconceito do qual têm sido alvos constantes sem dúvida têm levado muitas pessoas destas comunidades a ocultarem/negarem – em alguns momentos – sua identidade, mas apenas para escaparem, ainda que apenas momentaneamente, do preconceito e da discriminação. Até onde nossa pesquisa nos levou ainda não encontramos nenhum caso que possa ser caracterizado como “identidade negativa” segundo a acepção dada a este termo por Roberto Cardoso de Oliveira (1976, p. 18). Mas temos sim encontrado

africana e sim à moda americana isto não os faz menos negros e mais americanos, da mesma forma que se por acaso usassem roupas iguais as de alguns africanos isto não os tornaria africanos e nem mais negros.

Mas o seu trabalho pesado, a sua resistência e suas lutas cotidianas, a forma de se sentirem negros, suas roupas “americanizadas” e, principalmente, a sua consciência de grupo distinto dos grupos sociais envolventes e com os quais mantêm relações, isto tudo eles re-significaram e individualizaram, em seus termos; e, segundo seu contexto, é com isto que reelaboram, hoje, a sua identidade passando a se auto-reconhecerem como quilombolas, sem necessariamente se considerarem ou serem considerados militantes.

Acreditamos que é a percepção dos significados, da linguagem, dos costumes e comportamentos internos, peculiares, de cada grupo, que faltam a muitos daqueles que a eles se dirigem querendo “dar consciência” sobre o que é “ser quilombo”, ignorando sua forma particular de ser, de elaborar sua identidade e de dar novos significados, de acordo com sua vivência e contexto social, àquilo que vem somar-se ao que já são.

Durante a reunião em uma das falas de Aurélio foi mencionado o fato de que aquelas pessoas deveriam buscar uma articulação e que “eles têm que colocar a boca no mundo”, e lutarem por seus direitos. , pois “não se consegue nada de modo pacífico”. Embora não fosse sugestão sua, a instauração de conflitos, percebemos que a sua postura é diferente da daquelas pessoas que buscam justamente evitar o confronto, e não estamos sugerindo que eles não possuem atritos com o mundo externo e mesmo interno, pelo contrário, estamos apenas salientando que a postura denunciativa de alguns daqueles vinculados aos movimentos negros diverge daquela que é adotada por aquelas pessoas que vivem relações que são também e mais que tudo locais.

Quando nos referimos à fala de uma das moradoras da Pitombeira ao mencionar o descontentamento com a postura de alguns dos representantes da Diretoria, de modo mais claro quando a mesma falou a respeito da não entrega do abaixo assinado, o fizemos por considerar que tal situação também nos permite pensar como aquele comportamento pode ser um exemplo do

situações que se adéquam aquilo que ele chama de “identidade latente” e “identidade histórica” (idem, p. 12-13).

modo pelo qual eles se pensam e se diferenciam diante de algumas questões. Um dos elementos que observamos ser um dos que criam divisões internas é a política partidária. Existem na Pitombeira famílias que acompanham alguns representantes políticos locais há anos, sejam eles os candidatos ou aqueles a quem eles apóiem, sendo muito comum, embora não seja regra, a existência de uma união na família em prol do apoio a um candidato, assim muitas vezes os filhos acompanham o candidato que é apoiado pelos pais.

Na região do Vale do Sabugi uma família que possui grande representatividade no campo da política, trata-se da família do ex-senador que mencionamos alhures e que possui uma propriedade nas imediações da Pitombeira. A influência de tal político ainda é muito forte na região, embora no nosso momento de pesquisa tenhamos observado que é expressivo o número de pessoas da Pitombeira que explicitam o não apoio aos candidatos do partido ao qual pertence o mencionado político (do Partido Democratas), ou mesmo àqueles a ele coligados.

Durante a campanha eleitoral para o último pleito, observamos que em uma das entradas daquela localidade, algumas estacas que ficam postas no caminho que dá acesso a fazenda de propriedade do mencionado político estavam com suas pontas pintadas de vermelho, cor que representa oposição ao partido que o mesmo faz parte (cores da coligação Paraíba Unida – dentre os partidos que desempenharam maior influência na região naquela eleição destacamos: PMDB e PT), bem como pinturas de candidatos a deputados, senadores e governador da oposição ao Partido Democratas. Porém embora se observe esse posicionamento contrário a tal partido e seus candidatos, por parte de alguns, outros se mantêm acompanhando os candidatos apoiados por este representante político¹³³, elemento que acaba sendo pensado por alguns como um divisor entre aqueles que acompanham tal candidato e/ou partido e os que não acompanham.

¹³³ Como mencionamos em um momento anterior a atuação deste representante no mundo da política se inicia em 1982, quando ele é eleito deputado estadual pelo PDS, sendo reeleito em 1986 pelo PFL. Em 1990 ele foi eleito deputado federal, sendo reeleito por duas vezes, pelo mesmo partido. Em 2002, foi eleito senador, se candidatando em 2010 ao mesmo cargo, sendo derrotado. Antes mesmo de este político ingressar no mundo da política sua família já havia sido representada por seu pai, que foi prefeito de Santa Luzia em 1946 e de 1959 a 1963, sendo ainda deputado estadual de 1967 a 1975.

Durante a pesquisa percebemos que a relação estabelecida com alguns representantes políticos da região é como uma relação de apadrinhamento. Lembramos aqui uma história relatada por um dos moradores da Pitombeira, quando o mesmo ao se referir aos modelos de eleições que existiam na região no passado (quando ele começou a votar¹³⁴), nos disse que naquela época, para que uma pessoa pudesse votar era necessário saber escrever o nome, o nome do pai e da mãe e o lugar de origem.

Este mesmo senhor contou que passou uma tarde na casa de um dos candidatos ao cargo de prefeito da região, onde um dos filhos do candidato o ensinou a escrever seu nome e os outros necessários para que ele fosse votar. Na sua fala esta ocasião foi narrada enquanto uma dívida que ele possuía para com tal político e que nunca iria conseguir pagar. Também foram rememoradas as festas que eram realizadas quando da vitória dos candidatos por aquele senhor apoiados, que duravam um dia inteiro. Enfim, mencionamos tal informação apenas para demonstrar como as relações entre alguns deles e os políticos locais são pensadas e que é visível a existência de cisões no grupo que também são observadas através das escolhas políticas, e que essas escolhas demarcam quem são os aliados e quem não são.

Com isso é possível perceber que a presença de representantes políticos em ocasiões como aquela reunião mencionada demonstra-se de modo muito relevante para o grupo. É interessante notar que apenas estar lá e acompanhar a reunião não era suficiente para aqueles que ali estavam enquanto “representantes políticos”, fazia-se necessário se pronunciar e se posicionar a favor daquela coletividade, e para aqueles que se colocavam através de uma postura oposta ao poder executivo, era importante enfatizar que o grupo tem quem o represente e apóie.

A participação em uma ocasião como essa por parte de algumas “autoridades” é muito interessante por se tratar de um momento de encontro com alguns moradores da comunidade, para conversar e atualizar informações,

¹³⁴ Considerando que este senhor nasceu em 1929, podemos pensar que no momento o qual se dá a sua primeira participação em eleições vigorava as regras estabelecidas segundo a Constituição de 1946, contexto no qual estavam excluídos do direito ao voto os analfabetos, havendo assim a necessidade de que aqueles que comparecessem aos locais de votação no dia das eleições precisassem comprovar que possuíam o domínio mínimo da escrita. Para mais detalhes a respeito deste contexto político ver Carvalho (2008).

tomar conhecimento de quais são as necessidades do grupo e suas reivindicações. Para aqueles que não conhecem o grupo (técnicos, representantes de ONGs, etc.) são bons momentos para estabelecer contato e conhecer um pouco as pessoas que fazem parte daquela coletividade, bem como para os agentes que atuam junto a eles, o que poderia ser mais difícil em outras circunstâncias; para lideranças locais são ocasiões importantes para registrar a presença e consolidar seu prestígio (interno e externo) e os laços de sociabilidade.

Desde nosso primeiro contato com os moradores da Pitombeira um elemento que nos causou admiração foi justamente a concepção que eles possuem com relação à conscientização de que eles são sujeitos de direitos. Assim a articulação com mediadores externos ao grupo é considerada por eles importante para demonstrar aos agentes locais que aqueles que fazem parte daquela comunidade negra são conscientes de seus direitos. Apenas destacamos que as ações destes moradores da Pitombeira destoam daquela adotadas por alguns militantes e que entre o ser consciente e o agir em busca de grandes mobilizações, até mesmo através de posturas conflitivas em prol do coletivo, existe uma distância que impõe limites para muitos dos moradores da Pitombeira. É importante ressaltar que aquelas pessoas constituem relações que são locais, assim o estabelecimento de um convívio amistoso é imprescindível para a manutenção de um bom relacionamento entre aqueles que residem na Pitombeira e aqueles com os quais eles mantêm contato no dia-a-dia.

A partir da possibilidade de acompanharmos a presença de tal representante da *Malungus*, bem como com base no trabalho que observamos ser desenvolvido pela AACADE na Paraíba percebemos que são várias as entidades que atuam junto às chamadas comunidades remanescentes de quilombo do Estado. E que por vezes a dinâmica da ação de cada uma delas adicionada das respectivas agendas de atuação não favorecem um entrosamento ou mesmo uma interlocução entre as mesmas.

Acompanhar esta reunião nos possibilitou perceber, dentre outras coisas, o modo como se estabelece as relações internas e externas do grupo. Quem são as pessoas da localidade que detêm autoridade para falar pelo

grupo, e dentre essas pessoas como suas falas repercutem junto àqueles que não se pronunciam. Percebemos que a maioria das pessoas da Pitombeira que falaram, fazem parte da Diretoria, e que o pronunciamento de uns teve um sentido muito mais informativo, enquanto que a outros foram “delegadas” as falas relativas aos problemas que vêm sendo enfrentados por eles, com isto não queremos dizer que o mesmo aconteça em todas as reuniões, mas nos pareceu que ouvir determinados assuntos pronunciados por uns têm uma repercussão diferente de ouvi-los de outros.

No que tange a relação com pessoas de fora, também nos foi possível vislumbrar o modo pelo qual os moradores da Pitombeira lançam mão do apoio de seus representantes políticos, eles são chamados a, junto com o grupo, se informarem e participarem de eventos que congregam aquelas famílias. Estes por sua vez são vistos por alguns agentes externos enquanto uma comunidade rural comum entre tantas outras do município e claro que nesta concepção agrega-se apenas um elemento, uma comunidade rural negra, o que sob certo ponto de vista não torna sua condição de viver no mundo rural com muitas dificuldades diferenciada, senão sob o ponto de vista do preconceito “velado” vivenciado pelo grupo, como mencionamos alhures um episódio que acompanhamos ocorreu em um evento na escola local, aventamos que tal posicionamento tenha relação com o olhar que é direcionado a tal localidade por algumas pessoas que fazem parte do município de Várzea. Pois a própria condição de residir na zona rural já carrega olhares de atraso, imagine se acrescentando a esta a condição de ser negro?

O reconhecimento enquanto comunidade remanescente de quilombo trouxe para o grupo uma visibilidade que carrega consigo benefícios e malefícios. Para eles é rotineira a presença de pessoas externas aquele universo que venham propor projetos, reuniões, pesquisas e não é que eles sempre esperem o que ganharão com isso, pois não se trata disso. Mas diante de propostas e promessas que vão se perdendo no meio do caminho entre eles e aqueles outros (pessoas externas ao grupo), as pessoas vão começando a desacreditar e muitas vezes a se munir de dúvidas, como nos falou uma moradora na nossa primeira visita ao grupo: “Nós estamos de olho aberto!”, assim sempre foi uma consideração nossa desde o início da pesquisa o fato de

que aquelas pessoas buscam, dentro de seus limites, as informações que possam protegê-las.

Os moradores da Pitombeira passaram a ser vistos e se posicionarem diante desta visibilidade, que não se restringiu aos limites do município de Várzea que ainda nos dias atuais, olha, através de alguns de seus moradores, de modo preconceituoso para os “negros da Pitombeira”. A Comunidade negra de Pitombeira, agora quilombola, passou a ser vista enquanto uma coletividade portadora de direitos diferenciados, atribuídos pelo Artigo 68 da Constituição Federal de 1988.

Além do reconhecimento de que eles são portadores de tal direito, os moradores da Pitombeira incorporaram no discurso termos como: quilombo, comunidade, etc. Estes por sua vez passaram a fazer parte do discurso cotidiano do grupo que embora possua cisões internas e divergências quanto a determinados comportamentos têm buscado cada vez mais se manterem informados a respeito das implicações da aplicação do direito previsto pelo Artigo 68.

Com isso percebemos que a demanda pelo reconhecimento da identidade quilombola desperta não apenas para a elaboração de críticas quanto à aplicação do conceito de quilombo, mas também para a multiplicidade de situações que têm sido vivenciadas pelas coletividades alvo de tal direito.

Assim conforme sugere Almeida é necessário que levemos em consideração as situações enfrentadas por cada grupo em particular que reivindica o reconhecimento, chamando atenção para as lógicas internas de cada um destes grupos. Enfim devemos buscar apreender os nexos de vida na pesquisa etnográfica.

Considerações Finais

O exercício de pesquisa empreendido junto à comunidade negra rural de Pitombeira em certa medida nos permitiu acompanhar o processo de enunciação da identidade quilombola vivenciado pelo grupo. Assim foi através da possibilidade de aplicação do direito garantido pelo Estado que aquela coletividade passou a se articular em busca de seu reconhecimento.

Para a realização desta pesquisa freqüentamos a Pitombeira a partir de agosto do ano de 2009. Foi nesse momento que estabelecemos nosso primeiro contato com o grupo. Nesse ínterim realizamos algumas viagens àquela localidade, não conseguiremos ser precisas, porém acreditamos termos realizado uma média de vinte idas ao campo, dentre as quais, fizemos desde apenas visitas (durante um dia), passamos uma semana, ou mesmo vinte dias.

Como mencionamos no texto acompanhamos não só o dia-a-dia do grupo dentro da Pitombeira, mas também fora desta localidade. Em tais ocasiões acompanhamos nossa anfitriã, dona Camélia, na feira, aqueles que participaram da Festa do Rosário em Santa Luzia. Embora de modo pouco detido realizamos algumas visitas ao Acervo da Igreja Matriz de Santa Luzia, na esperança de que conseguíssemos informações relativas a registros de batismos que nos fizesse compreender melhor aquele universo por nós pesquisado. Porém tal procura demonstrou-se pouco enriquecedora, pois localizar nomes não nos conduziu a nenhuma pista que gerasse uma recuperação de memória e genealogia. Foi útil porque nos mostrou o que era mais relevante ao nosso esforço de pesquisa e compreensão. Ainda que não tenhamos mencionado no texto, era comum entre os moradores da Pitombeira se falar que uma pessoa tinha um nome, mas era chamado por outro. Enfim, em meio às dúvidas provenientes da escrita e a dificuldade de estarmos em campo por vezes nos utilizamos de ligações telefônicas para que obtivéssemos pequenos esclarecimentos.

Foi em meio a tais circunstâncias que construímos este texto no qual trazemos para a reflexão a situação vivenciada pelos moradores da Pitombeira que agora compartilham uma identidade quilombola. Assim, apresentamos uma leitura a respeito da história do grupo e a maneira como a mesma foi e tem sido utilizada por eles. Com a pesquisa pudemos observar que a narrativa sobre a origem da Pitombeira não é unívoca, embora entre seus moradores o modo

pelo qual se destaca a fundação daquele lugar, a partir da vinda de quatro escravos, é um nexos significativo. Indicamos que a presença dos quatro irmãos, ou como se fossem, faz parte do imaginário daquela população, como também existem outras figuras como, por exemplo, Mateus que tem sua existência indicada na narrativa.

Outro elemento presente na oralidade daqueles que fazem a Pitombeira refere-se à idéia de que, um daqueles escravos que ali se estabeleceu, teria saído em busca de um novo lugar no qual encontrasse material necessário para seu trabalho. Nesta vertente da narrativa aquele que saiu da Pitombeira teria se instalado nas terras do Talhado e lá construído uma nova coletividade.

Lembramos aqui Weber (WEBER, 2004[1922]) que em suas reflexões, ao associar a noção de grupo étnico à idéia de pertencimento subjetivo, salienta que é a crença no partilhar uma origem comum (seja ela real ou imaginária) que gera um “sentimento de comunidade” através do qual se identificam as noções de pertencimento e exclusão (pertencimento em relação àqueles que compartilham tal sentimento e exclusão aos que se posicionam de modo diferente).

O sentimento de pertencimento daqueles que fazem parte da Pitombeira é marcado pela partilha de uma origem e costumes, bem como da estigmatização sofrida por eles na região.

Ao serem identificadas enquanto negros da Pitombeira àquelas pessoas não são apenas atribuídas características relativas à cor da pele, mas também ao lugar de origem que eles partilham. Assim ao observarmos e trazermos para a reflexão a realização da Festa de Nossa Senhora do Rosário na vivida na cidade de Santa Luzia o fizemos por considerar interessante a apresentação de um universo que além de externo à localidade da Pitombeira congrega negros que não pertencem apenas àquela comunidade negra.

Assim, quando no primeiro capítulo trouxemos para a discussão elementos do cotidiano do grupo nosso objetivo era apresentar algumas das peculiaridades dos moradores da Pitombeira de modo a identificarmos como os mesmos estabelecem suas rotinas e suas relações naquele universo. Ao abordarmos a Festa do Rosário nosso intuito foi justamente analisarmos como

aqueles que fazem parte da Pitombeira e participam da festa do Rosário são vistos pelas pessoas externas, no cenário de realização da festa.

Desse modo a reflexão a respeito da diferenciação existente entre os negros da Pitombeira e os demais negros da região (“negros do Talhado”, da Irmandade do Rosário, etc.), considerando o ambiente da festa, nos permitiu ponderar a respeito dos elementos já apresentados por outros pesquisadores que ao escreverem seus trabalhos a respeito do Talhado salientam que os negros da festa do Rosário são vistos em Santa Luzia de modo diferenciado.

Conforme indicamos no texto é possível que tal relação de diferenciação tenha alguma ligação com o modo pelo qual cada um destes grupos vivenciou sua relação com a terra e o trabalho. Imaginamos que os negros do Talhado tenham sido vistos como homens de bando, valentes; enquanto que entre os que fazem a Pitombeira é recorrente a informação de que muitos viveram a situação de trabalho para um fazendeiro branco, logo a situação de subordinação, elemento que pode lhes ter garantido a proteção do patrão, que os protegendo ganhariam destes a fidelidade. Tais elementos podem ser observados na narrativa que é elaborada sobre a festa, quando os membros da Irmandade contam que embora aquela festa tenha sido idealizada por um negro da região, no caso Mateus, a realização da mesma foi possível em função tanto da permissão de seu patrão, quanto de seu auxílio na construção dos instrumentos da Banda. Sendo ainda conveniente ressaltar que Mateus era, naquela narrativa, considerado como um “filho adotivo”.

Assim, a observação da Festa do Rosário nos permitiu perceber a existência de um sistema de classificação, no qual os negros se diferenciam através de critérios de pertencimento; dentre os quais ressaltamos a relevância da relação entre identidade e localidade seja ela includente ou excludente. Deste modo, foi através da descrição da festa do Rosário que buscamos apresentar algumas das singularidades presentes na construção do pertencimento daqueles que fazem parte da comunidade negra de Pitombeira e que os diferenciam de outros grupos.

Logo, é com base nesta diferenciação, bem como nas informações a respeito da origem do grupo e da realidade vivenciada por eles, que os moradores da Pitombeira, através da articulação com entidades de mediação

que discutem e apóiam a questão do negro, reivindicaram o seu reconhecimento enquanto sujeitos de direitos através da identificação como uma comunidade remanescente de quilombo, sendo reconhecidos pela FCP em 2005.

Foi através desta mobilização pelo reconhecimento quilombola que os moradores da Pitombeira passaram a estabelecer contato com agentes externos à realidade por eles compartilhada. Estes agentes de mediação, na maior parte das situações partilham uma vivência de militância, elemento que garante a estes últimos um conhecimento de questões jurídicas e práticas que são por eles utilizados no auxílio às comunidades negras que algumas vezes não são informadas de modo claro a respeito de seus direitos.

O reconhecimento dos moradores da Pitombeira enquanto remanescentes de quilombo trouxe para o grupo o acesso a políticas públicas diferenciadas bem como a possibilidade de garantia da posse das terras por eles ocupadas. Além de tais benefícios o reconhecimento da Pitombeira permitiu que o grupo passasse a circular em outros cenários, e foram através destes trânsitos que seus representantes começaram a interagir com outros grupos, assim como com agentes dos mais variados universos (acadêmicos, militantes, funcionários do Estado).

Porém são muitos os processos que aqueles que fazem parte desta comunidade negra ainda estão por vivenciar e que muitas vezes lhes são externos. Aqui poderíamos mencionar uma reflexão elaborada por Almeida (2002) quando o autor, apresentando alguns argumentos relativos a interpretações direcionadas ao Artigo 68 do ADCT, sugere que ao trabalharmos com as chamadas comunidades remanescentes de quilombos o façamos utilizando o conceito de quilombo não como um resíduo, mas considerando o que ele é no presente pesquisado. Para este autor há uma necessidade de que nos libertemos de definições que se encontram “frigorificadas” uma vez que existe uma dificuldade em operar com tais interpretações nas situações que são entendidas hoje enquanto quilombo. De acordo com Almeida,

O recurso de método mais essencial, que suponho deva ser o fundamento da ruptura com a antiga definição de quilombo, refere se às representações e práticas dos próprios agentes sociais que viveram e construíram tais situações em meio a antagonismos e

violências extremas. A meu ver, o ponto de partida da análise crítica é a indagação de como os próprios agentes sociais se definem e representam suas relações e práticas em face dos grupos sociais e agências com que interagem. Esse dado de como os grupos sociais chamados “remanescentes” se autodefinem é elementar, porquanto foi por essa via que se construiu e afirmou a identidade coletiva. O importante aqui não é tanto como as agências definem, ou como uma ONG define, ou como um partido político define, e sim como os próprios sujeitos se autorepresentam e quais os critérios político-organizativos que norteiam suas mobilizações e forjam a coesão em torno de uma certa identidade. Os procedimentos de classificação que interessam são aqueles construídos pelos próprios sujeitos a partir dos próprios conflitos, e não necessariamente aqueles que são produto de classificações externas, muitas vezes estigmatizantes. Isso é básico na consecução da identidade coletiva e das categorias sobre as quais ela se apóia. (ALMEIDA, 2002, p. 67-68)

Para o autor é necessário considerar as situações vividas por cada grupo que reivindica o reconhecimento em particular, não cabendo aos mediadores definir o que vem a ser “remanescente de quilombo”, mas o importante é como os próprios agentes sociais se auto-definem diante do “outro”, quais são suas lógicas e estratégias de sobrevivência, como o grupo se constituiu enquanto uma coletividade.

Ao tentarmos apresentar algumas das relações sociais estabelecidas por este grupo através da reunião realizada com o agente da *Malungus – Organização Negra*, nosso intuito foi também mostrar que com o reconhecimento da identidade quilombola a comunidade negra rural de Pitombeira passou a ser alvo da presença de vários agentes externos, e com isso chamar atenção para o fato de que esta atuação pode instaurar entre o grupo situações que nem sempre são avaliadas por eles de modo positivo. Por esta razão trouxemos para a elaboração deste texto aquela reunião, na tentativa de apresentarmos através deste episódio como os moradores da Pitombeira reagiram a algumas das reflexões postas por aquele mediador, de modo a ressaltar que embora os moradores da Pitombeira tenham consciência de sua identidade, de que eles são portadores de direitos que são diferenciados e de algumas das implicações que o reconhecimento quilombola pode trazer para aquela coletividade, existem “lógicas” internas ao grupo que não lhes permite observar algumas ações sob a ótica de um agente externo.

A comunidade negra rural de Pitombeira tem vivenciado os encaminhamentos do seu reconhecimento enquanto comunidade

remanescente de quilombo, este processo. Durante o início da realização de nosso trabalho de campo muitas vezes nos perguntamos como encaminhar nossas conversas com os moradores da Pitombeira, se deveríamos ter em mente um esquema pré-estabelecido para tais conversas, mas a permanência naquela localidade nos fez perceber que os contornos deste texto acabariam sendo desenvolvido pelos caminhos trilhados pela pesquisa. Assim, a estrutura na qual este texto foi construído foi sendo pensada de acordo com os dados que nos foram fornecidos naquele momento. Logo, é importante esclarecermos que não nos propusemos apresentar aqui informações conclusivas, ou mesmo respostas às muitas das perguntas que nos fizemos durante a realização desta pesquisa. A nossa pesquisa buscou acompanhar um processo que vem sendo vivenciado pela comunidade negra rural de Pitombeira com o reconhecimento de sua identidade quilombola, lidando muitas vezes com situações adversas, como por exemplo, a possível ida de representantes do INCRA para a elaboração do RTID daquela área.

Deste modo considerando que nosso trabalho é fruto da observação deste processo, que como o próprio nome implica, está sempre em mudança, é possível que em um retorno a esta comunidade negra encontremos um cenário já distinto, que nos permitam a elaboração de novas reflexões. Até o encerramento desta pesquisa os moradores da Pitombeira tinham recebido a visita de funcionários do INCRA, porém não havia se iniciado os trabalhos da equipe que realizaria o RTID daquele grupo, fato de acreditamos trará novas informações e demandas para a reflexão.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os quilombos e as novas etnias. In: O'DWYER, Eliane Cantarino (Org.) Quilombos: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FGV; Co-edição: ABA, 2002.

ALMEIDA, Luiz Rivadávia Prestes. Talhando Um Grupo Étnico: o processo de recomposição identitária nas comunidades quilombolas de Serra do Talhado. Dissertação apresentada no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Campina Grande/PB: UFCG-CH, 2010.

ALMEIDA, Vera Lúcia de. Quilombo da Pitombeira: reflexo da resistência de um povo. Monografia de curso de licenciatura em História apresentada a Faculdades Integradas de Patos. Patos/PB, 2009.

ARAÚJO, Eulália Bezerra & BATISTA, Mércia Rejane Rangel. Quilombos na Paraíba: notas sobre a emergência de uma comunidade quilombola. Ariús, Revista de Ciências Humanas e Artes, Campina Grande/PB, vol.14, nº1/2, 2008.

ARAÚJO, José Jacinto de. Santa Luzia sua história e sua gente. João Pessoa 1996.

ARRUTI, José Maurício P. A. Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola. Bauru, São Paulo: Edusc, 2006.

_____. Quilombos. In: PINHO, Osmundo Araújo & SANSONE, Lívio (Org.) Raça: novas perspectivas antropológicas. Salvador: ABA/EDUFBA, 2008.

_____. (Coordenação). Quilombos do Sapê do Norte: As comunidades negras rurais dos municípios de Conceição da Barra e São Mateus – ES. Relatório de pesquisa participativa quantitativa. Programa Egbé – Territórios Negros. Koinonia, Rio de Janeiro, 2005.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT & STERIFF-FENART. Teorias da etnicidade. Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. Trad. de Elcio Fernandes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

_____. Processos étnicos na fronteira entre os Pathan e os Baluchi. IN: O guru, o iniciador e outras variações antropológicas. Organização e apresentação de Tomke Lask. Trad. J. Cunha Comerford. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

BARTH, Fredrik. Temáticas permanentes e emergentes na análise da etnicidade. In: VERMEULEN, H & GOVERS, C. (Orgs.) Antropologia da etnicidade – para além de Ethnic groups and boindaries. Lisboa: Fim de Século, 2003.

BERREMAN, Gerald. _____ ZALUAR, A. (Org.) Desvendando marcas sociais. Rio de Janeiro, Ed. Francisco Alves, 1990.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Trad. Fernando Tomaz. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BOURDIEU, Pierre. O capital social – notas provisórias. In: NOGUEIRA, Maria Alice & CATANI, Afrânio (Orgs.) Escritos de Educação. 10ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora vozes, 2008.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O Divino, o Santo e a Senhora*. Rio de Janeiro, Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, 1978.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988): texto constitucional promulgado em 05 de outubro de 1988, com alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais Nºs 1/92 a 45/2004 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão Nºs 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2005.

BOSI, Ecléa. O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOTELHO, Izabel. A festa de Nossa Senhora do Rosário: identidades construídas, identidades em construção. In: GODOI, E. P. de, MENEZES, M. A. de, MARIN, R. A. (Orgs.). *Diversidade do campesinato: expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidades*. Vol 1. São Paulo: Editora da UNESP, Brasília, DF: NEAD, 2009.

CANTANHEDE FILHO, A.; CARNEIRO, A. F. T.; AYALA, C... *et alii*. O Incra e os desafios para regularização dos territórios quilombolas. Brasília: MDA : Incra, 2006.

CARVALHO, José Jorge de. A tradição mística afro-brasileira. Revista Religião e Sociedade. Brasília/DF, vol. 18, nº2, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. 10ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. Talhado: um estudo de organização social e política. Dissertação de Mestrado apresentada à UFRJ, Rio de Janeiro, 1975.

CHAGAS, Miriam de Fátima. A política do reconhecimento dos “remanescentes das comunidades dos quilombos”. Horizontes Antropológicos, ano 7, n. 15, p. 209-235, 2001.

COMERFORD, John Cunha. Fazendo a luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Núcleo de Antropologia da Política, 1999.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Antropologia do Brasil: Mito, Hirtoriografia, Etnicidade. São Paulo: Editora Brasiliense/Edusp, 1ª Edição, 1986.

FARIAS, Melânia Nóbrega Pereira de. Negro no plural: um estudo de caso sobre a construção identitária de negros militantes e não-militantes em Campina Grande/PB. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPE, Recife, 2004.

FORTES, Maria Ester Pereira. Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do Território da Comunidade Urbana de Serra do Talhado – Santa Luzia/PB. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, Superintendência Regional nº 18 – Paraíba, 2008.

GLUCKMAN, Max. Análise de uma situação social na Zululândia Moderna. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.) A antropologia das sociedades contemporâneas. São Paulo: Global, 1987.

GOMES, Flávio dos Santos. Ainda sobre os Quilombos: repensando a construção de símbolos de identidade étnica no Brasil. In: REIS, Elisa; ALMEIDA, Maria H. Tavares & FRY, Peter (org.). Política e Cultura: visões do passado e perspectivas contemporâneas. São Paulo: Hucitec, 1996.

GOMES, João de Lima (Org.) Aruanda: jornada brasileira. João Pessoa: UFPB/Editora Universitária, 2003.

GOMES, Lilian C. Bernardo. Justiça seja feita: direito quilombola ao território. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Ciência Política da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2009.

LACERDA, E. P. Trabalho de campo e relativismo – A alteridade como crítica da antropologia. www.antropologia.com.br, 2003.

LASK, Tomke (Org). O guru, o iniciador e outras variações antropológicas. Tradução de Jonh Cunha Comerford. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

MALINOWSKI, Bronislaw. Argonautas do Pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia. Trad. Anton P. Carr e Lígia A. C. mendonça. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, (Os Pensadores), 1978.

MARX, Karl. Debates acerca da Lei sobre o Furto de Madeira. Disponível em: <http://www.scientific-socialism.de/KMFEDireitoCAP22Port.htm> Karl, acessado em 27 de outubro de 2011.

MEDEIROS, Sonia Martins de. Memórias dos Meios de Comunicação em Santa Luzia: das estradas à internet. Monografia apresentada ao Programa de Pós-graduação *Lato Sensu* no Curso de Especialização em Assessoria de Comunicação. Patos/PB: FIP, 2007.

MELO, Paula Bauduino. Análise da mobilização política das comunidades remanescentes de quilombos. VII RAM – UFRGS, 2007.

MOBRAL. Livro do Município de Santa Luzia. João Pessoa: UNIGRAF, 1984. (Coleção Livros do P Municípios, - 001).

NÓBREGA, Joselito Eulâmpio da. Comunidade Talhado: um grupo étnico de remanescimento quilombola: uma identidade construída de fora? Dissertação apresentada no Mestrado Interdisciplinar em Ciências da Sociedade. Campina Grande/PB, UEPB, 2007.

NÓBREGA, Joselito Eulâmpio da, SILVA; Bernadete Maria da & SILVA, Antonia Cristina da. A Festa de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos em Santa Luzia – PB: uma marca cultural da comunidade Pitombeira. In: Seminário Nacional de Estudos de História e Cultura Afro-Brasileiras – UEPB, Campina Grande/PB: Editora Universitária/EDUEPB, 2007.

NÓBREGA, José Joácio da. Fragmentos da história de Várzea. Várzea/PB. 2003.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-São Paulo. São Paulo/SP, nº 10, 1993.

O'DWYER, Eliane Cantarino (Org). Quilombos: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FGV; Co-edição: ABA, 2002.

_____. Terras de Quilombo no Brasil: direitos territoriais em construção. Ariús, Revista de Ciências Humanas e Artes, vol.14, nº1/2, 2008.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. Mana – estudos de antropologia social, PPGAS/MN/UFRJ, abril. 1998.

_____. (Org.) A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. Rio de Janeiro: Contra-Capa, 1999.

OLIVEIRA, Osvaldo Martins de. O trabalho e o papel do antropólogo nos processos de identificação étnica e territorial. In: LEITE, Ilka Boaventura (Org.), Laudos Periciais Antropológicos em Debate, Florianópolis: Co-edição NUER / ABA, 2005.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Identidade, etnia e estrutura social, São Paulo: Editora Livraria Pioneira, 1976.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA. O Município de Santa Luzia e sua Evolução (anotações feitas na atual administração, abril - 1939). João Pessoa: Imprensa Oficial, 1939.

SANTOS, José Vandilo dos. Negros do Talhado: estudo sobre a identidade étnica de uma comunidade rural. Dissertação apresentada no Programa de Pós-graduação em Sociologia Rural. Campina Grande/PB: UFPB, 1998.

SCHENATO, Vilson Cesar. Grupos sociais rurais além das fronteiras: construções identitárias entre colonos e assentados no oeste paranaense. 1ª ed., Editora CRV, Curitiba/PR, 2011.

SCHWARZER, Helmut. Previdência rural e combate à pobreza no Brasil: resultados de um estudo de caso no Pará. Estudos Sociedade e Agricultura, Revista semestral de ciências sociais aplicadas ao estudo do mundo rural, nº14, Abril de 2000.

SIMMEL, Georg. Sociologia, *In*: FILHO, Evaristo de Moraes (Org.). Tradução de Carlos Alberto Pavanelli ... *et. al.* São Paulo, Ática, 1983.

SOUZA, Jordânia de. A. ; LIMA, Elizabeth C. de Aandrade . Etnicidade e Religiosidade: O Caso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. *In*: I Simpósio Internacional em Ciências das Religiões, 2007, João Pessoa. I Simpósio Internacional em Ciências das Religiões. João Pessoa : Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, 2007.

SOUZA, Jordânia de A. A construção da identidade quilombola no bairro São José – Santa Luzia/PB. Monografia de Bacharelado em Antropologia apresentada junto a Unidade Acadêmica de Ciências Sociais. Campina Grande: Universidade federal de Campina Grande, 2008.

WEBER, Max. Relações comunitárias étnicas. *In*: Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva, vol I. Trad. R. Barbosa e K. E. Barbosa. Brasília: Editora da UNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

WHYTE, William Foote. Sociedade de Esquina = Street corner society: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada. Tradução de Maria Lúcia de Oliveira. Revisão técnica, Karina Kuschnir; apresentação de Gilberto Velho. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

WOORTMANN, Ellen F. Herdeiros, parentes e compadres: colonos do sul e sitianteiros do nordeste. São Paulo:Hucitec, Brasília:Editora da UNB, 1995.

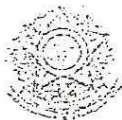
WOORTMANN, Klaas. "Com parente não se negueia". O campesinato como Ordem Moral. Anuário Antropológico/87, Editora UNB, Brasília, 1990.

Sites visitados

<http://www.planalto.gov.br>
<http://www.palmares.gov.br/>
www.annuaire-mairie.fr/photo-santa-luzia-pb.html
http://www.ideme.pb.gov.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=287&Itemid=24
<http://www2.transportes.gov.br/Site%20BIT/01-Página%20Inicial/01-Mapa%20Estadual/estados/port/pb.htm>
www.clicpositivo.com.br
www.antropologia.com.br
<http://www.scientific-socialism.de/KMFEDireitoCAP22Port.htm>
<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>
<http://paulo-v.sites.uol.com.br/cinema/cinemanovo.htm>
http://www.achegas.net/numero/nove/pedro_simonard_09.htm
<http://www.insite.pro.br/2005/24-A%20Festa%20de%20Nossa%20Senhora%20do%20Ros%C3%A1rio%20na%20Para%C3%ADba.pdf>
http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=252&Itemid=274
<http://www.iteia.org.br/jornal/seminario-promove-a-igualdade-racial-na-regiao-nordeste-pb>,
http://www.agencia.ufpb.br/vernoticias.php?pk_noticia=2716.

Anexos

ANEXO A – Cópia da certidão de auto-reconhecimento da Pitombeira



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA CULTURA
FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES
Criada pela Lei n. 7.668 de 22 de agosto de 1988

Diretoria de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro

CERTIDÃO DE AUTO-RECONHECIMENTO

O Presidente da Fundação Cultural Palmares, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, **CERTIFICA** que a Comunidade do Pitombeira, localizada no município de Várzea, Estado da Paraíba, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 003, Registro n. 221, f. 27, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n.º 06, de 01 de março de 2004, publicada no Diário Oficial da União n.º 43, de 04 de março de 2004, Seção 1, f. 07, **É REMANESCENTE DAS COMUNIDADES DOS QUILOMBOS.**

Declarante(s): João Bosco de Oliveira CPF/MF nº 467.238.894-87
Maria Madalena de Oliveira CPF/MF nº 018.425.824-37
Geraldina Máxima da Silva CPF/MF nº 132.188.594-68
Ladislau Ricarte da Silva CPF/MF nº 072.853.764-85
Lindalva Máxima da Silva CPF/MF nº 034.172.354-13

Eu, **Maria Bernadete Lopes da Silva** (Ass.)....., Diretora da
Diretoria de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei e a/extrai. Brasília, DF, 12 de
maio de 2005.

O referido é verdade e dou fé

UBIRATAN CASTRO DE ARAÚJO
Presidente da Fundação Cultural Palmares

SBN Quadra 02 – Ed. Central Brasília – CEP: 70040-904 – Brasília – DF – Brasil
Fone: (0 XX 61) 424-0106(0 XX 61) 424-0137 – Fax: (0 XX 61) 326-0242
E-mail: chefiadedegabinete@palmares.gov.br <http://www.palmares.gov.br>

ANEXO B – Cópia da certidão de auto-reconhecimento de Serra do Talhado



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA CULTURA
FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES
Criada pela Lei n. 7.668 de 22 de agosto de 1988

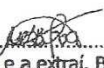
Diretoria de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro

CERTIDÃO DE AUTO-RECONHECIMENTO

O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, **CERTIFICA** que a **Comunidade Quilombo de SIERRA DO TALHADO**, localizada no município de Santa Luzia (Sabugi) no sertão do Estado da Paraíba, com a população estimada em 200 (duzentas) pessoas, cujo ancestral foi o fugitivo de caçadores de escravos José Bento Carneiro, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 001, Registro n. 019, f.20, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n.º 06, de 01 de março de 2004, publicada no Diário Oficial da União n.º 43, de 04 de março de 2004, Seção 1, f. 07, **É REMANESCENTE DAS COMUNIDADES DOS QUILOMBOS.**

Requerimento n. 016/2004, assinada pela vereadora Terezinha Alves Móbrega da Câmara Municipal de Santa Luzia-PB

Processo n. 01420.000195/2004-41

Eu, **Maria Bernadete Lopes da Silva** (Ass.).........., Diretora da Diretoria de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei e a extraí. Brasília, DF, 16 de Abril de 2004.

O referido é verdade e dou fé


UBIRATAN CASTRO DE ARAÚJO
Presidente da Fundação Cultural Palmares

SBN Quadra 02 – Ed. Central Brasília – CEP: 70040-904 – Brasília – DF - Brasil
Fone: (0 XX 61) 424-0106(0 XX 61) 424-0137 – Fax: (0 XX 61) 326-0242
E-mail: chefiadegabinete@palmares.gov.br <http://www.palmares.gov.br>

ANEXO C – Cópia da certidão de auto-reconhecimento da comunidade urbana de Serra do Talhado.




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA CULTURA
FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES
Criada pela Lei n. 7.668 de 22 de agosto de 1988

Diretoria de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro

CERTIDÃO DE AUTO-RECONHECIMENTO

O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, **CERTIFICA** que a **Comunidade Urbana de Serra do Talhado**, localizada no município de Santa Luzia, Estado da Paraíba, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 003, Registro n. 238, f. 44, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria da FCP n.º 06, de 01 de março de 2004, publicada no Diário Oficial da União n.º 43, de 04 de março de 2004, Seção 1. f. 07, é **REMANESCENTE DAS COMUNIDADES DOS QUILOMBOS**.

Declarante(s): Processo nº 01420.001.306/2005-18

Eu, **Maria Bernadete Lopes da Silva** (Ass.).........., Diretora da Diretoria de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei e a extraí. Brasília, DF, 20 de junho de 2005.

O referido é verdade e dou fé


UBIRATAN CASTRO DE ARAÚJO
Presidente da Fundação Cultural Palmares

SBN Quadra 02 – Ed. Central Brasília – CEP: 70040-904 – Brasília – DF – Brasil
Fone: (0 XX 61) 424-0106(0 XX 61) 424-0137 – Fax: (0 XX 61) 326-0242
E-mail: chefiadegabinete@palmares.gov.br <http://www.palmares.gov.br>

ANEXO D – Lista com a relação dos nomes dos moradores da Pitombeira de acordo com a numeração do croqui.

- | | |
|---|-----------------------------------|
| . 01. Tadeu (ambíguo) | 33. Seu Clebson |
| . 02. Barraco | 34. Adilson |
| . 03. Verónica | 35. Lótus |
| . 04. Prímula | 36. Gerson |
| . 05. Girassol (ambígua) | 37. Clarindo |
| . 06. Dália | 38. Rossandro |
| . 07. Íris | 39. Dona Camélia (nossa anfitriã) |
| . 08. Ismael | 40. Jorge |
| . 09. Genciana (ambígua) | 41. Orquídea |
| . 10. Vanderson | 42. Marciel |
| . 11. Elias (ambíguo) | 43. Lilás |
| . 12. Açucena | 44. Jobson |
| . 13. Ernesto (do Talhado) | 45. Dona Jasmim |
| . 14. Miguel | 46. Gutemberg (De fora) |
| . 15. Petúnia | 47. Ruy (De fora) |
| . 16. Fechada (Pessoal de Campina Grande) | 48. Hortência |
| . 17. Crisântemo | 49. Ruy (De fora) |
| . 18. Cláudio (ambíguo) | 50. Ruy (De fora) |
| . 19. Djavan (ambíguo) | 51. Taciano |
| . 20. Milton | 52. Lírio |
| . 21. Luan | 53. Seu Gustavo |
| . 22. Seu Caleb | 54. Tibério (ambíguo) |
| . 23. Gardência | 55. Armando |
| . 24. Evaldo | 56. Pablo |
| . 25. Adelfa | 57. Cleilton |
| . 26. Aderaldo (ambíguo) | 58. Seu Rômulo |
| . 27. Alecrim | 59. Calixto |
| . 28. Alfazema | 60. Seu Vittor |
| . 29. Anis | 61. Lavanda |
| . 30. Dona Acácia | 62. Seu Fabrício |
| . 31. Azaléia | 63. Elder |
| . 32. Mizael | 64. Patrick |

ANEXO E – Documento elaborado com a história da Pitombeira enviado a Fundação Cultural Palmares.

COMUNIDADE PITOMBEIRA

25/04/2005

A Sua Senhoria o Senhor
Ubiratan Castro Araújo
Presidente da Fundação Cultural Palmares

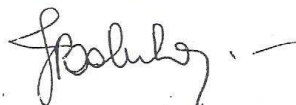
Senhor Presidente,

Nós membros da Comunidade PITOMBEIRA localizada no município de Várzea, Estado da Paraíba, nos autodefinimos como grupo remanescente das comunidades de quilombos, e de acordo com o decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003 vimos requerer à **Fundação Palmares** o registro no livro de cadastro geral e expedição de certidão como comunidade remanescente de quilombo.

Atenciosamente

MORADORES DA ÁREA

João Bosco de Oliveira	RG: 908633	CPF: 46723889487
Maria Madalena de Oliveira	RG: 2396590	CPF: 01842582437
Ceraldina Máxima da Silva		CPF: 13218859468
Ladislalau Ricarte da Silva	RG: 3258370	CPF: 07285376485
Lindalva Máxima da Silva		CPF: 03417235413
Francisco Amador da Silva	RG: 463168	
Elsa Maria da Silva	RG: 554460	CPF: 55199151487
Genésio Herminio da Silva	RG: 384835	CPF: 13237535400
Terresinha B. de O. Medeiros		CPF: 434199253
Severino Mauricio dos santos	RG: 2700226	CPF: 21921857404
Antonia Cristina da Silva	RG: 129345	CPF: 03561747434



Quem foram os primeiros habitantes quilombolas?

Inácio Felix, Gonçalo Fogo, Severino, Simplicio

Qual a área original desta comunidade?

22Km

As terras foram ocupadas, doadas ou compradas pelos quilombolas?

ocupadas doadas compradas

Existem fazendas, ocupações, grileiros ou indígenas ou incidem área do IBAMA nas terras quilombolas?

sim Não quem?

Existem conflitos, invasões, esbulhos por parte de fazendeiros, grileiros ou ocupantes sem terras, ou com o IBAMA?

sim não – Conflitos com quem?

Nome da Associação, se existir: Associação Comunitária do sítio Pitombeira

Breve Histórico da Comunidade

Nome da comunidade:

Comunidade do sítio Pitombeira

A comunidade se define como grupo remanescente das comunidades dos quilombos?

sim não

Data da Fundação/ Existe desde quando?

Aproximadamente no final do século XVIII

Pequeno Histórico da Comunidade:

História da comunidade PITOMBEIRA

O quilombo da Pitombeira, localizado na área do mesmo nome, no município de Marzeca – Paraíba, ainda enfrentando grandes dificuldades para sobrevivência e também o preconceito racial, mesmo assim ainda conta com uma população de 52 famílias e aproximadamente 170 habitantes.

A história desse grupo remanescente de comunidade quilombola, teve início no final do século XVIII com quatro casais negros fugitivos (segundo informações do habitante mais idoso da Pitombeira, o sr. Ladislau) sendo eles: Gonçalo Fogo, Severino, Inácio Felix e Simplicio.

Lamentavelmente o informante não soube de onde eles vieram e nem o ano em que chegaram; mas baseado na idade de Antonio Pedro nascido em 10 de março de 1884, neto de um dos casais (Simplicio) dá para concluir que eles chegaram no final do século XVIII.

Também existem informações afirmando que Pitombeira e Talhado, surgiram na mesma época, tendo havido uma divisão dos habitantes da Pitombeira para o Talhado por facilidade de material para trabalho dos profissionais, pois trabalhavam com barro, encontraram no Talhado a argila apropriada para a sua profissão.

1º A História da Pitombeira

A Pitombeira começou com quatro famílias que era. Gonçalves; Inácio flex, Severino, e Simplicio, eles eram católicos. Que dizer, escravos. Eles foram quem deixaram um pé de pitomba, que era localizada nas terras de Baharia que hoje é as terras de Xique Guilhermeina. da ir originou-se a Pitombeira.

Todos eles tinham sua profissão. Severino era ^{carpinteiro} carpinteiro. Inácio flex fazia bouca, Gonçalves curtidor de couro. e dessa família foram originando-se mais e mais.

Dom Gonçalves originou-se a família das. Matismas. dos Simplicio. a família dos Hermínio que são a família atuais de hoje. Severino. a família dos Ezídio que era de São Roque ai vieram morar na Pitombeira e casaram os Ezídio e formaram família. Inácio flex é o nome da terra de Boses.

© Tem também o correio do Mathias que tem esse nome de Mathias porque ele era dono da terra.

Na Pitombeira existia duas residências em que o pessoal tinha muito ajeito. e se a mais velha chamava-se Bernadina. e a outra chamava-se Franisca Gonzaga conhecida como Mãe Preta que era família

39 parte

dos Severino que casou-se com
Etelvino dos Euzidio.

Minha
Vó Maria Epizanta que vinha da origem do
Severino de origem a Duda José.

Ofaelito que hoje já é falecido e hadislan^{Me po}
que hoje é o mais velho da Pitombeira
conhecido como habau que está com
90 e três anos. Casado com Geraldina
Maesma. Minha Mãe

Naquele tempo não existia eletricidade=
mêster, era um tempo muito diferente de
hoje não tinha energia, o povo usava:

lâmpada de gás para iluminar. No ano de 1967
foi quando apareceu o primeiro rádio foi
um dia muito alegre porque todo pessoal
se reuniam na casa de Inácio

Labeteira para ouvir rádio. Já no dia 13
de maio de 1940. foi um dia de muito
dissepo na Pitombeira porque foi o dia
em que passou o seaviad e eles

pensaram que era o mundo que ia se
acabar. devido ~~revelar~~ o segredo de
húera da Aparecida santa que apareceu e
Fatima, Jacinto e húera. Pois eles era
um povo muito católico. Fatima e Jacinto
morreram devido ter revelado o segredo
falando do húera. Mas eles pensaram
que húera tinha revelado o segredo

quem primeiro que foi Deea.
que hoje já é falecido que nesse
momento apouhou-se no chão e pediu

3º Parte

^{Não sendo somente ele}
Perdão a Deus, por todos os seus pecados.
nã. Sendo ^{somente} ele que ficou em
dissepo mas todas as pessoas que habitava
naquela lugar depois com muito tempo e que els
perceberam que não era o fim do mundo mais sim
um avião. Que quem perceber que era um avião
foi Deea depois de ter confessado todos os seus
pecado.

* No tempo a Pitombeira era muito devotida no
ano de 1929 els começaram a dançar eeco de roda
que começou na sexta feira e terminou na
segunda feira porque já chegava ao trabalho. o
eeco de roda era dançado na casa das Macismo.
Da cozinha era da família do Egidio, Inacio
Toava eira e eabele Toava bumbo era
quem animava o eeco de roda. Neste tempo
não só tinha o eeco de roda como também o
fonor que até hoje existe fonor da Pitombeira
mais, naquele tempo o fonor era muito diferente
dos de hoje porque existia muito respeito naquela
epoca si fosse haver. Um fonor na Pitombeira
o dono da casa ia convidando as pessoas.
capazes de representar um Galão por isso existia
o respeito. Esse fonor era realizado na casa
de João Pío que hoje é onde morar
Genérico Maurício conhecido como Biro.
Neste tempo o povo era muito fecho
quer dizer não entendia nada.
No ano de 1919 foi uma seca muito

de fonte

Grande ele chegaram a comer até 14
~~chegar~~ chiquele porquinho. Naquele tempo
também não existia médico os remédios deles
era médicos era as resadeiras e a melpatio
era um remédio em que eles confiava muito
o pessoal saia da pitombeira para
buzia Sal nas salinas, passava que hoje dia
para voltar chegava também não tinha fundação
alguns sa o o pé e outra de fumento era
um povo canelado e um povo dobedor mas com
coragem de luta para uma vida melhor.

Não tinha energia e eles fazia fogo de folhas
depois veio a candieira de azite fazia para si
clarear também tinha a desbruminação
como hoje ainda tem. O Branco não si
misturava com o negro mais depois foram
si misturando. Este povo era um povo
trabalhador plantava milho algodão, feijão etc
depois colhia a colheita e vendia ~~era~~ pra
no tempo em que havia o inverno muitos
guardava o seu legume para depois ir
comendo. torrava o ebo de boi colocava
numa vasilha guardava o seu legume
para depois ir comendo. torrava o
seguir mais a frente porque mais
tarde podera vir a seca.

Na Pitombeira tinha um túnel
ainda tem mas hoje e é abandonado
neste túnel muito da Pitombeira
trabalhava que dava o nome de chelito
porque produzia muito esse foi no ano

parte

de 1957 foi lá que um dos habitantes da Pitomberra trabalhava que dava perdão a visões que hoje ainda estão vivos para contar a história

Em 1919 foi uma grande seca que o alimentador desse pessoal está rixique enzinhado o jeito era só ruim que tinha que moer para poder enzinhar. Ele moia as raízes de Pau Pedro para fazer massa para sop isso acontecia nos tempos da seca houve um tempo que eles enzinha couro de boi para fazer farinha. As casas era de tábua e madeira com de bolhas de coureiro, com os portos de grande era um furo muito roqueto

No ano de 50 de uma chuva mais se foi uma chuva durante o ano. As roupas desse pessoal era muito diferente, quem tinha algodão fazia mas quem não tinha era de juta. Era juta de Pau feito de madeira fazia rede leneo. As camas era de gual feito de pau. Quando não era de gual era juta de couro de boi. Um dos mais velho da Pitomberra acha do mais velho da Pitomberra acha que tempo esse de hoje tudo é bem fácil. Hoje a diferença é muito grande e bem habitado as casas são de tijolos, como privadas já existia 4 poços Artesiano um poço Amazona, energia, eletrodomestios como Rádio, televisão, geladeira, liquidificador, celular, automovel que não existia etc. jogo com time feminino e masculina quadrilha festas comemorativas

